REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXIX - Nº 166 - QUINTA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2014

BRASÍLIA - DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 2013/2014)

PRESIDENTE	HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE	FÁBIO FARIA (PSD-RN)
1º SECRETÁRIO	MARCIO BITTAR (PSDB-AC)
2º SECRETÁRIO	SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
3º SECRETÁRIO	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
4º SECRETÁRIO	BIFFI (PT-MS)
1º SUPLENTE	GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
2º SUPLENTE	WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
3º SUPLENTE	VITOR PENIDO (DEM-MG)
4º SUPLENTE	TAKAYAMA (PSC-PR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1- ATA DA 244ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.

III – Expediente.

IV – Pequeno Expediente

SANDRO ALEX (PPS, PR) – Descumprimento pelos provedores de Internet do fornecimento da velocidade mínima contratada. Defesa do fim da assinatura básica de telefonia..... 017

GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE) – Reconhecimento da qualidade dos vinhos produzidos no Vale do São Francisco. Avaliação do Ministério da Educação de excelência para a Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco – FACESF, do Município de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco. Importância da atuação da Sociedade Amigos da Instrução de Jatinã – SAIJ na municipalidade. Defesa de aprovação pela Casa da chamada PEC dos Cartórios..... 017

RENATO SIMÕES (PT, SP) – Transcurso dos 45 anos de morte do ex-Deputado Carlos Marighella. Manifesto divulgado pela família do revolucionário em homenagem a sua memória..... 019

AMAURI TEIXEIRA (PT, BA) – Imediata regulamentação da Lei 12.855, de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das carreiras e planos especiais de cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. 021

VALMIR ASSUNÇÃO (PT, BA) – Aceitação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa de denúncias publicadas pela revista *Veja* contra o candidato eleito a Governador do Estado da Bahia, Rui Costa. Congratulações à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB pela criação da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil. 022

PAULO FOLETTO (PSB, ES) – Inauguração de centro comercial no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, com a presença do Governador Renato Casagrande. Congratulação ao Governo Estadual pela entrega de obras de melhoria da malha viária..... 023

FERNANDO FERRO (PT, PE) – Repúdio ao posicionamento do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes quanto a sua permanência na magistratura caso aprovada a chamada PEC da Bengala. 024

GIOVANI CHERINI (PDT, RS) – Transcurso do Dia do Técnico Agrícola..... 024

LUCI CHOINACKI (PT, SC) – Participação da oradora em debate do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Proficuidade dos Governos Lula e Dilma Rousseff no combate à fome no País. 024

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE) – Transcurso do 75º aniversário de fundação do Hospital Geral de Fortaleza, no Estado do Ceará. Regozijo pela condecoração do orador na solenidade comemorativa. Manifestação de apoio à aprovação de proposta de emenda à Constituição sobre o exercício de funções correlatas do profissional militar fora da jornada de trabalho..... 025

CELSO MALDANER (PMDB, SC) – Exaltação à Campanha Mundial Novembro Azul, destinada à prevenção do câncer de próstata..... 025

SEBASTIÃO BALA ROCHA (SD, AP) – Preocupação do orador com o descumprimento do prazo para regulamentação da Emenda à Constituição nº 79, de 2014, que prevê a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima. Anúncio de realização pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público de audiência pública para debate do tema. 025

DUDIMAR PAXIUBA (Bloco/PROS, PA) – Acerto da concepção pelo Ministério do Esporte dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIEs. Satisfação do orador com o início do procedimento licitatório destinado à construção de CIE no Município de Itaituba, Estado do Pará. Importância da prática regular de atividade esportiva. 026

ARNALDO JORDY (PPS, PA) – Preocupação com os resultados de relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre os efeitos das mudanças

climáticas no Planeta. Descaso do Governo Dilma Rousseff com a área ambiental. Necessidade de maior atenção ao assunto pela Casa. 027

GERALDO RESENDE (PMDB, MS) – Atraso no início das obras de construção do Instituto da Mulher e da Criança – IMC, de responsabilidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, vinculada ao Ministério da Educação. Apresentação, pelo orador, de requerimento de realização de audiência pública pela Comissão de Seguridade Social e Família da Casa, com a presença do presidente da entidade, para esclarecimentos sobre o assunto e a situação dos hospitais universitários do País. 028

JOSÉ STÉDILE (PSB, RS) – Acerto da Casa na aprovação de proposta de emenda à Constituição que amplia em 1% o repasse ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. 029

EDINHO BEZ (PMDB, SC) – Transcurso do Dia Nacional do Livro. 029

FÁTIMA BEZERRA (PT, RN) – Presença da oradora na 20ª edição da Ordem do Mérito Cultural. Entrega da comenda Cavaleiro da Ordem do Mérito Cultural a Mestre Tião Oleiro. Homenagem ao agraciado. 030

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC) – Regozijo com o retorno do Joinville Esporte Clube à Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol. 030

ZÉ GERALDO (PT, PA) – Denúncia de participação de policiais militares em chacina ocorrida no Município de Belém, Estado do Pará, em retaliação à morte de um integrante da corporação. Anúncio de encaminhamento de pedido de apuração dos fatos às autoridades competentes. 030

MARLLOS SAMPAIO (PMDB, PI) – Prestação de contas das ações do orador em favor da população do Município de Valença do Piauí, Estado do Piauí. 031

PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT, PE) – Repúdio à aprovação de projeto de decreto legislativo pela suspensão do decreto presidencial sobre a instituição de Política Nacional de Participação Social. Defesa de ampliação da participação direta da sociedade nas decisões políticas. 033

BENEDITA DA SILVA (PT, RJ) – Elogio ao Programa Bolsa Família. 034

AFONSO HAMM (Bloco/PP, RS) – Atuação do orador na defesa da inclusão do carvão mineral nos leilões de energia elétrica. Expectativa de participação nos leilões de usina térmica do Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. 035

FRANCISCO DE ASSIS (PT, SC) – Congratulações à diretoria, aos jogadores e aos torcedores do Joinville Esporte Clube pela conquista do acesso à Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2015. 036

ZÉ GERALDO (PT, PA – Pela ordem) – Conveniência de solicitação, pelo Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, do envio de tropas da Força Nacional de Segurança Pública, diante da escalada da violência na cidade de Belém, Estado do Pará. Fracasso da licitação para as obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, no Estado. 037

IVAN VALENTE (PSOL, SP) – Necessidade de imediata aprovação pela Casa das Propostas de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, sobre o fim da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados, e nº 170, de 2012, sobre a garantia de proventos integrais ao servidor que se aposenta por invalidez. Defesa pelo PSOL da extinção do fator previdenciário. 037

JOÃO RODRIGUES (PSD, SC) – Agradecimento ao povo catarinense pela recondução do orador à Casa. Regozijo com a reeleição do Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo. Contrariedade à realização de plebiscito sobre a reforma política. Competência do Congresso Nacional para deliberação sobre o tema. Solicitação aos Deputados de apreciação de proposições de interesse da população brasileira. Defesa da proposta de redução da maioridade penal. 038

MARIA DO ROSÁRIO (PT, RS) – Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, da proposta de redução dos encargos incidentes sobre a dívida de Estados e Municípios com a União. 039

LUIZ CARLOS HAULY (PSDB, PR) – Participação do orador no IX Encontro Nacional da Indústria, em Brasília, Distrito Federal. Responsabilidade da política econômica do Governo petista sobre a desindustrialização do País. 039

PAULO MAGALHÃES (PSD, BA) – Agradecimento ao povo baiano pela eleição dos candidatos a Governador Rui Costa, a Senador Otto Alencar e dos Deputados aliados do Governador Jaques Wagner. Expressiva votação da Presidenta Dilma Rousseff no Estado da Bahia. Apoio da bancada federal ao PSD ao Governo Dilma Rousseff. 040

JOSÉ STÉDILE (PSB, RS – Pela ordem) – Congratulações aos bibliotecários e entidades representativas da categoria ao ensejo do transcurso do Dia Nacional do Livro. Anúncio de concessão de homenagem ao orador pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em razão sua atuação parlamentar em defesa dos bibliotecários e técnicos em biblioteconomia. Realização da 60ª Feira do Livro de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Congratulações à Casa pela aprovação de proposta de emenda à Constituição que eleva em 1% os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Expectativa de imediata aprovação da matéria em segundo turno. 041

MAURO BENEVIDES (PMDB, CE – Pela ordem) – Aprovação pela Casa do primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 426, de 2014, que aumenta em 1% os repasses da União ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. 042

V – Grande Expediente

EDMAR ARRUDA (PSC, PR) – Agradecimentos aos eleitores do Estado do Paraná pela reeleição do orador. Presença na Casa de lideranças políticas do Município de Araruna, Estado do Paraná. Natureza falaciosa da campanha eleitoral da Presidenta Dilma Rousseff. Publicação por órgãos da imprensa de matérias sobre a gravidade da crise econômica do País. Responsabilidade do Parlamento na adoção de medidas para a retomada do desenvolvimento do País. Urgente extinção do fator previdenciário. Conveniência de realização de plebiscito sobre a redução da maioridade penal e o fim do instituto da reeleição no Poder Executivo. Aprovação pela Casa de proposta que aumenta o percentual dos repasses da União ao Fundo de Participação de Municípios. Necessidade de aumento dos recursos orçamentários destinados à área da saúde..... 042

Aparteantes: MAURO BENEVIDES (PMDB, CE), FILIPE PEREIRA (PSC, RJ). 042

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Solicitação aos Deputados de comparecimento ao plenário..... 042

GENECIAS NORONHA (SD, CE – Pela ordem) – Falecimento do ex-Senador cearense José Lins de Albuquerque... 043

GLAUBER BRAGA (PSB, RJ) – Balanço da atuação parlamentar do orador. Compromissos assumidos para o exercício do mandato na próxima Legislatura. Dificuldades enfrentadas pelos Municípios da região serrana do Estado do Rio de Janeiro para reconstrução das escolas destruídas pelas enchentes de 2011. Votos de êxito à nova Administração do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão. Empenho do orador pela implementação do Plano Nacional de Educação. Preito de gratidão e saudade à memória de Eduardo Campos. Reconhecimento da população brasileira à vitória nas urnas pela Presidente Dilma Rousseff..... 047

Aparteantes: AMAURI TEIXEIRA (PT, BA), ROSANE FERREIRA (PV, PR), JÔ MORAES (PCdoB, MG)..... 048

PAULO FOLETTO (PSB, ES – Pela ordem) – Presença do Prefeito Audifax Barcelos, do Município de Serra, Estado do Espirito Santo, em Brasília, Distrito Federal. Previsão de chuva forte no domingo e possibilidade de alagamento em pontos da cidade..... 051

DOMINGOS DUTRA (SD, MA – Pela ordem) – Relato das ações do orador em defesa dos interesses dos garimpeiros de Serra Pelada. Compromisso de continuidade da luta do Parlamentar em prol da categoria, a despeito da sua não reeleição..... 052

DUDIMAR PAXIUBA (Bloco/PROS, PA – Pela ordem) – Preocupação do orador com a crise de falta de água em Estados da Federação. Apoio ao modelo de compensação poluidor-pagador adotado nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, mediante Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. 052

KEIKO OTA (PSB, SP – Pela ordem) – Elogio ao Presidente Nacional do PSB Carlos Siqueira. Considerações sobre os rumos do PSB no cenário político nacional. 053

LUCI CHOINACKI (PT, SC – Pela ordem) – Regozijo com a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff. Conveniência da reforma política..... 054

MARCO TEBALDI (PSDB, SC – Pela ordem) – Ascensão à Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol pelo Joinville Esporte Clube..... 054

CELSO MALDANER (PMDB, SC – Pela ordem) – Participação em eventos de inauguração de estações compactas de tratamento de água nos Municípios de Anchieta, Palma Sola e Xaxim, Estado de Santa Catarina. Situação dos agricultores de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, em razão da demarcação de terras indígenas. Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei..... 055

LUIZ SÉRGIO (PT, RJ – Pela ordem) – Necessidade do esclarecimento, pelas autoridades públicas, acerca da tentativa de interferência da mídia no resultado das eleições..... 056

ERIKA KOKAY (PT, DF – Pela ordem) – Associação da oradora às críticas dirigidas pelo Deputado Luiz Sérgio à mídia brasileira. Conveniência da reforma política. Visita da Comissão de Direitos Humanos ao Pará para averiguação da escalada de homicídios ocorridos naquele Estado..... 056

MIRIQUINHO BATISTA (PT, PA – Pela ordem) – Reflexos do precário sistema de segurança pública do Pará na escalada de assassinatos ocorridos no Estado. 056

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Convocação dos Deputados para comparecimento ao plenário..... 056

AMAURI TEIXEIRA (PT, BA – Pela ordem) – Indignação com a falta de sintonia entre os anseios populares e a formulação da pauta de votações da Casa. Questionamento sobre as razões motivadoras da inserção da chamada PEC dos Cartórios na Ordem do Dia..... 056

RENATO SIMÕES (PT, SP – Pela ordem.) – Deliberações da Comissão de Direitos Humanos a propósito da chacina de jovens da Região Metropolitana de Belém, Estado do Pará. Importância de imediata votação da proposta sobre o fim dos autos de resistência..... 057

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Saudação ao Prefeito Municipal e a Vereadores de Porteirão, Estado de Goiás. 057

ARNALDO JARDIM (PPS, SP) – Anúncio de realização pela Casa de Comissão Geral destinada ao debate sobre a adequada exploração econômica da biodiversidade brasileira. Análise de pesquisa do Instituto Datafolha a respeito da percepção do paulistano sobre questões ambientais. Esclarecimentos sobre a implantação pelos

Municípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNPS. Apresentação pelo orador à Comissão de Finanças e Tributação do parecer ao Projeto de Lei nº 792, de 2007, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – PNPSA. Empenho do orador pela adoção de políticas de incentivo ao setor sucroenergético do Estado de São Paulo. Participação do orador em audiência pública na Comissão de Minas e Energia destina ao debate sobre a queda da participação da indústria do alumínio no Produto Interno Bruto – PIB brasileiro. Premência da retomada do crescimento das indústrias de base do País. Redução da atividade econômica do Brasil no Governo Dilma Rousseff. 057

GIOVANI CHERINI (PDT, RS – Pela ordem) – Anúncio do lançamento da Frente Parlamentar Mista de Apoio à Ovinocultura e à Caprinocultura, durante a realização da Feira e Festa Estadual da Ovelha – FEOVELHA, no Município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul. 060

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Preocupação do orador com a violência no País. 061

CHICO ALENCAR (PSOL, RJ – Pela ordem) – Repúdio ao bárbaro assassinato da líder da minoria indígena kaiowá Marinalva Manoel, em Dourados, Mato Grosso do Sul. Chacina de jovens por milicianos armados, em aparente retaliação à morte de policial componente da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana – ROTAM-PM, em Belém, Estado do Pará. 061

ROSANE FERREIRA (PV, PR – Pela ordem) – Preocupação da oradora com o aumento dos óbitos decorrentes de abortos clandestinos. Aprofundamento do debate sobre o tema no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, da Casa. 062

EURICO JÚNIOR (PV, RJ – Pela ordem) – Presença, na Casa, de Vereadores do Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, e do Prefeito Municipal de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro. 063

RODRIGO DE CASTRO (PSDB, MG – Pela ordem) – Fortalecimento do Senador Aécio Neves, apesar da derrota no último pleito. Incoerência entre discurso e prática da atual Presidente da República. Falência econômica do Brasil no Governo Dilma Rousseff. 064

DANIEL ALMEIDA (PCdoB, BA – Pela ordem) – Falecimento do Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Carlos Gilberto Cavalcante Farias. 064

SIMÃO SESSIM (Bloco/PP, RJ – Pela ordem) – Satisfação do orador com a inauguração da unidade avançada de policiamento ostensivo 2ª Companhia Destacada de Nilópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Agradecimento ao Governador Luiz Fernando Pezão, ao *Secretário* de Segurança Pública, José Mariano *Beltrame,* e ao Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar Tenente-Coronel Antônio Marcos Netto dos Santos. Anúncio da permanência do Secretário José Beltrame no cargo. 064

JOSÉ LINHARES (Bloco/PP, CE – Pela ordem) – Elogios ao Deputado Inocêncio Oliveira. Solicitação à Presidência de adoção de medidas diante da dificuldade para o registro da impressão digital do orador. 066

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Existência de quórum regimental. 066

VI – Ordem do Dia

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.735, de 2014, do Poder Executivo, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1º; 8, "j"; 10, "c"; 15 e 16; §§ 3º e 4º da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências. 073

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Retirada, de ofício, da matéria da pauta. 073

NELSON MARQUEZELLI (PTB, SP – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de concessão da palavra para encaminhamento de votação de requerimento para apreciação em regime de urgência de projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de resolução normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que repassa aos Municípios a responsabilidade pela iluminação pública. 073

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Votação de requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2013, que susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública 073

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado NELSON MARQUEZELLI (PTB, SP). 073

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Indagação ao Plenário sobre realização de acordo para aprovação do requerimento. 073

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados SIBÁ MACHADO (PT, AC), MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ), AMAURI TEIXEIRA (PT, BA), MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS, RJ) 073

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Retirada, de ofício, do requerimento da pauta. 074

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado LUIZ CARLOS HAULY (PSDB, PR). 074

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de retirada do próximo item da pauta. 074

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Retirada, de ofício, de item constante na pauta. 074

PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Existência na Mesa de requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 471, de 2005, conhecida como PEC dos Cartórios, e de requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta da matéria. ... 074
ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD, SC) – Concordância com a retirada de pauta da matéria... 074
LEONARDO PICCIANI (PMDB, RJ – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de encerramento da Ordem do Dia em razão da falta de quórum. ... 075
Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados AFONSO FLORENCE (PT, BA), IVAN VALENTE (PSOL, SP).... 075
NELSON MARQUEZELLI (PTB, SP – Pela ordem) – Solicitação à Presidência de inclusão de projeto de decreto legislativo como primeiro item da pauta da próxima sessão ordinária deliberativa. ... 075
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Resposta ao Deputado Nelson Marquezelli. ... 075
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE). ... 075
PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Sugestão ao Plenário de retirada, de ofício, de proposta de emenda à Constituição da pauta e de encerramento da Ordem do Dia. ... 075
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado IVAN VALENTE (PSOL, SP). ... 075
INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR, PE – Pela ordem) – Importância de projeto de lei que regulamenta o art. 225 de Constituição Federal, sobre o patrimônio genético brasileiro. ... 076

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS:

CARLOS BEZERRA (PMDB, MT) – Solicitação aos Deputados de apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº 986, de 2011, de autoria do orador, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a cláusula de não concorrência. ... 076
DR. JORGE SILVA (Bloco/PROS, ES) – Apoio ao Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. ... 077
EDINHO ARAÚJO (PMDB, SP) – Participação do orador em reunião do Vice-Presidente Michel Temer com lideranças do PMDB e Parlamentares eleitos pelo partido. Garantia da governabilidade pelo PMDB. Necessidade de fortalecimento e renovação dos quadros peemedebistas no País. Realização de encontro pelo Conselho Nacional do PMDB e Fundação Ulysses Guimarães para a definição de estratégias relativas à realização da reforma política. ... 077

VII – Encerramento

2– PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PL 8065/2014, PL 8066/2014, PL 8067/2014, PL 8068/2014, PL 8069/2014, PL 8070/2014, INC 6554/2014, INC 6555/2014, INC 6556/2014, INC 6557/2014, INC 6558/2014, INC 6559/2014, INC 6560/2014, INC 6561/2014, INC 6562/2014, INC 6563/2014, INC 6564/2014, INC 6565/2014, INC 6566/2014, REQ 10772/2014, REQ 10773/2014, REQ 10774/2014, REQ 10775/2014. ... 099

3– PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

AV 115/2014, PL 8025/2014, PL 8029/2014, PL 8030/2014, PL 8031/2014, PL 8032/2014, PL 8035/2014, PL 8038/2014, PL 8039/2014, PL 8040/2014, PL 8042/2014, PL 8043/2014, PL 8044/2014, PL 8046/2014, PL 8050/2014, REQ 10762/2014. ... 100

4 – DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

Ofício n. 287/2014, da Liderança do DEM. ... 127
Ofício n. 934/2014, da Liderança do PMDB. ... 128
Ofício n. 913/2014, da Liderança do PSDB. ... 128
Ofício n. 288/2014, da Liderança do DEM. ... 128
Ofício n. 395/2014 – Senador Renan Calheiros. ... 128
Ofício n. 397/2014 – Senador Renan Calheiros. ... 128
Ofício n.45/2014, da Liderança da Minoria. ... 128
Ofício n. 289/2014, da Liderança do DEM. ... 128

Proposições

REQ 10772/2014, PEC 429/2014. ... 129

COMISSÕES

5 – ATAS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, 31ª Reunião Ordinária em 29/10/2014. ... 135
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, 20ª Reunião Ordinária de Audiência Pública em 05/08/2014. ... 138
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, 21ª Reunião Ordinária em 06/08/2014. ... 139
Comissão de Cultura, termo em 05/11/2014. ... 141

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, 24ª Reunião Ordinária em 29/10/2014 ... 141
Comissão de Educação, 20ª Reunião Ordinária em 29/10/2014. ... 144
Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, 27ª Reunião Ordinária em 29/10/2014. ... 147
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, 17ª Reunião Ordinária em 29/10/2014. 148

6 – DESIGNAÇÕES

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em 03/09/2014. ... 152
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em 08/10/2014. ... 162
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 05/11/2014. ... 164
Comissão de Defesa do Consumidor, em 04/11/2014. ... 165
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em 16/07/2014. ... 166
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em 05/11/2014. ... 167
Comissão de Seguridade Social e Família, em 05/11/2014. ... 167

7 – PARECERES

Despachos do Presidente, PL 4848-A/2012, PDC 1412-B/2013. ... 168

SEÇÃO II

8 – PORTARIAS DA PRIMEIRA SECRETARIA

Portarias nº 54 a 59, de 2014. ... 172
9 – MESA ... 174
10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES ... 174
11 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO ... 176
12 – COMISSÕES ... 171

SEÇÃO I

Ata da 244ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, 5 de novembro de 2014

Presidência dos Srs.: Arlindo Chinaglia, 1º Vice-Presidente. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Henrique Eduardo Alves
Arlindo Chinaglia
Marcio Bittar
Simão Sessim
Biffi
Gonzaga Patriota
Wolney Queiroz
Vitor Penido
Takayama

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrp
Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB
Luciano Castro PR PrPtdobPrp
Paulo Cesar Quartiero DEM
Urzeni Rocha PSD
Total de RORAIMA 6

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Davi Alcolumbre DEM
Evandro Milhomen PCdoB
Sebastião Bala Rocha Solidaried
Total de AMAPÁ 4

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Dudimar Paxiuba PROS PpPros
Giovanni Queiroz PDT
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR PrPtdobPrp
Miriquinho Batista PT
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Zé Geraldo PT
Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 10

AMAZONAS

Dr. Luiz Fernando PSD
Pauderney Avelino DEM

Rebecca Garcia PP PpPros
Total de AMAZONAS 3

RONDÔNIA

Amir Lando PMDB
Carlos Magno PP PpPros
Marcos Rogério PDT
Marinha Raupp PMDB
Nilton Capixaba PTB
Padre Ton PT
Total de RONDÔNIA 6

ACRE

Flaviano Melo PMDB
Gladson Cameli PP PpPros
Henrique Afonso PV
Perpétua Almeida PCdoB
Sibá Machado PT
Total de ACRE 5

TOCANTINS

Ângelo Agnolin PDT
César Halum PRB
Júnior Coimbra PMDB
Osvaldo Reis PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 5

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Cleber Verde PRB
Domingos Dutra Solidaried
Gastão Vieira PMDB
Hélio Santos PSDB
Pedro Fernandes PTB
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV
Simplício Araújo Solidaried
Waldir Maranhão PP PpPros
Weverton Rocha PDT
Total de MARANHÃO 12

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Aníbal Gomes PMDB
Ariosto Holanda PROS PpPros
Arnon Bezerra PTB
Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB
Danilo Forte PMDB
Genecias Noronha Solidaried
Gorete Pereira PR PrPtdobPrp
João Ananias PCdoB

José Airton PT
José Guimarães PT
José Linhares PP PpPros
Manoel Salviano PSD
Mário Feitoza PMDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Total de CEARÁ 17

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Átila Lira PSB
Hugo Napoleão PSD
Jesus Rodrigues PT
Júlio Cesar PSD
Marcelo Castro PMDB
Marllos Sampaio PMDB
Paes Landim PTB
Total de PIAUÍ 8

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado PP PpPros
Fátima Bezerra PT
Sandra Rosado PSB
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PpPros
Benjamin Maranhão Solidaried
Efraim Filho DEM
Hugo Motta PMDB
Luiz Couto PT
Major Fábio PROS PpPros
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Ruy Carneiro PSDB
Wellington Roberto PR PrPtdobPrp
Total de PARAÍBA 10

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR PrPtdobPrp
André de Paula PSD
Augusto Coutinho Solidaried
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PCdoB
Fernando Coelho Filho PSB
Fernando Ferro PT
Inocêncio Oliveira PR PrPtdobPrp
José Augusto Maia PROS PpPros
José Chaves PTB
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Pastor Eurico PSB
Paulo Rubem Santiago PDT
Raul Henry PMDB

Roberto Teixeira PP PpPros
Silvio Costa PSC
Total de PERNAMBUCO 17

ALAGOAS

Francisco Tenório PMN
Givaldo Carimbão PROS PpPros
Paulão PT
Renan Filho PMDB
Total de ALAGOAS 4

SERGIPE

Andre Moura PSC
Laercio Oliveira Solidaried
Márcio Macêdo PT
Rogério Carvalho PT
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 5

BAHIA

Afonso Florence PT
Alice Portugal PCdoB
Amauri Teixeira PT
Antonio Brito PTB
Antonio Imbassahy PSDB
Claudio Cajado DEM
Daniel Almeida PCdoB
Edson Pimenta PSD
Erivelton Santana PSC
Fábio Souto DEM
Félix Mendonça Júnior PDT
Fernando Torres PSD
Geraldo Simões PT
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrp
José Carlos Araújo PSD
José Rocha PR PrPtdobPrp
Luiz Alberto PT
Luiz Argôlo Solidaried
Márcio Marinho PRB
Maurício Trindade PROS PpPros
Oziel Oliveira PDT
Paulo Magalhães PSD
Roberto Britto PP PpPros
Sérgio Brito PSD
Valmir Assunção PT
Waldenor Pereira PT
Total de BAHIA 26

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PROS PpPros
Bilac Pinto PR PrPtdobPrp
Carlos Melles DEM
Domingos Sávio PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
George Hilton PRB

Jaime Martins PSD
Jairo Ataíde DEM
Jô Moraes PCdoB
João Magalhães PMDB
José Humberto PSD
Lael Varella DEM
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PR PrPtdobPrp
Luiz Fernando Faria PP PpPros
Marcos Montes PSD
Margarida Salomão PT
Mauro Lopes PMDB
Nilmário Miranda PT
Reginaldo Lopes PT
Rodrigo de Castro PSDB
Stefano Aguiar PSB
Toninho Pinheiro PP PpPros
Weliton Prado PT
Zé Silva Solidaried
Total de MINAS GERAIS 25

ESPÍRITO SANTO

Carlos Manato Solidaried
Dr. Jorge Silva PROS PpPros
Lelo Coimbra PMDB
Paulo Foletto PSB
Sueli Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 5

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Alessandro Molon PT
Alexandre Santos PMDB
Arolde de Oliveira PSD
Aureo Solidaried
Benedita da Silva PT
Chico Alencar PSOL
Dr. Paulo César PR PrPtdobPrp
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Eduardo Cunha PMDB
Eurico Júnior PV
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PROS PpPros
Jair Bolsonaro PP PpPros
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Jorge Bittar PT
Julio Lopes PP PpPros
Liliam Sá PROS PpPros
Luiz Sérgio PT
Manuel Rosa Neca PR PrPtdobPrp
Miro Teixeira PROS PpPros
Otavio Leite PSDB
Paulo Feijó PR PrPtdobPrp

Pedro Paulo PMDB
Rodrigo Maia DEM
Walney Rocha PTB
Zoinho PR PrPtdobPrp
Total de RIO DE JANEIRO 29

SÃO PAULO

Alexandre Leite DEM
Arnaldo Faria de Sá PTB
Arnaldo Jardim PPS
Bruna Furlan PSDB
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Sampaio PSDB
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Edinho Araújo PMDB
Eleuses Paiva PSD
Emanuel Fernandes PSDB
Gabriel Chalita PMDB
Guilherme Campos PSD
Gustavo Petta PCdoB
Iara Bernardi PT
Ivan Valente PSOL
Janete Rocha Pietá PT
Jefferson Campos PSD
João Dado Solidaried
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Aníbal PSDB
Junji Abe PSD
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Mara Gabrilli PSDB
Nelson Marquezelli PTB
Newton Lima PT
Pastor Marco Feliciano PSC
Paulo Freire PR PrPtdobPrp
Paulo Teixeira PT
Penna PV
Renato Simões PT
Ricardo Izar PSD
Ricardo Tripoli PSDB
Roberto de Lucena PV
Roberto Freire PPS
Roberto Santiago PSD
Rodrigo Garcia DEM
Tiririca PR PrPtdobPrp
Vanderlei Siraque PT
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
Total de SÃO PAULO 42

MATO GROSSO

Eliene Lima PSD
Júlio Campos DEM
Nilson Leitão PSDB

Roberto Dorner PSD
Ságuas Moraes PT
Valtenir Pereira PROS PpPros
Wellington Fagundes PR PrPtdobPrp
Total de MATO GROSSO 7

DISTRITO FEDERAL

Izalci PSDB
Luiz Pitiman PSDB
Policarpo PT
Total de DISTRITO FEDERAL 3

GOIÁS

Armando Vergílio Solidaried
Carlos Alberto Leréia PSDB
Heuler Cruvinel PSD
João Campos PSDB
Jovair Arantes PTB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PR PrPtdobPrp
Pedro Chaves PMDB
Roberto Balestra PP PpPros
Ronaldo Caiado DEM
Sandes Júnior PP PpPros
Sandro Mabel PMDB
Thiago Peixoto PSD
Total de GOIÁS 13
MATO GROSSO DO SUL
Akira Otsubo PMDB
Geraldo Resende PMDB
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 6

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
Alfredo Kaefer PSDB
Angelo Vanhoni PT
Assis do Couto PT
Dilceu Sperafico PP PpPros
Dr. Rosinha PT
Edmar Arruda PSC
Eduardo Sciarra PSD
Fernando Francischini Solidaried
Giacobo PR PrPtdobPrp
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Luiz Nishimori PR PrPtdobPrp
Nelson Meurer PP PpPros
Osmar Serraglio PMDB
Reinhold Stephanes PSD
Rosane Ferreira PV

Rubens Bueno PPS
Sandro Alex PPS
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 21

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
Décio Lima PT
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP PpPros
Francisco de Assis PT
João Rodrigues PSD
Jorge Boeira PP PpPros
Jorginho Mello PR PrPtdobPrp
Luci Choinacki PT
Marco Tebaldi PSDB
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini PSD
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Total de SANTA CATARINA 14

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PpPros
Alceu Moreira PMDB
Alexandre Roso PSB
Assis Melo PCdoB
Beto Albuquerque PSB
Bohn Gass PT
Darcísio Perondi PMDB
Giovani Cherini PDT
Henrique Fontana PT
Jose Stédile PSB
Luis Carlos Heinze PP PpPros
Luiz Carlos Busato PTB
Manuela D`Ávila PCdoB
Marco Maia PT
Marcon PT
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB
Paulo Pimenta PT
Pepe Vargas PT
Ronaldo Zulke PT
Vieira da Cunha PDT
Total de RIO GRANDE DO SUL 21

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 336 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. AMAURI TEIXEIRA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta semana, a ANATEL divulgou aos provedores de Internet que a velocidade mínima contratada deve ser de 40% – ainda assim, eles reclamam. Senhoras e senhores, vejam só: eles são obrigados a entregar 40% do que foi contratado! Seria o mesmo que você comprar 1 litro de leite e receber menos de meio litro, ou comprar 1 quilo de feijão e receber 400 gramas. Nem assim eles cumprem a determinação.

Segundo a ANATEL, no mês de julho as operadoras não entregaram aquilo que foi contratado. Não é possível! Nós temos que exigir mais eficiência na prestação desse serviço. Esta Casa tem que tomar medidas mais rigorosas para garantir a prestação dos serviços de telefonia móvel e fixa. Aliás, é preciso acabar com a cobrança indevida da assinatura básica de telefonia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho duas notícias boas sobre o meu Sertão do São Francisco. A primeira é que os vinhos produzidos no Vale do São Francisco estão entre os melhores do Brasil! A segunda é que a Faculdade de Ciências Exatas e Humanas do Sertão do São Francisco – FACESF, em Belém do São Francisco, que nós ajudamos a instalar, está entre as melhores faculdades do Brasil!

Sr. Presidente, aproveito para fazer um apelo a todas as Sras. e Srs. Deputados, para que aprovemos hoje a chamada PEC dos Cartórios. Isso é muito importante. Essa PEC vai manter os cartórios, principalmente os dos pequenos Municípios.

Os concurseiros têm todo o direito de ir para o cartório que procuram, mas, logicamente, um concurseiro não vai querer ir para o cartório de Conceição das Crioulas, por exemplo, que não gera rendimento. Por isso eu solicito a todos os Deputados que aprovem hoje a PEC dos Cartórios.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vinhos produzidos no Vale do São Francisco conquistam quatro medalhas de ouro, e um deles está entre os dez melhores do País.

Dizer que os vinhos produzidos no Vale do São Francisco já caíram no gosto dos brasileiros não é exagero algum. Para se ter uma ideia, só este ano, as bebidas regionais já conquistaram quatro medalhas de ouro, surpreendendo até mesmo os mais otimistas.

E o mérito é do empresário João Santos, da vinícola Rio Sol, que teve um de seus vinhos reconhecidos como um dos dez melhores do Brasil. *"Já são quatro medalhas de ouro só este ano. Em prova cega da nossa categoria, nós levamos medalha de ouro e tivemos um vinho que ficou entre os dez melhores vinhos do país, que foi o nosso Rio Sol Reserva "*, disse.

Outro fator que também mereceu destaque do empresário foi a questão dos preços. João explica que a preferência por vinhos mais caros não pode comprometer a qualidade de produtos com preços inferiores.

"Muitas vezes a pessoa bebe um vinho Rio Sol que custa R$ 30,00 e diz 'Ha, eu gostei mais de um importado que custa R$ 500,00'. *Então, isso não dá para fazer, não se pode comparar um vinho de R$ 30 com um de R$ 500. Mas, se for comparar vinho barato nacional com os baratos importados, vamos notar que os nacionais são de altíssima qualidade"*, avalia João Santos.

Apesar do reconhecimento, o empresário lamenta a falta de valorização do produto nacional por parte dos brasileiros. João lembra que é preciso romper o preconceito com as bebidas produzidas aqui no Brasil e afirma que o vinho do Vale do São Francisco é superior a muitos vinhos importados.

> *"Hoje nosso vinho não deve nada a vinho importado. A única coisa que ainda precisamos é perder o nosso preconceito. Algumas pessoas preferem ter um vinho chileno na mesa do que ter um vinho da nossa região. Você chega na Itália, a primeira coisa que a pessoa põe na mesa é um vinho italiano; chega na França, é a mesma coisa, e aqui no Brasil é o contrário. Também não valorizam outras riquezas, como a macaxeira e o caju, por exemplo. Sempre achamos que o galo do vizinho canta melhor que o nosso", brinca o empresário.*

Parabéns ao empresário e a todos que lidam diariamente com a produção de vinhos no Vale do São Francisco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, FACESF mantém nota de excelência na avaliação do MEC.

O Ministério da Educação, cumprindo o calendário regular de renovação de reconhecimento de instituições de ensino superior particulares, esteve entre os dias 15 e 18 de outubro do corrente ano visitando as instalações da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco – FACESF, de Belém do São Francisco.

Por política de Estado, o MEC busca que as instituições de ensino superior privadas, chamadas de IES, atendam estritamente critérios objetivos previamente determinados (SINAE – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino), tais como percentuais de mestres e doutores em seus quadros, qualidade das instalações físicas e qualidade e número do acervo bibliográfico. Tais critérios são pontuados numa escala de 1 a 5 pontos, em diversas dimensões, as quais são avaliadas individualmente e, ao final, compõem a média da nota. Essa nota final é sempre arredondada, nunca fracionada.

As IES que obtêm notas 1 e 2 precisam se adequar às determinações e intervenções do MEC; as de nota 3 são consideradas medianas; e são consideradas de excelência no ensino de qualidade aquelas que obtêm notas 4 ou 5 na referida escala.

Importa esclarecer que tal avaliação, excessivamente séria e criteriosa, não se aplica às instituições públicas autárquicas (municipais e estaduais), posto que estas se reportam aos Conselhos Estaduais de Educação e não ao MEC.

Conforme explicitado, Sr. Presidente, a FACESF foi novamente submetida a tal avaliação do MEC, e, a exemplo de todas as avaliações anteriores, saiu-se vitoriosa.

A FACESF sempre se orgulhou de haver adotado uma linha de trabalho alheia ao mercado competitivo. Ela nunca se colocou como competidora das demais IES da região. Reconhece e respeita seus trabalhos. Ela busca se integrar, como de fato tem feito, a todas elas. Mas sua filosofia de trabalho está absolutamente voltada para as questões sociais e regionais, sempre visando a excelência do ensino como forma de expandir e consolidar a base de todo e qualquer desenvolvimento socioeconômico sustentável – a excelência no ensino e a meritocracia.

Tal abordagem foi amplamente reconhecida pelos avaliadores do MEC, mormente no que se refere aos trabalhos de cunho social e à ampla inserção da FACESF em toda a região do São Francisco. Os avaliadores fizeram constar do Relatório de Avaliação a importância da FACESF, que atende a alunos *"provenientes de mais de 51 municípios dos Estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, num raio de 200 quilômetros"*.

Outras observações realizadas pelos doutos avaliadores, ainda que já conhecidas de todos, se sobressaem por terem sido reconhecidas e ressaltadas no âmbito ministerial, o que é, indubitavelmente, lisonjeiro. Os avaliadores fizeram constar de seu Relatório observações tais como: *"Com a visita 'in loco' foi constatado que a IES é um importante espaço educacional de nível superior da região do sertão de Pernambuco, criada para atender as carências educacionais e profissionais do município e região e aprimorar a qualidade de formação prática dos discentes... colaborando com diversos atos de promoção social e cidadania, eventos culturais e desenvolvimento econômico e populacional do município onde se insere, pois promove importantes ações de logística, facilitando e estimulando a permanência de alunos de outros Municípios em Belém do São Francisco durante o período de graduação"*.

A FACESF orgulha-se da nota geral 4, e ainda mais de haver alcançado conceito 5 em diversas áreas individualizadas, tais como Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente, Estrutura de Trabalho para os Professores e Instalações, Núcleo de Prática Jurídicas e Biblioteca.

Imbuídos do espírito de educadores que os move e certos de estarem cumprindo seu mister diante de toda a sociedade, seus dirigentes agradecem a todos os membros da família FACESF e à sociedade belemita, que os tem apoiado e reconhecido seus esforços pelo engrandecimento dessa querida região.

O Município de Belém do São Francisco é considerado, historicamente, de vocação educacional, destacando-se no Sertão nordestino como polo irradiador de ações educativas, tendo à frente a bandeira vanguardista da Sociedade Amigos da Instrução de Jatinã – SAIJ.

A SAIJ foi fundada em 1948 por um grupo de belemitas que alimentava a ideia de que o saber era (e é) a mais alta conquista do gênero humano e que somente a educação seria promotora do desenvolvimento cultural e socioeconômico dessa região nordestina. Assim, no seu primeiro Estatuto, a SAIJ elegeu como finalidade maior *"apoiar ou executar programas, projetos, acordos e convênios de natureza educacional, cultural ou desportiva, destinados a todas as classes sociais do município"*.

Na qualidade de entidade mantenedora, a SAIJ fundou, em 1951, a Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio, visando à formação de professores, para eliminar ou minimizar o analfabetismo na região, criou novas

escolas e melhorou a qualidade do ensino. A seguir, criou o Ginásio Menino Deus, oportunizando aos sertanejos e barranqueiros do Submédio São Francisco a conclusão do curso ginasial em Belém do São Francisco.

Por essa época, no interior de Pernambuco, apenas Petrolina (Sertão), distante 250 quilômetros de Belém, e Pesqueira (Agreste), distante 270 quilômetros de Belém, ofereciam cursos de nível médio. A população estudantil em Belém do São Francisco, advinda de vários Estados nordestinos, aumentou consideravelmente. E, para atender a essa demanda, a SAIJ criou dois internatos: um feminino e outro masculino.

O tempo foi passando, e advieram novos cursos mantidos pela SAIJ: Magistério (com o curso Normal Rural), Pedagógico, Científico e Contabilidade. Porém, era preciso democratizar mais o conhecimento. Era preciso vencer as barreiras culturais entre a gente sertaneja e a elite do saber universitário metropolitano.

Mais uma vez, a SAIJ se fez colaboradora desse novo projeto educacional, doando 8 mil livros para a biblioteca da nova escola. Assim, em 1976, a Prefeitura Municipal criou a Autarquia Belemita de Cultura, Desportos e Educação – ABCDE, mantenedora do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF, com os cursos de licenciatura em Letras, Matemática, História e Geografia. A SAIJ abraçou a causa e cedeu, gratuitamente, durante 20 anos, suas instalações para o funcionamento dessa faculdade de formação de professores. Foi, sem dúvida, uma grande conquista para o Sertão de Pernambuco e da Bahia e para algumas regiões do Ceará e de Alagoas. São, pois, 32 anos de CESVASF, 32 anos de formação de professores para a promoção do desenvolvimento e da transformação da realidade educacional desta região do Semiárido nordestino.

Essa realidade educacional de Belém do São Francisco contribuiu de modo fundamental para a melhoria da educação pública e privada na região ao viabilizar a formação de grandes contingentes de professores, o que assegurou uma melhor qualidade do ensino básico.

A SAIJ passa, então, a vislumbrar novos horizontes educativos. Desta feita, volta-se para outros campos do conhecimento humano, uma vez que a população permanece carente de opções para a formação profissional em nível superior. E, com o mesmo idealismo, a mesma garra e o mesmo espírito vanguardista, a SAIJ empunha hoje a bandeira da Faculdade de Ciências Exatas e Humanas do Sertão do São Francisco – FACESF, desejando oferecer como primeiro curso Direito, para atender a grande demanda regional por profissionais da área jurídica qualificados e aptos a enfrentar concursos públicos – magistratura, Ministérios e outros – ou a seguir a atividade da advocacia.

Após 4 anos de grande "batalha", com rigorosas avaliações do MEC e da OAB, finalmente a Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco – FACESF obteve credenciamento, através da Portaria Ministerial nº 664 de 8 de julho de 2007, e, posteriormente, autorização para o funcionamento do seu curso de Direito, através da Portaria Ministerial nº 652, de 9 de julho de 2007, publicada no *Diário Oficial* da União em 10 de julho de 2007.

Estava assim concretizada mais uma etapa do projeto desse grupo de abnegados belemitas, que faz da educação e do desenvolvimento regional e local o seu maior ideal. A SAIJ continua abrindo novos caminhos.

Gostaria, Sr. Presidente, de encaminhar a toda a comunidade da FACESF meus cumprimentos pelo justo reconhecimento, principalmente ao Prof. Luís Geraldo Soares Lustosa, seu Diretor-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Renato Simões, do PT de São Paulo.

O SR. RENATO SIMÕES (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero deixar registrado, da tribuna desta Casa, no dia de hoje, o aniversário de morte de um dos grandes brasileiros que passou pela Câmara dos Deputados como Deputado Constituinte em 1946: o companheiro Carlos Marighella.

Ontem, dia 4, em atos realizados em todo o Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, onde ele tombou, lembramos os 45 anos da sua execução pelas forças da ditadura militar brasileira. Ao resgatar a memória de lutadores como Carlos Marighella, nós atualizamos a sua luta para a sociedade dos dias de hoje.

Por isso, Sr. Presidente, peço a transcrição nos Anais desta Casa do manifesto divulgado pela família de Carlos Marighella.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Família lança manifesto nos 45 anos da morte de Marighella

Ao lado de amigos, estudiosos e admiradores do baiano Carlos Marighella (1911-1969), a família do combatente revolucionário preparou um manifesto com a história de lutas e com pedidos de preservação da memória do "inimigo número 1" da ditadura militar de 1964. A iniciativa integra as ações pelos 45 anos da morte de Marighella, que acontecem nesta terça-feira (4).

Em entrevista ao Vermelho, o filho de Marighella, que tem o mesmo nome do pai, contou que ainda há muito por fazer pela memória do combatente, principalmente na Bahia, estado onde ele nasceu. Uma das

principais defesas da família é de que seja feito o tombamento da casa onde morou Marighella, localizada na Baixa de Sapateiros, em Salvador.

"Nestes 45 anos, constatamos que há uma grande lacuna [na preservação da memória de Marighella na Bahia e no Brasil]. É chegada a hora de tomar providências e a gente tem que deflagrar uma campanha nacional", defendeu Carlos Marighella Filho, um dos idealizadores do Movimento Pró-Memorial Marighella Vive, que assina o manifesto.

Além de pedir o tombamento da casa onde morou o combatente, a família pede também que o poder público dê mais atenção ao túmulo de Marighella, que fica no Cemitério Quinta dos Lázaros, na capital baiana. A lápide do baiano é um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, o mesmo que projetou Brasília.

Inspiração para todos

"A periferia jovem da cidade de São Paulo, de todo o Brasil, por ser jovem está um pouco desconectada. Mas, eu acho que Marighella é uma inspiração para todos nós e é inclusive inspiração para essa parcela da população jovem a qual o Brasil deve tanto. E eu me atreveria a dizer que foi para quem Marighella realmente lutou", ressaltou.

Para Carlos, a pouca difusão das informações sobre o período da ditadura abre espaço para que grupos cheguem a pedir volta do regime. "Só agora a gente pode criar uma comissão da verdade para contar essas atrocidades. É natural que essa confusão se estabeleça, especialmente entre os jovens. Mas isso eu acredito que é uma coisa sem muito significado, que está sendo ampliada por interesses políticos. Não é isso que a juventude quer".

A figura de Marighella também serve de inspiração para a luta da fundadora do movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva. "Acho magnífica a lembrança desse combatente que vive presente na nossa caminhada e no nosso dia a dia. Eu me considero uma Marighella. Ele foi meu professor das lutas", ressaltou.

A diretora da Comissão de Anistia, Amarilis Tavares, enfatizou a importância de valorizar as pessoas que combateram o autoritarismo. Nós não podemos nos esquecer dos nossos heróis. Pessoas que dedicaram suas vidas à causa e contribuíram para esse processo de retorno da democracia para o país".

Leia abaixo o manifesto:

"Carlos Marighella tombou na noite de 4 de novembro de 1969, em São Paulo, numa emboscada chefiada pelo mais notório torturador do regime militar. Revolucionário destemido, morreu lutando pela democracia, pela soberania nacional e pela justiça social.

Da juventude rebelde, como estudante de Engenharia, em Salvador, às brutais torturas sofridas nos cárceres do Estado Novo; da militância partidária disciplinada, às poesias exaltando a liberdade; da firme intervenção parlamentar como deputado comunista na Constituinte de 1946, à convocação para a resistência armada, toda a sua vida esteve pautada por um compromisso inabalável com as lutas do nosso povo.

Decorridos quarenta e cinco anos, deixamos para trás o período do medo e do terror. A Constituição Cidadã de 1988 garantiu a plenitude do sistema representativo, concluindo uma longa luta de resistência ao regime ditatorial. Nesta caminhada histórica, os mais diferentes credos, partidos, movimentos e instituições somaram forças.

O Brasil rompeu o século 21 assumindo novos desafios. Prepara-se para realizar sua vocação histórica para a soberania, para a liberdade e para a superação das inúmeras iniquidades ainda existentes. Por outros caminhos e novos calendários, abre-se a possibilidade real do nosso País realizar o sonho que custou a vida de Marighella e de inúmeros outros heróis da resistência. Garantida a nossa liberdade institucional, agora precisamos conquistar a igualdade econômica e social, verdadeiros pilares da democracia.

Mais uma vez, estratégias distintas se combinam e se complementam para conquistar um mesmo anseio histórico: independência, soberania, distribuição das riquezas, crescimento econômico, respeito aos direitos indígenas, reforma agrária, ampla participação política da cidadania. Os velhos coronéis do mandonismo, responsáveis pelas chacinas e pelos massacres impunes em cada canto do nosso continente, estão sendo varridos pela história e seu lugar está sendo ocupado por representantes da liberdade, como Bolívar, Martí, Sandino, Guevara e Salvador Allende.

E o nome de Carlos Marighella está inscrito nessa honrosa galeria de libertadores. A passagem dos quarenta anos do seu assassinato coincide com um momento inteiramente novo da vida nacional. A secular submissão está sendo substituída pelos sentimentos revolucionários de esperança, confiança no futuro, determinação para enfrentar todos os privilégios e erradicar todas as formas de dominação.

O novo está emergindo, mas ainda enfrenta tenaz resistência das forças reacionárias e conservadoras que não se deixam alijar do poder. Presentes em todos os níveis dos três poderes da República, estas forças conspiram contra os avanços democráticos. Votam contra os direitos sociais. Criminalizam movimentos populares e garantem impunidade aos criminosos de colarinho branco. Continuam chacinando lideranças indígenas e

militantes da luta pela terra. Desqualificam qualquer agenda ambiental. Atacam com virulência os programas de combate à fome. Proferem sentenças eivadas de preconceito contra segmentos sociais vulneráveis. Ressuscitam teses racistas para combater as ações afirmativas. Usam os seus jornais, televisões e rádios para pregar o enfraquecimento do Estado. Querem o retorno dos tempos em que o deus mercado era adorado como o organizador supremo da Nação.

A homenagem que prestamos a Carlos Marighella soma-se à nossa reivindicação de que sejam apuradas, com rigor, todas as violações dos Direitos Humanos ocorridas nos vinte e um anos de ditadura. Já não é mais possível interditar o debate retardando o necessário ajuste dos brasileiros com a sua história. Exigimos a abertura de todos os arquivos e a divulgação pública de todas as informações sobre os crimes, bem como sobre a identidade dos torturadores e assassinos, seus mandantes e seus financiadores.

Precisamos enfrentar as forças reacionárias e conservadoras que defendem como legítima uma lei de auto-anistia que a ditadura impôs, em 1979, sob chantagens e ameaças. Sustentando a legalidade de leis que foram impostas pela força das baionetas, ignoram que um regime nascido da violação frontal da Constituição padece, desde o nascimento, de qualquer legitimidade. E procuram encobrir que eram ilegais todas as leis de um regime ilegal.

Sentindo-se ameaçadas, estas forças renegam as serenas formulações e sentenças da ONU e da OEA indicando que as torturas constituem crime contra a própria humanidade, não sendo passíveis de anistia, indulto ou prescrição. E se esforçam para encobrir que, no preâmbulo da Declaração Universal que a ONU formulou, em 10 de dezembro de 1948, está reafirmado com todas as letras o direito dos povos recorrerem à rebelião contra a tirania e a opressão.

Por tudo isso, celebrar a memória de Carlos Marighella, nestes quarenta e cinco anos que nos separam da sua covarde execução, é reafirmar o compromisso com a marcha do Brasil e da Nuestra America rumo à realização da nossa vocação histórica para a liberdade, para a igualdade social e para a solidariedade entre os povos.

Celebrando a memória de Carlos Marighella, abrimos o diálogo com as novas gerações garantindo-lhes o resgate da verdade histórica. Reverenciando seu nome e sua luta, afirmamos nosso desejo de que nunca mais a violência dos opressores possa se realimentar da impunidade. Carlos Marighella está vivo na nossa memória e nas nossas lutas.

Na Bahia, terra onde nasceu, esse objetivo se expressa pelo tombamento da casa de sua família, na Baixa dos Sapateiros – local de onde saíra para incendiar o mundo com seus sonhos – e ali implantar o Memorial Carlos Marighella."

De Salvador,

Erikson Walla,

Com informações da Agência Brasil

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia. Em seguida, terá a palavra o Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro. Eu fui procurado pela Diretoria do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil – SINDIRECEITA, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT, do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários – ANFA SINDICAL. Nós lutamos para que o projeto da categoria fosse aprovado o mais breve possível, e foi aprovado. Trata-se de um projeto de iniciativa do Executivo, que diz respeito ao adicional de fronteira para a Polícia Federal e para os auditores da Receita. O projeto foi aprovado, mas até hoje não foi regulamentado.

Nós solicitamos, portanto, a imediata regulamentação do adicional de fronteira para a categoria da Polícia Federal e dos Auditores da Receita Federal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para, em nome do SINDIRECEITA, do SINAIT e do ANFA SINDICAL, entidades que representam, respectivamente, os Analista Tribuitários da Receita Federal, os Auditores Fiscais do Trabalho e os Fiscais Agrocopecuários, para cobrar do Governo a regulamentação da Lei 12.855/13, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida aos servidores efetivos em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, ou adicional de fronteira como é conhecido.

Por diversas vezes debatemos essa matéria, não só aqui da tribuna da Casa, mas, sempre que houve oportunidade, falamos com os Ministros da Casa Civil, da Secretaria de Relações Institucionais, do Planejamento e da Fazenda, cobrando a regulamentação dessa lei, para que essa gratificação se materialize e possa efetivamente beneficiar os servidores que trabalham nas fronteiras brasileiras.

Esse recurso irá ajudar inclusive na fixação de servidores efetivos em algumas localidades. Existe uma preocupação das entidades quanto aos Municípios que serão alcançados pela Lei nº 12.855/2013.

Acreditamos na sensibilidade de nosso Governo frente a essa questão, por isso, nosso apelo para que esse adicional seja incorporado o mais rápido possível ao vencimento desses servidores, fazendo valer seu direito, assim como a efetivação da lei aprovada aqui nesta Casa e sancionada por nossa Presidenta.

Gostaríamos de ressaltar todo o trabalho feito nos últimos anos pelos analistas tributários de todo o País, delegados sindicais e diretores, capitaneados pela Diretora Silvia Alencar Filismino, que trabalha intensamente pelo projeto de indenização de fronteira.

A fragilidade no controle de fronteiras e a necessidade de criação de uma política nacional para essa faixa do território foi resolvida com a sanção da Lei 12.885/13. Contudo, o principal, que é pagamento do adicional de fronteira, ainda está sendo pago a quem de direito. Por isso, nosso pedido, nossa intervenção, nossa luta para a regulamentação dessa lei, para que definitivamente o pagamento do adicional de fronteira seja garantido aos sevidores que fazem jus e esperam a efetivação desse direito garantido em lei.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que faça divulgar o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho dois registros a fazer. O primeiro diz respeito ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, que aceitou as denúncias feitas pela revista *Veja* no período da campanha, denúncias contra o nosso então candidato ao Governo da Bahia, Rui Costa. As denúncias foram feitas simplesmente para impedir a vitória de Rui Costa.

Rui Costa é o novo Governador do Estado, e agora o Conselho de Ética aceitou as denúncias. Eu acho que a revista *Veja* não tem credibilidade, mas Rui Costa virá aqui provar todo o processo diante do Conselho de Ética.

Outro registro, Sr. Presidente, é para parabenizar a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB pela decisão de criar a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil. Eu acho que essa é uma atitude importante.

Eu quero parabenizar a direção da OAB por essa iniciativa e me somar a todos os esforços para contribuir com essa entidade, para que se torne efetiva essa Comissão da Verdade, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está em curso uma ação que beira a conspiração contra algumas lideranças do nosso partido na Bahia, a exemplo do que vêm tentando fazer com a Presidente Dilma Rousseff, através da contestação das eleições do último domingo, protocolada pela Oposição no Superior Tribunal Eleitoral.

Enquanto a Oposição tenta, de todas as formas, lançar mácula no processo eleitoral, tendo como argumento comentários de redes sociais que apontam para supostas fraudes nas urnas eletrônicas, na Bahia uma ação na Procuradora Regional Eleitoral, movida por essa mesma Oposição, tenta prejudicar a vitória do companheiro Rui Costa, eleito no primeiro turno das eleições o novo Governador da Bahia, e também dos Deputados eleitos, Afonso Florence, Nelson Pelegrino e o companheiro Vereador de Salvador, Luís Carlos Suíca.

No caso do Governador eleito, Rui Costa, e dos Deputados também eleitos, Afonso Florence e Nelson Pelegrino, as denúncias foram feitas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, com base em reportagem da revista *Veja* – sempre a revista *Veja*. Ora, a autora da denúncia, que presidia a tal ONG, Dalva Paiva, depois de ter a reportagem publicada pela revista, fugiu para a Europa e até hoje não retornou para confirmar o que denunciou à revista, o que demonstra o seu caráter eleitoreiro e o objetivo único de impedir a vitória do companheiro Rui Costa. Tentaram, sem sucesso, fazer isso com a Presidente Dilma, utilizando-se dessa mesma revista.

Em relação ao companheiro Suíca, a denúncia é de que ele usou os serviços de uma ONG, da qual é presidente, para fazer campanha eleitoral. Suíca teve 32 mil votos e não se elegeu Deputado Estadual, mas confirmou a sua imensa liderança política na Câmara de Vereadores de Salvador e desponta como um nome forte junto aos movimentos sociais e ao eleitorado da periferia da nossa capital.

A ONG Grupo Alerta Pernambués presta um importante serviço social em uma das áreas da periferia de Salvador onde a carência de infraestrutura é imensa. E, como Suíca bem definiu, não é porque ele foi candidato que o seu trabalho em benefício da comunidade teria que ser anulado. Até porque o GPA, como é conhecida a ONG, é bem anterior ao seu mandato de Vereador. A entidade oferece opções de atendimento médico, encaminhamentos para realização de exames, cursos de qualificação profissional, além de acesso a computadores para inscrição no Programa Minha Casa, Minha Vida. É por isso mesmo uma instituição que goza de bastante prestígio junto à comunidade.

Faço esses breves comentários para que fiquemos atentos aos que não aceitam a vontade do eleitor e tentam, de todas as formas, contrariar os resultados que vieram das urnas, procurando atingir lideranças importantes que obtiveram o respaldo das urnas e continuarão a realizar o seu trabalho junto àqueles segmentos mais necessitados da nossa sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um Brasil sem racismo, preconceito, discriminação de quaisquer naturezas, quer seja religiosa, ideológica, econômica, cultural e, principalmente, étnica; um País onde os direitos sociais coletivos prevaleçam sobre os interesses individuais ou de grupos, e onde as oportunidades sejam acessíveis para todos e todas, independentemente das suas diferenças. Este é o Brasil que, cada vez, mais se solidifica nos anseios da população, que se manifesta nas ruas, nas redes sociais, em todos os segmentos da sociedade. O Brasil que dá mais um passo pelo fim das desigualdades com a aprovação, em sessão plenária da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, realizada no último dia 3 de novembro, da criação da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil.

"Somos um só Brasil. Queremos uma nação de iguais. O fim do racismo e do preconceito, não admitindo a intolerância e a discriminação, é fundamental para a construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna", afirmou, com muita propriedade, o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, durante a plenária de aprovação. Palavras que já fazem parte do nosso vocabulário de luta contra as desigualdades, que retratam o sentimento cada vez mais forte de brasileiros que ainda são vítimas da intolerância, da discriminação e do preconceito racial.

Por isso, aqui aplaudimos e apoiamos mais essa iniciativa, porque entendemos que, além da função do resgate histórico do período da escravidão no Brasil, que tão graves consequências tiveram na estrutura social do nosso povo, a nova Comissão da Verdade, vai estabelecer parâmetros de responsabilidades dos envolvidos nesse triste período da nossa história, muitas vezes escondidos sobre uma espécie de manto do silêncio, e a que muitos brasileiros não têm acesso.

O plenário da OAB aprovou ainda o encaminhamento de sugestão do Governo Federal para que crie comissão semelhante para atuar nos moldes do que faz hoje em dia o grupo que apura os crimes cometidos durante a ditadura civil militar.

É também mais um importante instrumento de ações afirmativas na luta pela reparação social que o País deve à sua população negra. E essa reparação histórica se faz no desnudamento de todo o processo, que foi a escravidão negra no nosso País, revelando não só os aspectos de uma parte da nossa história, mas também das consequências danosas, ainda vigentes nos dias atuais, sofridas pela população negra. Consequências que, nos últimos anos, graças a ações como essas, vêm sendo corrigidas.

À iniciativa da OAB já se juntam, de antemão, pelos seus históricos de lutas, os diversos movimentos sociais que defendem o fim do preconceito racial e da intolerância religiosa contra os que professam as religiões de matrizes africanas. Os que ainda são vitimas de segmentos reacionários da nossa sociedade, mas que, a despeito das dificuldades, continuam nessa luta pela igualdade dos direitos e das oportunidades.

A OAB se insere nessa história de lutas de todos os movimentos sociais que entendem que a cor da pele, a diversidade religiosa ou cultural, não nos tornam superiores ou inferiores aos demais. Mas, sim, fazem parte da pluralidade da própria sociedade em que vivemos, onde todos somos iguais em nossos direitos.

Parabéns à OAB por mais esse importante passo na luta por um Brasil cada vez mais justo e incluso em todos os seus segmentos sociais.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Foletto, do PSB do Espírito Santo.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, em Colatina, haverá a inauguração do *Shopping* Cidade Sol, com a presença do Governador Renato Casagrande.

Quero parabenizar o empresário Mazinho, da Saturno Viagens, que traz para Colatina um novo foco no desenvolvimento da produção e do comércio da indústria de confecção. Hoje, Colatina não faz confecção, faz moda de qualidade e vende para o Brasil inteiro.

Hoje, na inauguração do *Shopping* Cidade Sol, que contará com a presença do Governador Renato Casagrande, nós não poderemos estar presentes porque estamos aqui.

No sábado, o Governador Renato Casagrande vai inaugurar a estrada de São Francisco, de Vila Paulista até Ecoporanga, além de trechos de Ecoporanga até Ponto Belo, uma nova via que traz um novo foco para o desenvolvimento econômico do extremo norte capixaba.

Além disso, na sexta-feira, o Governador voltará à Colatina para fazer a inauguração da variante de Colatina, retirando, de uma vez, o trânsito pesado do centro da cidade, fazendo com que a mobilidade urbana fique muito melhor.

Parabéns ao Governador Renato Casagrande, que termina seu governo entregando obras importantíssimas para o Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar matéria publicada hoje na coluna de Elio Gaspari, na *Folha de S.Paulo* e no jornal *O Globo*, sobre as atitudes do já folclórico Ministro Gilmar Mendes, de sua intenção em continuar na magistratura com a chamada PEC da bengala, que por si só já é um escândalo. Ou seja, a tentativa de o Ministro, em benefício próprio, promover essa PEC. E ainda vem a público insistir num discurso que parece manter a disputa eleitoral.

Eu acho que o Ministro Gilmar Mendes virou uma figura folclórica pela sua militância política, derrotada nessa campanha, e se desqualifica para fazer sugestões ou acusações ao Governo da Presidenta Dilma, com adjetivos como bolivarianismo e cubanização. Trata-se de uma retórica reacionária totalmente superada, e que, na verdade, revela o lado folclórico de um Ministro que perdeu a noção do cargo, e, lamentavelmente, se presta a esse tipo de esculacho no seu ocaso como Ministro da Suprema Corte. Lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Giovani Cherini, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje, dia 5 de novembro, comemora-se o Dia do Técnico Agrícola, por lei de 5 de novembro de 1968, que criou a profissão de técnico agrícola e técnico industrial.

Os técnicos agrícolas, meus colegas do Brasil inteiro, são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Os técnicos agrícolas são registrados no Conselho Regional de Engenharia, e nós queremos que isso mude. Nós queremos criar o nosso próprio conselho dos técnicos agrícolas e industriais.

Em nome do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul – SINTARGS e da Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil – ATABRASIL, quero aqui cumprimentar todos os técnicos agrícolas do Brasil pelo dia 5 de novembro, o Dia do Técnico Agrícola.

Por isso, meus colegas, tenham certeza de que nós aqui nesta Casa...

(O microfone é desligado.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 5 de novembro, comemora-se em todo o Brasil o Dia do Técnico Agrícola. A data é alusiva à Lei Federal nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que regulamentou a profissão dos técnicos agrícolas e dos técnicos industriais no Brasil. Responsável por 70% da assistência técnica na produção agropecuária e na comercialização de equipamentos e insumos especializados, o técnico agrícola tem papel fundamental na produção de alimentos saudáveis e no desenvolvimento socioeconômico do País.

Como profissionais liberais, os técnicos agrícolas são registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e exercem suas atividades profissionais de acordo com o Decreto Federal nº 90.922, de 1985, e com o Decreto Federal nº 4.560, de 2002. A valorização profissional e o aumento da massa salarial da categoria são as principais bandeiras de luta do SINTARGS, através da instituição do salário mínimo profissional e da criação do Conselho Profissional dos Técnicos.

Quero aqui, em nome do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul – SINTARGS e da Associação dos Técnicos Agrícolas do Brasil – ATABRASIL, cumprimentar todos os técnicos agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Luci Choinacki, do PT de Santa Catarina.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dizer que participei ontem de um evento muito importante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, quando entidades, Governo e sociedade civil participaram de um debate. Foram também convidadas várias entidades. O importante é que o Brasil resolveu, com o Presidente Lula e com a Presidente Dilma, o problema mais grave do ser humano: a fome, a fome crônica.

As elites brasileiras, que dominaram o Brasil com sua tirania por tantos anos, achavam que a fome do ser humano é normal. Nós resolvemos essa parte. Agora, nossa discussão é para melhorar a qualidade alimentar do ser humano, a fim de que as pessoas não só comam, mas se alimentem com alimentos que dão força, vitalidade...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides, do PMDB do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em expressiva solenidade prevista para a próxima segunda-feira, o Hospital Geral de Fortaleza, do Exército, estará festejando 75 anos de proficiente existência, em meio a festividades que objetivam destacar um evento de extraordinária significação para o nosso Estado, sobretudo em razão da inestimável cooperação prestada por aquele nosocômio aos que demandam as suas enfermarias e salas de cirurgia no complexo de amplas dependências que dignificam a capital cearense, e, obviamente, a todos quantos passaram por ali ao longo do tempo.

O seu atual Diretor-Geral é o Coronel Sebastião Mauro Venturi de Pina, que se incumbirá de coordenar as justas comemorações, com a participação também da comunidade, num entrelaçamento dos mais meritórios que me permito realçar neste registro, da tribuna desta Casa do Parlamento nacional.

Aliás, durante a recente tramitação de proposta de emenda à Constituição, de autoria do Senador Marcelo Crivella, eu emiti parecer favorável à prerrogativa de o profissional militar devidamente qualificado – a começar pelos médicos, dentistas e outros de níveis superior – poder exercer outra função correlata, fora, obviamente, da jornada normal a que é obrigado a cumprir, nos termos da legislação correspondente.

Ressalte-se que o meu parecer obteve aprovação unânime deste Plenário soberano, ensejando a que me fossem transmitidos cumprimentos pela comunidade interessada e, sobretudo, por parte do autor, hoje Senador da República, com marcante atuação no cenário nacional.

Agraciado com uma honrosa láurea a ser entregue durante as festividades, agradeço, desde já, a nobreza da distinção, que dignificará a minha já longa vida pública, no alto de 11 mandatos de representação popular, o que me permitiu exercer a Presidência da Assembleia Legislativa do Ceará, a do Senado e Congresso Nacional, bem assim, inteiramente, a Presidência da República, quando ausente o então titular, Itamar Franco, extraordinário homem público a quem rendo o tributo de minha profunda saudade.

Sou gratíssimo ao Coronel Sebastião Mauro Venturi de Pina e a todos quantos ali prestam inestimáveis serviços ao povo cearense.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Celso Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que neste mês de novembro acontece em todo o País a Campanha Mundial Novembro Azul, grande mobilização que alerta para a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata.

De acordo com o Instituto Lado a Lado pela Vida, um dos responsáveis pela iniciativa, o câncer de próstata é o segundo tipo que mais mata no Brasil, atrás apenas do câncer de pele, com um caso a cada seis indivíduos. Em 2015, a estimativa é de que 69 mil novos casos sejam diagnosticados. Hoje, quase metade da população masculina nunca foi ao urologista.

Para se ter uma ideia da importância da prevenção, nos países desenvolvidos, somente um em cada dez pacientes morrem ao detectar a doença. Já nos países subdesenvolvidos, esta taxa aumenta para quatro mortes a cada dez. O exame é tão importante que, se detectado precocemente, as chances de cura ficam entre 80 e 95%. Este ano o movimento utiliza o bigode como alusão à masculinidade.

O tema também promove um chamado com os seguintes dizeres: *"Tem coisas que não podem ficar apenas no fio do bigode. A sua saúde também não. Que tipo de homem você é?"* O público-alvo da campanha são homens a partir de 40 anos de idade e grupos que participam do processo de prevenção e cuidados, seus familiares e parceiros.

Pela importância e impacto destas ações na conscientização da população e na consequente redução do número de mortes, faço questão de destacar esta importante campanha.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (SD-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal precisa regulamentar a Emenda Constitucional nº 79, que trata dos benefícios para os servidores federais dos ex-Territórios do Amapá e Roraima, incluindo alguns Municípios, como Macapá e outros. O prazo para regulamentação se esgota no dia 26 deste mês de novembro, e até agora o Governo, a Presidenta Dilma e a Ministra Miriam Belchior não sinalizaram que vão cumprir o prazo da regulamentação.

Nesse sentido, Sr. Presidente, aprovamos hoje na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados requerimento de minha autoria solicitando a realização de audiência pública,

para que nós possamos debater essa matéria e pressionar mesmo o Governo a cumprir o prazo do dia 26 de novembro.

Então, vamos realizar a audiência pública, trazer para esta Comissão o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Governadores do Amapá e Roraima e os representantes dos servidores. Vamos debater a matéria e cobrar a sua regulamentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Dudimar Paxiuba, do Bloco PP/PROS, do Pará.

O SR. DUDIMAR PAXIUBA (Bloco/PROS-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem dúvida, os Centros de Iniciação ao Esporte – CIEs vêm prestar um serviço relevante, principalmente à juventude deste País.

Por isso, é com alegria que anuncio que a Prefeitura de Itaituba divulgou, recentemente, a licitação para construção de um Centro de Iniciação ao Esporte. A data da abertura da proposta está marcada para o próximo dia 21 de novembro, às 9 horas. Há necessidade de que os amantes e entusiastas da prática do esporte se façam presentes para acompanhar e fiscalizar o processo licitatório e, posteriormente, também acompanhar todo o processo de construção desse importante equipamento esportivo.

Congratulo-me, portanto, com o Governo Federal, e rogo ao Governo Municipal que seja rígido e severo no cumprimento dos prazos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero nesta oportunidade, mais uma vez, fazer referência ao Ministério que desenvolveu a concepção de Centros de Iniciação ao Esporte – CIEs, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

Esses Centros de Iniciação ao Esporte têm como objetivo a ampliação e oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, para incentivar a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social de cidades brasileiras.

O equipamento esportivo integra, num só espaço físico, atividades e prática de esportes voltados ao esporte de alto rendimento, estimulando a formação de atletas entre crianças e adolescentes.

A arquitetura e a engenharia dos CIEs são fornecidas pelo Ministério do Esporte aos Municípios. O modelo compreende um Ginásio Poliesportivo com arquibancada para 195 pessoas, área de apoio, administração, sala de professores e técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público e pista de atletismo, ocupando uma área de 7.000m^2, perfazendo uma área construída de 3.750m^2.

O programa vem atendendo aos Municípios considerados do Grupo I. No Estado do Pará, além de outros, foram contemplados os Municípios de Santarém e Itaituba, situados na região oeste do Estado.

Essas duas cidades estão localizadas em áreas reconhecidamente de extrema vulnerabilidade social, onde as oportunidades para a prática esportiva, principalmente para as crianças e adolescentes, são timidamente disponibilizadas pelo poder público, o que muitas vezes impõe aos habitantes um estilo de vida sedentário, provocando distúrbios decorrentes da má alimentação, obesidade, estresse, doenças coronarianas, dentre outras causas.

A prática regular de atividade esportiva serve como medida profilática que inibe problemas físicos e até problemas mentais, além de evitar que nossos jovens, em razão da ociosidade, enveredem por caminhos que os levem às práticas de atividades nada recomendáveis.

Precisamos ofertar urgentemente aos nossos jovens – e por que não a todos os cidadãos e cidadãs? – equipamentos públicos esportivos que podem oferecer condições para a prática das mais diversas modalidades esportivas.

Recentemente, com extrema alegria, tomamos conhecimento de que a Prefeitura Municipal de Itaituba, através do Aviso de Licitação – Concorrência nº 4/2014, objetiva a contratação de empresa especializada para prestação serviços de construção de Centro de Iniciação ao Esporte – CIE.

A data da abertura das propostas está marcada para o próximo dia 21 de novembro de 2014, às 9 horas, e há necessidade premente de que os amantes e entusiastas da prática de esportes se façam presente para acompanhar e fiscalizar o processo licitatório, assim como todo o desenrolar dos trabalhos de construção deste importante equipamento esportivo.

Não podemos permitir que neste caso específico ocorra o que temos, infelizmente, presenciado com outras obras públicas de natureza e objeto não menos importante, que ficam anos a fio no processo de construção, sem que venham a prestar à sociedade o seu real e concreto objetivo.

Congratulamo-nos com o Governo Federal e rogamos aos Governos Municipais que sejam rígidos e severos no cumprimento dos prazos, para que possamos, no mais curto espaço de tempo, disponibilizar a todos esse maravilhoso local para a prática de esportes e exercício de atividades físicas.

Sr. Presidente, peço a divulgação do presente pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Organização das Nações Unidas – ONU divulgou, no último final de semana, o seu quinto relatório de avaliação sobre mudanças climáticas, e, mais uma vez, as informações são preocupantes. Se o Brasil e outras nações, até 2100, não controlarem significativamente as emissões de CO_2 e outros gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global, nós vamos ter sérios problemas no Planeta, como já está indicando esse relatório.

Apelo para a Presidente Dilma Rousseff, que foi reeleita, para que melhore a eficiência do seu Governo na área ambiental. Desde a época de Itamar Franco não tínhamos um Governo com tão poucas unidades de conservação criadas, o que nos permitiria evitar os efeitos que estão provocando a seca no Sudeste e em outros lugares.

Então, deixo aqui o nosso apelo e o nosso alerta à sociedade brasileira.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo mais uma vez a esta tribuna para alertar sobre os profundos danos que estamos provocando no meio ambiente, ocasionados pela desenfreada exploração dos recursos naturais e pela poluição sem limites. As temperaturas que se registram acima da média e a seca que provoca a falta de água no Sudeste são alguns desses indícios mais tangíveis a nós, cidadãos. Porém, não são perceptíveis aos nossos sentidos as mudanças dos ecossistemas ou a extinção de espécies da flora e fauna, que poderiam conter substâncias importantes para a cura de doenças ou para o desenvolvimento de materiais e compostos menos poluentes. Não sabemos.

O Planeta não está aguentando mais todo esse impacto. A emissão de poluentes, o desmatamento e a falta de cuidado com os nossos recursos hídricos trarão consequências graves para o nosso futuro. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU – o IPCC, divulgou nesse último flnal de semana o seu quinto relatório, que conclui que a mudança do clima ameaça produzir impactos irreversíveis e perigoso. Afirma ainda que temos a opção de limitar esses efeitos, mas apenas se reduzirmos significativamente a emissão de CO_2, eliminando-a até o ano de 2100. Além disso, alerta para o fato de que precisamos evoluir na questão da Matriz Energética, substituindo o atual modelo mundial por energias limpas e renováveis.

Estamos acompanhando a situação da falta de água no Sudeste, reflexo de todas as mudanças climáticas que estão em curso. Não podemos ignorar o fato de que as florestas são responsáveis pela produção da umidade no Planeta e sem elas teremos secas cada vez mais severas e o posterior processo de desertificação dos nossos solos. No caso do sistema Cantareira, apesar das chuvas dos últimos dias, estamos operando com apenas 11,9%, já na segunda cota do volume morto, e com redução de 2 pontos percentuais a cada dia. A situação é crítica.

Enquanto isso, esta Casa permanece influenciada por uma bancada ruralista cega e imediatista, que não quer enxergar que suas ações só visam ao ganho no curto prazo e que não poderão sustentá-los no futuro. Ao não dar celeridade aos projetos ambientais parados, está, de fato, dando um tiro no próprio pé. Na semana do Dia Internacional do Meio Ambiente, 5 de junho, entregamos uma Pauta Verde com quatro projetos que já tramitaram nas Comissões e estão prontos para apreciação do Plenário e, passados 5 meses, nenhum deles foi sequer discutido nesse plenário.

Isso demonstra que todos os alertas que o nosso Planeta está dando não são suficientes para que esta Casa tome as ações necessárias para reduzirmos os danos que enfrentaremos no futuro. A bancada ruralista deveria ocupar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, não para atuar como entrave nas iniciativas de preservação e uso sustentável dos recursos, como vem fazendo, mas para se aliar à bancada ambientalista e trabalhar em conjunto para avançar em todos os projetos que visem à proteção dos nossos recursos hídricos, das nossas florestas, que incentivem a pesquisa e os investimentos em práticas ambientais sustentáveis. Os produtores rurais serão beneficiados no futuro, pois sem essas medidas a atividade deles está em sério risco.

O Governo Federal, em consonância, fechou os olhos. É um total descaso o que Dilma fez com o meio ambiente no seu primeiro mandato. Foram apenas três Unidades de Conservação citadas até antes da campanha presidencial. Durante a campanha, após receber críticas do movimento ambientalista, aprovou seis novas

Unidades de Conservação a toque de caixa, processos que estavam parados desde o início do mandato, no Ministério do Meio Ambiente. No total, são nove Unidades criadas nesse primeiro mandato o pior desempenho desde o Governo Collor/Itamar, quando a preocupação com o meio ambiente não era a que temos hoje.

Mas não foi apenas nesse quesito que o Governo Dilma fracassou. Os índices de desmatamento vêm aumentando nos últimos 2 anos, como consequência da ineficiência da fiscalização e da falta de punição aos infratores. O Instituto Imazon anunciou que o desmatamento registrado em agosto e setembro deste ano aumentou 191% em relação ao mesmo período de 2013. No acumulado anual, o desmatamento de 2013 na Amazônia Legal foi 27,8% superior ao de 2012, equivalendo a quase 6 mil quilômetros quadrados de área devastada.

Infelizmente, não estamos vendo esse movimento apenas na Amazônia Legal. O crescimento dos índices de desmatamento também podem ser observados nos outros biomas, como o Cerrado e a Mata Atlântica.

No Cerrado, os índices de desmatamento vêm aumentando desde 2010. Entre 2010 e 2012 o desmatamento do Cerrado aumentou 133%, atingindo a marca de 7,6 mil quilômetros quadrados em 2012. Atualmente, o Cerrado é o bioma mais impactado. Devido à velocidade com que vem sendo desmatado, desde 2011, o desmatamento registrado no Cerrado é superior ao da Amazônia Legal. A Mata Atlântica segue na mesma linha, com apenas 8,5% de sua área original. O desmatamento registrado em 2013 foi 9% superior ao do ano anterior. Esses são os dados dos biomas mais monitorados, mas esse movimento pode ser observado em todo o Brasil, dos Pampas ao Norte do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por todos esses motivos, não podemos deixar que a agressão ao meio ambiente continue ocorrendo debaixo do nosso nariz, pressionado por interesses econômicos imediatistas e não sustentáveis de poucos beneficiados, desrespeitando a legislação e prejudicando futuro de toda a população.

Precisamos unir esta Casa, despolarizar o embate entre as bancadas ruralista e ambientalista, em prol do meio ambiente.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Geraldo Resende, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

O SR. GERALDO RESENDE (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, venho à tribuna para cobrar da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, empresa estatal instituída para dar melhor encaminhamento às crises rotineiras por que passam os hospitais universitários, a construção do chamado Instituto da Mulher e da Criança – IMC.

Os recursos para esse fim foram conquistados por meio da nossa gestão política, no Governo do Presidente Lula, junto ao então Ministro da Saúde José Gomes Temporão. Infelizmente, todo o nosso esforço no sentido de agilizar o processo, a fim de que a universidade iniciasse a obra, foi infrutífero.

Nós faremos uma audiência com a presença do Presidente da EBSERH na Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa, para discutir a situação dos hospitais universitários no País.

Quero daqui fazer um apelo público: vamos dar início logo à construção do Instituto da Mulher e da Criança, para o bem das mulheres e das crianças de Dourados e do Estado de Mato Grosso do Sul.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quarta-feira, dia 29, apresentei à Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa um requerimento de convite ao presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a EBSERH, José Rubens Rebelatto, para prestar esclarecimentos sobre a situação dos hospitais universitários no País, mais especificamente sobre a morosidade na licitação das obras de construção do Instituto da Mulher e da Criança, o IMC, nas dependências da Universidade Federal da Grande Dourados, a UFGD.

O IMC será um moderno hospital com 8,7 mil metros construídos, com 42 leitos de enfermaria para Obstetrícia; 16 leitos de enfermaria para Ginecologia; 30 leitos de Pediatria; 10 leitos de Pediatria de isolamento; 12 leitos de UTI Neonatal; 22 leitos de UTI Intermediária; 4 leitos de repouso para acompanhante; 6 leitos para isolamento; 8 salas para ambulatório; 6 leitos para hospital/dia; 4 leitos para observação; 4 leitos para pré-parto, parto e puerpério; 3 salas de cirurgias; 2 salas para partos; 1 banco de leite; 2 salas de reuniões; e um auditório. Para a construção dessa unidade especializada já existem recursos depositados, de R$ 12,9 milhões, o compromisso de uma contrapartida de R$ 6 milhões, mas nenhum avanço no sentido de iniciar a edificação.

O Instituto da Mulher e da Criança servirá como hospital-escola para os nossos estudantes de Medicina da UFGD, como também ofertará serviços de saúde para os 34 Municípios da Região da Grande Dourados.

Os valores mencionados foram empenhados em 2010 e pagos no dia 8 de julho de 2012 e remonta a uma demanda discutida com alunos, professores, profissionais da saúde e toda a comunidade de Dourados e Região, no ano de 2009. Foi neste período que conseguimos o compromisso dos recursos com o então Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ainda no Governo Lula.

Ou seja, anos depois de todo este esforço, sequer temos conhecimento da existência dos projetos de engenharia, arquitetônico, de custos, dentre outros, para o início das obras. Enquanto isso, crianças e mulheres, essas no momento mais sublime de sua vida, o momento do parto, não têm atendimento adequado, são amparadas em maternidade improvisada e sofrem sérios problemas pela falta de atendimento especializado.

Venho realizando inúmeras intervenções junto à Universidade e ao Ministério da Saúde, cobrando providências para que a obra seja iniciada. Porém, as explicações que tivemos, desde então, foram as de que os projetos técnicos de construção foram seguidamente reprovados pelo Ministério por falta de qualidade. Os trâmites foram atrasados ao extremo, em consequência da contratação equivocada, realizada pela UFGD, de uma empresa de Goiânia, sem experiência para a confecção desses projetos.

Em setembro do ano passado, a EBSERH, órgão ligado ao Ministério da Educação, assinou convênio com a UFGD para assumir a administração do Hospital Universitário. Porém, novos atrasos ocorreram, o que me faz questionar se essa Empresa não seria mais um cabide de empregos do Governo Federal, pois a mesma morosidade continua. Tenho certeza de que, se fosse destinada ao atendimento dos parentes daqueles que hoje recebem regiamente seus altos salários no poder público, esta unidade já estaria em funcionamento.

Hoje, para a execução do projeto, será necessário o aporte de novos recursos, estimados em R$ 30 milhões, ou seja, mais que o dobro do que precisávamos inicialmente. Para tanto, já estou buscando o compromisso do Ministério da Educação, bem como da Bancada Federal de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, para viabilizar os valores que faltarão para tornar o IMC uma realidade. Além disso, não podemos perder investimentos arduamente conquistados em Brasília.

Enquanto esta obra não sai do papel, mulheres que já poderiam estar sendo atendidas por sofrerem de incontinência urinária (incapacidade de segurar a urina em determinados esforços), ou miomatose uterina (sangramento em grande quantidade), ou até mesmo por causa de problemas de infertilidade, engrossam as filas diante das nossas já deficitárias unidades de saúde.

Apresentei requerimento convidando o Presidente da EBSERH para prestar esclarecimentos nesta Casa, em nome de mulheres e de crianças que ainda não nasceram, principalmente em defesa da vida.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Stédile, do PSB do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, fizemos justiça aos Municípios brasileiros.

O Governo Federal tem dezenas de projetos para os Municípios, mas todos eles trazem ônus para as Prefeituras. Por exemplo, há um belo projeto para construção de escolas materno-infantis, as antigas creches, mas quem irá mantê-las serão as Prefeituras. Há também vários outros projetos na área da saúde e educação. Todos eles oneram as Prefeituras. Não conheço nenhuma Administração Municipal que não tenha sofrido redução na arrecadação nesse período.

Mas, ontem, este Plenário fez justiça às Prefeituras, aumentando em 1% o repasse ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, porque são elas que resolvem, no dia a dia, os graves problemas da nossa população.

Parabéns a todos os Deputados! Fizemos justiça e melhoramos as condições das Prefeituras do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre o Dia Nacional do Livro, comemorado no último dia 29 de outubro.

Esta data é muito importante, pois é uma homenagem à fundação da Biblioteca Nacional, em 1810. O hábito da leitura começou a ser valorizado na sociedade brasileira a partir da inauguração da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, para a qual foram transferidas obras pertencentes à Real Biblioteca portuguesa. Hoje, ela é a oitava maior biblioteca do mundo.

Outra data importante para a nossa literatura é 18 de abril, quando se comemora o Dia Nacional do Livro Infantil, instituída em homenagem ao escritor brasileiro Monteiro Lobato, que nasceu neste mesmo dia, em 1882. Naquele período, o brasileiro não tinha o hábito da leitura.

Contos da Carochinha, de Figueiredo Pimentel, foi o primeiro livro infantil publicado no Brasil, em 1894, e continua sendo reeditado até hoje.

Na Idade Média, os livros eram feitos à mão e produzidos por monges, que usavam tinta e bico de pena para escrever os textos. Um livro pequeno levava meses para ficar pronto. Imaginem só se não tivéssemos todos os recursos avançados que temos hoje para produzir os livros? Com toda a tecnologia que temos hoje, por maiores que sejam, os livros ficam prontos rapidamente.

O livro é um meio muito importante para adquirir conhecimento e contribuir com o desenvolvimento da nossa linguagem e da nossa escrita. Hoje temos livros de todos os temas, assuntos, histórias e para todas as idades.

Assim como qualquer órgão do corpo, o cérebro precisa se manter ativo para continuar saudável. Uma das melhores maneiras de melhorar o dinamismo e o raciocínio é através de um hábito que muitas pessoas não têm: o da leitura em papel.

Além do benefício para a saúde, já que ler comprovadamente afasta a chance de aparecimento de doenças como o Mal de Alzheimer, é possível melhorar a compreensão dos textos e ampliar os conhecimentos.

Encerro lembrando que criei a seguinte frase: *"O livro é tão importante, significa tanto, que não deveria ter preço".* Eu desejo que todos que tenham a oportunidade de ler um livro, porque é importante e faz a diferença.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar, com muita alegria, que, logo mais, eu vou participar, a convite da Presidente Dilma Rousseff, da solenidade de entrega da Ordem do Mérito Cultural, que está em sua 20ª edição.

Sr. Presidente, trata-se de um dia muito importante para a cultura potiguar. Depois de a romancista Dona Militana ter recebido das mãos do Presidente Lula essa comenda, chegou a vez de Tião Oleiro, Mestre dos Congos de Ceará-Mirim. Ele receberá a comenda logo mais, das mãos da Presidente Dilma Rousseff e da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, na classe Cavaleiro da Ordem do Mérito Cultural.

Quero aqui dizer que Mestre Tião Oleiro é trabalhador rural e foguista nos engenhos de açúcar em Ceará-Mirim, mas teve uma vida dedicada ao folclore por meio dos Congos de Guerra.

Portanto, em nome do povo potiguar, quero saudar o Ministério da Cultura pela iniciativa e, ao mesmo tempo, render todas as nossas homenagens a Mestre Tião Oleiro, que será homenageado logo mais.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como um bom vascaíno, digo que ainda não estamos classificados para a Série A. Mas o Joinville, lá do meu Estado, já está classificado – classificou-se ontem para a Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol. Portanto, nós temos mais um time catarinense na Série A.

Eu quero cumprimentar o povo de Joinville e o Joinville Esporte Clube por essa grande conquista, elevando, mais uma vez, o nome de Santa Catarina, não só pelo seu desenvolvimento, mas principalmente na parte desportiva.

Por isso, eu quero aqui cumprimentar os dirigentes, os jogadores e todo o povo de Joinville por essa grande conquista da noite de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero deixar registrada a minha preocupação com o clima de insegurança que cresce cada vez mais em Belém, Capital do Estado do Pará.

Ontem aconteceu uma chacina naquela cidade. Um policial da ROTAM foi morto, e, imediatamente depois, a polícia metralhou oito pessoas, o que demonstra a falta de planejamento das instituições de segurança pública do Pará.

Nas cidades pequenas daquele Estado, é comum os policiais conhecerem todas as bocas de fumo e não adotarem providência alguma. Há, muitas vezes, o envolvimento de grande parte dos integrantes das instituições de segurança pública nisso tudo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lido pronunciamento em que registro a minha preocupação com a falta de planejamento na segurança pública do Estado do Pará.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, venho à tribuna relatar o assassinato do Cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo, pertencente à Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (ROTAM), fato que deu sequência à chacina de no mínimo oito indivíduos

– segundo a polícia, bandidos. Os assassinatos ocorreram precisamente nos Bairros do Guamá, Terra Firme e Jurunas da Capital do Estado do Pará, Belém.

Este é mais um triste episódio da escalada de violência que vem ocorrendo no Estado do Pará, onde se dá conta de mais de 43 mortes nos últimos dias.

Pelo que se vê, principalmente por conta deste último episódio, a polícia do Pará perdeu o controle da Segurança Pública, e o Governador Simão Jatene perdeu o controle da polícia.

A chacina executada pela polícia significa o desrespeito do órgão de segurança ao Governador, e sobre isso se necessita dar explicação para a sociedade.

Nesse sentido, o Deputado Estadual Airton Faleiro (PT/PA) anunciou a apresentação de requerimento da bancada do PT, convocando o Secretário de Segurança Pública e o Delegado-Geral para as devidas explicações.

Sr. Presidente, aqui em Brasília, fiz pronunciamento sobre o assunto, além de solicitar ao Ministério da Justiça que envie Forças Federais ao Estado, caso o Governador venha a requerer. E ele, pelo bem do povo paraense, deveria requerer urgentemente, já que perdeu o controle de sua polícia.

Ao mesmo tempo vou requerer às autoridades competentes uma apuração minuciosa sobre o ocorrido, pois, apesar da divulgação, pela própria polícia, da morte de oito pessoas, há boatos ou notícias ainda não apuradas de que há um número bem maior de vítimas.

O episódio ocorrido ontem em Belém pode ser considerado uma chacina orquestrada de forma planejada, configura-se ato de vingança, ou seja, a polícia fazendo justiça com as próprias mãos.

Por mais que haja, entre a população, certa tendência à defesa de execuções como as que ocorreram em Belém, influenciada por velhos discursos em que figuram dizeres como "bandido bom é bandido morto", o Estado brasileiro, através de um de seus braços, que é a polícia, não pode utilizar os mesmos métodos do crime em resposta a um ato criminoso, por mais cruel que este tenha sido. Para a polícia, a máxima tem que ser esta: *"Bandido bom é bandido preso"*.

Diante de tudo isso, volto a insistir em que o Governador Simão Jatene entre em contato urgentemente com a Presidenta Dilma Rousseff, para que a União ajude o Estado do Pará a resolver este grave problema.

Governador Simão Jatene, tenha a responsabilidade e a humildade que a situação requer e peça a ajuda das Forças Federais!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passamos agora à fase do Pequeno Expediente em que concedemos a palavra por 5 minutos a cada orador.

Com a palavra o ilustre Deputado Marllos Sampaio, do PMDB do Piauí.

O SR. MARLLOS SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer hoje a prestação de contas do meu mandato, em especial à população da cidade de Valença do Piauí, onde obtive o dobro do número de votos nas últimas eleições.

Sras. e Srs. Deputados, sou valenciano de fato e de direito, casado com uma valenciana. Minha esposa, Paula Jeanne, está em Valença do Piauí, com a sua família, assistindo-nos, bem como o povo valenciano.

Obtive naquela cidade mais de 30% dos votos válidos, mais de 3 mil votos. Fui o Deputado mais votado da história de Valença do Piauí.

Quero dizer que continuarei me dedicando ao trabalho em prol dessa importante cidade da Confederação Valenciana, que engloba mais de 100 mil habitantes.

Sr. Presidente, já está em obras o maior ginásio poliesportivo da região. Para a construção dele destinei 1 milhão e 750 mil reais. As quadras do ginásio poliesportivo, que fica no Bairro Lavanderia, têm medidas oficiais e poderão receber jogos nacionais e internacionais. É uma belíssima obra. Se tudo correr bem, poderá ser inaugurada em pouco mais de 1 ano.

Já estão sendo finalizadas as obras de construção de três Academias da Saúde instaladas na Praça da Prefeitura, no Bairro Novo Horizonte, e de outra, na Zona Rural de Valença do Piauí, no Povoado Isidória. Cada Academia custou 100 mil reais. Nelas, idosos e jovens poderão praticar atividade física gratuitamente. As obras das Academias da Saúde estão em fase final, e mais de 70% dos valores a elas destinados estão na conta da Prefeitura.

Para melhorar a infraestrutura de Valença, destinei 1 milhão e 250 mil reais para o calçamento de diversas ruas. A obra começou pelos Bairros Lavanderia, Valencinha e Morada Nova. Outros bairros serão beneficiados assim que forem finalizados os projetos.

Sr. Presidente, Valença vai ganhar um novo e belo portal de entrada, no valor de 250 mil reais, na Avenida Stanley Fortes, que foi duplicada, também por meio da minha intervenção. O valor da obra chegou a quase 2 milhões de reais. E a cidade ganhará também uma praça de eventos, que vai ficar nas imediações da avenida, no valor de 350 mil reais.

Conquistamos ainda, junto ao Governo Federal, a garantia da conclusão e da instalação da subestação de energia de Valença, o que vai acabar com as constantes oscilações de energia.

Entreguei uma máquina agrícola, uma patrulha mecanizada, no valor de 170 mil reais, que já está ajudando no desenvolvimento da agricultura familiar do Município.

Sr. Presidente, contribuí também na área da segurança pública. Como Delegado da Polícia Civil concursado, fui o único Deputado Federal que destinou recursos para o reaparelhamento da Polícia Civil, em especial a de Valença. Com a minha emenda, já foram entregues à Polícia Civil uma viatura moderna, uma *pick-up* Ranger, no valor de 200 mil reais, totalmente equipada e preparada para o combate ao crime, viaturas de pequeno porte e uma *pick-up* SW4, moderna também, zero quilômetro, para o Batalhão da Polícia Militar de Valença, através do Governo do Estado do Piauí.

Na área da saúde, empenhei minhas emendas, no valor de 105 mil reais, para a compra de diversos equipamentos, de carros para a Secretaria de Saúde e para a reforma de postos de saúde.

Mais de 750 mil reais serão investidos na construção da Casa da Cultura, em Valença, que será a sede de um dos mais belos movimentos culturais daquela cidade, onde vão ser oferecidas oportunidades aos jovens nessa área.

Essas são apenas algumas as ações que empreendi em favor da minha querida Valença. Sempre que foi preciso, utilizei a minha voz para defender os valencianos, como fiz ao debater nacionalmente, na Câmara dos Deputados e nos Ministérios, o descaso da ELETROBRAS com o Estado do Piauí.

Quero deixar bem claro que essas ações vão continuar. Meu trabalho e minha dedicação à cidade de Valença serão permanentes. O meu carinho e o meu agradecimento estão renovados e redobrados, pelo apoio maciço que recebi dos valencianos nas últimas eleições.

Passamos por um período conturbado na política valenciana. Em breve haverá nova eleição na cidade, tendo em vista que o mandato do Prefeito está sendo cassado, por causa de falhas na prestação de contas. Debaterei, juntamente com o nosso grupo político, as melhores propostas para o novo Prefeito, a fim de que acolha os anseios da nossa população. Como Deputado Federal mais votado, não só de Valença, mas também da Confederação Valenciana, vou, sim, debater as melhores propostas de trabalho para a nossa cidade e, num futuro bem próximo – por que não? –, vou participar também, politicamente, de outras vertentes, de outras cruzadas, na cidade de Valença. Ao meu trabalho e à minha história darei continuidade muito fortemente.

Sr. Presidente, gostaria que fosse publicada, com a atenção que merece, pelos meios de comunicação desta Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*, a minha homenagem à cidade de Valença do Piauí, à qual me dedico e pela qual trabalho.

Um abraço a todos os meus conterrâneos valencianos, em especial à minha esposa, Paula Jeanne, que está lá em Valença trabalhando, como sempre.

Boa tarde.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Quero ressaltar, da tribuna desta Casa, a importância da cidade de Valença do Piauí, que me concedeu mais de 3 mil votos na última eleição, duplicando a nossa votação em relação à eleição passada.

Tenho realizado um trabalho dedicado ao município, com ações e emendas em favor da população. Hoje sou um cidadão valenciano, através de um título concedido pela Câmara Municipal, um importante reconhecimento do trabalho que já realizamos e que ainda temos a realizar pelos valencianos.

Destinei para nossa querida cidade 1 milhão, 170 mil reais, para a construção de um ginásio poliesportivo com quadra de medidas oficiais, além de banheiros, vestiários, arquibancadas e lanchonete. Com esse ginásio, Valença do Piauí poderá receber jogos nacionais.

Já estão sendo finalizadas três Academias da Saúde, instaladas na Praça da Prefeitura, no bairro Novo Horizonte, e outra na zona rural Isidória. Cada Academia custa 100 mil reais, um investimento total de 300 mil reais de minhas emendas, para que jovens e idosos pratiquem atividade física gratuitamente.

Para melhorar a infraestrutura de Valença, destinei 1 milhão e 250 mil reais para o calçamento de diversas ruas. Os bairros Lavanderia, Valencinha e Morada Nova já foram contemplados com duas ruas cada, e em breve outros bairros serão beneficiados.

Valença vai ganhar um belo portal na entrada da cidade, no valor de 250 mil reais, além de uma Praça de Eventos no valor de 350 mil reais.

Conquistei ainda, junto ao Governo Federal, a conclusão e a instalação da subestação de energia em Valença, acabando com os constantes problemas de oscilação de energia.

Entregamos uma máquina agrícola no valor de 170 mil reais, uma ação importante que já está ajudando no desenvolvimento da agricultura familiar do município.

Também contribui na área da Segurança Pública. Como delegado de Polícia Civil concursado, fui o único Deputado Federal que destinou recursos à Segurança para o reaparelhamento da Polícia Civil. Já foram entregues uma viatura para Polícia Civil, do tipo *pick-up* Ranger totalmente equipada e preparada para o combate ao crime, adquirida com recursos de minhas emendas, e viaturas para Polícia Militar, que indiquei para o Batalhão de Valença através do Governo do Estado do Piauí.

Na área da Saúde empenhei minhas emendas para a aquisição de equipamentos permanentes de Saúde, no valor de 105 mil reais, e já entregamos três veículos modelo Celta, o equivalente a um investimento total de 100 mil reais para a Secretaria Municipal de Saúde.

Mais de 750 mil reais serão investidos na construção de uma Casa da Cultura em Valença.

E o mais importante é que todos esses recursos que mencionei já estão empenhados para a Prefeitura de Valença do Piauí.

Essas são apenas algumas ações para a minha querida Valença. Sempre que foi preciso, utilizei a minha voz para defender os valencianos, como fiz ao debater nacionalmente na Câmara Federal e nos Ministérios o descaso da ELETROBRAS.

Quero deixar bem claro que essas ações vão continuar, que meu trabalho e minha dedicação à cidade de Valença serão permanentes e que o meu carinho e o meu agradecimento estão renovados e redobrados, pelo apoio maciço dos valencianos na última eleição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Rubem Santiago, do PDT de Pernambuco.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta publicação que eu tenho em mãos é exatamente a Constituição da República Federativa do Brasil, construída a partir de um processo de uma Assembleia Nacional Constituinte, com ampla participação popular aqui no Congresso Nacional.

Desde 1988, esta Constituição nos assegura, no parágrafo único do art. 1º, o seguinte:

> *"Art. 1º.....*
> *Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."*

Todos aqueles que viveram a conjuntura do processo constituinte e que têm participado da vida política do País têm testemunhado que a realização de conferências e a participação popular nos conselhos, nos Municípios, nos Estados e no plano federal são um grande instrumento de fortalecimento da democracia no nosso País.

E é por isso que eu quero rechaçar, de maneira contundente, esse festival de besteiras ditas aqui nos últimos dias, derrotando o decreto federal que propunha a instituição da Política Nacional de Participação Social, como se nós estivéssemos aqui partindo da estaca zero.

A participação social está amparada na Constituição da República Federativa do Brasil. Quantos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, desde 1988, não têm participado, nos Municípios do Sertão baiano, lá no sudoeste de Minas, na Amazônia, no litoral de Pernambuco, no Sul e no Sudeste, das conferências municipais da saúde, da educação, do direito do idoso, da infância e da juventude? Cito também a Conferência Nacional de Defesa Civil, que está acontecendo neste momento aqui no Distrito Federal.

Ora, nós temos dois países em conflito. De um lado, o País da Constituinte, o País da participação popular, o País da democracia direta, que não é tutelada pelo abuso do poder econômico, pela influência da máquina de governo, nem do capital e da corrupção. Do outro, o País que quer voltar ao passado, talvez ao período da Colônia.

Certamente, eu não tenho dúvida disto: aqueles que aqui têm se manifestado contra a participação social têm na origem dos bisavós dos seus bisavós, dos avós dos seus tataravós aqueles que fundaram a colônia, aqueles que foram contra a Independência, os que foram contra a abolição da escravatura, os que combateram o discurso de Joaquim Nabuco, pernambucano, que, embora fosse de um estrato conservador economicamente, era um abolicionista.

Então, aqueles que querem professar ideias contra a participação social são os arautos do atraso, de uma democracia restrita, como era restrita a esfera política na época da Colônia, do Império, da República Velha, da República do Café-com-Leite. Isso aqui não tem reversão! É uma vergonha que nós estejamos assistindo a vozes de alguns meios de comunicação, da liderança de alguns partidos dando apoio a manifestações de rua que pedem a volta da ditadura!

Isso é uma indecência! É uma falta de vergonha, porque aqueles que pedem a volta da ditadura deveriam dizer para os seus filhos e netos o que foi que a ditadura fez contra a juventude deste País, contra o Congresso Nacional, contra os meios de comunicação. Seria bom se pudéssemos aqui ouvir jornalistas brilhantes que lutaram pela liberdade de expressão e contra a ditadura dizendo: *"Ditadura jamais!"*

A solução é a via democrática independente da participação civil, da participação popular, controlando as ações do Executivo. Eu exerço mandatos Parlamentares há mais de 20 anos. Nunca achei nem me considerei superior a um delegado trabalhador rural lá de Santa Maria da Boa Vista que vai para o seu Município participar de uma conferência de agricultura.

Muitos de nós aqui nunca nos consideramos, por termos mandato eletivo, superiores no exercício da política a um trabalhador rural, a um educador, a uma empregada doméstica, a um agricultor que participa como cidadão, como pai ou como atividade econômica de uma conferência municipal da saúde, de uma conferência municipal de saneamento, de uma conferência estadual das cidades.

Então, este País não pode calar sua voz contra o retrocesso; este País tem que defender mais participação social, mais democracia, mais controle social, mais conferências e conselhos deliberativos, para que possamos somar a soberania do voto popular de forma direta, como está previsto nesta Constituição, ao voto representativo, que pode constituir um Parlamento melhor e mais qualitativo, de acordo com a vontade popular.

Essa é a nossa manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra à ilustre Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma reflexão em relação ao Bolsa Família. Esse projeto, que foi muito criticado, hoje é uma referência internacional não só para os países pobres, mas também para os países que nós consideramos grandes potências e ricos.

Eu queria registrar também que o Bolsa Família é um projeto que já está sendo discutido na ONU. O recente prêmio Nobel da Paz também o mencionou.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitos tacharam o Programa Bolsa Família, do nosso Governo, como um ato inconsequente, delirante e utópico. Pela primeira vez um Presidente e uma Presidente da República, do nosso Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma, olharam para dentro do próprio País e viram que havia uma imensa massa de brasileiros potencialmente consumidores, empreendedores e ávidos por uma vida mais digna e de oportunidades.

Quando leio notícias pelo mundo afora sobre a experiência do Programa Bolsa Família sendo implantada por diversos países, causa-me um grande alento e conforto espiritual e existencial saber que o Brasil tornou-se um modelo de políticas públicas e de inclusão social para os países ricos e pobres.

Gera-me perplexidade ver aqueles que não aceitam que os miseráveis deixem de ser miseráveis, que os pobres tenham o direito de se libertar da pobreza, da ignorância, do trabalho escravo, da exploração de mão de obra infantil e da infâmia exploração de mulheres pobres, que até pouco tempo trabalhavam em casas de famílias, sem jornada de trabalho, sem direito trabalhista e sequer uma janela nos seus míudos e desumanizados quartos.

Fico boquiaberta quando os opositores criticam o Bolsa Família, ressentidos e indignados por não terem mais mão de obra subassalariada nos canaviais, casas de famílias, fazendas e tantos outros locais onde muitos enriqueciam às custas de meninas e meninos pobres. O apóstolo Paulo, em 1 Coríntios 13, 4-7, diz: *"O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade".*

Destaco que os beneficiários do Bolsa Família não se localizam exclusivamente no Nordeste como muitos insinuaram em tom de preconceito. São Paulo, considerado o motor da economia, é o segundo Estado da Federação em números de beneficiados.

Segundo a nossa Ministra Tereza Campello, o objetivo do Bolsa Família não se resume apenas à transferência de renda, como apregoado por seus opositores. O Bolsa Família integra um conjunto de ações efetivas, tais como: Luz para Todos, Mais médicos; Minha Casa, Minha Vida, filhos obrigatoriamente estudando, programa de qualificação profissional e formação empreendedora. Mais do que um programa afirmativo é um programa imperativo que impede qualquer ideia de uma vida de pura ociosidade.

É por este conjunto de ações, que orbitam em torno do Programa Bolsa Família, que o programa é constantemente elogiado e defendido pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas e ONGs.

Em entrevista recente ao programa *Fantástico*, da *TV Globo*, exibido no domingo, dia 2 de novembro, o Prêmio Nobel da Paz, o indiano Kailash Satyarthi, elogiou os programas de transferências de renda do nosso Governo.

Ativista na luta contra o trabalho infantil, afirmou ele que o Brasil tornou-se uma referência mundial a partir da aplicação do Bolsa Família, destacando-se a retirada de crianças do trabalho infantil e desumano e as colocando na escola, quebrando o perverso ciclo da desigualdade social que, por 500 anos, os pobres deste imenso e rico País acreditavam ser uma predestinação, ou seja, que nasceram para ser serviçais, escravos e subumanos e subempregados das regiões mais desenvolvidas do Brasil.

É incontestável que antes do nosso Governo o Brasil sempre foi dividido social e racialmente. Eu fui uma das empregadas domésticas que só poderia subir na casa do patrão através do elevador de serviço. Subia junto com seus bichos de estimação, suas mobílias e lixos recolhidos dos seus luxuosos apartamentos.

Fico feliz em saber que o Brasil mudou. O programa está no rol daqueles que superaram a fome e a miséria. Muitos estão ficando em suas terras estudando, roçando a plantação, se qualificando enquanto profissionais e transformando-se em protagonistas no desenvolvimento em suas regiões domiciliares e familiares.

Como uma militante do Partido dos Trabalhadores e mulher cristã, fiz minha opção de lutar ao lado dos mais frágeis e humilhados, defendendo um Cristianismo de compaixão e solidariedade aos oprimidos.

Encerro a minha breve reflexão sobre Bolsa Família citando, mais uma vez, o apóstolo Paulo, em 2 Tessalonicenses 2-10, que diz: *"e sejam condenados todos os que não creram na verdade, mas tiveram prazer na injustiça".* Digo, deixaram de socorrer os pobres e necessitados independente de seu credo ou etnia.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a divulgação deste pronunciamento, dessa reflexão, no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para uma breve intervenção, ao Deputado Afonso Hamm, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Inocêncio Oliveira.

Queria pedir a V.Exa. que considerasse como lido o meu pronunciamento, que se refere à geração de energia elétrica com a utilização do carvão mineral.

Vou participar de audiência, hoje, no IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, na qual será debatida a viabilidade dos leilões de energia elétrica. Há ao menos cinco leilões a serem realizados nos próximos 5 anos. Defendo que ao menos uma usina térmica movida a carvão, a do Município de Candiota, no Rio Grande do Sul, participe dos leilões, além de outras do Estado de Santa Catarina.

Quero lembrar que nós conseguimos o preço referência de 209 reais pelo megawatt, um preço competitivo.

Hoje precisamos de energia elétrica, e a geração de energia térmica, com a utilização do carvão mineral, vai gerar mais de 5 mil empregos, somente com esse projeto em Candiota, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, destaco as expectativas do setor para este ano.

No dia 28 de novembro será realizado o leilão de energia A-5, destinado à contratação de energia de novos empreendimentos, de geração a partir das fontes hídrica, eólica, solar e termelétrica a biomassa, a carvão ou a gás natural em ciclo combinado.

Na última semana, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) tornou públicos os novos preços-teto estipulados para o certame. A fonte térmica a carvão mineral apresentou elevação de valores. Os projetos térmicos saltaram de um preço de referência de R$197,00 o megawatt para R$209,00 o megawatt.

Recentemente, estive reunido no meu gabinete com o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), Fernando Zancan, para tratar das estratégias de atuação da Frente Parlamentar e das expectativas para o leilão de energia de 2014.

Neste sentido, saliento que o novo preço estipulado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foi em virtude da revisão do caso base para cálculo de garantias físicas para o Leilão de Energia A-5/2014, que disponibiliza revisão dos Custos Marginais de Operação (CMO) que serão utilizados no cálculo dos valores esperados do Custo de Operação (COP) e do Custo Econômico de Curto Prazo (CEC) dos empreendimentos de geração termelétrica para o leilão.

O preço para a geração a carvão mineral melhorou em comparação aos últimos leilões. Desta forma, estamos otimistas em relação aos projetos das usinas termelétricas a carvão mineral. Acreditamos que serão vitoriosos, no final deste mês.

Para este certame estão inscritas as empresas Tractebel e Seival, ambas de Candiota; CTSUL, de Cachoeira do Sul; e Usitesc, de Santa Catarina, na região de Criciúma.

Estamos torcendo para que possamos efetivar a participação nesses projetos, o que representará a geração de milhares de empregos e resultará em energia segura, não só para Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também para todo o Brasil, promovendo o desenvolvimento e um custo de energia mais barato.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa Legislativa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra o ilustre Deputado Francisco de Assis, do PT de Santa Catarina. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS (PT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, servidores desta Casa, sociedade que acompanha pela TV esta sessão da Câmara Federal, eu me inscrevi hoje apenas para saudar, com muita alegria e como joinvilense, Deputado Jorginho Mello, o meu Joinville Esporte Clube, a minha cidade, a maior do Estado de Santa Catarina, pela grande conquista obtida ontem: o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2015.

Quero aproveitar a oportunidade e, deste espaço, desta tribuna da Câmara dos Deputados, saudar o meu clube, o Joinville Esporte Clube, com muito prazer; saudar a torcida desse belo clube de Santa Catarina; saudar a nossa cidade; parabenizar o Presidente, Nereu Martinelli e toda a Diretoria; saudar todos os jogadores, valentes que foram durante todo o campeonato.

O Joinville, durante o campeonato, ficou fora do grupo dos quatro primeiros por apenas uma rodada. Depois de 28 anos fora da elite do futebol nacional, a maior cidade do Estado de Santa Catarina e todos os Municípios da região norte – Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, São Bento do Sul —, todo o Planalto Norte, enfim, estão comemorando essa grande conquista.

A torcida está em festa, merecidamente. O que os jogadores do Joinville Esporte Clube demonstraram durante a competição – garra e determinação – fez com que a cidade hoje se levantasse muito feliz.

A conquista veio antecipadamente, quatro rodadas antes de terminar o primeiro turno desse campeonato tão importante que é o da Série B. Com quatro rodadas de antecedência, nós conseguimos, ontem, em São Luís do Maranhão, essa importante classificação para a Série A, somando-nos aos outros clubes de Santa Catarina, o que demonstra a importância do futebol catarinense no cenário nacional.

Então, estou aqui hoje para fazer essa saudação e parabenizar por essa importante conquista o nosso clube, o Joinville Esporte Clube, o Tricolor da Manchester Catarinense, no cenário nacional. Nós vamos ter, no ano que vem, mais um clube de Santa Catarina disputando a primeira divisão do nosso futebol.

Sr. Presidente e Deputado Ivan Valente, terminando este pronunciamento, quero de forma muito sincera, como torcedor do Joinville, enaltecer o apoio da torcida do Joinville Esporte Clube, que tem lotado, durante todo o Campeonato Brasileiro, praticamente em todos os jogos, a Arena Joinville. A essa torcida da minha cidade, do meu Estado, meus parabéns! Quem torce pelo grande futebol brasileiro vai ver, no ano que vem, o Joinville Esporte Clube novamente na primeira divisão desse importante campeonato.

Peço, Sr. Presidente, que o meu discurso divulgado pelos meios de comunicação desta Casa, para que a nossa cidade, o nosso Estado e este País tenham conhecimento profundo da história do Joinville, que começou em 1976. O clube é jovem, mas tem muitas conquistas ao longo de sua história. Conquistou muitos campeonatos catarinenses e agora está de volta à elite do futebol nacional.

Parabéns, Joinville! Parabéns, diretores! Parabéns, torcedores! Parabéns, Santa Catarina, por esse clube, por essa conquista no cenário nacional!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria pedir que fosse dada ampla divulgação pelo programa *A Voz do Brasil* a pronunciamento que fiz anteriormente, em que comentei o clima de insegurança em que vive hoje o povo do Município de Belém e o triste fato da ocorrência de uma chacina de ontem. Um policial da ROTAM foi morto, e oito pessoas foram mortas pela polícia, foram metralhadas. Esse fato está sendo muito discutido hoje e amedronta o povo de Belém.

Quero pedir ao Governador Simão Jatene que tenha a humildade de solicitar a presença da Força Nacional de Segurança Pública, para ajudar nesse momento crítico vivido em Belém. O Ministério da Justiça está aguardando a formalização do pedido do Governador para mandar ajuda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e todos aqueles que nos acompanham pelos veículos de comunicação desta Casa, quero falar também sobre uma licitação que não teve sucesso, mas que é de grande importância para o Pará.

Sem sucesso na licitação, o início das obras do Pedral do Lourenço permanece indefinido. Lamentavelmente, mais uma vez, para a contratação das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, maior empecilho para a completa navegabilidade da Hidrovia Araguaia-Tocantins, vamos ter que aguardar nova licitação. A torcida para que a nova licitação, desta vez por meio do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, tivesse sucesso foi frustrada pela falta de empresas interessadas em tocar as obras.

Apenas uma empresa, a Raca Serviços Ambientais, Oficinas Educativas Ltda., apresentou proposta para a elaboração dos projetos básico e executivo, dos estudos ambientais, bem como para a execução das obras de derrocamento, para a implantação do canal de navegação na região dos pedrais (Pedral do Lourenço) da Hidrovia Araguaia-Tocantins, no Estado do Pará.

Como o prazo para a apresentação da documentação venceu agora há pouco, às 11 horas desta quarta-feira, dia 5 de novembro, e não tendo a referida empresa apresentado a documentação a contento, conforme consta do portal *www.comprasnet.gov.br*, seguramente a licitação será cancelada, e teremos que aguardar que seja providenciada a publicação de um novo edital.

Com obras orçadas em quase meio bilhão de reais, a retirada dos pedrais do leito do Rio Tocantins é a segunda obra mais importante da hidrovia, depois das eclusas de Tucuruí, já concluídas. Ela é fundamental para a completa conclusão da Hidrovia Araguaia-Tocantins, é obra estratégica para o escoamento da produção, principalmente de grãos das Regiões Norte e Centro-Oeste do País, que hoje saem pelos Portos de Santos e Paranaguá.

As obras de derrocamento compreendem um trecho de 43 quilômetros e permitirão que comboios de carga naveguem nos períodos em que o nível da água do Tocantins fica muito baixo, entre setembro e novembro. A obra, além de regionalizar o escoamento da produção, tornará esta produção mais competitiva, já que o modal hidroviário é mais barato. O custo é 50% mais baixo do que em uma rodovia. Um comboio na hidrovia, com 6 mil toneladas, representa quatro chatas e um empurrador, o que equivale a 172 carretas enfileiradas ou algo em torno de 26 quilômetros de carretas.

A completa abertura da hidrovia deverá também aumentar as chances de instalação de um complexo siderúrgico no Município paraense de Marabá, uma demanda antiga da região.

Meu apelo é para que o DNIT reveja as condições que estão sendo propostas nos editais, não somente desta, mas também de outras importantes obras para o desenvolvimento da região sul, sudeste e oeste do Pará, como é o caso da ponte sobre o Rio Xingu, para que as próximas licitações venham a ter sucesso e as obras sejam iniciadas ainda em 2015.

Não podemos permanecer nesta eterna indefinição. Apelarei à Presidenta da República, Dilma Rousseff, para que intervenha e garanta a celeridade do processo. Afinal, estas duas obras são compromissos assumidos por ela, e tenho certeza de que a sua intervenção trará a solução tão esperada pela nossa região.

Nós levamos 2 ou 3 anos para licitar as obras de construção de uma ponte no Estado do Pará. Eu estou, há 5 anos, trabalhando dentro do DNIT para que as obras das 61 pontes da rodovia Transamazônica, de Marabá a Rurópolis, sejam iniciadas. E agora é que deve ser licitado o primeiro lote, de 12 pontes. Ou seja, iniciada a discussão dos projetos, a construção das pontes demora 5 ou 6 anos para ser concluída, sendo que já deveriam ter sido construídas há muitos anos.

Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que determine a ampla divulgação do meu pronunciamento, principalmente pelo programa *A Voz do Brasil*, um dos meios de comunicação mais utilizados no Estado do Pará e na Amazônia como um todo.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu só queria pedir a V.Exa. que considerasse como lido o meu pronunciamento, cujo título é o seguinte: *É Hora de Aprovar as PECs 555 e 170!*

Sr. Presidente, um esforço tem sido feito nesta Casa para a aprovação dessas propostas: uma corrige uma perversidade cometida contra os servidores públicos na reforma da Previdência Social feita no Governo Lula, a cobrança de contribuição previdenciária, e a outra garante os proventos integrais ao servidor aposentado por invalidez.

O assunto é recorrente, Sr. Presidente. Essa sempre é uma pauta polêmica, uma "pauta bomba", porque aumenta custos. Mas quem paga a conta, no final das contas, são os aposentados.

Eu aproveito a oportunidade para dizer que o PSOL também é contra o fator previdenciário, que tanto penaliza os trabalhadores ligados ao INSS.

A nossa solidariedade a todas as entidades que têm lutado pela aprovação das PECs 555 e 170.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é hora de aprovar as PECs 555 e 170.

Passado o segundo turno das eleições, esta Casa, para além da retomada de seus trabalhos normais, o que já vem ocorrendo, deve voltar-se, principalmente, para as pautas que dizem respeito aos interesses da sociedade brasileira, particularmente para as proposições que reparam direitos que têm sido suprimidos dos trabalhadores e dos servidores públicos deste País.

É neste contexto que está prevista a retomada, em Plenário, de votações de PECs consideradas "polêmicas", dentre elas as Propostas de Emenda à Constituição nº 555/2006, que extingue gradualmente a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público, e a de nº 170/2012, que garante proventos integrais ao servidor aposentado por invalidez.

Tais medidas, que buscam assegurar direitos históricos e elementares que foram ou estão sendo retirados dos servidores, são consideradas "polêmicas" porque conflitam com a política implantada pelo Governo, de rígido ajuste fiscal, própria desse modelo econômico neoliberal que atende às necessidades e ás pressões do Mercado Financeiro.

A contribuição previdenciária e o não pagamento de proventos integrais a servidores e pensionistas aposentados por invalidez penalizam aqueles que tanto contribuíram para a construção do Estado brasileiro e que, talvez, em um dos momentos mais sensíveis de suas vidas, são tolhidos do direito a perceberem a totalidade de seus rendimentos.

É uma injustiça e uma perversidade praticada contra aposentados e pensionistas, assim como, para os trabalhadores do setor privado, é necessário acabar com a crueldade do fator previdenciário.

Somos testemunhas do tamanho esforço que tem sido realizado pelas entidades do funcionalismo para negociar suas propostas. No entanto, da mesma forma, temos testemunhado também a falta de disposição do Governo em dialogar, o que só faz aumentar o sentimento de indignação e de revolta dos servidores.

O Governo tem-se recusado a aprovar tais propostas com base no argumento de que não é possível assimilar o impacto que elas teriam nas contas públicas. Porém, fica nítido o tratamento diferenciado quando se trata da aprovação de desonerações para determinados setores da indústria do agronegócio, dos bancos e dos meios de comunicação. São dois pesos e duas medidas. Supressão de direitos dos servidores, por um lado, e garantia de lucros para as empresas, por outro.

Outra falsa justificativa para que esses projetos não sejam aprovados é a de que a Previdência brasileira é deficitária, mais uma falácia alimentada pela mídia, reverberando interesses do mercado. Por que não se cobra, por exemplo, a dívida ativa da Previdência do bolso dos empresários, que está hoje em mais de R$ 200 bilhões? Por que não se invertem prioridades e, em vez de destinar cerca de 40% do orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que deve ser auditada imediatamente, não priorizamos a dignidade dos aposentados e pensionistas? Por que não explicar ao público que o Orçamento da Seguridade Social não é deficitário, mas superavitário, com arrecadação própria através do PIS/COFINS, da CSLL etc.?

Essa lógica do ajuste fiscal e da privatização da Previdência foi combatida pelo PSOL nas eleições recentes, mas tem o apoio escancarado da grande mídia e dos principais partidos, sejam da base de apoio do Governo, sejam da Oposição de direita, que seguem penalizando, assim, aposentados, corroborando com a política de sucateamento dos serviços públicos e atingindo, por fim, os interesses da própria sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional precisa aprovar com urgência as PEC 555 e 170. Vamos fazer justiça aos servidores públicos, que tanto contribuem e contribuíram para a construção do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado João Rodrigues, do PSD de Santa Catarina. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, os meus caros colegas amigos, Srs. Deputados, os nossos telespectadores que acompanham a *TV Câmara*, e dizer que, depois de uma eleição da qual todos nós participamos e a grande maioria conseguiu êxito em sua reeleição, tive a honra de ser o 2º Deputado Federal mais votado do Estado de Santa Catarina, o 27º mais votado do País e o 2º mais votado do PSD nacional. Isso tudo devo também à oportunidade que tive, além de ser Deputado Federal, de ser Secretário de Estado da Agricultura, junto com o nosso Governador João Raimundo Colombo, reeleito no primeiro turno pelo seu belo trabalho, pela sua dedicação e pelas transformações que o Estado de Santa Catarina vem passando.

Passado o período eleitoral, passado o segundo turno, todos aqui estamos novamente para cumprir a nossa missão. É claro que estamos apreensivos, porque, apesar de a eleição ter passado, parece que continuamos vivendo no embate eleitoral. Há certa insatisfação por parte de quem perdeu, e quem ganhou, obviamente, comemora o seu resultado eleitoral. Mas o que importa mesmo, mais do que comemorar e do que estar insatisfeito, é o futuro do nosso País. Todo e qualquer cidadão brasileiro quer o melhor para o Brasil. É esta minha missão, minha obrigação, como Deputado, mesmo porque na eleição tive a honra de apoiar Raimundo Colombo.

No segundo turno, evidentemente, já para Presidente da República, o meu voto pessoal, e voto aberto, como Deputado Federal, foi para o candidato Aécio Neves. Faço parte do PSD e hoje estou aqui para contribuir com o meu partido. Mas o que nós queremos, obviamente, e o que nós esperamos como Deputados Federais e como cidadãos brasileiros, é que o direito do nosso cidadão seja garantido, que a economia do nosso País se restabeleça, que os programas sociais continuem efetivamente e que quem trabalha e tem a sua carteira assinada também tenha a sua devida valorização. Este é o principal sentimento.

Como Deputado, é claro que continuaremos a nossa missão. Neste mandato que está se encerrando, a nossa grande luta foi pedir, implorar aos demais colegas Parlamentares que possamos votar projetos importantes para o nosso País, como reforma tributária, novo pacto federativo e, de uma forma muito especial, reforma política. No atual sistema, é muito difícil participar de um processo eleitoral. Por outro lado, vejo o desejo e o sentimento de alguns de fazer plebiscito, consulta pública. Não! O correto, a maior consulta pública que pode ser feita neste País é aqui no Congresso Nacional. O grande conselho brasileiro foi eleito: somos nós. Cada Estado teve o seu representante. Cada cidadão que quer ser representante do seu povo teve a oportunidade de filiar-se a um partido, ser votado legitimamente, ser eleito pela maioria dos brasileiros, assim como nós, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Senadores, Governadores e a Presidente da República, que legitimamente foi eleita pela maioria dos brasileiros. E o resultado da urna precisa ser respeitado, para garantirmos a democracia do nosso País.

Portanto, esta é a luta que travo e que continuarei travando no próximo mandato – neste as luzes estão se apagando. Um dos projetos que eu defendo é a redução da maioridade penal. A Rede Globo de Televisão fez uma pesquisa, pelo instituto IBOPE, na qual 83% dos brasileiros afirmaram que são a favor da redução da maioridade penal. A pergunta que se faz: por que esta Casa não permite o debate, a discussão? Quem é a favor, que vote a favor; quem é contra, que seja contra. Agora, não fazer andar projetos desta natureza simplesmente é desrespeitar o sentimento do cidadão brasileiro.

Continuarei a luta, com os 221.400 votos que obtive nas urnas em Santa Catarina. Aliás, na nossa bancada, a maioria absoluta dos 16 Deputados que disputaram a reeleição conseguiu ser reeleita, dado o empenho, a dedicação e o belo trabalho que cada um desenvolveu neste Estado ordeiro, progressista, de um povo guerreiro que quer muito mais, que quer a dedicação, o empenho e aquilo que é um compromisso de nós homens públicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para uma breve intervenção, à ilustre Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, eu quero agradecer a V.Exa. e registrar que, no final desta tarde, talvez à noite, o Senado Federal votará a proposta de renegociação da dívida de Estados e Municípios. Cumprimento a todos por termos chegado a este momento e a esta possibilidade.

Quero destacar o acordo selado, a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, mas, especialmente, o conhecimento e a disposição do Governo Federal, da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e do Governador gaúcho Tarso Genro.

Quero me referir à dívida dos Estados, particularmente à do Rio Grande do Sul, que amarga grandes dificuldades. Mas a presença do Governador em Brasília, mesmo posteriormente às eleições gaúchas e a um resultado não favorável na sua busca pela reeleição, e a sua atitude republicana e política em prol do Rio Grande do Sul o colocam na liderança de um processo extremamente importante.

Destaco a importância da renegociação da dívida de Estados e Municípios brasileiros, particularmente para o Rio Grande do Sul, e a presença em Brasília do Governador gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao último orador deste período, o ilustre Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, que dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, hoje de manhã, participei do Encontro Nacional da Indústria. Ao lado do Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Ronaldo Caiado, Deputado Júlio Delgado e Senador Armando Monteiro, participei

de um painel a respeito do Congresso Nacional, da agenda de reformas, da conjuntura política, da economia brasileira, do que pode ser feito nesse final de ano e no começo do próximo ano à luz do novo Governo e da situação em que se encontra o País.

O debate foi acalorado, profundo. O Congresso foi muito bem representado pelas forças políticas: Armando Monteiro e Arlindo Chinaglia, pelo Governo; Júlio Delgado, pelo PSB – que, parece-me, vai adotar, a partir de agora, a posição de oposição –; Ronaldo Caiado, pelo Democratas; e eu, pelo Partido da Social Democracia Brasileira, com a confirmação de que estarei aqui fazendo oposição dura ao atual Governo, como sempre fiz, fiscalizando, cobrando, mas também me preocupando com a agenda do País.

A indústria brasileira regrediu muito nesses últimos anos. Há um corte neste período: enquanto o PIB cresceu 128%, a indústria, 51%. Ela está crescendo bem menos do que o crescimento da economia. Está havendo uma desindustrialização no Brasil. Aliás, o Brasil vem regredindo. Neste ano, a projeção de crescimento do PIB é de 0,3%.

No painel anterior, o Ministro Aloizio Mercadante citou que, em crise, a China vai crescer 7,3%, e eu afirmei e reafirmo aqui que o Partido Comunista Chinês é 24 vezes mais eficiente do que o Partido dos Trabalhadores, porque lá a economia vai crescer 7,3%, e aqui, 0,3%. É claro e evidente que se trata de um partido totalitário, único, e aqui há o pluripartidarismo, mas quem comanda o País há 12 anos é o Partido dos Trabalhadores.

Então, a minha crítica central é a não reforma.

Nós tivemos dois grandes momentos nesses últimos 30 anos da história brasileira: a abertura política pelos nossos líderes, negociada, sem sangue, uma transição dura, difícil, mas conseguimos; depois a estabilidade da moeda, depois de dois governos sofríveis, horrorosos, e o último com corrupção endêmica. Veio o *impeachment* do Collor, veio o Itamar, veio a liderança de Fernando Henrique, no PSDB, o Plano Real e a estabilidade econômica.

Durante 8 anos o PSDB governou, entregou uma herança bendita a Lula e, nos últimos 12 anos, Lula, Lula e Dilma acabaram consumindo todo o estoque da prateleira. Não tem mais, o Brasil não tem mais de onde tirar, não tem mais... Esse Governo levou o Brasil para o abismo. Fala-se no mercado em pré-recessão, e eu falo que nós já estamos na recessão. Se o PIB é de 0,3% e a população cresce 1%, nós estamos devendo 0,7%. Então, o mundo cresce mais do que o Brasil, a América Latina cresce mais do que o Brasil.

No ano passado, o Paraguai – diferentemente da Alemanha, que deu de 7 a 1 no futebol – deu de 15 a 2 no Brasil; cresceu 15%, e o Brasil 2%. Essa que é a vergonha suprema do Brasil. Não cresce, por quê? As contas externas são deficitárias, as contas do Governo dos três níveis são deficitárias, inflação voltando, falta de credibilidade.

O Ministro Mantega foi demitido, Sr. Presidente, durante a campanha. Que poder ele tem agora neste final de ano de fazer mudanças e propor reformas? O Ministro Mercadante disse que vai mandar um conjunto de medidas para a Casa, e nós estamos na expectativa.

Eu falei: *"Surpreenda-me, Presidente Dilma! Surpreenda-me com alguma coisa que não seja a corrupção! Surpreenda-me! Manda alguma coisa que faça conciliação nacional e entendimento nacional!"* Mas o descrédito é total!

Eu ouvi hoje que a indústria brasileira tem total descrédito perante a sociedade brasileira.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive efetivamente uma democracia, e as eleições demonstraram isso. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, as eleições transcorreram normalmente.

Na Bahia, tivemos oportunidade, Sr. Presidente, de demonstrar ao Brasil a gratidão do povo baiano, proporcionando uma vitória maiúscula ao candidato Rui Costa, ainda no primeiro turno. Foi uma demonstração inequívoca de que o povo baiano é um povo grato. E grato a quê? Grato ao trabalho encetado pelo Governador Wagner, pela parceria do Governo da Bahia com o Governo da Presidente Dilma.

É essa conjunção, é essa comunhão de forças que dá a nós, baianos, o privilégio de dizer que construímos na Bahia, Sr. Presidente, um resultado que retrata a vontade do povo baiano.

Aí está o Senador Otto Alencar, ex-Vice-Governador, Secretário de Infraestrutura, que teve uma vitória maiúscula, uma vitória que representa a vontade do povo baiano. Aí estão os Deputados eleitos com a força do Governo, com o trabalho do Governador Wagner, mas, acima de tudo, com a confiança do povo baiano.

Tivemos oportunidade, ainda no 1º turno, de proporcionar à Presidente Dilma uma vitória maiúscula. E quando da sua visita, afiançamos a S.Exa.: *"Presidente, na Bahia, V.Exa. terá mais de 3 milhões de votos de fren-*

te". E no 2º turno, Sr. Presidente, confirmamos esse escore: mais de 3 milhões de votos! Essa é a demonstração que os baianos dão ao Brasil e à Presidente Dilma da gratidão, da força do Governo melhorando a qualidade de vida do povo baiano.

Hoje tivemos oportunidade – o PSD, o nosso PSD, o PSD de Gilberto Kassab, o PSD desses Deputados que tanto lutam pelo Brasil – de mostrar, no Palácio, à Presidente, a comunhão de propósitos, a união desse grupo de Deputados e Senadores, a força desse partido, no sentido de apoiá-la, de dar estabilidade e tranquilidade ao seu Governo. E ela, numa demonstração de humildade, ao receber o resultado das eleições com uma vitória indiscutível, estendeu as mãos e disse: *"Vamos juntos, Oposição e Governo, trabalhar por este País"*.

É assim, Sr. Presidente, que nós nos comportamos, é assim que nós vamos seguir a Presidenta Dilma: com as mãos estendidas para aqueles que não votaram com ela, mas dizendo que nós não podemos dar as costas ao Brasil. Vamos juntos fortalecer este País, buscar soluções para os problemas, encontrar caminhos. É essa a posição do PSD. É essa a posição deste Deputado que vos fala.

E, antes de encerrar, Sr. Presidente, tenho o dever, a obrigação de dizer que a Bahia trará para o Congresso Nacional, para o Senado da República, um homem em quem, dentro em breve, V.Exas. todos juntos verão o valor, a coragem, a dedicação, a pontualidade, mas, acima de tudo, a vontade de servir, que é o Senador Otto Alencar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados. E vamos juntos com Dilma, com todo o Congresso, com o povo brasileiro, consolidar as reformas e fazer este País cada vez mais forte!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Stédile, último orador deste período, para começarmos o Grande Expediente.

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a passagem do Dia do Livro, quero parabenizar todas as entidades brasileiras, os bibliotecários, os Conselhos de Biblioteconomia, na pessoa da Regina Céli, os fóruns regionais e estaduais que lutam pela leitura em todo o País, e agradecer a homenagem que estarei recebendo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na próxima sexta-feira, pelo trabalho que tenho feito em defesa dos bibliotecários, dos técnicos em biblioteconomia de todo o País.

Tenho um projeto nesta Casa que reconhece a profissão de técnico em biblioteconomia. O que tem acontecido hoje nas Prefeituras? Em vez de valorizarem as bibliotecas escolares, muitos Prefeitos colocam na biblioteca exatamente aquele professor que não deu certo na sala de aula e que nenhum aluno quer. Com isso, fica abandonada a leitura! Na biblioteca deve ser colocada a pessoa que vai incentivar a leitura no nosso País. Aliás, dados do próprio MEC com relação à leitura no País são desestimulantes. Dois terços da população brasileira são analfabetos funcionais, dados do MEC. As pessoas não leem! Dos que leem, dois terços dos que leram apenas um livro no País dizem que leram a Bíblia.

Meus amigos, minhas amigas, um país que quer se desenvolver economicamente precisa ter na sua população um povo consciente, um povo culto, um povo com formação. Por isso, essa nossa luta pelas bibliotecas, pelo livro.

Também gostaria de parabenizar a grande Feira do Livro que está acontecendo na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, que é uma das maiores Feiras do Livro da América Latina e que recebe centenas de milhares de pessoas a cada ano.

Eu gostaria de aproveitar este momento, Sr. Presidente, para, mais uma vez, parabenizar esta Casa por ter reconhecido as deficiências das Prefeituras Municipais e por ter aprovado ontem o aumento do FPM para as Prefeituras. Estados e o Governo Federal têm feito programas muito bonitos, só que, na prática, quem tem que assumi-los são as Prefeituras. Vejam o programa das escolas materno-infantis, as antigas creches, em que o Governo dá o dinheiro para construir o prédio, mas quem contrata professores e mantém a escola são as Prefeituras. São feitos programas estaduais na área da saúde, da assistência social, mas quem as mantêm são os Prefeitos. E a cada ano têm diminuído, lamentavelmente, os recursos recebidos pelas Prefeituras.

A minha Prefeitura, mesmo tendo crescido economicamente, tendo tido mais indústrias, reduziu em 14% a arrecadação este ano – 14%! –, fruto da política do Governo Federal de incentivo à redução do IPI da linha branca. Ao invés de aumentarem os recursos para a Prefeitura, eles têm diminuído.

Por isso, a medida que tomamos ontem de aprovar o aumento do FPM em 1% ainda não é suficiente, mas vai ajudar a que as Prefeituras do Brasil inteiro pelo menos respirem e possam investir esse recurso na educação, na saúde e na segurança. Aliás, com relação à própria segurança, meus amigos, as Prefeituras todas estão transformando as Guardas Municipais em Guardas Municipais de segurança, para ajudar os Estados e o Governo Federal que não cumprem seu papel na área de segurança.

Por isso, parabéns a todos nós! Parabéns a esta Casa, que aprovou esse aumento ontem! Espero que tenhamos agilidade no segundo turno dessa votação aprovando essa determinação com que ontem nós fizemos justiça às Prefeituras de todo o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas fazer o registro da votação do Fundo de Participação dos Municípios, que ocorreu ontem, garantindo 0,5% no próximo exercício e no subsequente aos Municípios brasileiros, o que significa uma receita acrescida, para que essas edilidades possam cumprir os seus objetivos institucionais, atendendo às aspirações das respectivas comunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela acolhida de V.Exa. a este meu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem nenhum voto discrepante, a Câmara dos Deputados deliberou, ontem, em torno da Proposta de interesse dos Municípios, assegurando aumento do Fundo de Participação dos Municípios, em dois dos novos exercícios, de 0,5% da receita tributária em cada um, o que trará, sem dúvida, acréscimo às edilidades para que possam cumprir programação financeira em melhores condições a partir do ano vindouro.

Ressalte-se que a mesma parcela será acrescida em 2015, completando, desta forma, o clima de ajuda às nossas comunas, a braços com evidente carência de dotações orçamentárias, habitualmente aquém das possibilidades do respectivo erário, sobretudo nas pequenas e medias cidades.

O diálogo entre o Presidente Henrique Eduardo Alves e os Ministros Aloísio Mercadante e Ricardo Berzoini teve seu arremate chancelado por parte do Poder Executivo, sem que se registrasse qualquer restrição da própria Presidente Dilma Rousseff, prestes a assumir o seu segundo mandato, em face da maioria conquistada na recente competição com o Senador Aécio Neves.

O desdobramento em duas etapas foi a fórmula sugerida no âmbito do Planalto, suavizando o desembolso a cargo do Governo Central, a braços, no momento, com obstáculos cruciais, alcançando as contas públicas, conforme registro sequenciado da mídia nacional, com repercussão também no Exterior.

A segunda etapa do procedimento ora adotado ocorrerá na semana vindoura, após o decurso do interstício de cinco sessões ordinárias, embora nenhum empecilho poderá despontar, em face do acerto chancelado pelas lideranças dos diversos partidos com representatividade neste Plenário soberano.

Em seguida, caberá ao Senado Federal, presidido por Renan Calheiros, complementar o procedimento legislativo, o que deverá verificar-se sem impedimentos, em face do acordo firmado por todas as facções que integram o Congresso Nacional, sem quaisquer discrepâncias.

Durante as eleições passadas, todas as edilidades interpelavam os candidatos sobre essa temática, tornando compulsório o nosso compromisso em respeitar a postulação, que começa, auspiciosamente, a ser acertada no Congresso Nacional, como ocorreu, aliás, na noite de ontem, sob aplausos dos Deputados e dos que se achavam nas galerias. Foi o início de uma vitória das mais justas, que merece o realce especial nesta tribuna, com o natural regozijo, decorrente do dever cumprido em causa das mais meritórias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o ilustre Deputado Edmar Arruda, do PSC do Paraná. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSC-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos assistem pela *TV Câmara*, quero, inicialmente, agradecer a todos os nossos amigos, os nossos eleitores do Estado do Paraná, que nos concederam mais 4 anos de mandato, para que possamos, nesta Casa, junto com os companheiros, avançar rumo a um Brasil melhor.

Quero também, nesta oportunidade, agradecer aos meus amigos, o Vereador Davi, da cidade de Araruna, e o Vereador Roberto Cesar, que estão aqui nos prestigiando com sua presença. Aproveito para cumprimentar o Prefeito de Araruna, Fabiano Otavio, e o Vice-Prefeito Claudemir, que também estão em Brasília e hoje nos honram muito com a presença nesta Casa.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento pós-eleição em que diariamente somos questionados. As pessoas perguntam: *"Deputado, o que vai acontecer? O que nós podemos esperar do Brasil para o próximo ano? Como é que está o clima lá em Brasília?"* E eu respondo: *"Está chovendo agora. O clima está bom, está gostoso"*.

Mas, na verdade, as pessoas não querem saber disso, elas querem saber como está o clima aqui nesta Casa, como estão se comportando os Deputados e Deputadas, os Senadores e Senadoras, diante de tantos projetos e de tantas reformas que nós precisamos fazer neste País.

E eu gostaria de responder não só àqueles que têm me indagado, mas a todos os brasileiros, porque muitas vezes ouço nesta Casa determinadas falas, determinados pronunciamentos, mas, sentado ali, tenho dificuldade de entender o que o Deputado de fato está dizendo, porque muitas vezes não tem nada a ver com a realidade que nós vivemos aqui no Brasil.

O Sr. Mauro Benevides – V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado Edmar Arruda.

O SR. EDMAR ARRUDA – Claro, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Quero cumprimentar V.Exa. e dizer o seguinte: nós, evidentemente, nesta sessão legislativa e, consequentemente, nesta Legislatura, ainda dispomos de praticamente 50 dias para cumprir a nossa missão. E eu acredito que deveríamos preparar para os futuros legisladores desta Casa algo sobre uma reforma política que representasse aquilo que conhecemos da realidade vivenciada durante o último pleito. Passou a constituir essa reforma uma aspiração justa e legítima do povo brasileiro. Portanto, poderíamos legar aos nossos sucessores aqui indicações positivas e, se não for um projeto perfeito e acabado, pelo menos diretrizes que balizem uma reforma política como essa que vem sendo exigida em praças públicas, nas avenidas, enfim, por aqueles segmentos que entendem ser a reforma política indispensável para a moralização da vida pública brasileira. É uma sugestão que eu me permito, desde já, formular a V.Exa., no momento em que inicia o seu brilhante discurso no Grande Expediente.

O SR. EDMAR ARRUDA – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides, pela sua intervenção.

Como eu estava dizendo, quero tentar responder àqueles que têm me indagado, mas também a todo o povo brasileiro. Na verdade, nós não precisamos ir muito longe. Eu quero recorrer a algumas matérias, a algumas informações dos últimos dias – coisa recente. Por exemplo, esta semana, o *Estado de São Paulo* divulgou uma matéria com o editorial: *"O PT sem a pele de cordeiro"*. E, no corpo da matéria, aquele jornal diz o seguinte:

> *"A direção do PT considera que a reeleição da Presidente Dilma Rousseff é a oportunidade para fazer uma profunda mudança na organização do Estado, na direção daquilo que o partido chama de 'reformas democrático-populares'.*
> *Uma resolução da sua Comissão Executiva Nacional – que reúne a nata do comando petista —, deixa claro que o partido está convencido de que já pode se despir da pele de cordeiro que Lula precisou vestir quando se elegeu pela primeira vez, em 2002..."*

Continua a matéria dizendo o seguinte:

> *"Passado o susto da apertadíssima eleição – e aqui eu quero frisar que a Dilma venceu basicamente porque sua equipe de marketing levou o 'vale-tudo' eleitoral a dimensões inéditas —, o PT quer tomar a dianteira e pautar o novo mandato da presidente, desta vez na direção de seu antigo projeto de 1989..."*

E o que diz esse antigo projeto? Diz o seguinte:

> *"Entre as prioridades escolhidas pelo partido para o novo mandato de Dilma, os petistas dizem que 'é urgente construir hegemonia na sociedade' e 'promover reformas estruturais, com destaque para a reforma política e a democratização da mídia'.*
> *A 'hegemonia' perseguida pelo PT é o poder de determinar o que é a verdade, o que é certo e o que é errado. Para isso, é necessário 'promover reformas estruturais', especialmente a reforma política – que, no modelo petista, significa submeter o Estado a organizações 'populares' que respondem ao partido —, e 'democratizar a mídia', que é o outro nome para a censura e a tentativa de propagar o pensamento único."*

Concedo um aparte ao meu nobre companheiro do PSC, Deputado Filipe Pereira.

O Sr. Filipe Pereira – Deputado Edmar, muito obrigado pelo aparte. Eu quero utilizar este momento para parabenizar V.Exa. pelo discurso que está proferindo, mas também para me somar, meu amigo, às palavras que estão sendo proferidas por V.Exa., que revelam a nossa preocupação, do PSC, Partido Social Cristão, com esse novo Governo, nesse novo mandato que vem se apresentando agora para 2015 até 2018. Eu espero que V.Exa., como sempre tem feito aqui, um grande amigo, um grande batalhador na defesa do seu Estado do Paraná e também do Brasil, continue sendo um baluarte e batalhador em defesa dos bons costumes, principalmente em defesa da democracia, para que nós posamos fazer valer a força do voto que o eleitor depositou em nós, Parlamentares, para que nós possamos legislar e também cobrar do Governo posturas corretas e justas por um Brasil melhor. Parabéns e muito obrigado pelo aparte.

O SR. EDMAR ARRUDA – Obrigado, Deputado Filipe.

Continuando, eu quero recorrer a uma matéria publicada hoje, no mesmo jornal, que diz o seguinte:

> *"DEM questiona acordo MST/Venezuela.*
> *Deputado Caiado, hoje Senador eleito, disse ao Estado que, a julgar pelas declarações feitas por Elias Jaua Milano, Ministro das Comunas e Movimentos Sociais da Venezuela, o acordo constitui uma ameaça aos interesses internos do Brasil. 'Pelo que vi, tem mais a ver com a formação de milícias. Estão chamando um professor para dar aula de revolução em nosso País' – afirmou. A justificativa para a convocação dos Ministros é que o Governo brasileiro repassa verbas públicas para entidades ligadas ao MST."*

Estão aqui Ronaldo Caiado está falando sobre o acordo firmado entre MST e Venezuela.

Eu não sei em que a Venezuela pode colaborar com o Brasil num acordo dessa natureza, a não ser realmente vir aqui dar aula para formação de milícias, para que possamos, infelizmente, continuar a ver aquilo que está acontecendo neste País.

Esta Casa tem a obrigação de participar ativamente, de fazer aqui uma oposição àquilo que o Governo tem colocado nesta Casa, para não deixarmos isso acontecer. É responsabilidade nossa, dos Parlamentares desta Casa, fazer com que se cumpram as leis e que aquilo que venha do Governo e que não seja democrático seja barrado, para não cairmos no conto da famosa Venezuela.

E aí eu quero voltar à eleição da Presidente Dilma Rousseff.

Como Deputado Federal, do Partido Social Cristão, entendo que, uma vez vencidas as eleições, a Presidente Dilma Rousseff é a legítima Presidente deste País e deve governá-lo por mais 4 anos. Agora, o que é repugnante é a forma como veio essa vitória. Eu diria que essa eleição foi a vitória do medo sobre a esperança, porque houve uma coação em relação às pessoas que muitas vezes dependem de projetos sociais do Governo para que votassem na Presidente, inclusive com a alegação mentirosa de que, se a Presidente não fosse reeleita, seriam delas retirados esses benefícios sociais.

E é interessante que, durante a campanha, vendo a posição de um e de outro candidato – a vencedora foi a Presidente Dilma Rousseff – o candidato derrotado, o Senador Aécio Neves... As propostas foram em direções opostas: um dizendo que o remédio seria amargo, e a Presidente dizendo que não, que o remédio amargo só seria ministrado pelo candidato da Oposição, o Senador Aécio Neves. E é interessante que, logo três dias após a reeleição da Presidente Dilma, a primeira manchete que a gente vê na *Folha de S.Paulo* é: *"Três dias após reeleição de Dilma, BC eleva juros básicos para 11.25%"*. Ou seja, aumentou a SELIC em 0.25 pontos percentuais, coisa que, durante a campanha, foi negada. Foi dito que não seria feito o aumento de juros, porque isso impede o crescimento do Brasil, faz com que as nossas empresas e as pessoas já endividadas tenham um aumento na sua taxa de juros.

Eu acho que nós precisamos falar com as pessoas, falar com a população, disputar uma eleição, mas em cima da verdade. E é gozado que, logo na sequência, logo após essa matéria, vem outra tratando de um assunto que, durante as eleições, também não foi colocado, porque se dizia que não haveria necessidade. É a seguinte: *"Conselho da PETROBRAS dá aval para reajuste da gasolina e do diesel"*. E aqui se diz que o reajuste deve ficar próximo dos 5%. Ou seja, mais uma decisão, mais um remédio amargo. Além do aumento dos juros, nós estamos também agora tendo o aumento da gasolina, o aumento do combustível no Brasil.

E as notícias negativas continuam, porque, durante as eleições, é proibido divulgar notícia negativa. Olhem aqui outra manchete da *Folha*: *"Crise do setor elétrico já custou R$105 bi"* – para nós, cidadãos e cidadãs brasileiras. Por quê? Porque foi adotada uma medida eleitoreira, sem uma análise, sem um planejamento. Reduziu-se o preço da energia elétrica, sem considerar o que poderia acontecer a curto, médio e longo prazo. Não é apenas em longo prazo. É em curto, médio e longo prazo. Está aqui o resultado: a crise do setor elétrico já custou 105 bilhões de reais para o Tesouro Nacional, que nada mais são do que os impostos do nosso povo, pagos com muita dificuldade, com muito custo.

Mas as notícias negativas pós-eleições continuam. Ontem, terça-feira, a *Folha de S.Paulo* afirmou: *"Balança comercial tem o pior outubro desde 1998"*. Vejam só, Sras. e Srs. Deputados: 1,2 bilhão de saldo negativo da balança comercial no mês de outubro. Nós já chegamos a 1,9 bilhão de reais de déficit na balança comercial deste ano, de janeiro até outubro.

Sabem o que significa isso? Significa que nós estamos sucateando as nossas indústrias, significa que nós estamos comprando lá fora produto mais barato, porque aqui é muito caro produzir, porque a indústria não recebe incentivo, porque o juro é alto, porque a carga tributária é uma das maiores do mundo.

Então, nós precisamos rever o discurso em relação à prática. Estou trazendo aqui apenas notícias; são números, são fatos concretos. Por exemplo, a poupança do Governo Federal caiu, de janeiro a setembro, 0,5% do PIB. Ou seja, a poupança do Governo caiu. E mais: a renda *per capita* do cidadão brasileiro, embora tenha

sido propagado que a população teve melhora na sua renda, caiu 0,6% agora em 2014 – isso de forma geral. A renda *per capita* do cidadão brasileiro caiu 0,6%.

Mas não é só de notícia ruim que nós vivemos após as eleições. Nós também tivemos uma notícia muito boa, que está no *Valor Econômico* de hoje, quarta-feira, 5 de novembro: *"Lucro dos grandes bancos privados sobe 27% no ano"*.

Olhem que maravilha, Sr. Presidente! Nós temos os bancos aqui no Brasil aumentando os lucros! E quem é que paga esse lucro dos bancos? São as pessoas que estão endividadas, são as empresas que produzem, que geram renda, que geram emprego e que estão pagando um custo muito alto.

Então, com esse aumento de 0,25% na taxa SELIC, V.Exa. pode ter certeza, Sr. Presidente, que vai aumentar até o final do ano – agora, no quarto trimestre – muito mais o lucro dos bancos privados, em especial, o dos grandes bancos.

Eu acho interessante o Banco Central anunciar que os juros do cartão de crédito, os juros do cheque especial, chegaram a 186% ao ano. Isso deveria ser comunicado? Não! Deveriam ser presos aqueles que cobram uma taxa de juros desta monta num País que tem uma taxa de inflação alta, sim, em relação ao resto do mundo, de 6,5%.

Como pode 186% de juros no cheque especial, 186% de juros no cartão de crédito? Isso eu costumo dizer que é pior do que o que fazem os agiotas, que são perseguidos. Agiotagem é o que o Governo estabeleceu como política para que os bancos cobrem juros das pessoas e das empresas.

Quero dizer, aqui, que as empresas, os empresários deste País estão temerosos. Reduziram o investimento, estão demitindo, e se ainda não houve reflexo no índice de desemprego deste País é porque muitos que foram demitidos ainda não voltaram ao mercado de trabalho, porque estão recebendo o seguro-desemprego e estão aguardando para voltar ao mercado de trabalho.

Nós estamos com uma economia que vai ter um crescimento pífio este ano, não vai chegar a 1%. A previsão para o ano que vem é de zero crescimento da economia do Brasil. Então, eu fico me perguntando: qual será o Ministro da Fazenda? Porque agora começam a dizer que, dependendo do nome do Ministro da Fazenda, nós vamos ter resolvido todos os problemas de ansiedade, as expectativas vão melhorar, e aí o País vai entrar nos eixos.

Não existe um nome que tenha uma varinha mágica para chegar, hoje, ao Brasil e resolver todos os problemas como nós precisamos que sejam resolvidos. *"Mas Edmar, você está sendo pessimista",* podem dizer. Não, eu simplesmente repassei aqui aquilo que nós temos ouvido, visto e lido todos os dias e que o Governo, durante as eleições, negou.

Eu quero fazer aqui um desafio para que nós, nesta Casa, assumamos de fato o nosso papel e possamos contribuir, sim, com o Governo, mas contribuir para que as medidas que precisam ser adotadas o sejam, para que nós possamos colocar o País no rumo do crescimento, para que não tenhamos aumento na taxa de desemprego, para que não tenhamos o decréscimo do poder aquisitivo do nosso povo, com uma inflação que já está acima do teto da meta há muito tempo.

Quais foram as medidas que foram tomadas? O Governo gasta mal, e não é por falta de arrecadação, porque eu faço parte da Comissão de Finanças e Tributação e sei. Nós nos reunimos mensalmente com a Receita Federal do Brasil, e a arrecadação de impostos tem crescido, e esta Casa tem dado contribuição, esta Casa reabriu o REFIS para aumentar a arrecadação neste ano. No ano passado, o Governo, para ter superávit, utilizou os recursos oriundos do leilão do pré-sal, deixou de pagar 33 bilhões no mês de dezembro, inclusive de programas sociais, de repasse para o Banco do Brasil, de repasse para a Caixa Econômica, para que honrassem os compromissos dos financiamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, para poder fazer um superávit de faz de conta, em função das eleições deste ano.

O povo brasileiro merece saber o que está acontecendo. Nós não podemos vir aqui, a esta tribuna, e ficar repetindo o conto da carochinha. Nós precisamos falar a verdade para o nosso povo. Nós precisamos mostrar os números, o que está acontecendo, porque, daqui a pouco, nós vamos perder o controle. Hoje, apesar de legítimas as eleições, apesar de a Presidente Dilma ter sido eleita para governar este País por 4 anos, há, sim, um sentimento de insatisfação por parte da população brasileira, de quase metade da população. A Presidente ganhou as eleições com uma diferença em torno de 3%. Significa que 47% da população brasileira queria mudança, queria mudança no rumo da economia, queria mudanças na forma de governar. E nós desta Casa precisamos dar a nossa contribuição. Agora, não é falar amém para o Governo, não é falar amém para aquilo que chega do Governo para ser aprovado. Nós precisamos lutar por um novo pacto federativo, sim; nós precisamos melhorar a condição dos nossos Municípios e dos nossos Estados.

Hoje, o Município tem a obrigação de gastar 15% do orçamento na saúde. A grande maioria está gastando 25 a 35%. Os Estados estão sufocados, não conseguem fazer investimento na segurança. E o nosso povo está

morrendo por falta de segurança nas ruas. Quero ver, agora, ser cumprida a promessa da nossa Presidente de propor uma mudança na Constituição para que a União participe nos Estados com recursos para a segurança do nosso povo.

Nós não podemos tolerar esse fator previdenciário. Isso é um crime com relação àqueles que começaram a contribuir em cima de uma regra que foi mudada no meio do caminho. É como se você começasse a participar de um campeonato de futebol e a regra mudasse no meio do jogo. Então, esta Casa tem, sim, a obrigação de acabar com o fator previdenciário, para restaurar o direito que as pessoas que contribuíram e trabalharam ao longo da sua vida têm em relação a sua aposentadoria.

Também defendo – e esta Casa tem que ter coragem... Por que a Presidente, em vez de propor plebiscito para a reforma política, não propõe um plebiscito para saber se o povo brasileiro quer a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos? Vamos fazer um plebiscito para ouvir o povo brasileiro sobre esse tema! Já vamos incluir nesse plebiscito se o povo brasileiro quer a reeleição nos cargos dos Executivos: Prefeito, Governador e Presidente da República. Será que o povo brasileiro não vai querer o fim da reeleição e um único mandato de 5 anos para o Executivo? Vamos consultar sobre isso também.

Quando o Governo vai à televisão comunicar benesses que fez, como, por exemplo, isenção do IPI para os carros, linha branca, muitas vezes nós aplaudimos, achando isso muito bom. No entanto, o Governo está fazendo cortesia com o chapéu dos outros, porque o IPI é um imposto cuja maior parte vai para os Estados e Municípios.

Quero fazer um desafio. Na hora em que tiver que incentivar a produção de carro, na hora em que tiver que incentivar outras linhas, por que não tirar a COFINS e o PIS? Se tirar a COFINS e o PIS, o Governo Federal estará fazendo cortesia com o chapéu do Governo Federal. E não tirar o IPI, que é o recurso que vai para os Estados e Municípios, colocando ainda em mais dificuldade os nossos Municípios e os nossos Estados.

Também quero aqui dizer que foi uma alegria esta Casa ter votado, ontem, o aumento do Fundo de Participação dos Municípios, porque é um anseio dos nossos Prefeitos. Mas nós temos que continuar vigilantes, para que os Prefeitos cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal. É preciso, sim, mais recursos, mas eles têm que ser bem aplicados, para que o nosso povo tenha aquilo que é de direito: um serviço público de qualidade.

Nós estamos vivendo um caos crescente na saúde do povo brasileiro. Quem anda e visita os pequenos e médios Municípios tem visto o nosso povo sofrendo, muitas vezes demorando 6 meses, 1 ano, 1 ano e meio para conseguir fazer uma cirurgia. Muitos são diagnosticados com câncer e não conseguem fazer uma quimioterapia.

Então, nós também nesta Casa temos a responsabilidade de dar a nossa contribuição, para que, no próximo orçamento, possamos carrear mais recursos para a saúde do nosso povo, fazendo com que os pequenos, médios e mesmo os grandes Municípios possam dar um atendimento digno ao nosso povo, atendimento que é uma obrigação do Estado e um direito de você, cidadão que está em casa.

Um abraço a todos vocês! Que nós possamos juntos construir um país melhor para nós, para os nossos filhos, mas principalmente para os nossos netos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Dando continuidade ao Grande Expediente, antes de conceder a palavra ao segundo orador inscrito para o período, o ilustre Deputado Glauber Braga, do PSB do Rio de Janeiro, a Presidência pede aos Srs. Deputados que venham ao plenário registrar a presença no painel eletrônico.

Estão na Casa 394 Sras. e Srs. Deputados, mas apenas 158 registraram a presença no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Glauber Braga, concedo a palavra ao ilustre Deputado Genecias Noronha, para uma breve intervenção.

O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro, com grande pesar, o falecimento do ex-Senador e ex-Deputado Federal José Lins de Albuquerque, natural do Município de Crateús, Estado do Ceará, ocorrido na última segunda-feira aqui em Brasília.

Em nome da bancada cearense, do meu partido, Solidariedade, e daqueles que o aclamaram como homem público, destaco sua importante trajetória como dirigente do Departamento Nacional de Obras Contras as Secas – DNOCS, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste —SUDENE e do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER.

Neste breve registro, como representante do Ceará na Câmara dos Deputados, desejo levar à família minha manifestação de pesar pela perda de seu ilustre ente querido. Com certeza, foi uma grande perda para o Ceará e para o Brasil.

São os meus votos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Glauber Braga, do PSB do Rio de Janeiro. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os amigos que nos assistem neste momento pela *TV Câmara*, quero aproveitar este tempo no Grande Expediente para fazer uma avaliação do que foi o meu período de mandato de 4 anos nesta Casa, quais foram os pontos positivos, e também para fazer uma reflexão com vistas ao mandato futuro, de 2015 a 2018.

Desde já agradeço a todos os eleitores do Rio de Janeiro que confiaram em mim para mais um mandato, dando-me a possibilidade de representá-los na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, quero começar, retornando ao ano de 2011, quando assumi o mandato de Deputado Federal, em um dos períodos mais difíceis da minha vida. Do dia 11 para o dia 12 de janeiro, vivenciei a maior tragédia climática da história do Brasil, que foi a enxurrada na região serrana do Rio de Janeiro. Sou natural do Município de Nova Friburgo, e estava na minha casa, naquele dia, quando, entre 2 horas e 3 horas, acordei, com a casa balançando, literalmente. Tentei sair pela parte da frente da casa, e não consegui; passei para a parte de trás, e exatamente por onde eu passei a casa caiu.

A gente perdeu lá mais de 10 vizinhos amigos. E ninguém está aqui para fazer campeonato de dificuldades, porque não existe dor maior para aquelas pessoas que perderam os seus familiares na tragédia da região serrana do Rio de Janeiro e nas várias outras tragédias climáticas pelas quais o Brasil já passou. Mas eu cito esse episódio exatamente para contextualizar o momento em que eu assumi o mandato, no ano de 2011.

E aí, Sr. Presidente, passei a me dedicar de forma intensiva ao tema de redução de risco de desastres. E falo isso no momento em que o Brasil está tendo a oportunidade de vivenciar a sua II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Tive a oportunidade de ser nomeado Relator da Comissão Especial de Medidas Preventivas às Catástrofes, da Câmara dos Deputados. E apresentei, ainda em 2011, um relatório que, entre outras peças, teve a oportunidade de se transformar, depois, na Lei nº 2.608/12, que é o Estatuto de Proteção e Defesa Civil. Essa é a primeira lei nacional que traz o tema prevenção de forma profunda para dentro da norma. Até então o que a gente tinha? A gente tinha uma legislação que falava de resposta: o que fazer depois de acontecer o desastre. Normalmente, a gente sabia de um bate-cabeça muito grande sobre o que faz o Município, o que faz o Estado e o que faz o Governo Federal.

A Lei nº 12.608/12 procurou dividir responsabilidades. Trouxe, por exemplo, a necessidade de que nas escolas – no ensino fundamental e no ensino médio – o tema prevenção fosse tratado através de uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas o mais importante dos 31 artigos da Lei nº 12.608/12 (Estatuto de Proteção e Defesa Civil), necessariamente, é ter trazido para a história brasileira, pela primeira vez, o tema prevenção como centro da norma.

Eu tenho orgulho de ter tido a oportunidade de contribuir, e com muita humildade, para que o Brasil pudesse trazer para a sua legislação o tema prevenção como algo verdadeiro.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*, esse não foi o primeiro projeto de lei que eu tive a oportunidade de relatar ou aprovar na atual Legislatura. O primeiro projeto de lei que eu apresentei foi o chamado Programa Prestando Contas, que ficou conhecido como a Lei do Banquinho, e que tem uma relação direta com aquilo que eu já tinha exercitado no mandato anterior, quando ainda no exercício de suplente.

Eu comecei, Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, com as audiências públicas de prestação de contas, que nada mais são do que uma vez por mês, numa praça diferente do Estado do Rio de Janeiro, subir lá no banquinho, no caixote, e dizer o que eu fiz durante o mês, responder às perguntas, aos questionamentos. Até hoje, pelo menos uma vez por mês, numa praça diferente do Estado do Rio de Janeiro, eu tenho a oportunidade de realizar uma audiência pública de prestação de contas. Depois, a gente iniciou um processo inédito no Brasil, as emendas participativas – porque muito se falou em orçamento participativo trabalhado pelo Poder Executivo. Mas um Deputado discutir junto com as comunidades o que é o orçamento federal e a forma de indicar as suas emendas foi algo que a gente iniciou no Estado do Rio de Janeiro, chegando a um bairro da cidade, convidando a comunidade local, com portas abertas, explicando o que é o orçamento federal, com cada um tendo a oportunidade de dizer o que imagina realizar com aquela emenda. Ao final, cada pessoa presente, além de dar o indicativo, dizer do que esperava, tinha direito a um voto para determinar como as emendas parlamentares poderiam ser utilizadas e aplicadas. E, aí, o que foi o Programa Prestando Contas, a lei que eu tive a oportunidade de apresentar? Foi exatamente a demonstração de que essa não deveria ser uma ação individual minha como Parlamentar, mas que essa deveria ser necessariamente uma alteração e uma modificação da política.

Muitos fazem avaliação do que a gente tem, e não só no Congresso Nacional, na política do Brasil nos dias de hoje. E, aí, há a avaliação de que a gente tem um sistema representativo que está falido, se avaliado, única e exclusivamente, nos moldes em que existe hoje. A opinião pública diz isso o tempo todo. Mas, para

mim, não basta fazer a análise ou o diagnóstico. Se existe um sistema representativo que precisa ser modificado, a pergunta que considero mais importante é: qual é o antídoto?

Existem aqueles que vão defender – alguns colegas Parlamentares, inclusive aqueles dos quais eu discordo completamente – que a solução das mazelas da política necessariamente é menos política; é diminuir o tamanho da política, como a gente viveu num período recente da nossa história, na ditadura militar. Não. Esse não é o caminho para melhorar as mazelas da política. O caminho para melhorar o sistema de representação, para mim, faz-se necessariamente com mais política. E quando eu falo em mais política, eu estou falando em mais instrumentos de participação e de democracia direta da sociedade brasileira. Nós queremos, sim, que o Vereador represente o cidadão no Município, que o Deputado Estadual represente na Assembleia Legislativa aquele que é o morador do seu Estado, que os Deputados Federais representem a população dos seus Estados, que os Senadores representem as Unidades da Federação, os Estados em si. Mas nós queremos mais do que isso. Nós queremos, além da representação, que os instrumentos de participação direta da sociedade sejam uma realidade.

As manifestações de 2013 trouxeram isso como um recado. Eu tive a oportunidade, e falo isso como uma reavaliação do mandato e desta Legislatura, de apresentar o Programa Prestando Contas, que nada mais é do que dizer que todo político do Legislativo deve, sim, pelo menos uma vez por mês, prestar contas de seus atos, dizendo onde estará, fixando isso em seu gabinete, colocando nas redes, porque a política diferente que a gente espera não é a da negação da política. A política diferente é exatamente a oportunidade de que a gente tenha mais instrumentos de participação no controle social e no acompanhamento da sociedade brasileira.

Concedo um aparte ao Deputado Amauri Teixeira.

O Sr. Amauri Teixeira – Deputado Glauber Braga, primeiro, quero parabenizá-lo pela sua atuação nesta Casa, pelas suas posições corajosas, firmes e corretas. Venho dizer que esse sistema que o senhor implantou de emendas participativas nos inspirou. De certa forma, eu copiei o seu modelo. Eu acho, assim como o senhor, que nós não somos Parlamentares de nós mesmos. Nós não temos o mandato em si. Nós somos representantes. E, ao votar em nós, o povo não está nos dando um cheque em branco. É preciso estar o tempo todo ouvindo, trazendo, refazendo, reconectando a vontade do povo. V.Exa. tem razão: a democracia representativa está falida. As manifestações de junho de 2013 disseram, em alto e bom som, para todos nós ouvirmos, que essa democracia está falida. É preciso refazê-la. É preciso ter controle popular. É preciso aumentar a participação popular. Nas eleições de ontem, os Estados Unidos fizeram – e não preciso dizer isso para V.Exa. – 164 consultas plebiscitárias. Fizeram isso como algo natural. Quando nós falamos em plebiscito aqui, para os ditadores de antanho, aqueles que estimulam manifestações fascistas e invocam a volta da ditadura, parece que nós estamos falando de coisas da Venezuela. Não, nós não estamos falando de coisas da Venezuela; estamos falando de coisas da democracia formal, da democracia prevista na Constituição, que diz que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. V.Exa. tem estimulado a participação direta do povo. O seu mandato é um exemplo. Eu tenho certeza de que o PSB, na sua grandeza, junto com V.Exa., vai entender o momento específico e complexo que nós vivemos, para combater, como sempre fez, o fascismo, as manifestações fascistas contra a democracia, inclusive com o fechamento deste Parlamento.

O SR. GLAUBER BRAGA – Deputado Amauri Teixeira, em primeiro lugar, quero agradecer a fala de V.Exa. – posso dizer a fala do amigo. Eu tenho uma profunda admiração pelo seu trabalho, pelo Parlamentar combativo que sempre foi, pelas posições firmes e claras.

Além disso, quero dizer da minha alegria de saber que lá na Bahia um Parlamentar também teve a oportunidade de realizar emendas participativas, discutindo com a comunidade local onde as emendas parlamentares devem ser aplicadas.

Obrigado pelas palavras.

Meus amigos, continuando minha reavaliação, eu dizia a V.Exas., no início da minha fala, que assumi o mandato naquele que foi um dos períodos mais difíceis da minha vida, quando da maior tragédia climática da história do Brasil, e que trabalhei pela aprovação da Lei nº 2.608/12, que institui o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e que coloca o tema prevenção dentro da norma. E, segundo lugar, disse que apresentei o Programa Prestando Contas, conhecido como Lei do Banquinho, que trata de obrigar os políticos do Legislativo a prestar contas, de maneira permanente, de seus atos.

No entanto, eu queria falar também do processo de reconstrução, sobre o qual muitos perguntam, dos Municípios atingidos por tragédias. E aqui considero que a gente tem que fazer algumas avaliações.

Em primeiro lugar, o tema prevenção foi, pela primeira vez, de fato abordado, e recursos federais foram disponibilizados para esse fim. A gente tem que fazer justiça ao Governo Federal, que trouxe para o Plano Plurianual este tema como eixo central.

Da mesma forma, temos que fazer a avaliação concreta de que a Câmara dos Deputados teve a oportunidade de votar matérias relevantes para a disponibilização de recursos para áreas atingidas. Eu lembro aqui os 74 milhões de reais que foram votados pelos Deputados e Deputadas Federais para a reconstrução de todas as escolas atingidas nos Municípios do Rio de Janeiro. E se, ao mesmo tempo, eu reconheço que houve avanço na liberação de recursos e que houve avanço no tema prevenção na legislação, que a Defesa Civil teve a ampliação das suas prerrogativas e, consequentemente, da sua força, eu tenho, porém, necessariamente, de fazer também uma avaliação das lacunas que surgiram.

O processo de reconstrução, por parte de vários Municípios e de vários Governos Estaduais, se demonstrou, em alguns casos, uma nova tragédia, porque, em alguns Estados, faltou e continua faltando capacidade institucional para bem realizar os investimentos necessários.

Falo, por exemplo, do Rio de Janeiro, meu Estado. O Governador inicia no próximo ano o novo mandato. No que diz respeito ao Governo anterior, do ex-Governador Sérgio Cabral, fui crítico veemente da forma como foi conduzida a reconstrução na região serrana do Rio: pouquíssima transparência, concentração de poderes em determinados secretários, que não tiveram a capacidade de fazer a coisa caminhar – apesar da boa vontade de alguns. A reconstrução, em si, ficou a dever, e muito.

Aí, Sr. Presidente, eu espero que o próximo Governo tenha capacidade institucional; que haja uma reconstrução plena, com os recursos que são disponibilizados. Enfim, espero que o que aconteceu com as escolas da região serrana do Rio, que tiveram 68 milhões de reais devolvidos ao Governo Federal por falta de projetos do Estado – e o Estado colocou a responsabilidade nos Municípios, enquanto alguns Municípios, como Friburgo, colocaram a responsabilidade no Estado –, não se repita.

Agora se inicia um novo mandato, e espero que esta oportunidade seja aproveitada positivamente por aqueles que têm a capacidade de fazer a execução dos recursos disponibilizados.

Nesse caso, falo de uma ação futura que nós vamos implementar no nosso mandato: o estabelecimento de um mural. Do mesmo modo que a gente faz as audiências públicas nas praças, a gente vai fazer o mural de acompanhamento das verbas federais disponibilizadas. Vamos iniciar um projeto-piloto no Município de Friburgo, onde vamos botar em praça pública toda a verba federal disponibilizada, para que as pessoas tenham como acompanhar o que está faltando para que determinado recurso se transforme numa ação de natureza prática.

Se o Município ou o Estado não tiver mandado um projeto para o Governo Federal, a gente vai colocar em praça pública para que a comunidade local faça boa pressão e o investimento saia do papel. Além das audiências públicas de prestação de contas, no próximo mandato a gente avança com o mural de acompanhamento das verbas federais disponibilizadas, como forma de garantir transparência e controle social.

Além disso, nas audiências públicas de prestação de contas, em janeiro, a gente lança o calendário de onde eu vou estar no Estado do Rio de Janeiro, nos 12 meses do ano, com, pelo menos, 1 audiência pública por mês, com calendário antecipado, para que a população do Rio de Janeiro tenha conhecimento de onde eu vou estar, nos 12 meses, para prestar contas como Parlamentar, ouvindo a comunidade e procurando realizar esta representação da melhor forma possível neste Parlamento.

Ainda fazendo a reavaliação, Sr. Presidente, eu não posso deixar de falar de uma tarefa que assumi neste ano de 2014.

Agradeço à bancada do PSB, no momento em que mando um grande abraço ao Prefeito Audifax, meu amigo aqui conosco. Agradeço à bancada do PSB, ao Líder Beto Albuquerque, ao meu partido, por ter feito a indicação para que eu presidisse a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Eu poderia citar várias ações da Comissão de Educação, mas quero falar de uma ação que teve resultado efetivo e importante. Havia uma Comissão Especial para trabalhar o Plano Nacional de Educação, com as 20 metas e objetivos a serem alcançados nos próximos 10 anos, que já tramitavam havia aproximadamente 3 anos. Gerou-se o impasse de que não poderia ser colocado em votação porque existia um conjunto de medidas provisórias que trancavam a pauta.

Foi realizada uma questão de ordem, um recurso à Comissão de Constituição e Justiça, que abriu um precedente. Naquele momento, nós o respeitamos, mas a Mesa teve entendimento contrário, e nós recorremos à CCJ, e o entendimento a partir de então foi de que os planos decenais não poderiam deixar de ser votados por causa do trancamento da pauta por meio de medidas provisórias.

Isso estabeleceu que todos os planos decenais que a partir de agora forem enviados ao Congresso Nacional necessariamente precisam ser votados. A Comissão de Educação – e agradeço aqui a todos os Parlamentares – teve papel fundamental exatamente para que tanto esse recurso quanto o Plano Nacional de Educação fossem aprovados por este Plenário.

Aí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos acompanham pela *TV Câmara*, ao falar do próximo mandato, eu quero ter a oportunidade de, como Parlamentar e membro da Comissão de Educação que eu espero ser, trabalhar incansavelmente pela implementação do Plano Nacional de Educação.

Eu não quero ser aquele Parlamentar que, daqui a 10 anos, olhe para trás para revisar um Plano Nacional de Educação que não foi avante. Eu quero ter a oportunidade de ser o Parlamentar que, junto com os colegas, com a sociedade brasileira e com os Governos – porque essas são ações articuladas que envolvem o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais –, olhe para trás e diga: nós aprovamos o Plano Nacional de Educação e trabalhamos pela sua implementação.

O PNE estabelece, entre outras metas, uma que eu considero fundamental – todas são importantes e se relacionam. Mas uma delas eu gostaria de citar: a erradicação do analfabetismo no Brasil. Nós precisamos necessariamente, no nosso País, fazer um pacto nacional pelo fortalecimento da educação brasileira.

Nós sabemos da dificuldade que há, por exemplo, em votar uma reforma política, porque cada um tem a sua reforma debaixo do braço – mas ela é necessária. Nós sabemos da dificuldade que há em votar uma reforma tributária, porque cada um imagina que a sua reforma seja melhor nesse ou naquele aspecto – mas essa também precisa ser votada. Mas precisamos, necessariamente, unir Governo, Oposição e independentes, para que tenhamos um grande pacto nacional pelo desenvolvimento da educação brasileira.

E aí, meus amigos, essa é uma tarefa de todos nós. Conseguimos aprovar o PNE, e, agora, é tarefa dos Parlamentares desta Legislatura e da futura a implementação do Plano Nacional de Educação, para garantir ao Brasil um patamar de investimento e de aprofundamento nas ações educacionais que orgulhem todos os brasileiros!

Ouço, com prazer, a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira – Deputado Glauber Braga, eu não poderia deixar de registrar a profunda admiração que tenho por V.Exa., que vem cumprindo seu mandato exemplarmente. Se só tivesse presidido a Comissão de Educação em um único ano, já teria valido todo o seu mandato. Mas V.Exa. tem outras lutas. Feliz é o povo do Rio de Janeiro que pode contar com V.Exa. nesta Casa! E também eu, por estar lá no meu Paraná sabendo que estarei representada, principalmente nessa temática, que é, sem dúvida, a mais importante de todas: a defesa da nossa educação, da forma com que V.Exa. coloca dessa tribuna. Muito obrigada pelo seu trabalho! Vamos em frente, porque o Brasil precisa do trabalho de V.Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA – Muito obrigado, Deputada Rosane Ferreira. Também sou um admirador do trabalho de V.Exa. Fico sempre torcendo muito pela sua atuação. Em todos os momentos, dos mais difíceis que a gente já teve aqui, nos embates mais fortes, sempre contei demais com a colaboração de V.Exa. Portanto, faço-lhe um agradecimento de coração muito especial.

Ouço, com prazer, a Deputada Jô Moraes.

A Sra. Jô Moraes – Eu não poderia deixar de falar e de registrar uma incontinência. Na reunião da bancada do PCdoB, V.Exa. foi registrado como uma das mais gratas conquistas que a sociedade brasileira, que o pensamento progressista, que a juventude deste País conquistou. A presença de V.Exa. nestes 4 anos nesta Casa, a coerência, a determinação, a compreensão de que o País e a sua juventude precisam de avanços, tudo isso supera qualquer dimensão partidária menor. Em nome da bancada do PCdoB, meus cumprimentos a V.Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA – Obrigado, Deputada Jô Moraes, o meu profundo agradecimento à bancada do PCdoB e a todos os Parlamentares. Obrigado mesmo!

Quero muito ter oportunidade de sempre estar trabalhando, cada vez mais intensamente, nessa articulação com V.Exa. e com todos os membros da bancada.

Meus amigos, estou perto da finalização do meu tempo – restam-me poucos minutos. Mas eu queria, neste final, ter oportunidade de falar muito rapidamente de um momento que foi de muita dor para todos nós no ano de 2014. E, em alguns segundos, também não poderia deixar de falar do cenário atual.

Digo que foi um momento de muita dor, sentida por todos nós, do PSB, e pelos brasileiros, a perda do nosso Líder Eduardo Campos.

Estava eu caminhando no Rio de Janeiro, ao lado de Eduardo Campos, indo da Cinelândia à Academia Brasileira de Ciências, quando eu lhe disse: *"Sr. Presidente, estou sentindo um clima muito fértil e uma possibilidade de as pessoas conhecerem o seu trabalho, a sua história"*. E, aí, ele se virou para mim e disse o seguinte: *"É, Glauber. É agora então, quando começam as entrevistas do Jornal Nacional"*.

Uma semana depois, aconteceu aquilo que marcou profundamente a todos nós, porque foi para cada um de nós um momento de muita dor.

Digo a vocês que as defesas que eu faço, as posições que procuro defender têm também uma relação direta com aquilo que eu sentia palpitar como desejo de Eduardo Campos, nosso Líder. Então, não posso deixar de manifestar, neste momento, este sentimento.

Eu já falei aqui, tematicamente, de educação em tempo integral e de vários pontos que faziam parte da agenda de Eduardo Campos. Então quero muito ter a oportunidade, como Parlamentar, de continuar a fazer também a defesa desse legado.

Também não poderia deixar de me manifestar sobre as eleições no Rio de Janeiro e sobre as eleições nacionais. No Rio de Janeiro, o atual Governador Luiz Fernando Pesão – e digo isto com tranquilidade – não contou com o meu voto. Mas, independentemente de ele não ter contado com o meu voto, podem ter a certeza de que ele conta, sim, com a minha torcida e com a minha colaboração para que seu Governo dê certo. Não vem à minha cabeça, de forma alguma, a concepção de que o melhor para o Estado do Rio de Janeiro é que o pior aconteça em seu governo. Espero, sim, que os direitos dos cidadãos do Rio de Janeiro sejam respeitados e que o Governador possa fazer uma bela administração, para que possa, inclusive, ser elogiado no trabalho que venha a ser realizado. E eu vou procurar, como Parlamentar, ser também vigilante, mas com o desejo de êxito e de sucesso.

Não posso deixar de falar também sobre eleição presidencial. A minha posição já é conhecida por todos. Ela se tornou pública. No primeiro turno presidencial eu votei em Marina Silva, na defesa do legado de Eduardo. No segundo turno, como também foi explicitado publicamente, eu votei na Presidente Dilma Rousseff. Não votei no candidato Aécio Neves. Independentemente do meu voto, que é o menos importante neste momento, para mim o relevante para o Governo e para a Oposição é que, no momento, a autoridade da Presidente reeleita Dilma Rousseff deve ser aquilo que una positivamente todos aqueles que acreditam na democracia brasileira. Independentemente de o Parlamentar fazer oposição ao Governo ou de ser da base de sustentação do Governo, é importante, sim, que a gente tenha o reconhecimento daquela que foi a vontade das urnas, da maioria dos eleitores brasileiros. E esse reconhecimento se faz mais do que necessário. Ele se faz, neste momento, um ato de responsabilidade para com o País e para com todos os brasileiros, a fim de que todos os cidadãos tenham os seus direitos garantidos.

Obrigado pela tolerância de V.Exa., Sr. Presidente. Obrigado a todos os Parlamentares e ao público brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Encerrado o Grande Expediente, passamos às breves comunicações.

Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Paulo Foletto, em permuta com a Deputada Keiko Ota.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou muito agradecido.

Eu queria registrar a presença em plenário do ex-Deputado Federal Audifax *Barcelos, hoje Prefeito de Serra. S.Exa. ainda conseguiu assistir a parte do belo discurso que o Deputado Glauber Braga acabou de proferir desta tribuna, digno de registro.*

Parabéns a V.Exa., Deputado Glauber Braga, que é da Juventude Socialista Brasileira e nos orgulha muito!

O Prefeito Audifax e eu acabamos de vir da Agencia Nacional de Transportes Terrestres, onde fomos atendidos pela Dra. Viviane É, sim, uma ótima pessoa e deu atenção integral aos pleitos do nosso Prefeito e aos meus. Eu pedi a audiência, mas o Presidente da ANTT não pôde nos atender. Foi bom ele estar ocupado, ter ido atender ao Ministro, porque a técnica da área nos atendeu muito bem.

Sr. Presidente, eu vou ler uma manchete de jornal: *Alagamento fecha pista da BR-101 no Município de Serra. (Exibe jornal.)*

Trata-se de matéria veiculada na quinta-feira passada. No próximo domingo vai chover forte de novo. O INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural é que faz a previsão do tempo no Estado do Espírito Santo. Não é o Climatempo, não é nenhum órgão nacional, é um órgão estadual, que tem um nível de acerto muito próximo da realidade, por ser local e medir cada região do nosso Estado. E ele está prevendo chuva forte no domingo, ou seja, daqui a 4 dias.

Então, nós queremos chamar a atenção de todos, como chamamos a atenção da representante da ANTT – tenho mais fotos aqui, Deputado Amauri Teixeira – para a situação do trecho da BR-101 que está totalmente alagado, no Município de Serra.

Serra é a maior cidade do Estado do Espírito Santo, tem quase 500 mil moradores, tem o maior quantitativo de eleitores, e é dirigida pelo Prefeito Audifax Barcelos. A BR-101 atravessa a cidade inteira.

Quando os bueiros não são desentupidos, quando as bocas de lobo não fazem a água chegar até ao manilhamento de 1 metro e meio, que são os pontos de drenagem – e essas as fotos mostram a manilha de 1 metro e meio com mais de 1 metro de terra obstruindo a drenagem –, é lógico que uma chuva forte alaga a cidade inteira, alaga os bairros da periferia.

E, novamente, a população vai se manifestar, vai fechar um trecho da BR-101 e obstruir o trânsito do Brasil inteiro, porque a parte dela que passa pelo Espírito Santo liga as Regiões Norte e Sul do Brasil.

Então, queremos chamar a atenção do Presidente da ANTT para isso. Fomos muito bem atendidos por seu chefe de gabinete e pela Dra. Viviane, a funcionária que faz a avaliação das concessões. No domingo vai chover forte no Espírito Santo. Se a Eco101 não for lá desobstruir as galerias, a cidade inteira vai ver enchentes de novo, e vai morrer gente de novo. Estamos nos antecipando em 4 dias. Contamos muito com a dedicação da ANTT para cobrar da Eco101 que cumpra com as suas responsabilidades no Município de Serra, no que lhe foi dado como obrigação na concessão.

Nós sabemos que a concessionária começa a arrecadar bem antes. Ela está com dinheiro no bolso de sobra para fazer a desobstrução dos pontos de alagamento no Município da Serra, evitar a morte de pessoas e danos materiais, para que tenhamos a tranquilidade de ver a concessionária mantendo uma relação saudável com a população do entorno da área que lhe foi concedida.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

Deixo a minha homenagem ao ex-Deputado Federal Audifax, hoje Prefeito de Serra, que está aqui nos acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Domingos Dutra, do Solidariedade do Maranhão. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero mais uma vez, desta tribuna, comunicar à comunidade garimpeira de Serra Pelada, que está espalhada nos Estados do Maranhão, Pará, Goiás, Tocantins, Amapá e até mesmo aqui, em Brasília, que até o final deste mandato continuarei acompanhando todas as lutas e todas as reivindicações que os garimpeiros de Serra Pelada têm feito às autoridades brasileiras.

Como eles sabem, infelizmente, não consegui a reeleição, mas, enquanto tiver mandato, manterei o meu compromisso não só com os garimpeiros, mas com todos os segmentos que lutam por justiça neste País.

No dia 28 de setembro, houve eleição para a Direção da COOMIGASP. Foram eleitos sete garimpeiros para dirigir aquela Cooperativa: Edinaldo, Pastor Alexandre, João Lepos, Wellington, que também é do Maranhão, e mais três companheiros.

Eles enfrentam uma situação muito difícil. Primeiro, a falência completa da Cooperativa, expressa em dívidas impagáveis. Segundo, o calote que a empresa Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral – SPCDM e a Colossus deram nas autoridades brasileiras e nos garimpeiros de Serra Pelada, uma vez que simplesmente abandonaram o garimpo de Serra Pelada e deixaram todo o patrimônio exposto à invasão de terceiros. Houve um começo de saque ao patrimônio móvel e a outros bens da Cooperativa que, felizmente, foi contido pela Diretoria atual.

Ontem, eu consultei a Mesa sobre o requerimento de criação de CPI que nós protocolamos e fui informado de que essa CPI tem que ser instalada até o final desta Legislatura.

Portanto, eu quero dizer à comunidade garimpeira que vamos acompanhar a CPI; estamos tentando marcar audiência para resolver o problema da Caixa Econômica; estamos conversando com a Diretoria para pressionar o DNPM, do Ministério de Minas e Energia, para que haja solução para a comunidade garimpeira de Serra Pelada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dudimar Paxiuba, do Bloco Parlamentar PP/PROS, do Pará. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. DUDIMAR PAXIUBA (Bloco/PROS-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, sem dúvida, os serviços públicos considerados essenciais têm causado uma dor de cabeça terrível a todos os consumidores brasileiros, decorrente das mais diversas causas.

A questão da escassez da água, que agora atinge com mais gravidade a Região Sudeste, mais especificamente o Estado de São Paulo, é um alerta às autoridades competentes para darem a atenção devida e buscarem a solução, em caráter de urgência, de um problema que tende a se agravar cada vez mais.

O que mais preocupa é que o problema da água não se restringe apenas à Região Sudeste. Esse martírio se espalha por todas as regiões deste País, atingindo até mesmo, por incrível que pareça, a Região Amazônica, onde está localizado o maior conjunto de bacias hidrográficas da terra.

A água doce é o principal insumo das atividades econômicas e é considerada como o novo ouro deste século, tanto é que a ordem mundial é no sentido de preservá-la e protegê-la.

Cuidar dos nossos rios e de suas nascentes significa garantir a vida para as próximas e futuras gerações. Segundo estudos especializados, a água doce será o recurso natural mais disputado pelos países. Sua escassez já é notória na China, enquanto o Brasil, onde ainda existe água em abundância, já começa a sofrer os efeitos também dessa escassez, ainda que em caráter temporário.

Na nossa Amazônia está localizada a maior bacia hidrográfica do mundo, com 7 milhões e 50 mil quilômetros quadrados, que responde por um quinto do fluxo pluvial do mundo. O Rio Amazonas e seus afluentes,

dentre esses o Rio Tapajós, contribuem com 20% da água doce de toda a Terra. No entanto, esse volume de água não representa muito, diante do desperdício e comprometimento dos mananciais. Isso ocorre porque não há preocupação com a conservação e proteção aos nossos rios, nascentes e lagos.

Indubitavelmente, a água representa a turbina que move todas as atividades econômicas do mundo, sendo o principal insumo do turismo, através das praias, rios, igarapés e cachoeiras; da agricultura; da indústria; da energia elétrica e de outros seguimentos de nossa economia.

Os estudiosos têm alertado que a crise da água pode gerar um caos mundial. Sua falta pode causar efeitos com sérias implicações no desenvolvimento, podendo atingir seriamente a geração de empregos, os cuidados com a saúde e fragilizar a segurança alimentar.

A Organização das Nações Unidas tem se preocupado com o limite sustentável dos recursos de água em superfície e concluiu que a retirada global de água de aquíferos e bacias hidrográficas triplicou nos últimos 50 anos. Um exemplo a ser seguido tem sido dado pela mineradora Vale, que tem reaproveitado a água usada na lavagem de veículos e com isso garantido obras físicas da expansão de suas instalações em Carajás, no Estado do Pará.

"O processo traz ganhos ambientais e ganhos econômicos e com essa experiência é possível implantar o sistema em outras unidades da empresa." Essa é a avaliação do engenheiro, líder de projetos de saúde, segurança e meio ambiente da Vale.

O aquífero Alter do Chão, grande reservatório de água doce, que tem o dobro do volume do aquífero Guarani, até então considerado o gigante dos aquíferos no Brasil, tem água suficiente para abastecer toda a população mundial por 100 vezes. Possui 96 quilômetros cúbicos de água e está localizado nos Estados do Pará, Amapá e Amazonas.

Essas águas subterrâneas regulam todas as águas em superfície. Funcionam como receptores de águas das chuvas, que se infiltram, abastecendo os aquíferos. Em período de estiagem fazem a manutenção dos níveis dos rios e lagos.

Embora as águas dos aquíferos sejam potáveis e não precisem de tratamento para o consumo, não estão livres de contaminação. É de suma importância que se assegure a proteção em suas áreas contra agentes poluidores, como lixões, uso intensivo de agrotóxicos, metais pesados e demais poluentes tóxicos.

Cerca de 80% das doenças em países em desenvolvimento, dentre esses o Brasil, são causadas por água não potável e saneamento precário. Hodiernamente, 1,6 bilhão de pessoas vivem em região com escassez absoluta de água. Até 2015, dois terços da população mundial pode ser afetada pelas condições críticas da água.

Desastres relacionados com água contabilizam 90% dos riscos naturais, e sua frequência e intensidade estão gradualmente crescendo. Na América Latina e Caribe, 85 milhões vivem sem saneamento básico.

No Brasil, São Paulo e Rio Grande do Sul são alguns dos Estados que adotam o modelo poluidor-pagador. Quem agride o meio ambiente tem de compensar a sociedade. Essa moda precisa pegar de qualquer jeito. É o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

A arrecadação do PSA pode ser utilizada para implementações de medidas administrativas e operacionais que visem a proteger e regenerar florestas, mananciais e nascentes de rios.

Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. a publicação do presente pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Keiko Ota.

A SRA. KEIKO OTA (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero saudar a iniciativa do Presidente Nacional de meu partido, o companheiro Carlos Siqueira, de ouvir as ponderações dos Parlamentares eleitos e reeleitos pelo PSB.

Aproveito também para cumprimentar nosso Líder na Câmara, o Deputado Beto Albuquerque, que muito nos honrou sendo candidato a Vice-Presidente da nossa chapa.

Cumprimento também o Deputado Federal Márcio França, eleito Vice-Governador do Estado de São Paulo.

Este período pós-eleitoral tem sido de muita ponderação sobre os rumos do PSB no cenário político brasileiro, e não poderia ser diferente. Elegemos 3 Governadores, 34 Deputados Federais e 62 Deputados Estaduais.

Tenho certeza de que, independentemente da posição que o PSB assumir no Congresso Nacional, temos o dever de ajudar o País a retomar o caminho do desenvolvimento econômico e da justiça social. Tenho certeza de que faremos isso mesmo que sejamos oposição ao Governo Federal. Se isso acontecer, seremos uma oposição construtiva, progressista e de muita qualidade. Afinal, temos de honrar os ideais de nosso grande líder, o companheiro Eduardo Campos, que tanto nos ensinou a olhar com carinho, esperança e amor para o povo brasileiro.

Temos esse compromisso com a sociedade e nós iremos cumpri-lo, porque, acima de tudo, não abriremos mão de temas que se identifiquem com os interesses populares. Manteremos os compromissos do nosso partido e a visão programática que fez com que chegássemos até aqui.

Como os demais Parlamentares do meu partido, saberei honrar dignamente o voto de confiança depositado nas urnas.

Para finalizar, eu gostaria de deixar os meus cumprimentos também ao Senador Aécio Neves, que soube incorporar muito bem o anseio de mudança do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Luci Choinacki. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, para mim é muito importante poder dizer no dia de hoje da alegria de termos reeleito a Presidente Dilma, mulher, mãe, pela importância que tem o olhar amoroso e generoso da Presidente para o seu povo brasileiro, para as crianças, para as pessoas com deficiência física e mental, para as mulheres, para a defesa intransigente da democracia no País.

Queremos dizer à Presidente Dilma que estamos muito felizes com a sua reeleição. Com sua garra, coragem e determinação, Dilma mostrou ao País que tem fibra e capacidade de reflexão e é valente como o seu coração foi na época da ditadura militar.

A democracia é o exercício mais difícil, mas o mais importante que existe na humanidade, porque é o único que permite a diferença, a divergência política, é o único que permite pensamentos plurais. Por isso, quando a Presidente Dilma faz a defesa da democracia, ela o faz com fervor. Quem passou pela ditadura e viu prefeitos ser nomeados, presidentes ser nomeados... Este Congresso sabe o que é a ditadura militar.

O respeito à democracia é a conquista mais importante do povo brasileiro. É por ela que nós estamos aqui. Se não, haveria apenas os nomeados, aqueles escolhidos como serviçais dos senhores. Nós conseguimos fazer uma mudança e precisamos aprofundá-la.

A reforma política é muito importante para este País, para que na legislatura seguinte venham mais mulheres trabalhadoras para este plenário, mais agricultores, mais operários, e a Casa tenha o rosto e a diferença do povo brasileiro. Parece-me que no próximo mandato essa diferença vai diminuir, porque vem o rosto mais polido da elite. Precisamos trazer mais e mais participação, porque é na diferença que se constroem os consensos, é na diferença que surge o respeito, é na diferença que se faz o diálogo.

Foi na diferença que nós construímos o primeiro e o segundo mandato do Presidente Lula e o Governo da Presidente Dilma, que vamos continuar construindo, sendo a democracia o valor fundamental do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Marco Tebaldi.

O SR. MARCO TEBALDI (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, quero aproveitar este espaço aqui para fazer um pronunciamento de agradecimento ao Joinville Esporte Clube, em nome dos Deputados Esperidião Amin e Onofre Santo Agostini, que ontem à noite conseguiu ascender à Série A depois de 28 anos de luta.

Eu quero aproveitar para fazer um agradecimento a todos os atletas, ao elenco do clube; saudar o nosso técnico Hemerson Maria e toda a Diretoria do Joinville Esporte Clube, na pessoa do Nereu Martinelli, que está fazendo um grande trabalho.

Ontem foi um dia de muita festa em Joinville; hoje também. Há muito tempo nós esperávamos isso, Sr. Presidente. Por isso, quero fazer, aqui da tribuna da Câmara, essa homenagem e esse agradecimento a toda a nação tricolor, à nação joinvilense, que hoje está de muita festa.

Valeu! Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Prezados colegas de Parlamento. Quero ocupar esta tribuna para prestar minha homenagem ao Joinville Esporte Clube, que ontem conquistou o acesso à elite do futebol brasileiro. Quero parabenizar todos que participaram de forma decisiva nessa conquista. Quero cumprimentar os bravos jogadores que não mediram esforços na busca pelo grande objetivo, a comissão técnica liderada pelo excelente Hemerson Maria e diretoria, liderada de forma exemplar pelo meu grande amigo Nereu Martinelli. Quero prestar também minha homenagem à imensa torcida do JEC, a maior torcida de Santa Catarina, maior patrimônio do clube, que o empurra, que o sustenta.

Embora o JEC não frequentasse a primeira divisão do futebol brasileiro há 28 anos, a cidade que abriga o clube sempre frequentou os mais altos postos no desenvolvimento social. Seu povo é ordeiro, batalhador,

civilizado e politizado. São mulheres e homens que veem no trabalho o caminho para o desenvolvimento. E foi assim que Joinville construiu o seu padrão de primeira divisão entre as cidades brasileiras. Como uma cidade tão imponente e admirada não teria seu reflexo nos campos de um esporte que é um dos pilares da cultura de nosso país? Ora, a conquista do JEC é mais uma conquista para a nossa cidade. As emissoras abertas passarão a televisionar jogos que se realizarão na belíssima Arena Joinville.

Tenho orgulho imenso em ter feito parte da história do nosso JEC ao construir a sua casa. Quem já assistiu a uma partida de futebol em nosso estádio pode expressar a incrível cumplicidade que a Arena Joinville promove entre clube e torcida. No ano passado, conquistei com muita luta a inclusão do valor de 25 milhões de reais no orçamento da União, para a ampliação de nosso templo futebolístico. Precisamos de vontade política por parte do Prefeito da nossa cidade, que por sinal faz parte do mesmo partido do Vice-Presidente da República.

Quero fazer um apelo ao Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, para que acompanhe nosso projeto de perto e empreste a sua atenção a essa empreitada. Esse recurso deve ser utilizado, e o tempo está se esgotando. Nossa cidade merece a ampliação da sua arena. Nós nos preparamos para esse momento. Temos uma cidade linda e desenvolvida para receber torcedores de todos os cantos do país, temos uma arena que nos orgulha, e agora finalizamos essa etapa ao ver nosso JEC conquistar o acesso.

Voltamos ao lugar de onde nunca deveríamos ter saído. Desta vez será difícil nos tirar de lá!

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Celso Maldaner. Depois falará o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de destacar que participamos, na segunda-feira passada, acompanhados do Presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Valter Gallina, da inauguração de estações compactas de tratamento de água nos Municípios de Anchieta e Palma Sola. As obras fazem parte de um programa de ampliação e revitalização dos sistemas de abastecimento, que vai contar com a implantação de 40 novas estações em todo o Estado, com investimentos de R$ 25 milhões.

No Município de Anchieta, a CASAN atende 1.350 ligações, que hoje necessitam de 12 litros por segundo para o abastecimento. Com a implantação da nova ETA, a vazão será de 15 litros por segundo. O investimento é de R$ 543 mil. Já em Palma Sola, hoje são utilizados 21 litros por segundo para abastecer as 1.724 ligações, e a nova ETA terá uma vazão de 25 litros por segundo, volume mais do que suficiente para atender a população do Município. O investimento foi de R$ 530 mil.

Nesta terça-feira, também foi inaugurada uma estação de tratamento no Município de Xaxim, com vazão de 30 litros por segundo. O sistema vai ampliar o abastecimento em mais de 30% e isso dará mais tranquilidade aos consumidores das 6.310 ligações atendidas pela CASAN. O investimento feito na construção dessa ETA é de R$ 810 mil.

Entre as vantagens das ETAs compactas, que têm capacidade de tratamento entre 5 e 50 litros por segundo, está o fato de serem modulares e ocuparem menores áreas. Diferentemente das estações de tratamento de água tradicionais, construídas em concreto, as ETAs compactas são equipamentos pré-fabricados, que permitem maior rapidez em sua montagem. Além disso, o processo de aquisição de uma ETA compacta pode ser elaborado muito mais rapidamente do que o processo técnico para construção de uma ETA tradicional. Trata-se de um investimento que irá garantir o abastecimento em quantidade e qualidade para os Municípios catarinenses.

Eu quero parabenizar o nosso Presidente da CASAN, que está investindo, em 2 anos, em mais de 40 estações de tratamento nos Municípios de Santa Catarina.

Sr. Presidente, eu gostaria também de relatar uma situação dramática que há mais de 1 década prejudica os agricultores de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Há 13 anos, diversas famílias de colonos foram retiradas de suas terras do interior do Município em razão da demarcação de terras indígenas na localidade hoje chamada de Reserva da Serrinha. No entanto, de acordo com o agricultor Dalcir Peruchi, Presidente da Comissão dos Desalojados de Linha Baixada, que esteve no meu gabinete em Chapecó na última semana relatando o caso, a maioria das famílias acabou perdendo tudo o que tinha, e ainda aguardam a indenização do Governo.

Dalcir explica que a área pertencente à sua família ficava localizada na Linha Baixada, próximo de Alto Recreio. Desde a desapropriação, muitos agricultores foram reassentados, mas um grupo de aproximadamente 165 famílias ainda aguarda indenizações do Governo Federal. O caso é apenas um exemplo do que acontece em todo o País e expõe a situação dramática à qual são submetidos os nossos agricultores, expulsos de suas terras, de onde retiram o sustento, e ainda sofrendo com a morosidade e lentidão da Justiça brasileira.

Para evitar que casos semelhantes continuem deixando famílias inteiras por tantos anos sem o que lhes é de direito, reafirmo minha posição de que é necessário maior critério e isenção no processo de demarcações de terras indígenas. Por isso, volto a enfatizar a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, que vai envolver diversos órgãos no processo demarcatório e dar maior isonomia às decisões.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado no programa A Voz do Brasil o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava no meu gabinete lendo o artigo do jornalista Paulo Moreira Leite, publicado no dia 31 de outubro, cujo título é um questionamento: Vai ficar tudo por isso mesmo? Ele levantava a questão do golpe midiático destinado a interferir na eleição presidencial, que completava, quando o artigo foi escrito, 1 semana; agora nós vamos para 2 semanas.

Cabe registrar que estamos diante de um caso em que a Polícia Federal, que ontem lotava aqui as galerias e o plenário, e o Ministério Público têm todos os meios de apurar e chegar aos responsáveis, sem muita dificuldade, até porque muitos nomes são de conhecimento público – e não ficar no disse me disse ou numa simples cortina de fumaça. Os 140 milhões de eleitores que foram às urnas merecem das autoridades públicas uma resposta firme e contundente sobre o que ocorreu às vésperas das eleições no Brasil.

Não bastasse a publicação da revista Veja, houve outra questão que merece também esclarecimento: no domingo, no dia das eleições, os blogs estavam informando, pela Internet, a notícia falsa de que doleiro Alberto Youssef teria sido envenenado e teria morrido.

Então, a operação da mídia para buscar intervir nas eleições de outubro passado é algo que merece das nossas autoridades, do Ministério Público, da Justiça Eleitoral, do Ministério da Justiça, uma resposta. Não se pode ficar colocando em dúvida o resultado das eleições e a confiabilidade das urnas. Essa grande manobra da mídia precisa ficar esclarecida.

Essa é uma satisfação que as autoridades devem aos eleitores brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, de 1 minuto, concedo a palavra à ilustre Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Luiz Sérgio. Eu fico pensando até quando a nossa democracia vai resistir a uma não democratização dos meios de comunicação, até quando a nossa democracia vai resistir à ausência de uma democracia ou de uma reforma política que faça com que o Parlamento esteja mais coadunado com a população brasileira.

Mas venho aqui para dizer da importância da resolução que tomamos, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, de uma diligência ao Pará, para que possa apurar uma série de homicídios que ocorreram naquele Estado e que, ao que tudo indica, representam a existência de um grupo de extermínio, até porque antes houve a morte de um policial e várias pessoas que teoricamente teriam alguma relação com isso foram exterminadas, o que indica uma falência do Estado Democrático de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, de 1 minuto, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Miriquinho Batista.

O SR. MIRIQUINHO BATISTA (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero registrar, com pesar, o que ocorreu em Belém do Pará de ontem para cá: uma chacina. Nem a segurança pública do Estado sabe quantos já morreram. Morreu um policial e, a partir daí, houve uma série de ataques, de mortes.

As universidades federais e particulares já suspenderam as aulas, pensando e temendo o pior, porque existem rumores na cidade de que vão invadir as universidades. Imaginem o ponto em que nós estamos e o quanto falta de segurança no Estado do Pará e agora na Capital do Estado! Esse número de assassinatos demonstra exatamente a falta de controle na segurança pública do Estado do Pará.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência convoca os Srs. Parlamentares presentes nas diversas dependências da Casa para que venham imediatamente ao plenário. Existem 407 Sras. e Srs. Deputados presentes na Casa, mas apenas 222 registrados. Portanto, reitero o apelo aos Srs. Parlamentares para que venham registrar as suas presenças no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Casa tem um funcionamento muito esquisito, estranho. Nós passamos 4 anos sem levar em conta a matéria que o organismo da própria da Casa aferiu ser a mais importante segundo a vontade popular – a Câmara tem um mecanismo de consulta eletrônica sobre os projetos que o povo mais quer que sejam votados. E esse projeto campeão é o da tarifa básica de telefone. Nós nunca votamos a matéria que extingue a tarifa básica de telefone.

Está prevista para hoje a votação da PEC dos Cartórios. Eu pergunto, Deputado Onofre: quem pediu que se botasse na pauta a PEC dos Cartórios? Qual é o apelo popular da PEC dos Cartórios?

Os servidores públicos, o tempo todo, pedem a votação da PEC 555, e nós não a pautamos. Os servidores públicos estão pedindo a votação da PEC 170, e nós não a pautamos. O povo da Caatinga e do Cerrado está pedindo a votação da PEC que torna a Caatinga e o Cerrado patrimônio nacional, e nós não a votamos. Os advogados públicos pedem autonomia, pedem o fortalecimento da advocacia pública, para efetivamente terem condição de combater a corrupção e de garantir a eficiência do serviço público, isto é, pedem a votação da PEC 82, nós não votamos, nem pautamos.

Que Casa é esta? Qual é a conectividade que esta Casa tem com os anseios populares? Em cima de que nós estamos pautando as matérias que vêm para esta Casa?

O direito de resposta nós não pautamos, e as eleições mostram que ele é necessário, para inibir a manipulação das informações. O fim dos autos de resistência, que a juventude negra desse País todo pede, que o povo negro deste País pede, e ele é maioria, nós não votamos, nem pautamos! A jornada de 30 horas da enfermagem, Deputado Onofre Santo Agostini, nós não votamos!

Nós vamos terminar esta Legislatura sem colocar em pauta matérias que são exigidas pelo povo, ou por segmentos importantes da população. Sinceramente, eu não entendo como é que hoje nós estamos pautando a PEC dos Cartórios. Eu gostaria de saber de quem é o interesse em pautar uma matéria de tão pouca relevância como a PEC dos Cartórios.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Renato Simões, que dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. RENATO SIMÕES (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Direitos Humanos desta Casa acaba de realizar reunião em que discutiu o impacto de mais essa chacina que se abate sobre a juventude das periferias de um grande centro do nosso País.

Em Belém e Região Metropolitana, a juventude negra, com certeza, está hoje sobressaltada pela reação violenta a um crime também bárbaro: o homicídio de um policial militar, que suscitou um conjunto de reações, que, ao que tudo indica, têm a ver com a sua impunidade. Até o momento, não se sabe quem matou o Cabo Figueiredo, mas há muitos mortos e suspeitos nas ruas.

Essa é, nobre Deputado Amauri Teixeira, a razão pela qual tão importante é a votação a que V.Exa. se referiu, agora há pouco, na tribuna, do fim dos autos de resistência, porque com certeza, nas delegacias de polícia do Pará, muitos desses mortos serão incluídos nessa triste estatística da violência policial, da ação de grupo de extermínio, como mortes seguidas de resistências.

Sr. Presidente, nós tomamos uma série de atitudes na Comissão de Direitos Humanos. Entre elas, um pedido formal de informações ao Governo do Pará e um apelo para que imediatamente cessem essas ações de retaliação, sob pena de nós vermos aumentar exponencialmente o número de mortos e feridos nas ruas da grande Belém do Pará. Ao mesmo tempo, aprovamos a ida de uma comissão de Parlamentares àquele Estado, que, juntamente com os órgãos do Governo Federal, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, a Secretaria da Igualdade Racial, a Secretaria da Juventude, já estão se articulando para dar um basta a essa situação.

Campinas, a minha cidade, viveu uma situação semelhante no começo do ano, e até agora temos impunidade: os mortos estão lá, e os autores desses homicídios ainda não foram levados a julgamento. Nós esperamos que a impunidade também não se abata sobre os assassinos desses jovens mortos em Belém do Pará.

É preciso paz. É preciso Estado de Direito. É preciso inteligência policial, e não truculência e olho por olho, dente por dente na periferia das grandes cidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência tem o prazer de saudar o Prefeito e os Vereadores de Porteirão, Goiás, aos quais rende homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu tenho uma prática, que mantemos já há décadas, de semanalmente publicar um artigo na imprensa local e regional do Estado de São Paulo, prestando contas daquilo que nós fazemos aqui e daquilo que tem sido a orientação do nosso mandato.

Particularmente nesta semana, devo mencionar, Sr. Presidente, que nós nos dedicamos ao debate da nova legislação sobre a biodiversidade. Estamos com uma expectativa grande de que na Comissão Geral que já está marcada para terça-feira próxima nós possamos finalmente caminhar para que o adequado tratamento do patrimônio genético, a possibilidade de usar de uma forma mais desenvolta a nossa biodiversidade, possa significar o aumento de alternativas econômicas para o nosso País.

Agregamos aqui alguns desses textos que eu mencionei e que, nas últimas 3 semanas, foram publicados na imprensa regional de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Dia mundial do meio ambiente, momento de não só cuidar da natureza, mas repensar a vida. O cotidiano tedioso, a necessidade de sobreviver, a pressão por resultados tudo isso transforma muitas vezes a vida de cada um em algo cansativo, até massacrante.

Recuperar o sentido da vida, priorizar a alegria deve ser uma atitude permanente e uma construção coletiva. Assim cuidar do meio ambiente é cuidar da vida.

O Instituto Datafolha apresentou nesta semana os resultados da pesquisa Percepção do paulistano sobre questões ambientais. O assunto não é uma preocupação imediata para os habitantes da capital paulista, nem aparece quando os entrevistados enumeram os principais problemas do País, mas preocupa muito quando é apresentado. A maioria dos paulistanos (53%) acredita que o país precisa de mais leis de proteção ao meio ambiente e pagaria mais pela conta de luz (69%) por uma energia mais limpa. E 63% dos entrevistados separam o lixo em casa, embora não exista coleta seletiva para as casas de 64% dos moradores da cidade de São Paulo.

Para 32% dos entrevistados, o principal problema ambiental do Brasil é a poluição. Em seguida colocam-se a destruição das florestas. A necessidade de preservar os recursos naturais é também uma opinião recorrente entre os entrevistados, tanto quanto a medidas governamentais como nas mudanças de costumes. A sustentabilidade veio para ficar.

Como deputado estadual por São Paulo fui autor do anteprojeto de Constituição Estadual, onde as questões de meio ambiente, recursos naturais e saneamento, por exemplo, foram abordadas de maneira sistêmica. No comando da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, quando foram construídas milhares de unidades habitacionais, tive a oportunidade de implementar o Projeto Vida Melhor cuja meta foi humanizar as condições de vida nos conjuntos habitacionais.

O caso dos resíduos sólidos é exemplar. Em 2006, coordenando também como deputado estadual um grupo de trabalho na Assembleia Legislativa de São Paulo, consegui aprovar a lei 12.300, da Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Foi essa experiência exitosa que me deu fundamentos para mais tarde, como deputado federal, coordenar o grupo de trabalho encarregado de formular a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a partir de diversos projetos que tramitavam no Legislativo há 19 anos.

A PNRS, sancionada sem vetos, em agosto de 2010, é legislação que reúne conceitos modernos como da responsabilidade compartilhada; de inventários; ciclo de vida de produto; reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; logística reversa; a elaboração de planos de gestão em níveis nacional, estaduais e municipais, além da inclusão social por meio do fortalecimento das cooperativas de catadores. É um marco, como são a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Saneamento, que ainda não foram integralmente implantadas.

Até agosto próximo, segundo a PNRS, todos os municípios brasileiros precisam eliminar os lixões. O Brasil tem hoje 5.570 municípios e é evidente o esforço necessário para cumprir a lei que enfrenta um problema antigo de afastamento e destinação do lixo gradativamente agravado pelo processo de industrialização e desenvolvimento que desconsiderou a sustentabilidade, e pela concentração de 84% dos habitantes nas cidades. O prazo é importante para a indispensável mudança de paradigma da gestão dos resíduos.

O foco no desenvolvimento sustentável é berço fértil para compreender as nossas necessidades e costurar os relacionamentos da cultura, da economia e da própria política. Há poucas semanas apresentei à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados o relatório do Projeto de Lei nº 792/2007, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – PNPSA.

O pagamento por serviços ambientais incorpora o princípio do "protetor-recebedor" onde pessoas físicas ou jurídicas podem ser remuneradas ou ressarcidas de alguma forma por manter ou restaurar ecossistemas capazes de prover serviços ambientais, como água de boa qualidade dos rios. Pode promover uma reviravolta na promoção ambiental sem a necessidade de mais desmatamento e degradação.

Por fim, especialmente quanto à Região Metropolitana de São Paulo, lembro minha permanente luta para o estabelecimento de políticas firmes para o setor sucroenergético. O etanol, combustível verde, tem sido bombardeado pelo governo federal apesar do enorme serviço prestado contra a poluição do ar naquela região. Em recente trabalho do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo apresentado em audiência pública por mim solicitada à Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, ficamos sabendo quanto a sociedade perde pelas mortes prematuras causadas por

problemas de poluição do ar decorrentes da utilização da gasolina nas grandes cidades. Na ausência total de etanol teríamos um custo adicional de R$ 430 milhões por ano se os carros rodassem somente com gasolina. Em outro cenário, na situação em que não houvesse o etanol hidratado (aquele utilizado nos carros flex) teríamos um custo adicional de R$ 280 milhões/ano.

Defender políticas publicas para questão ambiental, definir e colocar em pratica a legislação sobre o tema e cuidar da vida são meus compromissos.

Estamos vivendo uma situação grave em que a instabilidade econômica gerada por oscilantes decisões políticas do governo federal compromete a retomada do crescimento. Faz ainda o Brasil experimentar um processo de desindustrialização e de queda da participação relativa da Indústria no Produto Interno Bruto (PIB). A cadeia do alumínio é um dos ramos industriais que mais sofre.

O assunto foi debatido em audiência pública na Comissão de Minas e Energia na Câmara Federal e dela participei. Ali verifiquei que fábricas de alumínio primário no País estão sendo fechadas ou tendo a produção interrompida; que as importações de produtos semimanufaturados e manufaturados de alumínio cresceram 117% nos últimos oito anos, enquanto as vendas de origem nacional cresceram apenas 53%.

As maiores empresas do setor estão entre os empreendimentos com mais elevados prejuízos, já tivemos muitas demissões e várias linhas de produção foram desativadas e agora estamos prestes a perder posições valiosas no ranking internacional dos produtores de alumínio.

E por que isso é tão sério? O alumínio é o segundo metal mais produzido no mundo, perdendo apenas para ferro, à frente inclusive do cobre. O metal, por exemplo, pode substituir o cobre no setor elétrico; compete com o aço, o ferro e a madeira na indústria da construção civil; e com o aço, o plástico, o vidro e o papel na indústria de embalagens.

Possui propriedades muito apreciadas pela indústria como leveza, alta resistência à oxidação, facilidade de trabalhar e alta capacidade de reciclagem e, em complemento, existem jazidas de grande porte do seu minério: a bauxita. Além disso, o Brasil tem sido campeão de reciclagem de latinhas de alumínio que voltam ao mercado com a utilização da matéria-prima.

Cada real investido na cadeia do alumínio gera outros R$ 16,15 e cada emprego direto reflete na criação indireta de outros 35 postos de trabalho. São 505 mil deles no País. Temos a terceira maior reserva mundial de bauxita, somos seu terceiro produtor mundial e também o terceiro produtor global de alumina, a matéria-prima que dá origem ao alumínio metálico, transformado nos produtos de consumo. Nos últimos dois rankings, figuramos depois da Austrália e da China.

Temos um potencial hidroelétrico ainda inexplorado, um mercado interno demandante e uma produtividade de mão de obra comparável à das melhores fábricas do mundo. Mas, atualmente, a capacidade ociosa da indústria brasileira de alumínio primário é de 500 mil toneladas, promovida pelos elevados custos de produção – principalmente pelo preço da energia elétrica que é responsável por mais de 30% deles —, e preços mundiais muito baixos.

A tarifa média da energia elétrica para a indústria brasileira é de 329 R$/MWh, a mais alta da América Latina e a quarta mais alta do mundo. Isso afeta diretamente a competividade da indústria de alumínio, que como todos sabemos é energo-intensiva. A competitividade da indústria de alumínio tem inúmeros componentes no mundo inteiro, mas o acesso à energia elétrica competitiva é determinante.

Aqui, essa realidade fez que o setor começasse a investir em autoprodução de energia no início dos anos 1990, chegando hoje perto dos 30% de produção própria. Mas há outros problemas que afetam o setor como a situação dos portos, os licenciamentos ambientais, o aumento das importações e a queda da produção primária.

O alívio na conta de energia do setor, promovida pela medida provisória nº 579, transformada na Lei Federal nº 12.783, foi de menos de 6% quando comparado com os 28% prometidos pela presidente Dilma Rousseff no passado. Essa redução, por sinal, já posta por terra por causa das críticas condições climáticas. A competitividade da indústria de base brasileira foi ferida de morte pelo próprio governo. No caso do setor – e de outros com as mesmas características – os preços do minério e do alumínio são ditados pelo mercado global, mas o custo da energia é determinado no mercado interno.

Precisamos com urgência de um projeto para retomada do crescimento das indústrias de base do País, destacadamente do alumínio. Geração de empregos, insumo disponível, benefícios ambientais, são características deste segmento que deve ter absoluta prioridade. Eu trabalho com convicção por isto, o Brasil precisa e merece!

Os fatos veem à tona e não há peneira que tape o sol. O enfraquecimento da atividade econômica do País foi sentido mais uma vez nesta semana. O boletim Focus, relatório do Banco Central feito a partir de projeções do próprio mercado, os analistas agora projetam que a economia brasileira crescerá apenas 0,97% em 2014 – a estimativa anterior era de um fraco crescimento de 1,05%.

Embora tenha sido a oitava semana consecutiva de redução das estimativas de crescimento da economia, foi a primeira vez neste ano que o mercado estimou um Produto Interno Bruto (PIB) com expansão inferior a 1%.

Isso é muito pouco especialmente se considerarmos o nosso crescimento populacional de 1,1% por ano. Precisaríamos crescer mais do que esse percentual em mercadorias e serviços para não andarmos de ré, como carro sem motor e sem freio, de volta ao pé da ladeira.

A previsão anterior já era pífia e medíocre. No fundo a situação reflete a arrogância do governo federal ao não dialogar com a sociedade e a falta de uma política econômica coerente, que sinalize não só aos mercados, mas mais importante, aos produtores, empresários, trabalhadores e pequenos investidores, para onde vai a economia brasileira. Faltam não só políticas específicas para setores importantes e que estão praticamente abandonados, como o sucroenergético, mas também para o conjunto: medidas que sinalizem que o governo tentará de fato conter a inflação no "figurativo" centro da meta e que os investimentos, a geração de empregos e riquezas são prioridades do País.

Da maneira como está o cidadão fica praticamente no escuro quanto aos rumos da vida. Isso traz de volta aos brasileiros um pouco mais vividos o pesadelo da época da hiperinflação, que fez com que a década de 1980 fosse um decênio perdido. Enquanto outros países como a Coreia do Sul, Espanha e Portugal, que tinham um índice de desenvolvimento parecido ao do Brasil, saíam da pobreza e realmente ingressavam no clube dos desenvolvidos, o Brasil teve que esperar o Plano Real – portanto 1994 – para retomar uma trajetória de crescimento.

Eu sei que governos não fazem a economia crescer, mas criam as condições para que ela cresça, para que os países se desenvolvam. Aí está o papel do planejador, do líder político, não apenas do administrador da burocracia e da política macroeconômica, mas também do visionário que antevê e formula caminhos que induzam os investimentos na infraestrutura, educação, saúde e em tantas áreas que são cruciais para a nação. Principalmente, do governante que entende ser necessária a liberdade – e a segurança – para o empresário investir e para o trabalhador ser beneficiado pelo fruto do seu trabalho, o salário. Um ambiente de inflação corrói o valor da moeda e em consequência o valor dos salários.

Podemos dizer que o cenário internacional no final do governo Dilma piorou. Mas isso apenas é verdade em relação aos mandatos de Lula, embora não seja aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso – quando houve a Crise Financeira da Ásia em 1998 e a situação política na Europa era muito complicada, com as guerras que despedaçaram a antiga Iugoslávia. Agora, um cenário econômico que não é favorável ao exportador brasileiro pela nossa falta de competitividade num instante em que o mundo retoma o crescimento.

Por outro lado, o mercado interno brasileiro dá sinais de exaustão, principalmente na indústria – na semana passada, o índice de confiança medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) atingiu em julho menor patamar desde janeiro de 1999. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) informou a criação de apenas 25,3 mil vagas em junho deste ano – foi o pior resultado para um mês de junho desde 1998. A economia se deteriora no final do governo Dilma. Faltou planejamento e mais importante, ousadia e sinceridade para atacar os problemas crônicos da falta de inovação, das baixas competitividade e produtividade, da falta de visão de Estado para elaborar uma política nacional que coloque o Brasil em rota permanente desenvolvimento.

Agora, infelizmente, já precisamos pensar rapidamente no que fazer a partir de 2015. E terá que ser diferente. Um novo rumo para enfrentar esta situação e retomar o crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Giovani Cherini, que dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, lá em Porto Alegre, participei de uma reunião com grupos de empresários da área da ovinocultura e da área do agronegócio. A pedido deles, estou criando nesta Casa a Frente Parlamentar Mista de Apoio à Ovinocultura e à Caprinocultura, que vai se chamar FRENTEOVINO, e terá como coordenador técnico Luiz Eduardo Batalha.

Em concordância com o ato da Mesa que cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados, vou solicitar, a partir de hoje, o apoio dos Deputados desta Casa, suas assinaturas, para a criação da FRENTEOVINO. A ovinocultura e a caprinocultura têm se destacado no agronegócio brasileiro. O Brasil possui 25 milhões de cabeças entre as duas categorias – sendo 16 milhões de ovinos e 10,4 milhões de caprinos —, estando em 18º lugar no ranking mundial de exportações.

A criação da referida Frente Parlamentar tem por objetivo: defender uma política nacional de incentivo estimulando a pesquisa, a criação e o abate de ovinos e caprinos; defender e ampliação do Programa Nacional de Melhoramento Genético e de ações de pesquisa e desenvolvimento, visando tecnologias para produção de carne, leite, pele e lã de qualidade; fortalecer o Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos;

defender a criação de um programa nacional de capacitação continuada para técnicos, produtores e trabalhadores em caprinovinocultura; defender programas de incentivo para o consumo dos produtos de ovinos e caprinos; incentivar a criação de Câmaras Estaduais; buscar a redução da carga tributária ao longo da cadeia; acompanhar a reforma tributária, encaminhando as proposições de interesse da cadeia produtiva de caprinos e ovinos; e harmonizar as distorções do ICMS entre os Estados, atuando junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.

Vamos buscar, Sr. Presidente e demais Parlamentares, a coleta de assinaturas dos Deputados e Senadores, ainda neste mês de novembro. Pretendemos aqui trabalhar e dar destaque a essa atividade, que tem um potencial enorme junto à nossa economia. Hoje, no Brasil, são consumidos em média 37 quilos de carne bovina por habitante ao ano, enquanto que a média de consumo de carne de ovinos é de 0,7 quilo per capita ao ano.

Temos um potencial enorme, principalmente o pequeno produtor brasileiro, especialmente no Rio Grande do Sul, porque nós temos em torno de 4 milhões de cabeças de ovinos, e a Bahia, na área de caprinocultura...

(O microfone é desligado.)

O SR. GIOVANI CHERINI – Portanto, Sr. Presidente, encaminho a partir de hoje a Frente Parlamentar Mista de Apoio à Ovinocultura e à Caprinocultura – FRENTEOVINO, que será lançada lá em Pinheiro Machado, no mês de janeiro, na Feira e Festa Estadual da Ovelha – FEOVELHA, que acontece naquele Município. Esta será realmente uma Frente Parlamentar que terá atuação muito importante para o nosso pequeno produtor, a fim de ele tenha alternativa de ganho, de renda e também de emprego, pois a atividade de caprinocultura e ovinocultura gera 120 mil empregos.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa A Voz do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onofre Santo Agostini, do PSD de Santa Catarina.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vi que desfilaram aqui hoje, na tribuna, vários Deputados e Deputadas reclamando ou abordando o problema de violência. São crimes e mais crimes em Belém do Pará e em tudo que é lugar; muitos crimes, chacinas daqui e dali. Enfim, muitos crimes, Deputado Luiz Couto.

E ontem, ao meio-dia, quem assistia à televisão aqui em Brasília ficou estarrecido com o sequestro de uma senhora. Uma pessoa armada com faca sequestrou uma senhora, uma moça, que ficou por aproximadamente 1 hora com a faca no pescoço até que uma ação rápida da polícia conseguiu salvá-la. Então, a violência está em todos os cantos deste País.

A violência é complicadíssima, Deputada Rosane Ferreira. Nós não sabemos mais o que fazer. É claro que nós não podemos culpar o Governo dizendo: "Ah. o Governo é culpado por isso; o Governo é culpado pela violência". Claro que não! Eu a culpa é do próprio ser humano, que não respeita mais o sentimento alheio, que não tem mais uma série de coisas.

Mas realmente ontem aquela cena deixou estarrecidos todos aqueles que tiveram oportunidade de, ao meio-dia, ligar a televisão para assistir ao noticiário. Realmente, foi chocante. Graças a Deus, nada aconteceu. E a pessoa que sequestrou, pelo que consta, tinha problema de saúde, era desequilibrado ou estava envolvido com drogas. Felizmente, não houve nada de mais, não houve homicídio, ninguém ficou ferido, graças a Deus! A moça foi salva, a polícia agiu corretamente, usou os meios necessários moderadamente, sem que ferisse com gravidade o agressor, que, pelo que consta, tinha certo desequilíbrio emocional ou desequilíbrio por conta de drogas.

Mas eu faço esse registro porque assisti aqui hoje, esta tarde, a um desfile de Deputados e Deputadas reclamando da violência, dos homicídios, dos fatos que estão acontecendo não só no Norte ou no Nordeste do Brasil, em São Paulo, no Paraná ou em Santa Catarina, mas, no Brasil inteiro. A violência está demais. Alguma coisa terá que ser feita: uma política mais severa, ou um Código Penal mais duro. Mas alguma coisa terá que ser feita para brecar essa violência que está ceifando do meio da sociedade muitas famílias e muitas pessoas, que estão pagando com a própria vida neste momento.

Faço apenas esse comentário, porque vi aqui, como disse, muitas pessoas, muitos Deputados e Deputadas, reclamando da violência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, infelizmente registro aqui o que é mais grave nesta existência, que é a perda de vidas humanas, que é a morte induzida.

Falo do assassinato não só da liderança kaiowá Marinalva Manoel, de apenas 27 anos, que esteve aqui há apenas 3 semanas numa audiência dos guarani-kaiowá, da qual tive oportunidade de participar, clamando

pelo seu direito à terra, à vida e à saúde – ela foi trucidada a facadas no sábado passado –, como também de uma chacina em Belém do Pará. Na noite de antes de ontem, pelo menos 8 pessoas foram mortas, tudo indica que por comandos militares que proclamam não respeitar chefia nenhuma, para vingar obviamente uma também lamentável morte de um policial.

Então, quero deixar este registro e este repúdio.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, é com enorme pesar que venho a esta tribuna repercutir duas notícias muito tristes, e que estão intimamente relacionadas, no violento quadro social do Brasil.

A primeira notícia, infelizmente, é uma tragédia anunciada, cena que se repete há séculos neste nosso País que não se cansa de fazer jorrar sangue indígena. O corpo da liderança kaiowá Marinalva Manoel, de apenas 27 anos, foi encontrado na manhã de sábado, dia 1º de novembro, às margens da rodovia BR-163, nas imediações de Dourados, Mato Grosso do Sul. As marcas das 35 facadas que foram desferidas contra ela mostraram que os golpes acertaram a jovem nas regiões do tórax, pescoço, rosto e mão esquerda. Essas últimas sugerem que a indígena tentou se defender do ataque.

Segundo as lideranças do Grande Conselho Guarani-Kaiowá de Aty Guasu, Marinalva vinha relatando, em inúmeras assembleias, o aumento das ameaças e das perseguições que sofria de fazendeiros locais e de pessoas contratadas por eles. Para as lideranças do Conselho, a morte da jovem não se trata, portanto, de um acidente ou uma casualidade, mas resulta da omissão das autoridades.

Há cerca de 15 dias, a própria Marinalva compôs comitiva que esteve em Brasília em defesa dos direitos territoriais dos Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Naquela ocasião, ela e outras lideranças indígenas denunciaram diversos casos de violência contra suas comunidades, praticados por fazendeiros da região. Informaram, ainda, em reunião nesta Casa, à qual estive presente, que esse quadro tem se agravado diante dos retrocessos aos direitos constitucionais dos povos indígenas nas esferas legislativa, executiva e judiciária.

Segundo informa o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a causa pela qual Marinalva lutou ao longo de sua vida foi sentida de maneira triste pelos parentes e amigos no momento de sua morte. Vivendo sem terra, sua comunidade não tem cemitério tradicional, e o corpo da jovem, que deveria repousar junto à Terra de Ñu Verá, pela qual lutava, teve de ser enterrado numa área de banhado. Mal a cova foi aberta, a água tomou conta do leito de descanso improvisado para a jovem guerreira. Lágrimas de tristeza e indignação misturavam-se pelos rostos indígenas enquanto a terra ia cobrindo pouco a pouco o corpo.

A segunda notícia, igualmente trágica, é a respeito de mais uma chacina. Em Belém do Pará, um policial, o cabo Figueiredo, membro da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (ROTAM-PM), foi assassinado na terça, quando estava chegando em casa. Logo após esse fato lamentável, áudios e postagens em redes sociais anunciaram que haveria acerto de contas.

Durante toda a madrugada, denúncias foram feitas na Internet. Relatavam ações, supostamente de milicianos, em bairros populares. Pela manhã, a tragédia foi confirmada. O Governo do Estado anunciou 9 mortes na noite da terça-feira. De acordo com a nota emitida pelo Poder Executivo estadual, o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC) registrou 4 homicídios no bairro da Terra Firme e outros 5 nos bairros do Marco, Guamá, Jurunas, Sideral e Tapanã. No entanto, há denúncias de que há outros mortos.

Ambas as tragédias, aparentemente distantes e desconexas, nos dizem muito sobre nossas instituições e qual tipo de democracia estamos construindo. O pluralismo, a diversidade e a justiça social dão lugar à intolerância, ao ódio e à violência como forma de lidar com nossas graves e profundas desigualdades.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Rosane Ferreira, do PV do Paraná. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Nas últimas semanas, a imprensa tem noticiado casos de mulheres que morreram em decorrência da prática de abortos ilegais em clínicas clandestinas, revelando para o País o grande desafio que temos pela frente. Os números são imprecisos, mas nos dão conta da dimensão de uma tragédia vivenciada por milhares de mulheres diariamente.

No Brasil, complicações decorrentes de abortos clandestinos são a quinta causa de mortes entre mulheres na idade fértil. Segundo o Ministério da Saúde, a cada 2 dias, uma brasileira morre por aborto inseguro, um problema de saúde pública ligado à criminalização da interrupção da gravidez.

Os dados são alarmantes: 1 milhão de abortos clandestinos, segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde! E desses procedimentos feitos em locais inadequados resultam 250 mil internações no SUS, anualmente, por complicação pós-abortamento, de acordo com levantamento do Ministério da Saúde.

Não subi nesta tribuna para discutir a legalização do aborto, mas para chamar a atenção dos meus nobres pares da Casa sobre o porquê de esses abortos estarem acontecendo. Antes de legalizar essa prática, nós deveríamos estudar por que as mulheres lançam mão desse método para enfrentar uma gravidez não desejada, não planejada, muitas vezes por razões econômicas, por falta de condições emocionais, ou por outras razões que não tenho tempo de listar aqui. Nós temos que nos debruçar sobre isso e dar uma olhada, com muito critério, no programa da Política Nacional de Planejamento Familiar. Por que as mulheres não estão tendo acesso, como deveriam ter, aos métodos contraceptivos? Por que temos tantas dificuldades para conseguir uma cirurgia de laqueadura, ou os homens, de uma vasectomia, no nosso País?

Estou desenvolvendo uma atividade – discuti isso ontem na bancada feminina e vou colocar como requerimento ainda este ano na Comissão de Seguridade Social e Família – para que nós possamos debater à exaustão o planejamento familiar. Nenhuma mulher lança mão do aborto deliberadamente ou por livre escolha. Muitas vezes, ela é levada a isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, nas últimas semanas, a imprensa tem noticiado diversos casos de mulheres que morreram em decorrência da prática de abortos ilegais em clínicas clandestinas, revelando para o País o grande desafio que temos pela frente. Os números são imprecisos, mas nos dão a dimensão de uma tragédia vivenciada por milhares de mulheres diariamente.

No Brasil, complicações decorrentes de abortos clandestinos são a quinta causa de mortes entre mulheres na idade fértil. Segundo o Ministério da Saúde, a cada 2 dias uma brasileira morre por aborto inseguro, um problema de saúde pública ligado à criminalização da interrupção da gravidez.

Os dados são alarmantes: 1 milhão de abortos clandestinos, segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde. E desses procedimentos feitos em locais inadequados resultam 250 mil internações no SUS anualmente por complicação pós-abortamento, de acordo com levantamento do Ministério da Saúde.

Como profissional da área de Saúde, com mais de 22 anos de experiência no atendimento a mulheres da minha cidade, Araucária, que possui pouco mais de 120 mil habitantes, coladinha a Curitiba, capital do Paraná, vi de perto essa realidade. E digo, com conhecimento de causa, que, seja pobre, seja rica, nenhuma mulher escolhe interromper uma gravidez deliberadamente; são as circunstâncias que as levam a esse evento. São questões profissionais, emocionais, econômicas, não importa. O Estado precisa cuidar dessas mulheres para que não engravidem de forma indesejada.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, enquanto debatemos indefinidamente essa questão nesta Casa, mulheres perdem a vida. Por isso, defendo uma profunda avaliação das políticas de planejamento familiar como estratégia para evitar gravidezes acidentais, indesejadas ou não planejadas. É fundamental avaliarmos se os métodos anticoncepcionais disponibilizados pelo SUS estão alcançando seu público alvo e se os critérios para a realização de laqueaduras e vasectomias tornam esses procedimentos acessíveis, ou seja, se a Lei nº 9.263/96 tem cumprido seu papel.

Temos conhecimento de muitas mulheres que têm vários filhos, mas estão fora do limite da idade prevista na lei. Para elas, o SUS é inacessível. Ainda segundo a legislação vigente, para os casais, o procedimento só pode ocorrer com o aval do parceiro e, no caso das mulheres, meses após o parto. Este aspecto também poderia ser revisto.

Para finalizar, gostaria de enfatizar que não se trata de descriminalização do aborto ou de controle de natalidade, mas de planejamento familiar, em que homens e mulheres possam realmente escolher quando e quantos filhos querem ter.

Sr. Presidente, peço que o presente pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eurico Júnior.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só fazer um registro antes do pronunciamento do grande Deputado Simão Sessim.

Quero registrar a presença dos Parlamentares Municipais da minha cidade natal, Vassouras: o Vereador Leo, de Andrade Pinto; e o Vereador Sandrinho Delgado, de Massambará, ambos Distritos de Vassouras, que estão correndo atrás, brigando e lutando junto com o Rodrigo para conseguir emendas para o Município de Vassouras.

Também quero registrar a presença do Prefeito da minha cidade, Paty do Alferes, que veio atrás das emendas de 2014, pleiteando também emendas para 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Rodrigo de Castro, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje as oposições se reuniram nesta Casa para escutar o Senador Aécio Neves, que, apesar do resultado adverso, tendo perdido a eleição, sai desse pleito, por mais paradoxal que pareça, fortalecido pelo apoio de 51 milhões de brasileiros que continuam mobilizados querendo mudança – mudança da postura do Governo Federal; mudança no sentido de termos uma saúde melhor, uma educação com mais qualidade, mais infraestrutura; mudanças no estilo deste Governo Federal.

A Presidente criticou Aécio Neves, dizendo que ele iria aumentar os juros. Pois bem, Sr. Presidente, 3 dias depois de reeleita Presidente da República, ela, de novo, aumenta os juros, sacrificando toda uma população.

Os resultados econômicos são desastrosos. Agora mesmo, tivemos na balança comercial o rombo de mais de 1 bilhão de dólares, o pior resultado em mais de 20 anos. É um sinal da falência deste Governo; sinal de que as coisas não estão caminhando bem e de que nós temos uma Presidente incapaz de dar rumo ao País.

Nós, Sr. Presidente, estaremos atentos, no papel que nos cabe, de oposição, uma oposição forte, corajosa, que dê voz a um Brasil mais justo e que dê também mais força à nossa democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra ao ilustre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para anunciar e lamentar o falecimento, nesta tarde, do empresário, amigo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Carlos Gilberto Cavalcante Farias.

Carlos Gilberto Farias tinha 67 anos, era um empresário destacado no Nordeste. Nasceu na cidade de Quebrangulo, em Alagoas. Radicado na Bahia, era um empresário bem-sucedido do ramo do agronegócio. Fundou a Agrovale, empresa produtora de açúcar, etanol e bioenergia, com sede em Juazeiro (BA), da qual foi diretor-superintendente de 1974 a 2008, ano em que passou a ocupar a diretoria institucional, e sempre demonstrou capacidade de gerar empregos em Juazeiro, no Vale do São Francisco.

Em de janeiro de 2014 foi eleito para a presidência da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do Centro das Indústrias do Estado da Bahia (CIEB), e vinha desenvolvendo importante trabalho de modernização e interiorização das entidades.

Eu quero aqui manifestar minha solidariedade aos familiares, a todos os amigos e aos industriais da Bahia, que estão de luto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Simão Sessim, 2º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira.

Faço registros paroquiais, Sr. Presidente, mas de grande importância para este orador que está na tribuna.

Em fevereiro deste ano ocupei a tribuna da Casa para reportar o medo, o desespero, o pavor que estava, àquela época, tomando conta da população da cidade de Nilópolis, por conta do domínio do famigerado crime organizado.

Lembro-me de pessoas me procurando, desesperadas, pedindo que fizéssemos alguma coisa para, pelo menos, amenizar a onda de violência e de criminalidade avassaladora, sem precedentes, na cidade onde nasci, cresci e vivi até bem pouco tempo em verdadeiro clima de paz e tranquilidade.

O nosso apelo não foi em vão, Sr. Presidente.

Para alegria de todos e felicidade geral de sua população, o Governador, Luiz Fernando Pezão, e o Secretário de Estado de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, acabam de inaugurar, em Nilópolis, nesta segunda-feira, a 2ª Companhia Destacada do 20º Batalhão de Polícia Militar.

Localizada no Bairro Novo Horizonte, em área estratégica de uma das regiões mais carentes do Município, a 2ª Companhia Destacada de Nilópolis foi construída com recursos do programa Somando Forças, do Governo do Estado, estimado em 539 mil reais.

Trata-se de uma unidade avançada de policiamento ostensivo, já apelidada de "UPPinha", espécie de Miniunidade de Polícia Pacificadora, cuja proposta é instituir polícias comunitárias em regiões de alto risco como forma de desarticular quadrilhas de bandidos que antes controlavam aqueles territórios.

A "UPPinha" já está atuando no combate ao crime organizado com um efetivo de 130 homens e 11 viaturas, sob o comando do Tenente Guilherme Pagano, que também promete implementar ações sociais, com aulas de lutas marciais para crianças e adolescentes da comunidade. A ideia é retirar as crianças do jugo dos traficantes de drogas que infestam a região.

Mais uma vez, o Governador Luiz Fernando Pezão dá uma inequívoca demonstração de seu grande espírito público. S.Exa. ouviu o clamor do povo nilopolitano e respondeu prontamente, com o objetivo de levar um pouco de paz e tranquilidade à cidade de Nilópolis.

Só me resta, portanto, agradecer ao Governador Pezão, ao Secretário Beltrame e ao Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar, Tenente-Coronel Antônio Marcos Netto dos Santos, pelo carinho, pelo respeito, dedicação e o esforço desmedido para poder proporcionar aos moradores de Nilópolis o direito de ir e vir com segurança e dignidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se é para o bem de todos e felicidade geral do Estado, diga ao povo do Rio de Janeiro que fico.

A data de 3 de novembro de 2014 transformou-se, outra vez, Sr. Presidente, num histórico Dia do Fico, para a alegria dos cariocas e fluminenses.

Finalmente, o Delegado de Polícia Federal, José Mariano Beltrame, que tantos benefícios tem levado à população do Rio de Janeiro, na área da Segurança Pública, confirmou nesta segunda-feira a sua mais que esperada permanência no cargo de Secretário de Estado de Segurança Pública.

Foi, portanto, o Dia do Fico, uma notícia das mais memoráveis para um momento tão delicado por que passa o Rio de Janeiro diante do recrudescimento da criminalidade, sobretudo em áreas de conflitos já pacificadas.

Como dizem os especialistas da Segurança Pública, falou mais alto, com certeza, o apego do Delegado Beltrame pelo projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, e o cuidado para que não haja desvirtuamento num momento decisivo do programa que ele próprio implantou na gestão do ex-Governador Sérgio Cabral.

Aos 57 anos de idade, Beltrame é o Secretário de Segurança que mais tem tempo de atuação no cargo. São quase 8 anos de bons serviços dedicados à causa pública, período em que implantou nada menos que 38 Unidades de Polícia Pacificadora, beneficiando diretamente cerca de um milhão e meio de pessoas.

Como é do conhecimento geral, Pezão já havia sinalizado o seu desejo pela permanência de Beltrame no Governo. Não obstante, o Governador já havia, da mesma forma, deixado bem claro que Beltrame terá assegurada total independência para fazer as mudanças que considerar necessárias em busca de consolidação da pacificação das áreas de conflitos no Rio de Janeiro.

Para isso, Sr. Presidente, é preciso que o Governador Pezão leve às comunidades pacificadas serviços essenciais que garantam cidadania e dignidade às pessoas que ali vivem.

Ao participar, na terça-feira, da inauguração de mais unidade policial, em Nilópolis, na Baixada Fluminense, Beltrame contou aos jornalistas que já vem cuidando de uma reforma das UPPS. Chegou a revelar que está terminando um minucioso relatório sobre o assunto e, a partir de análise da situação de cada uma das 38 UPPs do Rio, fará um redimensionamento do programa, deixando a entender, portanto, que agregará ações sociais e reforçará equipes.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em Administração de Empresas e Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Beltrame especializou-se em Inteligência Estratégica na Universidade Salgado de Oliveira e na Escola Superior de Guerra.

Fez o curso de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública e de Análise de Dados de Inteligência Policial. Ingressou no Departamento de Polícia Federal no ano de 1981 como agente, principalmente, na área de repressão a entorpecentes. Exerceu ainda funções no setor de inteligência, combatendo o crime organizado em vários Estados brasileiros.

Beltrame também ministrou aulas e palestras no Curso de Pós-graduação em Inteligência e Segurança Pública da Universidade Federal do Mato Grosso. Na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, como delegado de Polícia Federal, foi Coordenador da Missão Suporte, Chefe do Serviço de Inteligência e da INTERPOL.

Como podemos observar, portanto, Sr. Presidente, o currículo do delegado José Mariano Beltrame o credencia perfeitamente a permanecer à frente do Governo do Rio de Janeiro, só tendo, com isso, a contribuir para a segurança pública que tanto almejamos e sonhamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para uma breve intervenção, concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado José Linhares, do PP do Ceará.

O SR. JOSÉ LINHARES (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, conheço bem V.Exa. e, por isso, eu o chamo de Presidente, até porque, quando cheguei a esta Casa, V.Exa. era o Presidente. Portanto, honra-me muito vê-lo na condução dos trabalhos.

Eu gostaria que V.Exa. fizesse uma intervenção, porque nós já atravessamos o paralelo do tempo, e as nossas impressões digitais não mais estão fazendo funcionar os aparelhos eletrônicos, tal como deveria ocorrer. Talvez V.Exa. pudesse conseguir uma lista, para que, quando não conseguíssemos registrar as nossas impressões digitais, pudéssemos assiná-la. Infelizmente, as minhas impressões digitais não mais estão fazendo os aparelhos funcionarem.

Muito obrigado.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já atingimos o número...

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Já chegou o Presidente para iniciar imediatamente a Ordem do Dia. (Pausa.)

O ilustre Deputado Arlindo Chinaglia vai assumir a Presidência para dar início à Ordem do Dia.

O Sr. Inocêncio Oliveira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, 1º Vice-Presidente.

VI – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Edio Lopes PMDB
Jhonatan de Jesus PRB
Paulo Cesar Quartiero DEM
Total de RORAIMA 3

AMAPÁ

Davi Alcolumbre DEM
Fátima Pelaes PMDB
Janete Capiberibe PSB
Sebastião Bala Rocha Solidaried
Total de AMAPÁ 4

PARÁ

Arnaldo Jordy PPS
Dudimar Paxiuba PROS PpPros
Giovanni Queiroz PDT
Josué Bengtson PTB
Lira Maia DEM
Lúcio Vale PR PrPtdobPrp
Miriquinho Batista PT
Wandenkolk Gonçalves PSDB
Wladimir Costa Solidaried
Zequinha Marinho PSC
Total de PARÁ 10

AMAZONAS

Dr. Luiz Fernando PSD
Pauderney Avelino DEM
Total de AMAZONAS 2

RONDONIA

Amir Lando PMDB
Carlos Magno PP PpPros
Marcos Rogério PDT
Marinha Raupp PMDB
Total de RONDONIA 4

ACRE

Gladson Cameli PP PpPros
Henrique Afonso PV
Sibá Machado PT
Total de ACRE 3

TOCANTINS

Ângelo Agnolin PDT
Lázaro Botelho PP PpPros
Nilmar Ruiz PEN
Osvaldo Reis PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM
Total de TOCANTINS 5

MARANHÃO

Cleber Verde PRB
Domingos Dutra Solidaried
Gastão Vieira PMDB
Pedro Fernandes PTB
Professor Setimo PMDB
Sarney Filho PV
Waldir Maranhão PP PpPros
Total de MARANHÃO 7

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Eudes Xavier PT
Genecias Noronha Solidaried
José Airton PT
José Guimarães PT
José Linhares PP PpPros
Manoel Salviano PSD
Mário Feitoza PMDB
Mauro Benevides PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Total de CEARÁ 10

PIAUÍ

Hugo Napoleão PSD
Iracema Portella PP PpPros
Júlio Cesar PSD
Marcelo Castro PMDB
Marllos Sampaio PMDB
Paes Landim PTB
Total de PIAUÍ 6

RIO GRANDE DO NORTE

Fábio Faria PSD

Fátima Bezerra PT
Paulo Wagner PV
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Aguinaldo Ribeiro PP PpPros
Benjamin Maranhão Solidaried
Damião Feliciano PDT
Efraim Filho DEM
Manoel Junior PMDB
Nilda Gondim PMDB
Ruy Carneiro PSDB
Wellington Roberto PR PrPtdobPrp
Total de PARAÍBA 8

PERNAMBUCO

André de Paula PSD
Augusto Coutinho Solidaried
Bruno Araújo PSDB
Carlos Eduardo Cadoca PCdoB
Eduardo da Fonte PP PpPros
Fernando Coelho Filho PSB
Gonzaga Patriota PSB
Inocêncio Oliveira PR PrPtdobPrp
Jorge Côrte Real PTB
José Augusto Maia PROS PpPros
José Chaves PTB
Pastor Eurico PSB
Paulo Rubem Santiago PDT
Vilalba PP PpPros
Total de PERNAMBUCO 14

ALAGOAS

Arthur Lira PP PpPros
Givaldo Carimbão PROS PpPros
Paulão PT
Total de ALAGOAS 3

SERGIPE

Andre Moura PSC
Fabio Reis PMDB
Laercio Oliveira Solidaried
Mendonça Prado DEM
Valadares Filho PSB
Total de SERGIPE 5

BAHIA

Acelino Popó PRB
Afonso Florence PT
Amauri Teixeira PT
Antonio Brito PTB
Claudio Cajado DEM
Daniel Almeida PCdoB
Fábio Souto DEM

Félix Mendonça Júnior PDT
Fernando Torres PSD
João Carlos Bacelar PR PrPtdobPrp
João Leão PP PpPros
José Carlos Araújo PSD
José Nunes PSD
José Rocha PR PrPtdobPrp
Jutahy Junior PSDB
Oziel Oliveira PDT
Roberto Britto PP PpPros
Sérgio Brito PSD
Total de BAHIA 18

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PROS PpPros
Aelton Freitas PR PrPtdobPrp
Antônio Andrade PMDB
Bilac Pinto PR PrPtdobPrp
Bonifácio de Andrada PSDB
Carlos Melles DEM
Domingos Sávio PSDB
Dr. Grilo Solidaried
Eduardo Barbosa PSDB
Eros Biondini PTB
Geraldo Thadeu PSD
Jairo Ataíde DEM
João Magalhães PMDB
José Humberto PSD
Júlio Delgado PSB
Lael Varella DEM
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PR PrPtdobPrp
Marcos Montes PSD
Marcus Pestana PSDB
Mauro Lopes PMDB
Miguel Corrêa PT
Nilmário Miranda PT
Odair Cunha PT
Rodrigo de Castro PSDB
Subtenente Gonzaga PDT
Toninho Pinheiro PP PpPros
Vitor Penido DEM
Weliton Prado PT
Zé Silva Solidaried
Total de MINAS GERAIS 30

ESPÍRITO SANTO

Cesar Colnago PSDB
Dr. Jorge Silva PROS PpPros
Paulo Foletto PSB
Total de ESPÍRITO SANTO 3

RIO DE JANEIRO

Alessandro Molon PT
Alexandre Santos PMDB

Arolde de Oliveira PSD
Benedita da Silva PT
Chico Alencar PSOL
Dr. Adilson Soares PR PrPtdobPrp
Dr. Paulo César PR PrPtdobPrp
Eduardo Cunha PMDB
Eurico Júnior PV
Filipe Pereira PSC
Glauber Braga PSB
Hugo Leal PROS PpPros
Julio Lopes PP PpPros
Luiz Sérgio PT
Manuel Rosa Neca PR PrPtdobPrp
Marcelo Matos PDT
Miro Teixeira PROS PpPros
Otavio Leite PSDB
Paulo Feijó PR PrPtdobPrp
Rodrigo Maia DEM
Romário PSB
Sergio Zveiter PSD
Simão Sessim PP PpPros
Vitor Paulo PRB
Walney Rocha PTB
Zoinho PR PrPtdobPrp
Total de RIO DE JANEIRO 26

SÃO PAULO

Abelardo Camarinha PSB
Alexandre Leite DEM
Antonio Bulhões PRB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB
Arnaldo Jardim PPS
Beto Mansur PRB
Bruna Furlan PSDB
Devanir Ribeiro PT
Dr. Ubiali PSB
Edinho Araújo PMDB
Edson Aparecido PSDB
Emanuel Fernandes PSDB
Gabriel Chalita PMDB
Guilherme Campos PSD
Gustavo Petta PCdoB
Ivan Valente PSOL
João Dado Solidaried
Jorge Tadeu Mudalen DEM
José Aníbal PSDB
Junji Abe PSD
Keiko Ota PSB
Luiz Fernando Machado PSDB
Nelson Marquezelli PTB
Otoniel Lima PRB
Pastor Marco Feliciano PSC
Paulo Pereira da Silva Solidaried
Penna PV
Renato Simões PT

Ricardo Tripoli PSDB
Roberto de Lucena PV
Roberto Santiago PSD
Rodrigo Garcia DEM
Salvador Zimbaldi PROS PpPros
Tiririca PR PrPtdobPrp
Vanderlei Siraque PT
Vicentinho PT
William Dib PSDB
Total de SÃO PAULO 38

MATO GROSSO

Carlos Bezerra PMDB
Total de MATO GROSSO 1

DISTRITO FEDERAL

Erika Kokay PT
Luiz Pitiman PSDB
Policarpo PT
Reguffe PDT
Total de DISTRITO FEDERAL 4

GOIÁS

Armando Vergílio Solidaried
Carlos Alberto Leréia PSDB
Heuler Cruvinel PSD
Íris de Araújo PMDB
João Campos PSDB
Jovair Arantes PTB
Leandro Vilela PMDB
Magda Mofatto PR PrPtdobPrp
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado DEM
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP PpPros
Sandro Mabel PMDB
Thiago Peixoto PSD
Vilmar Rocha PSD
Total de GOIÁS 15

MATO GROSSO DO SUL

Akira Otsubo PMDB
Fábio Trad PMDB
Geraldo Resende PMDB
Mandetta DEM
Marçal Filho PMDB
Reinaldo Azambuja PSDB
Total de MATO GROSSO DO SUL 6

PARANÁ

Abelardo Lupion DEM
André Zacharow PMDB
Dilceu Sperafico PP PpPros
Edmar Arruda PSC

Eduardo Sciarra PSD
Fernando Francischini Solidaried
Giacobo PR PrPtdobPrp
Hermes Parcianello PMDB
João Arruda PMDB
Leopoldo Meyer PSB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Luiz Nishimori PR PrPtdobPrp
Nelson Meurer PP PpPros
Odílio Balbinotti PMDB
Osmar Serraglio PMDB
Reinhold Stephanes PSD
Rosane Ferreira PV
Rubens Bueno PPS
Sandro Alex PPS
Takayama PSC
Zeca Dirceu PT
Total de PARANÁ 21

SANTA CATARINA

Celso Maldaner PMDB
Edinho Bez PMDB
Esperidião Amin PP PpPros
João Pizzolatti PP PpPros
João Rodrigues PSD
Jorge Boeira PP PpPros
Jorginho Mello PR PrPtdobPrp
Marco Tebaldi PSDB
Mauro Mariani PMDB
Onofre Santo Agostini PSD
Rogério Peninha Mendonça PMDB
Ronaldo Benedet PMDB
Total de SANTA CATARINA 12

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP PpPros
Alexandre Roso PSB
Darcísio Perondi PMDB
Eliseu Padilha PMDB
Giovani Cherini PDT
Jose Stédile PSB
Luis Carlos Heinze PP PpPros
Luiz Carlos Busato PTB
Onyx Lorenzoni DEM
Osmar Terra PMDB
Pepe Vargas PT
Renato Molling PP PpPros
Vilson Covatti PP PpPros
Total de RIO GRANDE DO SUL 13

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – A lista de presença registra o comparecimento de 274 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

O item primeiro da pauta, por acordo, vai ser retirado de ofício.

PROJETO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE
(PROJETO DE LEI Nº 7.735, DE 2014)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – É o projeto de lei que trata da biodiversidade. Não vai ser discutido hoje e, portanto, não vai ser votado hoje. Vai ser retirado de ofício, em razão de acordo promovido entre os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – O próximo item...

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pois não, Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quanto ao item da ANEEL, que é o requerimento já acertado no Colégio de Líderes e deve ser o primeiro, eu peço a oportunidade de fazer um encaminhamento, se V.Exa. me permitir, pois é importante.

No nosso País, 5.650 Municípios não têm condições de, agora em dezembro, fazer o acompanhamento que a ANEEL colocou de providenciar toda a iluminação pública dos Municípios por conta própria. O que eu estou pedindo é, neste projeto de decreto legislativo, sustar essa norma, para a gente discutir isso no ano que vem.

Os Municípios já não têm condições de arcar com a saúde, de arcar com a segurança, de arcar com ene provas que têm, e agora vamos colocá-los também para tomar conta de sua iluminação pública? Há Município que não tem condição de comprar uma escada, não tem condição de comprar um *buggy*, de comprar um caminhão.

Então, isso aqui é um acordo, de unanimidade da Mesa, que nós estamos tratando em caráter de urgência, para ser aprovado, para que a gente possa, no próximo ano ou no próximo mês, voltar à tona com a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – O.k.

Eu vou dar sequência à sessão, porque, além da manifestação do Deputado Nelson Marquezelli, a partir das manifestações que vierem das bancadas, nós tomaremos uma decisão – a mais negociada possível.

Há um requerimento de urgência, do Líder do PTB, Jovair Arantes e outros.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Sobre a mesa requerimento de urgência com o seguinte teor:

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 10.764, DE 2014

Sr. Presidente,
Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 155, combinado com o art. 117, XV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428, de 2013."
Sala das Sessões, de de . – ***Jovair Arantes****, Líder do PTB.*

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Se houver unanimidade entre os presentes, nós votaremos simbolicamente. Se nós partirmos para uma votação não simbólica, todo mundo sabe que pode haver a consequência de cair a sessão e haver um próximo item que cada um vai avaliar também.

Indago se há consenso em torno dessa matéria ou não.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Quero apenas encaminhar, antes de o PT falar.

Vou repetir isto, porque é importante para o Governo, é importante para o País. Nós estamos acompanhando o que está acontecendo. Nós fomos implorar nesta Casa pelo aumento de 0,5% no FPM ontem.

Mais de 4 mil Municípios não têm condições de comprar um *buggy*, um caminhão, um guincho! Como eles vão fazer manutenções de poste, de iluminação, se isso sempre foi das concessionárias? Sempre foi das concessionárias! Desde quando o Brasil passou a ter energia elétrica? Isso sempre pertenceu às concessionárias públicas! Como nós vamos passar para as Prefeituras? É preciso bom senso da Casa! Bom senso!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Vamos lá. Indago novamente. Para facilitar aqui, alguém discorda de se votar a urgência?

Tem a palavra o Deputado Sibá Machado, pela bancada do PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós entendemos a preocupação do Deputado Marquezelli, mas esta Casa, ontem, votou aquela PEC que vai estender 1% ao orçamento do Fundo de Participação dos Municípios. Esse é um processo gradual, Sr. Presidente.

Então, para este assunto, nós queremos um tempinho a mais. Nós não vamos concordar com o voto simbólico e, se o requerimento for a voto, se V.Exa. o mantiver na pauta, nós vamos requerer a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Bom, não havendo consenso...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento apenas.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Deputado Miro Teixeira, pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer este esclarecimento diante do que disse o Deputado Marquezelli. Nós aprovamos aqui uma emeda constitucional e a conta da iluminação pública passa a ser cobrada na conta domiciliar. Então, acabou aquela história de a concessionária não receber, de não haver dinheiro para pagar a concessionária.

Eu penso que isso tem que ser, sim, em função até daquela emenda constitucional, dever da concessionária. Nós fizemos essa emenda constitucional, e o cidadão paga a iluminação pública junto com a sua conta de luz. Ou seja, se ele não pagar, a luz da casa dele é cortada. Então, há o dinheiro para a concessionária. Como é que agora vai se remeter ao Município a despesa com a instalação de um serviço pelo qual a concessionária vai receber? O serviço tem que ser da concessionária, penso eu.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que está havendo uma confusão. Foi criada por esta Casa a contribuição de iluminação pública de competência do Município. Os Municípios arrecadam a contribuição através da concessionária. A competência para fazer isso não é de concessionária, não. A competência é do Estado ou da União, porque é serviço público, ou é do Município. Nesse caso, é do Município. E todos os Municípios brasileiros, há muito tempo, cobram da população a Contribuição de Iluminação Pública, aprovada nesta Casa por emenda constitucional. Eles podem até contratar concessionária ou podem fazer diretamente. Mas quem arrecada é o Município.

O SR. MIRO TEIXEIRA – É que no custo, Sr. Presidente, quando se arbitra esse valor a ser pago pelo cidadão, tem essa previsão de investimentos. Isso é pago antes pelo cidadão, isso é pago antes pelo cidadão.

O SR. SIBÁ MACHADO – Pois é. E a que está recebendo?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu queria fazer uma síntese, porque as manifestações demonstraram inequivocamente que não há consenso para votar a matéria. Nós temos dois caminhos: ou insistimos na votação ou, de ofício, eu retiro e passamos para o próximo item. O próximo item é a PEC apelidada de PEC dos Cartórios.

O SR. SIBÁ MACHADO – Retira para não ter prejuízo!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Vamos retirar, então.

Está retirado de ofício.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer que a contribuição sempre será feita pela empresa elétrica. O Município não vai fazer a contribuição, porque ela que...

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – É diferente do que ele está dizendo. Uma coisa é prorrogar os efeitos dos serviços que eles não assumiram; outra é a contribuição, porque ficou entendido que a contribuição não seria feita pela empresa elétrica e, sim, pelo Município. Não será. Só será feito nos Municípios que têm o terreno vazio, onde a conta da luz é feita, e a empresa elétrica repassa para o Município. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – O.k. Provavelmente, o problema está nos meus ouvidos. Tem algum microfone que está alto demais e tem outro que está baixo demais. Vou pedir ao pessoal do som para ver se é possível dar uma equalizada, mas eu repito que o problema está em mim. Somos socialistas aqui!

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também vou pedir a V.Exa. que retire o próximo item, a emenda constitucional, porque não vai haver quórum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pois bem. Está retirado de ofício esse item que trata da transferência, vamos chamar assim, para os Municípios, para simplificar. Está retirado!

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Sobre o próximo item, que trata do tema de cartórios, também não há consenso. Há um requerimento na mesa. De quem é o requerimento?

Aqui, há dois requerimentos assinados pelo Líder Ivan Valente no que tange à PEC dos Cartórios. O primeiro requerimento é o de retirada de pauta:

> *"Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, § único, inciso II, alínea "c", combinado com o art. 117, caput, inciso VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta da presente Ordem do Dia da PEC nº 471/2005".*

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – O PSD concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Em seguida, há outro requerimento que requer a votação nominal do requerimento de retirada de pauta. Ou seja, propõe que seja feita a retirada de pauta e que, na hora em que for votado o requerimento, a votação seja nominal.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI – Sr. Presidente, para ganharmos tempo, nós pedimos a retirada. O PSD concorda com a retirada.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, verifico pela pauta da presente sessão e pela evidente falta de quórum, que nós não conseguiremos votar nada.

Eu acho que V.Exa., em acordo com as Lideranças, deveria declarar encerrada a Ordem do Dia. Nós vamos abrir uma votação que sabemos que não chegará a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – É uma proposta etnologicamente...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa PEC dos Cartórios está na pauta há muito tempo. Se nós pudermos dar um tempo, convidar os Parlamentares a virem ao plenário...

O SR. LEONARDO PICCIANI – Não há quórum para votar a PEC.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – o PSOL é contra, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE – Hoje, seria um bom dia para votarmos a PEC dos Cartórios.

Obrigado.

O SR. GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu vou ouvir agora o Deputado Gonzaga Patriota, entre outros, para que a gente possa, individual e coletivamente, formatar uma opinião. Até o momento...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria recorrer para que o decreto legislativo seja o primeiro da pauta na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Nós precisaremos levar ao Presidente da Casa. Eu estou aqui na condição de substituto.

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Neste ano ou no ano que vem será V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Não. Eu vou levar ao Presidente, para que ele defina essa pauta.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota, que está inscrito.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB concorda que seja feita a retirada de pauta, que não haja essa chamada nominal e que, se possível, na terça-feira seja o item nº 1, porque essa PEC é muito importante. Hoje, há 300 Deputados, é perigoso. Por outro lado, temos a PEC nº 2. Se possível, que ela seja o item nº 2 da pauta da próxima terça-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Bem, eu não vou traduzir a intenção de cada encaminhamento. Vou dar minha opinião. É evidente que, para votar uma PEC com este quórum – havendo especialmente um requerimento para que não seja votada hoje e que pede votação nominal —, ou eu tomo a decisão com o apoio dos senhores e das senhoras para retirar, e nós resolvemos, ou eu submeto à votação, porque há requerimento para isso.

Então, eu proponho que retiremos de ofício. Atenderemos à Liderança do PSOL na essência. Quanto a constar do primeiro item da pauta da próxima terça-feira, o encaminhamento é aquele que eu também recomendei para outra proposta. Vou levar ao Presidente Henrique Eduardo Alves, que é quem tem a palavra final na definição da pauta, ainda que ele ouça Líderes e demais Parlamentares.

Então, a minha proposta é retirar e, por consequência, vou encerrar a Ordem do Dia, que foi, eu diria, antecipada pelo Deputado Picciani. Tudo bem?

O SR. AMAURI TEIXEIRA – O bom senso imperou.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Então, vamos lá.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quinta-feira, 6 de novembro...

O SR. IVAN VALENTE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V.Exa. pode encerrar a Ordem do Dia sem encerrar a sessão, deixar aberto para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu estava lendo.

O SR. IVAN VALENTE – Eu entendi que V.Exa. ia encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Não...

O SR. IVAN VALENTE – Ele encerrou os trabalhos, encerrou a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Eu vou encerrar a sessão agora. Se a intenção é continuar um debate em aberto, não há nenhum orador inscrito. Não há como, regimentalmente, eu encerrar a Ordem do Dia e, no horário previsto para a Ordem do Dia, abrir para – vou apelidar – um longo Pequeno Expediente. A alternativa seria aguardar até às 19 horas e chamar uma extraordinária não deliberativa, o que também não me parece razoável, me perdoem, e nem pode.

Então, eu vou ler. Depois, se houver alguma dúvida, esclarecerei.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Pois não, Deputado.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma das maiores críticas que se faz às Constituições do Brasil é que elas não regulamentam seus artigos. Então, essa matéria, esse projeto de lei regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, que trata da Convenção sobre Biodiversidade, e, além do mais, assegura ao País o patrimônio genético. O país que usar tem que pagar justamente, meio a meio, por aquele benefício usufruído pela diversidade biológica. Por isso, esse projeto é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Deputado Inocêncio, antes de encerrar, portanto, eu vou dar um informe. Outros devem ter também essa informação, inclusive V.Exa.: o Deputado Líder, Sarney Filho, do PV, acabou de me informar que fez uma reunião com a representação de vários Ministérios – eu não sei citar quais os Parlamentares estavam presentes –, e ali foi produzido um conteúdo e também um encaminhamento. Ao conteúdo não vou me referir, e o encaminhamento atende essa preocupação do Deputado Inocêncio Oliveira, porque vai constar da pauta da próxima semana com um acordo, havendo aqui, como me informa o Dr. Mozart, uma Comissão Geral.

Portanto, haverá um debate em plenário em cima daquilo que foi acordado, mas que pode sofrer alterações a partir do debate.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentamos, em 2011, o Projeto de Lei que recebeu o nº 986, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a cláusula de não concorrência.

Conforme exposto em nossa justificação ao projeto, a CLT já possui regra punindo a concorrência do empregado durante a relação de emprego. O art. 482 considera como hipóteses que justificam a aplicação da justa causa para dispensa a negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado ou for prejudicial ao serviço (alínea "c") e a violação de segredo da empresa (alínea "g").

Porém, acreditamos que esse tipo de proibição também deva ocorrer em algumas situações, mesmo após a extinção da relação empregatícia, como nos casos em que o ex-empregado detém informações estratégicas, ou mesmo secretas, da empresa e cuja divulgação possa trazer prejuízos financeiros consideráveis.

É nesse ponto que surge a figura da "cláusula de não concorrência", matéria que já tem recebido acolhimento da doutrina e da jurisprudência nacionais.

Estabelecida a cláusula, o empregado compromete-se a não trabalhar em um concorrente direto do antigo empregador por um período predeterminado de tempo. Mas essa limitação é restrita apenas à mesma área de atuação do trabalhador.

Devemos ressaltar que tal regra não é dirigida a qualquer empregado, mas apenas àqueles que, em razão das suas atribuições, tiveram acesso a informações estratégicas as quais, sendo transferidas aos concorrentes, poderiam acarretar grande prejuízo ao ex-empregador.

Nossa proposta estabelece, ainda, que o empregado receberá uma indenização correspondente ao valor do último salário pelo período que durar o impedimento para o trabalho, para que a medida não seja caracterizada como uma pena.

Além disso, o projeto resguarda os requisitos que a doutrina e a jurisprudência consideram essenciais à validade da cláusula, como limitação temporal, espacial e quanto à atividade; legítimo interesse das partes; compensação financeira ao empregado pelo prazo de não concorrência estipulado e penalidade em face do seu descumprimento.

Não é demasiado lembrarmos que esse tipo de cláusula já faz parte da realidade do serviço público. O art. 6º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, estabelece que *"os titulares de cargos de Ministro de Estado, de Natureza Especial e do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nível 6, bem assim as autoridades equivalentes, que tenham tido acesso a informações que possam ter repercussão econômica, na forma definida em regulamento, ficam impedidos de exercer atividades ou de prestar qualquer serviço no setor de sua atuação, por um período de quatro meses, contados da exoneração"*, enquanto o art. 7º da Medida prevê o pagamento de remuneração compensatória pelo período em que durar a quarentena.

Por todo o exposto, caros colegas, apresentamos o Projeto de Lei nº 986/2011, convictos de que a nossa iniciativa aprimora as relações de trabalho, até porque a celebração da cláusula não é uma imposição contratual, mas um acordo a ser firmado entre as partes, se assim desejarem.

Dessa forma, por acreditarmos que se trata de medida de justiça, ocupamos esta tribuna para pedirmos o apoio dos membros desta Casa, para a aprovação do Projeto de Lei nº 986, de 2011, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PROS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho me somar aos que já ocuparam esta tribuna para defender o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que visa a fixar em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

O projeto está há anos pronto para inclusão na pauta do plenário, inclusão que já foi requerida por dezenas de Deputados. Eu mesmo, simpatizante de primeira hora, apresentei requerimentos neste sentido não uma, mas três vezes, nas Sessões Legislativas de 2011, 2012 e 2013, e tenho esperança de não precisar apresentar outro em 2014 porque finalmente terá sido votada a proposição.

Por que, podem perguntar, deveria o projeto ser aprovado? Por que a maioria dos Deputados deveria votar a favor do projeto, que, diga-se, já foi aprovado pelo Senado?

Para mim, que sou médico, é simplesmente lógico ser a favor da jornada de 30 horas para os profissionais de enfermagem, porque conheço de perto a realidade da profissão – a dura realidade da profissão. Sei o quanto demanda todos os dias e a todo momento em dedicação, em concentração, em amor ao próximo. Sei o quanto é extenuante, sob os aspectos físico, mental, emocional e social – social também, sim, porque as longas horas de trabalho, os plantões noturnos, os finais de semana dentro de hospitais cobram alto preço em termos de convívio social e familiar.

Seria de esperar que uma profissão tão exigente oferecesse algum retorno, mediante remuneração satisfatória. No entanto sequer isso é verdade. Pelo contrário, os salários dos profissionais de enfermagem são, em geral, muito baixos, e, ao contrário de outras categorias, os salários são fixos; não são variáveis conforme o número ou a complexidade dos procedimentos realizados. A única saída para melhorar os rendimentos é assumir mais plantões, aumentando o desgaste e agravando as consequências já expostas.

Testemunho da importância do assunto é o fato de o Sr. Presidente da Câmara haver convocado, em 22 de maio último, uma Comissão Geral para discuti-lo. Tivemos aqui vários expositores convidados, e o resultado foi muito elucidante. Os argumentos a favor de aprovar o projeto são numerosos. Contra, há apenas dois: a possível falta de mão-de-obra para ocupar os novos postos de trabalho e o impacto financeiro da medida.

Quanto ao primeiro, ficamos sabendo que, segundo o Conselho Federal de Enfermagem, há no Brasil 1 milhão e 800 mil enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, e não mais que 841 mil postos de trabalho. Sendo assim, temos, na verdade, uma grande reserva de mão de obra que está atualmente ociosa, mas pronta a ingressar no mercado de trabalho, pronta para utilizar os conhecimentos de que dispõe e contribuir com a sociedade.

Quanto ao segundo argumento, ficamos sabendo pelo representante do DIEESE que o alegado impacto de 13 bilhões e de reais não passaria, na verdade, bem calculado, de pouco mais de 6 bilhões, menos da metade, portanto.

Além de representar um impacto bem menor que o alegado, há, a meu ver outra leitura: assim como os bilhões empregados para construir estádios para a Copa do Mundo, isso é dinheiro que será injetado na economia e que se reverterá em alimentos, vestuário, lazer, cultura, moradia, educação.

Naquela mesma Comissão Geral, não nos esqueçamos, fez uso da palavra a Nobre Deputada Rosane Ferreira, que muito apropriadamente lembrou que esta Casa legislativa já aprovou leis que fixaram jornadas de trabalho de 20 horas semanais para professores e médicos e de 30 horas semanais para fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais.

O que podemos concluir disso? Que, para nosso pesar, cada dia a mais que a Câmara dos Deputados passa sem aprovar o PL 2.295/00 significa duas coisas: um dia a mais na perpetuação de uma injustiça histórica e um dia a mais em que esta Casa, ao tratar de maneira desigual os iguais, vive uma contradição que não coaduna com sua história.

Obrigado.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Vice-Presidente Michel Temer recepcionou ontem, dia 4, as atuais lideranças e os novos eleitos pelo PMDB no último pleito. O encontro reuniu Governadores, Senadores e Deputados do partido para uma confraternização e a troca de informações sobre o momento político.

Iniciamos um diálogo interno em busca do consenso que deverá nortear os próximos posicionamentos do partido.

Mas há uma direção clara, explicitada pelo Vice-Presidente Michel Temer: o PMDB não é apoiador; é Governo. Afinal, elegemos o Vice-Presidente na chapa vitoriosa. O PMDB é pilar da governabilidade. O PMDB con-

tinuará sendo Governo para consolidar e ampliar as conquistas sociais, a distribuição de renda e a democracia eficiente. Essa é uma posição realista e cristalina.

Garantir a governabilidade não implica ser submisso. Longe disso, vejo um PMDB cada vez mais protagonista. Afinal, saímos das urnas fortalecidos como o maior partido do País: elegemos sete Governadores, o maior número entre as nove legendas que elegeram governantes neste ano. Em 2012, o PMDB já elegera o maior número de prefeitos, 1.019 ao todo. No Congresso, o partido soma 84 Parlamentares: dezoito Senadores e 66 Deputados Federais. É este o peso do PMDB. O voto popular nos consagrou. Essa é a responsabilidade que pesa sobre nossos ombros.

O gesto de Michel Temer em direção ao entendimento e à unidade partidária é típico de um líder experiente, que busca construir a unidade, condição indispensável para que continuemos fortes e sejamos protagonistas no debate de temas que a sociedade demanda.

Hoje mesmo, o Conselho Nacional do Partido e a Fundação Ulysses Guimarães dão a largada para discutir a necessária e urgente reforma política. O PMDB tem experiência e tradição para iniciar esse processo, ouvir a sociedade e apresentar um grande projeto de reforma política, como contribuição ao debate nacional.

Aproveito este momento em que o partido faz uma introspecção para reforçar uma tese que venho defendendo há tempos: o PMDB precisa se abrir ainda mais à sociedade, estimular a filiação do jovem, da mulher, dos idosos, enfim, oxigenar-se sempre. Isso passa, a meu ver, por medidas de fortalecimento e renovação, a começar pelo fim dos diretórios provisórios.

Vamos buscar novos quadros, abrir as portas do PMDB para quem queira contribuir com nosso projeto de Brasil, calcado nas conquistas sociais, na manutenção dos empregos, na construção da infraestrutura indispensável para o desenvolvimento, na melhoria constante da qualidade de vida dos cidadãos, no respeito à democracia, entre tantos outros valores.

Os brasileiros e as brasileiras que confiaram ao PMDB o *status* de grande partido nacional não se decepcionarão se nos mantivermos atentos, dialogando sempre, oferecendo soluções e trabalhando por projetos que tornem o Brasil ainda mais inclusivo e justo.

O PMDB, quando unido, é forte, e por certo dará grande contribuição ao Brasil. Não tenho dúvida de que este será o nosso papel nos próximos 4 anos.

Para concluir, Sr. Presidente, registro parte da nota que o PMDB divulgou hoje, após a conclusão do encontro do Conselho Nacional do partido, que definiu entre as estratégias o debate da reforma política:

> *"O PMDB empunhará esta bandeira que paira sobre o inconsciente coletivo nacional e continuará sendo o maior intérprete da vontade política dos brasileiros. Este é o momento de darmos uma resposta e concretude ao desejo de mais de duzentos milhões de cidadãos."*

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão Não Deliberativa Solene, amanhã, quinta-feira, dia 6 de novembro, às 9h30min, em homenagem ao espírita Divaldo Pereira Franco, com o lançamento do Movimento Você e a Paz.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

RORAIMA

Chico das Verduras PRP PrPtdobPrp
Luciano Castro PR PrPtdobPrp
Urzeni Rocha PSD
Total de RORAIMA 3

AMAPÁ

Evandro Milhomen PCdoB
Luiz Carlos PSDB
Vinicius Gurgel PR PrPtdobPrp
Total de AMAPÁ 3

PARÁ

Beto Faro PT
Cláudio Puty PT

Luiz Otavio PMDB
Zé Geraldo PT
Total de PARÁ 4

AMAZONAS

Átila Lins PSD
Total de AMAZONAS 1

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus PT
Moreira Mendes PSD
Nilton Capixaba PTB
Padre Ton PT
Total de RONDÔNIA 4

ACRE

Flaviano Melo PMDB
Perpétua Almeida PCdoB
Total de ACRE 2

TOCANTINS

César Halum PRB
Júnior Coimbra PMDB
Total de TOCANTINS 2

MARANHÃO

Alberto Filho PMDB
Carlos Brandão PSDB
Hélio Santos PSDB
Nice Lobão PSD
Pinto Itamaraty PSDB
Simplício Araújo Solidaried
Weverton Rocha PDT
Zé Vieira PROS PpPros
Total de MARANHÃO 8

CEARÁ

Antonio Balhmann PROS PpPros
Ariosto Holanda PROS PpPros
Arnon Bezerra PTB
Danilo Forte PMDB
Edson Silva PROS PpPros
Gorete Pereira PR PrPtdobPrp
João Ananias PCdoB
Total de CEARÁ 7

PIAUÍ

Assis Carvalho PT
Átila Lira PSB
Jesus Rodrigues PT
Osmar Júnior PCdoB
Total de PIAUÍ 4

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado PP PpPros
Henrique Eduardo Alves PMDB
Sandra Rosado PSB
Total de RIO GRANDE DO NORTE 3

PARAÍBA

Hugo Motta PMDB
Luiz Couto PT
Major Fábio PROS PpPros
Total de PARAÍBA 3

PERNAMBUCO

Anderson Ferreira PR PrPtdobPrp
Fernando Ferro PT
João Paulo Lima PT
Luciana Santos PCdoB
Mendonça Filho DEM
Raul Henry PMDB
Roberto Teixeira PP PpPros
Silvio Costa PSC
Wolney Queiroz PDT
Total de PERNAMBUCO 9

ALAGOAS

Francisco Tenório PMN
Rosinha da Adefal PTdoB PrPtdobPrp
Total de ALAGOAS 2

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Antonio Imbassahy PSDB
Edson Pimenta PSD
Geraldo Simões PT
Luiz Alberto PT
Luiz Argôlo Solidaried
Márcio Marinho PRB
Maurício Trindade PROS PpPros
Paulo Magalhães PSD
Valmir Assunção PT
Waldenor Pereira PT
Total de BAHIA 11

MINAS GERAIS

Dimas Fabiano PP PpPros
Fábio Ramalho PV
Jaime Martins PSD
Jô Moraes PCdoB
João Bittar DEM
Luiz Fernando Faria PP PpPros
Margarida Salomão PT
Paulo Abi-Ackel PSDB
Reginaldo Lopes PT
Saraiva Felipe PMDB

Stefano Aguiar PSB
Walter Tosta PSD
Total de MINAS GERAIS 12

ESPÍRITO SANTO

Carlos Manato Solidaried
Iriny Lopes PT
Lauriete PSC
Lelo Coimbra PMDB
Rose de Freitas PMDB
Sueli Vidigal PDT
Total de ESPÍRITO SANTO 6

RIO DE JANEIRO

Andreia Zito PSDB
Aureo Solidaried
Dr. Carlos Alberto PMN
Edson Ezequiel PMDB
Edson Santos PT
Felipe Bornier PSD
Jair Bolsonaro PP PpPros
Jandira Feghali PCdoB
Jean Wyllys PSOL
Jorge Bittar PT
Leonardo Picciani PMDB
Liliam Sá PROS PpPros
Pedro Paulo PMDB
Total de RIO DE JANEIRO 13

SÃO PAULO

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Cândido Vaccarezza PT
Carlos Sampaio PSDB
Carlos Zarattini PT
Eleuses Paiva PSD
Helcio Silva PT
Janete Rocha Pietá PT
Jefferson Campos PSD
Mara Gabrilli PSDB
Newton Lima PT
Paulo Freire PR PrPtdobPrp
Ricardo Izar PSD
Vaz de Lima PSDB
Vicente Candido PT
Total de SÃO PAULO 14

MATO GROSSO

Júlio Campos DEM
Nilson Leitão PSDB
Roberto Dorner PSD
Ságuas Moraes PT
Valtenir Pereira PROS PpPros
Wellington Fagundes PR PrPtdobPrp
Total de MATO GROSSO 6

DISTRITO FEDERAL

Izalci PSDB
Jaqueline Roriz PMN
Magela PT
Total de DISTRITO FEDERAL 3

GOIÁS

Roberto Balestra PP PpPros
Total de GOIÁS 1

MATO GROSSO DO SUL

Biffi PT
Vander Loubet PT
Total de MATO GROSSO DO SUL 2

PARANÁ

Andre Vargas PT
Assis do Couto PT
Dr. Rosinha PT
Total de PARANÁ 3

SANTA CATARINA

Francisco de Assis PT
Luci Choinacki PT
Total de SANTA CATARINA 2

RIO GRANDE DO SUL

Alceu Moreira PMDB
Beto Albuquerque PSB
Bohn Gass PT
Henrique Fontana PT
Manuela D`Ávila PCdoB
Marco Maia PT
Maria do Rosário PT
Nelson Marchezan Junior PSDB
Paulo Pimenta PT
Vieira da Cunha PDT
Total de RIO GRANDE DO SUL 10

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

RORAIMA

Berinho Bantim Solidaried
Raul Lima PP PpPros
Total de RORAIMA 2

AMAPÁ

Dalva Figueiredo PT
Total de AMAPÁ 1

PARÁ

Elcione Barbalho PMDB
José Priante PMDB

Nilson Pinto PSDB
Total de PARÁ 3

AMAZONAS

Francisco Praciano PT
Henrique Oliveira Solidaried
Rebecca Garcia PP PpPros
Sabino Castelo Branco PTB
Silas Câmara PSD
Total de AMAZONAS 5

ACRE

Antônia Lúcia PSC
Marcio Bittar PSDB
Taumaturgo Lima PT
Total de ACRE 3

TOCANTINS

Irajá Abreu PSD
Total de TOCANTINS 1

MARANHÃO

Davi Alves Silva Júnior PR PrPtdobPrp
Lourival Mendes PTdoB PrPtdobPrp
Pedro Novais PMDB
Total de MARANHÃO 3

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB
Artur Bruno PT
Chico Lopes PCdoB
Domingos Neto PROS PpPros
Vicente Arruda PROS PpPros
Total de CEARÁ 5

RIO GRANDE DO NORTE

Felipe Maia DEM
João Maia PR PrPtdobPrp
Total de RIO GRANDE DO NORTE 2

PARAÍBA

Wilson Filho PTB
Total de PARAÍBA 1

PERNAMBUCO

Danilo Cabral PSB
Pedro Eugênio PT
Total de PERNAMBUCO 2

ALAGOAS

João Caldas Solidaried
João Lyra PSD
Maurício Quintella Lessa PR PrPtdobPrp

Renan Filho PMDB
Total de ALAGOAS 4

SERGIPE

Almeida Lima PMDB
Márcio Macêdo PT
Rogério Carvalho PT
Total de SERGIPE 3

BAHIA

Arthur Oliveira Maia Solidaried
Emiliano José PT
Erivelton Santana PSC
Jânio Natal PRP PrPtdobPrp
Josias Gomes PT
Lucio Vieira Lima PMDB
Luiz de Deus DEM
Marcos Medrado Solidaried
Nelson Pellegrino PT
Rui Costa PT
Total de BAHIA 10

MINAS GERAIS

Alexandre Silveira PSD
Aracely de Paula PR PrPtdobPrp
Bernardo Santana de Vasconcellos PR PrPtdobPrp
Diego Andrade PSD
Gabriel Guimarães PT
George Hilton PRB
Leonardo Quintão PMDB
Luis Tibé PTdoB PrPtdobPrp
Newton Cardoso PMDB
Padre João PT
Renzo Braz PP PpPros
Total de MINAS GERAIS 11

ESPÍRITO SANTO

Camilo Cola PMDB
Total de ESPÍRITO SANTO 1

RIO DE JANEIRO

Adrian PMDB
Alfredo Sirkis PSB
Anthony Garotinho PR PrPtdobPrp
Francisco Floriano PR PrPtdobPrp
Rodrigo Bethlem PMDB
Stepan Nercessian PPS
Washington Reis PMDB
Total de RIO DE JANEIRO 7

SÃO PAULO

Aline Corrêa PP PpPros
Delegado Protógenes PCdoB
Duarte Nogueira PSDB

Eli Correa Filho DEM
Francisco Chagas PT
Guilherme Mussi PP PpPros
Iara Bernardi PT
José Mentor PT
Luiza Erundina PSB
Marcelo Aguiar DEM
Márcio França PSB
Maria Lucia Prandi PT
Milton Monti PR PrPtdobPrp
Missionário José Olimpio PP PpPros
Paulo Maluf PP PpPros
Paulo Teixeira PT
Roberto Freire PPS
Vanderlei Macris PSDB
Total de SÃO PAULO 18

MATO GROSSO

Eliene Lima PSD
Total de MATO GROSSO 1

DISTRITO FEDERAL

Ronaldo Fonseca PROS PpPros
Total de DISTRITO FEDERAL 1

GOIÁS

Flávia Morais PDT
Total de GOIÁS 1

PARANÁ

Alex Canziani PTB
Alfredo Kaefer PSDB
Angelo Vanhoni PT
Cida Borghetti PROS PpPros
Nelson Padovani PSC
Ratinho Junior PSC
Total de PARANÁ 6

SANTA CATARINA

Décio Lima PT
Paulo Bornhausen PSB
Total de SANTA CATARINA 2

RIO GRANDE DO SUL

Assis Melo PCdoB
Danrlei De Deus Hinterholz PSD
Enio Bacci PDT
Jerônimo Goergen PP PpPros
José Otávio Germano PP PpPros
Marcon PT
Ronaldo Zulke PT
Sérgio Moraes PTB
Total de RIO GRANDE DO SUL 8

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) – Encerro a sessão, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 6 de novembro, às 11 horas, e Sessão Não Deliberativa de Debates, às 14 horas, com as seguintes

ORDENS DO DIA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

(DELIBERATIVA)

(Às 11 horas)

ORDEM DO DIA

URGÊNCIA
(Artigo 151, I, "j" do Regimento Interno)

Discussão

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.412-B, DE 2013
(Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.412-B, de 2013, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (Relator: Dep. Dimas Fabiano); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Félix Mendonça Júnior).

URGÊNCIA
(Artigo 151, I, "j", c/c art. 52, § 6º do Regimento Interno)

Discussão

2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.287-B, DE 2013
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.287-B, de 2013, que aprova o texto da Convenção que estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, assinado em Brasília, em 29 de dezembro de 2010, e os demais atos internacionais a ela anexados, que especifica; tendo parecer: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relator: Dep. Jorge Bittar); da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Eduardo Sciarra). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação.

SESSÃO DE DEBATES

(NÃO DELIBERATIVA)

(Às 14 horas)

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores:

15h – Newton Cardoso (PMDB – MG)
15h25min – Miguel Corrêa (PT – MG)

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE LEI

Nº 2194/2011 (João Pizzolatti) – Denomina "Rodovia Prefeito Genésio Pasinato" o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de Itapiranga e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07/11/2014

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 5956/2013 (Senado Federal – Anibal Diniz) – Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a universalização progressiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a todos os concluintes do ensino médio.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11/11/2014

5. CONTRA DEVOLUÇÃO AO AUTOR

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

5.2 INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 137, § 1º, do RICD.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 429/2014 (Camilo Cola) – Altera a Constituição Federal para extinguir a imunidade e o foro especial por prerrogativa de função, veda o recebimento de auxílio, ajuda de custo ou contribuição de qualquer natureza, assim como, o uso de residência ou transporte fornecidos pelo Poder Público ou por entidade privada, por parte de membro de Poder, de detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11/11/2014

III – DIVERSOS

1. PRAZO PARA RECEBIMENTO DE SUGESTÕES A PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO: art. 212, § 2º, do RICD (30 dias).

PROJETO DE LEI

Nº 7803/2014 (Pedro Paulo) – Consolida a legislação acerca de concessões comuns e parcerias público-privadas e dá outras providências.
(Publicado no Suplemento ao DCD nº 152, de 16/10/2014, e no DOU nº 200 de 16/10/2014)
DECURSO: 21º DIA
ÚLTIMO DIA: 15/11/14

Relação dos Deputados para o Grande Expediente

NOVEMBRO DE 2014

07 6ª-feira	10:00	José Mentor (PT - SP)
	10:25	Ronaldo Benedet (PMDB - SC)
	10:50	José Chaves (PTB - PE)
	11:15	Sebastião Bala Rocha (SD - AP)
	11:40	Jean Wyllys (PSOL - RJ)
10 2ª-feira	15:00	Pauderney Avelino (DEM - AM)
	15:25	José Aníbal (PSDB - SP)
	15:50	Bonifácio de Andrada (PSDB - MG)
	16:15	Gastão Vieira (PMDB - MA)
	16:40	Paulo Magalhães (PSD - BA)
11 3ª-feira	15:00	Valdivino de Oliveira (PSDB - GO)*
	15:25	Henrique Oliveira (SD - AM)
12 4ª-feira	15:00	João Dado (SD - SP)
	15:25	Zé Geraldo (PT - PA)
13 5ª-feira	15:00	Hugo Leal (PROS - RJ)
	15:25	Antônio Andrade (PMDB - MG)
14 6ª-feira	10:00	José Otávio Germano (PP - RS)
	10:25	Henrique Afonso (PV - AC)
	10:50	Dr. Rosinha (PT - PR)
	11:15	Nilson Leitão (PSDB - MT)
	11:40	Abelardo Lupion (DEM - PR)
17 2ª-feira	15:00	Wladimir Costa (SD - PA)
	15:25	Antonio Brito (PTB - BA)
	15:50	Marcio Junqueira (PROS - RR)*
	16:15	Leandro Vilela (PMDB - GO)
	16:40	Silas Câmara (PSD - AM)
18 3ª-feira	15:00	Edinho Araújo (PMDB - SP)
	15:25	Rodrigo Maia (DEM - RJ)

20 5ª-feira	15:00	Renan Filho (PMDB - AL)
	15:25	João Caldas (SD - AL)
21 6ª-feira	10:25	Acelino Popó (PRB - BA)
	10:50	André Zacharow (PMDB - PR)
	11:40	Pedro Paulo (PMDB - RJ)
24 2ª-feira	15:00	Henrique Fontana (PT - RS)
	15:25	Gladson Cameli (PP - AC)
	15:50	Vicente Candido (PT - SP)
	16:15	Jorge Bittar (PT - RJ)
	16:40	Gonzaga Patriota (PSB - PE)
25 3ª-feira	15:00	Rogério Peninha Mendonça (PMDB - SC)
	15:25	Heuler Cruvinel (PSD - GO)
26 4ª-feira	15:00	Arnon Bezerra (PTB - CE)
	15:25	Julio Lopes (PP - RJ)
27 5ª-feira	15:00	Jorginho Mello (PR - SC)
	15:25	Lincoln Portela (PR - MG)
28 6ª-feira	10:00	João Pizzolatti (PP - SC)
	10:25	Alfredo Kaefer (PSDB - PR)
	10:50	Betinho Rosado (PP - RN)
	11:15	Bruna Furlan (PSDB - SP)
	11:40	Elcione Barbalho (PMDB - PA)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.620/12 – Do Sr. Amauri Teixeira e outros – que "altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural as comunidades quilombolas, ribeirinhas e quebradoras de coco babaçu, atingidos por barragens e assentados da reforma agrária".
RELATOR: Deputado LUIZ NISHIMORI.

PROJETO DE LEI Nº 7.955/14 – Do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas inscritas ou não na dívida ativa da União oriundas de crédito rural de responsabilidade de cacauicultores".
RELATOR: Deputado JOSUÉ BENGTSON.

PROJETO DE LEI Nº 7.964/14 – Do Sr. Valmir Assunção – que "modifica a Lei 4.595, de 1964, para determinar que as instituições financeiras informem ao Banco Central do Brasil e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA os imóveis rurais adquiridos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução"
RELATOR: Deputado GIACOBO.

PROJETO DE LEI Nº 7.965/14 – Do Sr. Valmir Assunção – que "modifica a redação dos artigos 3º e 10 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para incluir como objetivo específico do crédito rural a produção de produtos agropecuários destinados à alimentação humana".
RELATOR: Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 12-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.881/14 – Do Sr. Eduardo Cunha – que "obriga a remoção de links dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados sobre o envolvido".
RELATOR: Deputado MANOEL JUNIOR.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 07/11/2014)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 7.693/14 – Do Sr. Laercio Oliveira – que "altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985".
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

B – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 7.447/10 – Do Sr. Luiz Alberto – que "estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais".
RELATOR: Deputado ALESSANDRO MOLON.

PROJETO DE LEI Nº 4.181/12 – Do Sr. Sandro Mabel – que "denomina "Rodovia Abadio Pereira Cardoso" o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e GO-174, no Estado de Goiás".
RELATOR: Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 5.722/13 – Do Sr. Beto Albuquerque – que "altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que "dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início", para que os exames sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias".
RELATOR: Deputado JOSE STÉDILE.

PROJETO DE LEI Nº 5.756/13 – Do Sr. Fabio Trad – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".
RELATOR: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.

PROJETO DE LEI Nº 6.330/13 – Do Sr. Afonso Hamm – que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a recomposição das Áreas de Preservação Permanente com o plantio de espécies frutíferas de valor econômico e dentro dos critérios e exigências estabelecidos".
RELATOR: Deputado ESPERIDIÃO AMIN.

PROJETO DE LEI Nº 6.515/13 – Da Sra. Dalva Figueiredo – que "altera o art. 10 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, que versa sobre atividade de garimpagem".
RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 3.073/11 – Do Sr. Aguinaldo Ribeiro – que "acrescenta inciso ao artigo 13º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que "institui a Política Nacional do Livro"".
RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 07/11/2014)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.700/10 – Do Sr. Vieira da Cunha – que "institui a obrigatoriedade de auditoria externa, independente e periódica, em entidades certificadoras que criem, promovam, concedam ou distribuam certificações ambientais, selos de qualidade, selos verdes ou congêneres, a ser realizada por entidades acreditadoras".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 1.232/11 – Do Sr. João Arruda – que "disciplina a venda eletrônica coletiva de produtos e serviços através de sítios na internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas". (Apensados: PL 1933/2011, PL 3405/2012 e PL 3463/2012)
RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

PROJETO DE LEI Nº 1.837/11 – Do Sr. Márcio Macêdo – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de rotulagem adequada dos produtos que contenham ativos da biodiversidade brasileira ou do conhecimento tradicional a ela associado".
RELATOR: Deputado ELI CORREA FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.477/12 – Do Sr. Wellington Fagundes – que "altera a redação do art. 44 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a finalidade de disciplinar a divulgação de reclamações contra fornecedores em cadastros públicos mantidos pelos órgãos públicos de defesa do consumidor".
RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.

PROJETO DE LEI Nº 4.883/12 – Do Senado Federal – Humberto Costa – (PLS 66/2012) – que "obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário".
RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

PROJETO DE LEI Nº 7.574/14 – Do Sr. Vanderlei Macris – que "dispõe sobre a devolução da quantia paga pelo ingresso, em caso de cancelamento, adiamento ou atraso no início de espetáculo, acontecimento, apresentação ou congênere".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.576/14 – Do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para estabelecer a obrigatoriedade de informação das condições que especifica ao consumidor de produtos orgânicos".
RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

PROJETO DE LEI Nº 7.579/14 – Do Sr. Rogério Carvalho – que "altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para dispor sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e incluir na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED a fixação e ajustes de preços do setor".
RELATOR: Deputado CÉSAR HALUM.

PROJETO DE LEI Nº 7.583/14 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "obriga a que os produtos importados comercializados tragam informações a respeito da submissão às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal".
RELATOR: Deputado EROS BIONDINI.

PROJETO DE LEI Nº 7.586/14 – Do Sr. Jorge Tadeu Mudalen – que "dispõe sobre a normatização das feiras livres espalhadas em todo o país quanto à disposição dos produtos, conservação, identificação, informação quanto à origem, e sistema de produção agro ecológico ou convencional e dá outras providências".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.713/14 – Do Sr. Eleuses Paiva – que "acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código do Consumidor – para fazer constar, nas embalagens de inaladores de medicamentos, o número de doses que restam".
RELATOR: Deputado CHICO LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 7.953/14 – Do Sr. Sergio Zveiter – que "proíbe a cobrança de consumação mínima em bares, restaurantes, boates, casas noturnas e congêneres, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 12-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.391/14 – Do Sr. Severino Ninho – que "acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 5º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor , com a finalidade de proteger o consumidor, ao disciplinar a diferença de preços verificados nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais". (Apensados: PL 7751/2014 e PL 7821/2014)
RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.470/11 – Do Sr. Ricardo Izar – que "regulamenta o direito à informação quanto ao uso de animais vivos na obtenção de produtos e substâncias". (Apensados: PL 6721/2013 e PL 7102/2014)
RELATOR: Deputado ELI CORREA FILHO.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-11-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.000/12 – Do Senado Federal – Lídice da Mata – (PLS 636/2011) – que "dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil". (Apensado: PL 1150/2011 (Apensado: PL 3509/2012 (Apensados: PL 6117/2013, PL 6613/2013 (Apensado: PL 7557/2014) e PL 7995/2014)))
RELATOR: Deputado SÉRGIO BRITO.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 05
HORÁRIO: 09h30min

A – Audiência Pública:

"O problema do fornecimento de água nos municípios abastecidos pela Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no estado de São Paulo"

Requerimento nº 196/14

Iniciativa Deputados Guilherme Campos e Afonso Florence

Convidados:

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, Procurador-Geral da República;
VICENTE ANDREU GUILLO, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas;
MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo;
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE, Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo;
MARCO ANTONIO ZAGO, Reitor da Universidade de São Paulo;
DILMA SELI PENA, Diretora-Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo;
ALCEU SEGAMARCHI JÚNIOR, Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo;
ARLY DE LARA ROMÊO, Diretor-Presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A;
REINALDO NOGUEIRA, Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Consórcio PCJ;
*Presença confirmada
**Não virá

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.587/13 – Do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta § 3º ao art. 81 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", com o objetivo de disciplinar a extensão da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida".
RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 7.603/14 – Do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta § 3º ao art. 41 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para os fins de disciplinar o direito a voto de acionista minoritário nas assembleias-gerais de sociedades anônimas que estejam submetidas a processo de recuperação judicial ou falência".
RELATOR: Deputado EDSON PIMENTA.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.968/14 – Do Sr. Ratinho Junior – que "estabelece normas para a utilização de calçadas pelos estabelecimentos comerciais e dá outras providências".
RELATORA: Deputada MAGDA MOFATTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.983/14 – Do Sr. Arthur Oliveira Maia – que "acrescenta inciso o VI ao art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para incluir o condomínio como modalidade de pessoa jurídica de direito privado".
RELATOR: Deputado GENECIAS NORONHA.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 07/11/2014)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.029/13 – Do Sr. Alessandro Molon – que "altera redação do art. 6º e art. 10 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, e seus respectivos parágrafos, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 12-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.046/11 – Da Sra. Iracema Portella – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar de medidas preventivas ao uso de drogas".
RELATORA: Deputada MARIA DO ROSÁRIO.

PROJETO DE LEI Nº 7.794/14 – Do Sr. Onofre Santo Agostini – que "acrescenta inciso ao art. 12 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para dispor sobre a guarda gratuita de material escolar individual nos estabelecimentos de ensino".
RELATORA: Deputada KEIKO OTA.

PROJETO DE LEI Nº 7.851/14 – Do Sr. Rogério Carvalho – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para dispor sobre educação em tempo integral".
RELATOR: Deputado THIAGO PEIXOTO.

PROJETO DE LEI Nº 7.949/14 – Do Sr. Geraldo Simões – que "altera a Lei nº 12.818, de 5 de junho de 2013, de forma a substituir a sigla UFESBA pela sigla UFSB para designar a instituição".
RELATORA: Deputada ALICE PORTUGAL.

PROJETO DE LEI Nº 8.023/14 – dos Srs. Sandra Rosado e Keiko Ota – que "cria o Fundo Nacional do Passe Livre".
RELATOR: Deputado THIAGO PEIXOTO.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 5.954/13 – Do Senado Federal – Cristovam Buarque – (PLS 186/2008) – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre a avaliação na educação indígena".
RELATORA: Deputada MARIA DO ROSÁRIO.

PROJETO DE LEI Nº 7.798/14 – Da Sra. Mara Gabrilli – que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional"".
RELATORA: Deputada KEIKO OTA.

PROJETO DE LEI Nº 7.862/14 – Do Sr. Rodrigo Garcia – que "acresce inciso ao art. 10 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB".
RELATORA: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE.

PROJETO DE LEI Nº 7.893/14 – Do Sr. César Halum – que "acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001" para estender a condição de estudante por um ano após a conclusão do ensino médio".
RELATOR: Deputado GUSTAVO PETTA.

PROJETO DE LEI Nº 8.024/14 – Da Sra. Iara Bernardi – que "acrescenta o art. 37-A à Lei nº 9.394, de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a alfabetização de jovens e adultos nas redes públicas de ensino fundamental".
RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA.

COMISSÃO DO ESPORTE

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 07/11/2014)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.700/13 – Do Senado Federal – Vital do Rêgo – (PLS 429/2012) – que "acrescenta § 14 ao art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para sujeitar os dirigentes de entidades desportivas profissionais à responsabilização civil, se houver antecipação de receitas, por meio da formalização de contratos, cujos vencimentos sejam posteriores ao término de seus mandatos".
RELATOR: Deputado ROMÁRIO.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.958/14 – Do Sr. Félix Mendonça Júnior – que "altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, com o objetivo de estimular a liquidação ou a renegociação de dívidas inscritas ou não na dívida ativa da União oriundas de crédito rural de responsabilidade de produtores rurais da Micro Região de Irecê, Bahia".
RELATOR: Deputado GIOVANNI QUEIROZ.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 06-11-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.687/09 – Do Sr. João Dado – que "altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevendo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências". (Apensado: PL 5825/2009)
RELATOR: Deputado CHICO ALENCAR.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-11-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

A PROPOSIÇAO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.735/11 – Do Sr. Dimas Fabiano – que "torna obrigatória a vigilância, pelos órgãos de segurança pública estaduais e distrital ou pelas guardas municipais, das escolas públicas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio".
RELATOR: Deputado ENIO BACCI.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.885/14 – Do Sr. Subtenente Gonzaga – que "altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para regulamentar a perda de cargo ou função, no caso de tortura praticada por integrante de órgão de segurança pública".
RELATOR: Deputado MENDONÇA PRADO.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Anexo II, Plenário 07
HORÁRIO: 09h30min

A – Audiência Pública:

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
(Requerimento nº 504 do Deputado Geraldo Resende)

Tema:

"Debater a saúde indígena no País".

Convidados:

ANTONIO ALVES DE SOUZA
Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

ANTONIO MARCOS ALCÂNTARA OLIVEIRA APURINÃ
Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

RILDO MENDES
Coordenador da ARPINSUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

RAMÃO VIEIRA DE SOUZA TERENA
Coordenador da ARPIPAN – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 07/11/2014)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.031/11 – Do Sr. Walter Tosta – que "altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993".
RELATOR: Deputado MANDETTA.

PROJETO DE LEI Nº 3.804/12 – Do Sr. Giovani Cherini – que "regulamenta a profissão de Naturólogo".
RELATOR: Deputado MANDETTA.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 10-11-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.144/13 – Do Sr. Laercio Oliveira – que "dispõe sobre a forma de aplicabilidade dos percentuais referidos no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nas empresas de segurança privada".
RELATOR: Deputado DANILO FORTE.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.916/14 – Do Sr. Romário – que "dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAULO FOLETTO.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 12-11-14

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.926/14 – Do Tribunal de Contas da União – que "altera dispositivos da Lei nº 11.950, de 17 de junho de 2009, e dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 07/11/2014)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.569/13 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que "inclui no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, a implantação de Bacia que menciona".
RELATOR: Deputado LEOPOLDO MEYER.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-11-14

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 647/11 – Do Sr. Fernando Coelho Filho – que "altera a redação do inciso VII do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a câmera de marcha a ré como equipamento obrigatório dos veículos automotores" (Apensados: PL 7578/2014, PL 7643/2014 e PL 7858/2014)
RELATOR: Deputado WASHINGTON REIS.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391-A, DE 2014, DO SR. PAULÃO E OUTROS, QUE "FIXA PARÂMETROS PARA A REMUNERAÇÃO DA CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ARFB), DA CARREIRA DE AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO E DAS CARREIRAS DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS QUE SEJAM CAPITAL DE ESTADO OU COM POPULAÇÃO SUPERIOR A QUINHENTOS MIL HABITANTES E DA CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO".

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 7ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 11-11-14

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391/14 – Do Sr. Paulão – que "fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que sejam Capital de Estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário".
RELATOR: Deputado MAURO BENEVIDES.

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 05/11/2014:

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

PROJETO DE LEI Nº 8.040/2014

Comissão de Cultura:

PROJETO DE LEI Nº 8.030/2014

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:

AVISO Nº 115/2014
PROJETO DE LEI Nº 8.039/2014

Comissão de Direitos Humanos e Minorias:

PROJETO DE LEI Nº 8.032/2014

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE LEI Nº 8.035/2014
PROJETO DE LEI Nº 8.042/2014
PROJETO DE LEI Nº 8.043/2014
PROJETO DE LEI Nº 8.046/2014

Comissão de Viação e Transportes:

PROJETO DE LEI Nº 8.044/2014
PROJETO DE LEI Nº 8.050/2014

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.)

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROJETO DE LEI

Nº 8065/2014 – Do Sr. Reinhold Stephanes – Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de minérios de potássio e de fosfato e dá outras providências.

Nº 8066/2014 – Do Sr. Edson Silva – Altera o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 11.340, de 2006.

Nº 8067/2014 – Do Sr. Edson Silva – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para motocicletas alocadas ao transporte individual de passageiros, na forma que estabelece.

Nº 8068/2014 – Do Sr. Zé Vieira – Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de formulário para manifestação pelo consumidor, relativamente aos produtos ou serviços vendidos, nos termos que especifica.

Nº 8069/2014 – Do Sr. Pedro Paulo – Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que institui o Programa Bolsa Família, instituindo o pagamento adicional ao benefício do Bolsa Família para famílias que possuam membros portadores de deficiência e necessidades especiais.

Nº 8070/2014 – Do Sr. Mendonça Filho – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o cruzamento de ferrovias.

INDICAÇÃO

Nº 6554/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicito ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a destinação de recursos financeiros para a Santa Casa de Misericórdia de Jahu, localizada no Município de Jahu, Estado de São Paulo.

Nº 6555/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de um centro de atendimento a criança e adolescentes no Município de Cachoeira Paulista, localizado no Estado de São Paulo.

Nº 6556/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, a destinação de recursos financeiros para reforma e revitalização do Centro de Lazer do Município de Clementina, localizado no Estado no de São Paulo.

Nº 6557/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a destinação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos para o Hospital Santa Lydia, localizado no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Nº 6558/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a implementação do programa de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo.

Nº 6559/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Cidades, a destinação de recursos financeiros para apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano no Município de Itanhaém, localizado no Estado de São Paulo.

Nº 6560/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicito ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a destinação de recursos financeiros para a Santa Casa de Jales, localizada no Município de Jales, Estado de São Paulo.

Nº 6561/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita a Excelentíssima Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a destinação de recursos financeiros para aquisição de um veículo a ser utilizado pelo Fundo Social de Solidariedade do Município de Taquarivaí, localizado no Estado de São Paulo.

Nº 6562/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a destinação de recursos financeiros para aquisição de uma academia de ginástica ao ar livre para o Município de Itaberá, localizado no Estado de São Paulo.

Nº 6563/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicito ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a destinação de recursos financeiros para a reforma e manutenção do Hospital Municipal de Ibiúna, localizado no Estado de São Paulo.

Nº 6564/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte, a destinação de recursos financeiros para construção de um alambrado ao redor do campo de futebol com vestuário, iluminação e uma pista de atletismo na Agrovila III, Localizada no Município de Itaberá, localizado no Estado de São Paulo.

Nº 6565/2014 – Do Sr. Alexandre Leite – Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário a destinação de recursos financeiros para aquisição de um caminhão com sistema de refrigeração para a Cooperativa de Produção Agropecuária "Vó Aparecida", localizada no Município de Itaberá, Estado de São Paulo.

Nº 6566/2014 – Do Sr. Ricardo Tripoli – Sugere ao Ministério da Educação a exclusão imediata de termos que incitem os maus-tratos aos animais em quaisquer materiais distribuídos ou promovidos pela Pasta.

REQUERIMENTO

Nº 10772/2014 – Do Sr. Celso Maldaner – Requer a retirada de tramitação do Recurso nº 325/14.

Nº 10773/2014 – Da Srª. Jandira Feghali – Requer a revisão do despacho aposto ao Projeto de Lei nº 4.534, de 2012, para incluir a Comissão de Finanças e Tributação.

Nº 10774/2014 – Do Sr. Leonardo Picciani – Requer a prorrogação do prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 70-A, de 2011, do Sr. José Sarney, que "Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional".

Nº 10775/2014 – Do Sr. Hugo Motta – Requer a prorrogação do prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 19-A, de 2011, do Sr. Wilson Filho, que "altera o art. 40 do ADCT para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordestino". (PEC 19/2011 – Zona Franca Nordestina)

PROPOSIÇÕES DESPACHADAS

AVISO Nº 115, DE 2014

(Do Banco Central do Brasil)

Encaminha ao Congresso Nacional o demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

DESPACHO: AS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, AMBAS PARA CONHECIMENTO. APÓS, ARQUIVE-SE. Coordenação de Comissões Permanentes – DECOM – P_6748 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

Aviso 115/2014 -BCB

Brasília, 29 de outubro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Henrique Eduardo Lyra Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
70160-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,

Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: 1.

Anexo ao Aviso nº 115/2014 - BCB-Presi, de 29 de outubro de 2014

A - Demonstrativo das emissões do real – Terceiro trimestre de 2014

I. A base monetária restrita e a emissão

II. A base monetária ampliada

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador

IV. Os meios de pagamento amplos

V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária - Terceiro trimestre de 2014

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R$231,8 bilhões em setembro, refletindo crescimento de 2,4% no mês, correspondente às elevações de 2,5% no papel-moeda emitido e de 2,2% nas reservas bancárias. Em doze meses, a base monetária cresceu 7,8%.

Demonstrativo de emissões do real

Terceiro Trimestre - 2014

Discriminação	R$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2014[1/] (Voto CMN nº 61/2014)	269,10
B - Emissão monetária realizada[2/]	231,81
b.1 - Usos[2/]	231,81
b.1.1 Papel-moeda emitido	191,30
b.1.2 Reservas bancárias	40,52
b.2 Fontes	232,10
b.2.1 Saldos em 29.06.2014	231,34
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	187,28
b.2.1.2 Reservas bancárias	44,07
b.2.2 Fluxos em setembro 2014[3/]	0,75
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	43,05
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-61,17
b.2.2.3 Operações com o setor externo	0,15
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	18,73
C - Saldo de emissão (A - B)	37,29
D - Reservas Internacionais disponíveis	920,38
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	269,10
F - Reservas Internacionais excedentes (D - E)	651,28

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2012 Jan	153 970	3,9	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 585	-2,6	4,4
Fev	151 623	-1,5	10,2	42 930	-7,9	-7,3	194 553	-3,0	5,8
Mar	147 901	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-6,0	190 404	-2,1	5,3
Abr	147 515	-0,3	8,9	42 063	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	5,4
Mai	148 008	0,3	10,8	42 076	0,0	-4,3	190 084	0,3	7,0
Jun	150 075	1,4	10,9	42 452	0,9	-5,1	192 526	1,3	6,9
Jul	153 473	2,3	12,5	44 009	3,7	1,1	197 482	2,6	9,7
Ago	154 185	0,5	12,3	42 603	-2,7	0,8	196 988	-0,2	9,6
Set	160 846	4,3	13,4	44 709	4,5	5,5	205 555	4,3	11,5
Out	161 891	0,6	12,6	44 134	-1,3	5,7	206 025	0,2	11,1
Nov	161 763	-0,1	11,7	44 744	1,4	5,4	206 506	0,2	10,3
Dez	180 419	11,5	12,6	50 450	12,8	10,1	230 869	11,8	12,1
2013 Jan	172 617	-4,3	12,1	54 144	7,3	16,2	226 760	-1,8	13,0
Fev	169 064	-2,1	11,5	45 683	-15,3	6,9	214 947	-5,2	10,5
Mar	166 095	-1,8	12,3	39 547	-13,8	-7,0	205 642	-4,3	8,0
Abr	164 464	-1,0	11,5	41 584	5,2	-1,1	206 048	0,2	8,7
Mai	165 310	0,5	11,7	42 598	2,4	1,2	207 908	0,9	9,4
Jun	166 860	0,9	11,2	37 293	-12,5	-12,2	204 153	-1,8	6,0
Jul	169 295	1,5	10,3	42 249	13,3	-4,0	211 544	3,6	7,1
Ago	170 533	0,7	10,6	42 445	0,5	-0,8	212 978	0,7	8,1
Set	176 115	3,3	9,5	38 850	-8,5	-13,1	214 965	0,9	4,6
Out	176 872	0,3	9,1	40 347	3,9	-8,6	217 019	1,0	5,3
Nov	179 575	1,6	11,0	41 973	4,0	-6,2	221 547	2,1	7,3
Dez	198 436	10,5	10,0	41 911	-0,1	-16,9	240 347	8,5	4,1
2014 Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	6,0
Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,3	-0,3	223 142	-2,1	8,5
Abr	184 157	0,2	12,0	40 908	3,8	-1,6	225 065	0,9	9,2
Mai	181 536	-1,4	9,8	41 353	1,1	-2,9	222 889	-1,0	7,2
Jun	185 289	2,1	11,0	38 078	-7,9	2,1	223 367	0,2	9,4
Jul	185 331	0,0	9,5	40 663	6,8	-3,8	225 994	1,2	6,8
Ago	186 682	0,7	9,5	39 661	-2,5	-6,6	226 343	0,2	6,3
Set	191 297	2,5	8,6	40 517	2,2	4,3	231 814	2,4	7,8

Os fluxos mensais dos fatores condicionantes da emissão monetária foram expansionistas em R$18,6 bilhões nas operações do Tesouro Nacional, em R$18,4 bilhões nos ajustes nas operações com derivativos e em R$19,3 bilhões nos depósitos de instituições financeiras, os quais incluem os recolhimentos compulsórios. Esses impactos foram parcialmente neutralizados pelas operações com títulos públicos federais, contracionistas em R$48,1 bilhões, que refletiram vendas líquidas de R$65 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R$16,9 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária

Fluxos acumulados no mês

R$ milhões

Período	Operações com o Tesouro Nacional 1/	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2012 Jan	6 232	22 620	193	13 911	185	- 2 099
Fev	- 23 613	- 16 425	1 576	17 730	84	- 20 647
Mar	- 9 071	- 14 681	17 719	16 844	344	10 467
Abr	- 10 291	- 16 142	13 467	4 325	- 132	- 8 772
Mai	14 994	15 738	2 224	- 1 983	- 526	- 1 621
Jun	4 226	12 447	422	- 1 701	253	7 195
Jul	- 3 624	- 5 773	215	14 233	- 281	4 769
Ago	9 905	8 966	274	553	60	52
Set	- 1 016	- 12 065	160	12 431	- 105	- 1 375
Out	6 109	6 641	- 291	14 972	44	2 557
Nov	- 5 652	999	313	9 807	- 279	4 268
Dez	- 39 381	84 649	10 975	10 114	- 60	24 347
2013 Jan	5 991	- 21 321	2 442	- 3 084	- 136	- 16 908
Fev	- 19 052	3 762	- 3 564	337	- 53	- 11 441
Mar	- 4 777	1 092	6 118	- 293	- 45	2 695
Abr	1 932	3 551	258	30	- 3	1 904
Mai	- 17 203	11 879	265	- 3 436	0	- 8 575
Jun	- 5 758	29 186	- 3 709	6 235	33	13 518
Jul	- 9 324	3 495	210	- 6 199	1 722	- 4 096
Ago	11 830	19 768	- 8 371	2 809	2 379	- 863
Set	4 222	24 172	- 3 240	754	- 5 941	19 967
Out	2 276	- 3 546	10 358	2 135	- 4 677	- 18 440
Nov	- 32 989	36 035	- 2 634	- 3 986	7 986	4 412
Dez	43 099	89 655	- 6 974	- 5 668	49	33 063
2014 Jan	22 762	- 48 977	6 172	10 430	3 920	- 26 569
Fev	- 18 764	32 242	59	- 3 476	- 8 336	1 724
Mar	2 859	7 744	3 090	- 4 144	- 6 206	3 343
Abr	- 10 257	4 249	4 623	- 202	- 3 964	- 5 551
Mai	- 4 915	827	3 402	- 4 802	- 2 202	- 7 691
Jun	1 271	4 158	8 128	- 2 083	- 3 387	8 087
Jul	- 7 823	- 12 900	11 402	- 8 172	2 583	736
Ago	- 2 465	- 21 782	5 551	28 926	- 2 479	7 750
Set	- 19 560	- 46 140	296	17 955	10 393	7 064

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R$3.415 bilhões, apresentando elevação de 1,8% no mês e de 10,5% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária subiu 2,5% no mês, totalizando R$2.878 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais[1/]			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remunerados[2/]	Não remunerados[3/]	Posição de carteira	Financiamento[4/]	Total			
2012 Jan	212 136	356 993	3 910	1719 941	424 594	2144 445	2717 485	1,3	11,1
Fev	191 489	341 760	1 058	1755 365	428 364	2183 729	2721 036	0,1	10,2
Mar	201 956	325 975	4 001	1768 095	451 119	2217 214	2749 146	1,0	10,1
Abr	193 184	323 157	3 958	1777 694	467 673	2245 367	2765 666	0,6	9,6
Mai	191 663	324 920	4 053	1816 478	439 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3
Jun	198 858	322 419	4 095	1865 071	414 665	2280 636	2806 008	1,1	8,3
Jul	203 628	308 505	3 950	1761 486	534 258	2295 744	2811 826	0,2	7,4
Ago	203 575	308 632	2 169	1752 297	554 300	2306 597	2820 974	0,3	7,5
Set	202 200	297 080	2 212	1791 004	566 540	2357 544	2859 036	1,3	8,4
Out	204 757	282 463	2 145	1825 576	575 800	2401 376	2890 741	1,1	8,9
Nov	209 025	274 113	1 960	1837 182	578 400	2415 582	2900 680	0,3	9,0
Dez	233 371	271 993	2 094	1890 138	497 400	2387 538	2894 997	-0,2	7,9
2013 Jan	216 464	276 530	1 881	1797 259	620 300	2417 559	2912 434	0,6	7,2
Fev	205 023	276 799	1 963	1828 488	610 600	2439 088	2922 873	0,4	7,4
Mar	207 717	277 824	1 884	1812 745	641 900	2454 645	2942 071	0,7	7,0
Abr	209 622	276 777	1 896	1805 758	682 620	2467 778	2956 072	0,5	6,9
Mai	201 046	278 903	1 054	1807 764	688 583	2489 347	2971 257	0,5	7,0
Jun	214 568	286 463	1 124	1866 044	638 857	2504 901	3007 055	1,2	7,2
Jul	210 471	292 202	1 086	1849 891	689 722	2539 613	3043 373	1,2	8,2
Ago	209 608	303 797	4 614	1876 902	659 243	2536 145	3054 164	0,4	8,3
Set	229 575	302 343	4 353	1893 467	659 144	2552 611	3086 882	1,1	8,0
Out	211 135	304 286	4 324	1930 497	654 803	2585 290	3105 035	0,5	7,4
Nov	215 547	310 125	4 348	1978 938	603 182	2582 120	3112 109	0,2	7,3
Dez	249 510	319 317	4 269	2032 940	508 541	2541 481	3114 577	0,1	7,6
2014 Jan	222 947	330 668	4 067	1965 001	663 503	2628 584	3186 266	2,3	9,4
Fev	224 671	336 006	4 029	1988 311	626 979	2615 190	3179 696	-0,2	8,8
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	631 000	2635 771	3207 772	0,9	9,0
Abr	222 463	339 115	4 185	2043 159	623 092	2666 251	3232 014	0,8	9,3
Mai	214 772	342 279	4 229	2034 829	646 698	2681 527	3242 807	0,3	9,1
Jun	222 859	344 909	4 195	2116 492	615 198	2731 688	3303 650	1,9	9,9
Jul	223 595	351 835	4 070	2090 896	686 529	2777 425	3356 924	1,6	10,3
Ago	231 345	314 965	654	2073 493	733 010	2806 503	3353 467	-0,1	9,8
Set	238 409	297 712	677	2072 472	805 432	2877 905	3414 703	1,8	10,5

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a.+ TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.)
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) oversold (+) undersold, e posições da Res. nº 2368, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R$315,8 bilhões em setembro, com aumento mensal de 3,1%, resultante dos acréscimos de 3,3% no papel-moeda em poder do público e de 2,8% nos depósitos à vista. A expansão acumulada do M1 em doze meses situou-se em 4,1%.

Meios de pagamento (M1) e componentes

Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2012 Jan	124 375	3,8	7,8	144 973	4,3	-5,2	269 348	4,0	0,4
Fev	121 778	-2,1	9,3	139 572	-3,7	-4,3	261 350	-3,0	1,8
Mar	119 740	-1,7	9,9	137 584	-1,4	-4,2	257 324	-1,5	1,8
Abr	118 363	-0,3	9,7	138 786	0,9	-2,0	258 151	0,3	2,7
Mai	119 790	0,4	10,9	139 104	0,2	-1,9	259 094	0,3	3,6
Jun	121 719	1,6	11,3	140 992	1,4	-0,7	262 711	1,5	4,5
Jul	124 241	2,1	12,4	144 314	2,4	1,0	268 555	2,2	6,0
Ago	125 076	0,7	12,7	140 952	-2,3	1,0	266 027	-0,9	6,2
Set	130 169	4,1	14,3	144 380	2,4	3,5	274 539	3,2	8,4
Out	131 124	0,7	14,2	144 631	0,2	2,7	275 756	0,4	7,8
Nov	130 943	-0,1	12,9	147 187	1,8	5,7	278 130	0,9	9,0
Dez	145 642	11,2	12,9	167 439	13,8	10,6	313 081	12,6	11,6
2013 Jan	139 832	-4,0	12,4	160 661	-4,0	10,8	300 493	-4,0	11,6
Fev	135 768	-2,9	11,5	154 750	-3,7	10,9	290 518	-3,3	11,2
Mar	135 648	-0,2	13,2	154 458	-0,2	12,3	290 006	-0,2	12,7
Abr	134 491	-0,8	12,6	155 775	0,9	12,2	290 209	0,1	12,4
Mai	135 447	0,8	13,1	155 170	-0,4	11,5	290 617	0,1	12,3
Jun	136 619	0,9	12,2	159 603	2,9	13,2	296 222	1,9	12,8
Jul	138 932	1,7	11,8	161 968	1,5	12,2	300 920	1,6	12,1
Ago	140 257	1,0	12,1	157 462	-2,8	11,7	297 719	-1,1	11,9
Set	145 038	3,4	11,4	158 411	0,6	9,7	303 450	1,9	10,5
Out	144 982	-0,1	10,5	157 833	-0,4	9,0	302 586	-0,3	9,7
Nov	146 490	1,1	11,9	159 958	1,3	8,7	306 448	1,3	10,2
Dez	162 201	10,7	11,4	176 781	10,5	5,6	338 982	10,6	8,3
2014 Jan	156 018	-3,8	11,6	167 196	-5,4	4,1	323 212	-4,7	7,6
Fev	152 296	-2,4	12,2	159 563	-4,6	3,1	311 860	-3,5	7,3
Mar	150 724	-1,0	11,2	159 640	0,0	3,4	310 364	-0,5	7,0
Abr	150 626	-0,1	12,2	161 508	1,2	3,7	312 334	0,6	7,6
Mai	149 336	-1,0	10,3	156 816	-2,9	1,1	306 152	-2,0	5,3
Jun	151 688	1,6	11,0	155 636	-0,8	-2,5	307 324	0,4	3,7
Jul*	152 618	0,6	9,9	156 253	0,4	3,5	308 870	0,5	2,6
Ago*	153 890	0,8	9,7	152 594	-2,3	-3,1	306 483	-0,8	2,9
Set*	158 990	3,3	9,6	156 845	2,8	-1,0	315 835	3,1	4,1

* Dados preliminares

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, apresentou elevação no mês de setembro, alcançando 1,36 ante 1,35 do mês anterior.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1/]
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jun	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jul	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Ago	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Set	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Out	0,48	0,52	0,21	0,31	1,34
Nov	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Dez	0,47	0,53	0,21	0,30	1,36
2013 Jan	0,47	0,53	0,20	0,34	1,33
Fev	0,47	0,53	0,22	0,30	1,35
Mar	0,47	0,53	0,20	0,26	1,41
Abr	0,46	0,54	0,19	0,27	1,41
Mai	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Jun	0,46	0,54	0,19	0,23	1,45
Jul	0,46	0,54	0,19	0,26	1,42
Ago	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Set	0,48	0,52	0,20	0,25	1,41
Out	0,48	0,52	0,20	0,26	1,39
Nov	0,48	0,52	0,21	0,26	1,36
Dez	0,48	0,52	0,20	0,24	1,41
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37
Fev	0,49	0,51	0,21	0,27	1,37
Mar	0,49	0,51	0,21	0,25	1,39
Abr	0,48	0,52	0,21	0,25	1,39
Mai	0,48	0,51	0,21	0,26	1,37
Jun	0,49	0,51	0,22	0,24	1,38
Jul	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37
Ago	0,50	0,50	0,21	0,26	1,35
Set	0,50	0,50	0,21	0,26	1,36

1/ Onde :
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que compreende o M1 mais depósitos de poupança e títulos privados variou 0,4% em setembro, totalizando R$2,1 trilhões. A poupança registrou captação líquida de R$1,4 bilhão, elevando o saldo dos depósitos a R$643,4 bilhões, com crescimento de 0,4% em relação a agosto. O saldo dos títulos privados, no entanto,

cresceu 0,1% no período, somando R$1,1 trilhão, influenciado por resgates líquidos de R$6,1 bilhões em depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, cresceu 0,7% no mês, totalizando R$ 4,2 trilhões, ao refletir crescimento de 0,9% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que somaram R$1,9 trilhão. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevação de 0,5% no mês e 12% nos últimos doze meses, atingindo o montante de R$4,9 trilhões.

Meios de pagamento ampliados
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	M1	Depósitos		Títulos privados[1/]	M2	Quotas de fundos de renda fixa[2/]	Operações compromissadas com títulos federais[3/]	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança								No mês	Em 12 meses
2012 Jan	259 939	2	423 262	908 705	1 591 803	1 365 116	128 650	3 085 568	514 019	3 599 587	1,4	18,2
Fev	256 909	3	426 053	917 633	1 599 649	1 387 552	134 724	3 121 925	523 190	3 645 124	1,3	17,3
Mar	257 629	3	429 861	926 960	1 614 347	1 448 610	124 200	3 187 247	532 115	3 719 362	2,0	18,4
Abr	258 815	6	434 077	917 030	1 610 857	1 484 024	125 366	3 220 247	531 733	3 751 980	0,9	18,5
Mai	259 530	0	446 627	935 054	1 637 111	1 491 542	126 287	3 254 940	550 737	3 805 677	1,4	18,5
Jun	265 317	0	449 602	945 221	1 660 340	1 506 771	125 299	3 292 410	546 714	3 839 123	0,9	18,3
Jul	265 536	0	460 242	942 728	1 668 505	1 527 190	148 558	3 344 253	544 167	3 888 410	1,3	18,5
Ago	267 209	0	465 932	952 408	1 685 549	1 551 571	157 666	3 394 006	550 329	3 945 335	1,5	17,9
Set	274 835	0	474 053	953 390	1 702 277	1 561 490	158 124	3 421 891	553 685	3 975 576	0,8	17,6
Out	273 105	0	479 471	954 322	1 706 898	1 592 417	167 043	3 466 358	579 333	4 045 691	1,8	18,4
Nov	286 091	0	485 717	950 829	1 724 637	1 614 095	160 212	3 504 944	564 557	4 069 501	0,6	17,6
Dez	325 045	0	497 139	942 460	1 764 645	1 600 912	153 542	3 519 099	594 664	4 103 763	0,8	15,0
2013 Jan	287 516	0	501 670	932 634	1 721 819	1 660 059	160 157	3 550 035	557 022	4 107 057	0,1	14,1
Fev	287 025	0	506 410	920 709	1 722 233	1 680 214	152 105	3 554 552	561 729	4 116 280	0,2	12,9
Mar	293 277	0	514 656	940 055	1 755 906	1 698 662	156 512	3 611 160	539 965	4 151 125	0,8	11,6
Abr	287 760	0	519 549	945 048	1 752 360	1 715 468	164 815	3 632 643	551 126	4 183 769	0,8	11,5
Mai	293 595	0	527 890	958 808	1 780 293	1 721 292	177 865	3 679 221	545 686	4 224 907	1,0	11,0
Jun	300 811	0	538 315	977 060	1 817 186	1 703 483	172 127	3 692 796	547 107	4 239 903	0,4	10,4
Jul	294 992	0	551 159	976 803	1 822 958	1 728 128	160 781	3 711 878	544 830	4 256 709	0,4	9,5
Ago	298 262	0	558 449	987 660	1 844 372	1 731 692	167 901	3 733 964	549 688	4 283 651	0,6	8,6
Set	301 269	0	567 882	991 935	1 861 086	1 737 616	157 764	3 755 966	587 840	4 343 805	1,4	9,3
Out	297 832	0	575 369	998 426	1 871 626	1 740 446	155 514	3 767 585	601 886	4 369 471	0,6	8,0
Nov	314 868	0	584 781	1 009 453	1 909 102	1 731 768	146 538	3 787 408	596 184	4 383 592	0,3	7,7
Dez	344 508	0	599 826	1 012 504	1 956 838	1 735 064	130 057	3 821 960	580 525	4 402 485	0,4	7,3
2014 Jan	313 132	0	604 825	1 023 775	1 941 731	1 740 245	145 055	3 827 031	588 610	4 416 550	0,3	7,5
Fev	318 246	0	609 877	1 034 588	1 960 711	1 758 328	134 133	3 853 172	621 991	4 475 163	1,3	8,7
Mar	309 930	0	614 876	1 047 747	1 972 553	1 785 131	119 400	3 877 085	634 151	4 511 235	0,8	8,7
Abr	309 227	0	616 831	1 057 385	1 983 443	1 790 695	140 593	3 914 735	640 404	4 555 139	1,0	8,9
Mai	303 690	0	622 940	1 076 372	2 002 402	1 825 309	140 006	3 968 516	652 236	4 620 756	1,4	9,4
Jun	305 835	0	628 926	1 085 410	2 022 800	1 851 409	127 276	4 001 564	675 123	4 676 688	1,2	10,3
Jul	301 017	0	636 447	1 092 626	2 031 090	1 874 805	151 678	4 057 573	669 603	4 727 176	1,1	11,1
Ago*	306 376	0	640 564	1 101 150	2 048 090	1 922 119	189 069	4 159 678	678 934	4 838 612	2,4	13,0
Set*	311 515	0	643 369	1 102 330	2 057 233	1 939 173	193 070	4 189 477	673 809	4 863 285	0,5	12,0

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.
2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.
3/ - As aplicações do setor não financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.
* Dados preliminares

V – Anexo

Gráfico 1
Base monetária e M1
(média dos saldos diários)

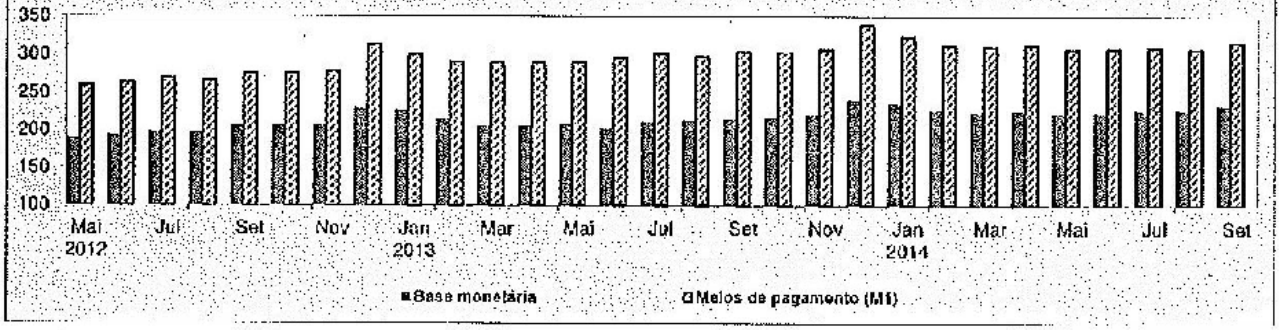


Gráfico 2
Base monetária e M1
(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)

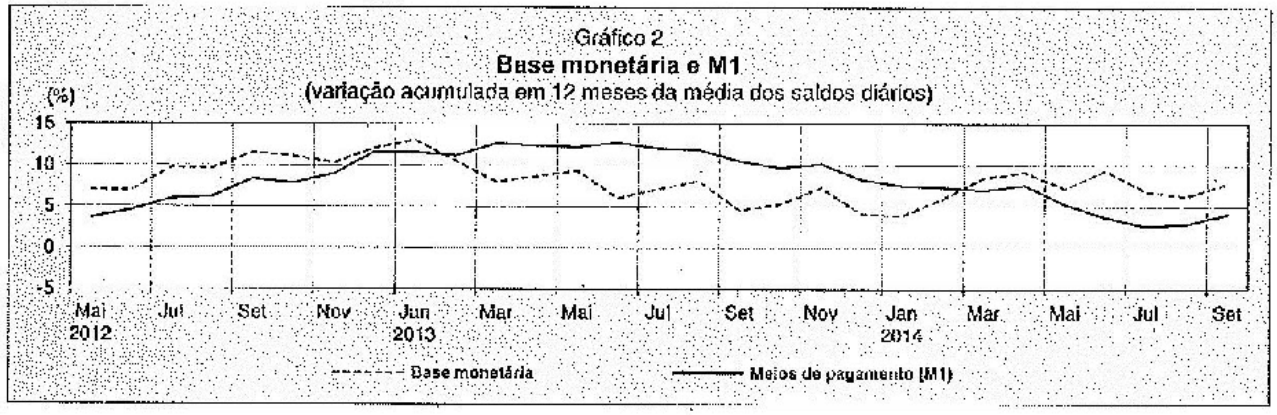


Gráfico 3
Base monetária ampliada e M4
(saldos em final de período)

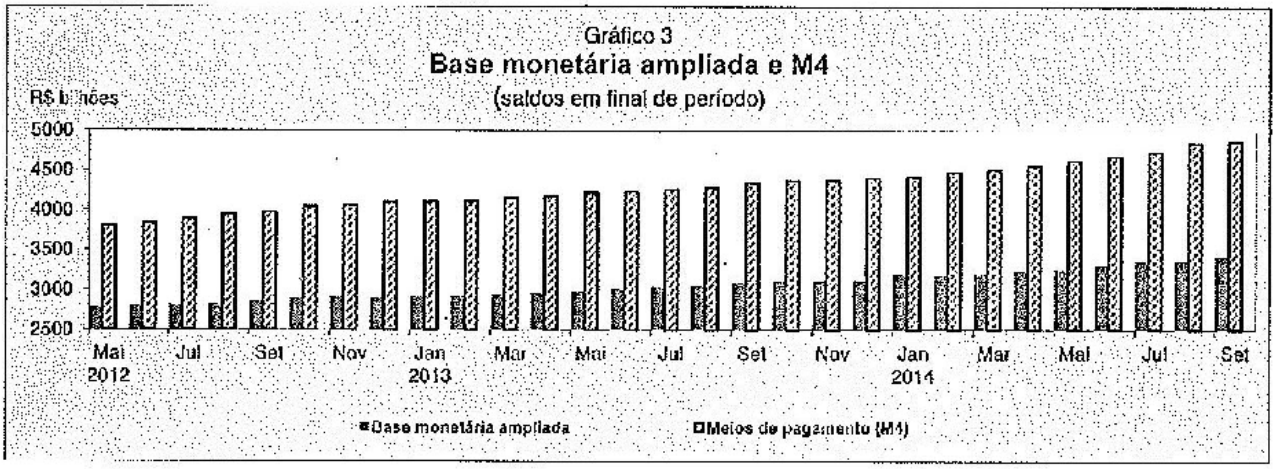
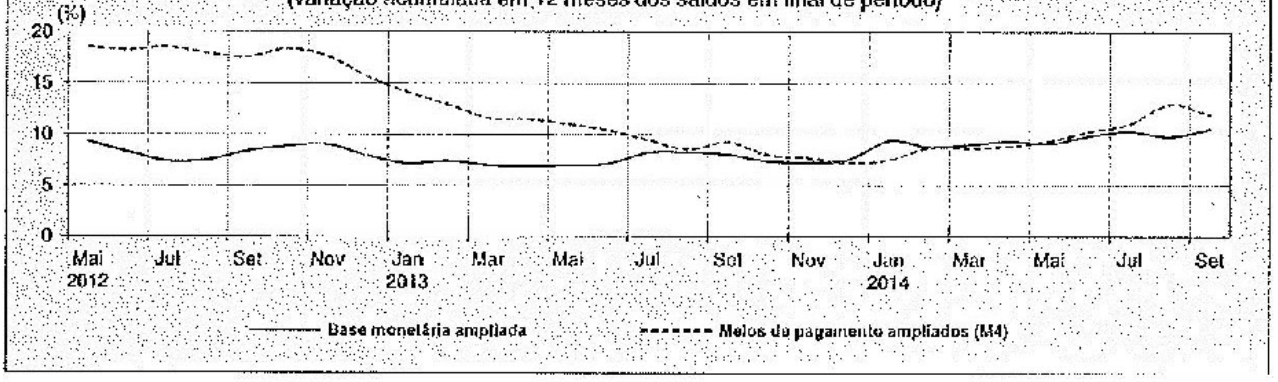


Gráfico 4
Base monetária ampliada e M4
(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)



B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no terceiro trimestre de 2014.

Programação monetária

Discriminação	2014			
	Terceiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 2/	291,7 - 342,5	4,5	315,8	4,1
Base restrita 2/	198,9 - 269,1	8,9	231,8	7,8
Base ampliada 3/	3088,0 - 3625,1	8,7	3414,7	10,5
M4 3/	4045,8 - 5473,7	9,0	4863,3	12,0

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 24.9.2014, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o quarto trimestre de 2014, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.

Programação monetária

Discriminação	2014	
	Previsto	
	Ano	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/
M1 2/	322,6 - 378,8	3,5
Base restrita 2/	216,3 - 292,7	5,9
Base ampliada 3/	3171,3 - 3722,8	10,7
M4 3/	4225,1 - 5716,3	11,5

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de

exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 8.025, DE 2014

(Do Sr. Celso Maldaner)

Acrescenta o § 4º ao art. 13 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar que o candidato considerado inelegível seja substituído pelo cônjuge e por parentes.
DESPACHO: DEVOLVA-SE A PROPOSIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 137, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "B" DO RICD, SUGERINDO A FORMA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. OFICIE-SE E, APÓS, PUBLIQUE-SE.
APRECIAÇÃO:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei veda a substituição do candidato considerado inelegível pelo cônjuge e por parentes.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 13 da Lei nº 9.504, de 13 de setembro de 1997:

"Art.13.....

.....

§ 4º Em caso de afastamento realizado nos termos das alíneas "d", "h", "j", "l" e "n" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, será vedada a substituição pelo cônjuge e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a presente proposição pretendemos inibir uma prática nefasta que se repete a cada eleição em nosso país, qual seja a substituição de candidato declarado inelegível em face de condenação nos termos da nominada "Lei da Ficha Limpa" (Lei Complementar nº 135/2010, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 64/1990).

Para esse efeito, consideramos que o § 3º do art. 13 da Lei nº 9.504/1997, estabelece a possibilidade de substituição "vinte dias antes do pleito", critério regulamentado pela Resolução nº 23.405, do Tribunal Superior Eleitoral (art. 61, §2º). Essas disposições possibilitam que candidatos, mesmo em regime de impugnação, participem da campanha até o lapso temporal indicado – isto é, quase ao seu final – para nesse momento derradeiro se fazerem substituir pelo cônjuge ou parentes.

Com tal manobra, o candidato impugnado procura transferir o seu "prestígio eleitoral" para outrem sobre o qual tem ascendência econômica ou até emocional, inclusive abrindo-se a possibilidade de participar de forma velada na administração eleita de sua preferência.

Conto com o apoio dos demais parlamentares para refrear tal prática.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2014. – Deputado **Celso Maldaner.**

PROJETO DE LEI Nº 8.029, DE 2014

(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para acrescentar o Art. 25-A, que garante ao Policial e Bombeiros militar o exercício do direito ao voto nas eleições majoritárias e proporcionais, independentemente da localidade em que estiver exercendo sua atividade.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL 321/2007.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para acrescentar o Art. 25-A, que garante ao Policial e Bombeiros militar o exercício do direito ao voto nas eleições majoritárias e proporcionais, independentemente da localidade em que estiver exercendo sua atividade.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 25-A:

"Art. 25-A É direito dos integrantes das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares votar nas eleições proporcionais e majoritárias, independentemente do domicílio eleitoral em que se encontrem, desde que estejam a serviço da corporação" (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embora reconheçamos o esforço da Justiça Eleitoral em viabilizar o voto em trânsito no Brasil, bem como o avanço já protagonizado pelo TSE, ao estabelecer na RESOLUÇÃO Nº 23.399, em seu artigo 18, a possibilidade de instalação de urnas nos quartéis para viabilizar o voto do policial militar, o quadro atual não é satisfatório, tendo em vista que milhares de Policiais e Bombeiros militares são impedidos de exercer sua plena cidadania pela sua obrigação e responsabilidade constitucional de garantir a segurança das eleições, o que se dá na maioria das vezes, fora de seu domicílio eleitoral.

Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2010, o total de ausências justificadas superou os dezessete milhões de eleitores, em todo o Brasil. Mas não se trata da mesma forma aqueles cidadãos que, na maioria das vezes, voluntariamente não atualizaram seu domicílio eleitoral, com aqueles que por imposição do próprio Estado, e exigência da Justiça eleitoral, são impedidos de votar, por estarem escalados fora de seu domicílio eleitoral, que o caso específico dos Policiais e Bombeiros Militares.

O objetivo da presente proposição é garantir o direito à cidadania plena dos Policiais e Bombeiros Militares, no que diz respeito ao direito de votar. O Estado não pode subtrair o seu direito fundamental ao exercício do voto em razão de escala de serviço em localidades distantes de suas zonas eleitorais, o que na prática, inviabiliza o seu direito ao voto.

É por demais sabido que, dois são os órgãos sem os quais não se realiza uma eleição em pais democrático; A Justiça Eleitoral e a Policia Militar. Nenhuma seção eleitoral inicia seus trabalhos sem a confirmação da segurança prestada pela Policia Militar, e a esta, e somente a esta, tem sido confiada, inclusive, o acautelamento e condução das urnas, como forma de garantir sua inviolabilidade. Portanto, se não há eleição sem Policia Militar, não pode haver Policial militar sem direito ao voto.

A nosso ver, é inaceitável o sacrifício do exercício da cidadania plena em razão de limitações tecnológicas ou administrativas. É inadiável uma solução equilibrada que concilie a segurança do processo eleitoral e que também assegure o direito fundamental de participação política dos Policiais Militares.

A inexistência no direito material de instrumentos que garantam o direito do voto dos Policiais Militares, estando estes de serviço, e fora de seu domicilio eleitoral, impede que o TSE possa regulamentar tal procedimento. Garantido o direito, poderá o TSE, estabelecer o prazo máximo para que a administração da Policial Militar forneça os locais onde os Policiais Militares estarão trabalhando, como domicilio eleitoral de origem e destino, permitindo aos TREs processarem a transferência transitória do domicílio eleitoral, e por consequência, carregarem as urnas eletrônicas com os respectivos Policiais e Militares.

É nesse contexto que apresentamos a presente proposta, certos de que nela constam medidas que aperfeiçoam a democracia brasileira, e para as quais pedimos o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2014. – Deputado **Subtenente Gonzaga,** PDT/MG.

PROJETO DE LEI Nº 8.030, DE 2014

(Da Sra. Liliam Sá)

Institui o Dia Nacional do Capelão Evangélico Civil e Militar, e dá outras providências.
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: CULTURA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Capelão Evangélico Civil e Militar.

Parágrafo único. Esta homenagem far-se-á anualmente, sempre no dia 21 de junho.

Art. 2º No Dia do Capelão Evangélico Civil e Militar, os entes públicos, por seus órgãos competentes, promoverão reuniões religiosas, palestras, seminários e atividades comemorativas da data, que deverão ser extensivas ao público em geral.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É a prática do amor por Cristo e pelo próximo, levar esperança aos aflitos, quando esses relatam suas dores e medos aos ouvidos atentos de quem experimentou na pele a dor e a perda e, consolado por Deus, se dispõe a levar o consolo a outros. Um trabalho humanitário de solidariedade, uma tênue luz de esperança, confortando e ajudando o enfermo a lidar com a enfermidade, a engajar-se ao tratamento médico indicado, e até mesmo a preparar-se para enfrentar a morte, quando não há expectativas de cura mesmo a preparar-se para enfrentar

a morte, quando não há expectativas de cura aflige, é sempre a graça, a misericórdia e o amor de Deus, em Sua busca por amizade e comunhão com o ser humano através de Cristo, que nos oferece o perdão e a vida abundante e eterna. A capelania tem como missão atuar nos hospitais através de voluntários capacitados que levam amor, conforto e esperança aos pacientes, familiares e profissionais da saúde, vivendo a fé cristã através do atendimento espiritual, emocional, social, recreativo e educacional, sem distinção de credo, raça, sexo ou classe social, em busca contínua da excelência no ensino e no ministério de consolo e esperança eternos.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2014. – Deputada **Liliam Sá.**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 11/12/2013

LOCAL: Anexo II, Plenário 09
HORÁRIO: 14h

A – Audiência Pública:

Tema: Debater a instituição do Dia Nacional do Capelão Evangélico Civil e Militar.
Requerimento 179/2012, Dep. Líliam Sá.

Compareceram os seguintes expositores:

DEP. **PAULO FREIRE** , Presidente da Frente Parlamentar Evangélica;
DEP. **JOÃO CAMPOS** , Capelão da Frente Parlamentar Evangélica;
LUCIANO DOS SANTOS MARTINS , Assessor Jurídico da Associação Pró-Capelania Militar Evangélica do Brasil;
PR. **GISLENO GOMES DE FARIA ALVES** , Capitão Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar do Distrito Federal.

PROJETO DE LEI Nº 8.031, DE 2014
(Do Sr. Luiz Couto)

Altera o art. 166 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
DESPACHO: APENSE-SE À(AO) PL 2795/1997.
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. art. 166 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de dispor sobre a identificação de corpos por meio de laudos periciais necropapiloscópicos sob a responsabilidade dos Institutos de Identificação.

Art. 2º O art. 166 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 166. Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e laudo pericial de comprovação da identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações, e o exame de suas impressões digitais ou de representação facial.

§ 1º Em qualquer hipótese, serão arrecadados e autenticados todos os objetos encontrados que possam ser úteis para a identificação do cadáver.

§ 2º Havendo possibilidade técnica aferida pelo especialista, será efetivada a coleta das impressões digitais de qualquer cadáver de morte violenta ou suspeita e de acidentes a fim de se evitar ulterior exumação e se sanar dúvidas quanto à identidade, devendo ser lavrado laudo pericial necropapiloscópico de identificação para a liberação do corpo.

§ 3º Nos serviços de verificação de óbito e nos hospitais proceder-se-á na forma do § 2º para o cadáver de morte natural sem identificação comprovada ou quando houver dúvida sobre sua cabal identificação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A identificação de corpos por meio de perícia necropapiloscópica se destaca como uma das mais importantes e imprescindíveis para confirmação de identidade nos casos de morte violenta e de acidentes. Esse tipo de identificação é realizado por especialistas dos Institutos de Identificação lotados nos Institutos Médico-Legais.

Por meio de seu quadro de especialistas os Institutos de Identificação se destacam realizando um serviço público de alta qualidade na quase totalidade de casos envolvendo mortes violentas ou suspeitas e acidentes, sendo responsáveis por grande parte da identificação realizada para minimizar o sofrimento de familiares e abrir caminho para as investigações policiais, além de cessar dúvidas de identidade quanto aos direitos advindos do evento morte, a exemplo dos direitos sucessórios e da cessação de punibilidade. Sem dúvida alguma, mais de 90% da identificação de corpos é feita por laudos necropapiloscópios, em corpos sob os mais variados estados de putrefação.

Recentemente, a população foi tomada de surpresa com notícia publicada nos meios de comunicação do Estado de São Paulo, em que o Ministério Público anuncia a exumação de 3.000 (três mil corpos) enterrados como indigentes, mesmo possuindo documento de identidade, o que poderia ter sido evitado se fossem tomadas suas impressões digitais antes do sepultamento e confeccionados os laudos necropapiloscópicos correspondentes.

Os gastos que o Estado terá de efetuar e o constrangimento a que serão submetidos os familiares dessas pessoas é incalculável. E tudo isso seria desnecessário se as alterações propostas neste projeto estivessem em vigor.

O que se busca, portanto, é o respeito pelo cidadão e por famílias inteiras que vivem sob as incertezas geradas pelas consequências que a não identificação correta das pessoas acarretam para a cidadania.

Trechos da notícia estampada na Folha de São Paulo relatam:

> *"O Ministério Público vai pedir à Justiça a exumação de corpos enterrados como indigentes apesar de terem sido encontrados com RGs. O pedido fará parte da ação coletiva que será aberta em nome das famílias que tiveram parentes enterrados nessas circunstâncias.*
> *Outras providências que serão pedidas pelo Ministério Público são: exame de DNA (para comprovação da pessoa), o traslado para o túmulo de preferência da família, mudança dos registros oficiais (que constam a indigência) e a indenização em dinheiro aos familiares.*
> *Conforme a Folha revelou hoje, nos últimos 15 anos, cerca de 3.000 pessoas foram enterradas em valas públicas como indigentes mesmo estando identificadas, muitas delas com o RG no bolso. Algumas dessas famílias buscavam parentes mortos há 14 anos. (...)"*[1]

Depois de ter ao seu dispor o sistema de identificação pela perícia necropapiloscópica, bastando regulamentá-la, o Estado vai ser obrigado a gastar quantia imensa neste caso, se a proposta do MP for acatada pela Justiça, podendo ter evitado tanto desperdício e tanto sofrimento aos familiares se as alterações propostas neste projeto de lei estivessem sendo praticadas. Como exemplo, basta multiplicar cada exame de DNA pelo número de pessoas envolvidas e ficará clara a dimensão dos gastos envolvidos.

Tirando-se uma média de três pessoas por cada família envolvida, teremos um número de dez mil pessoas envolvidas neste grave problema, somente no Estado de São Paulo. Somando-se os demais Estados, em que a situação proporcionalmente é quase a mesma, teremos um número absurdo. Esse notável desperdício desnecessário de dinheiro público poderia e pode ser evitado.

Mister se faz ressaltar que a identificação por meio de perícia necropapiloscópica não acarreta gasto ou demanda maior por parte do Estado, que já possui seus quadros especialistas incumbidos dessa tarefa.

A falta de legislação nacional que regulamente o tema e obrigue à uniformização de atuação é que se traduz num problema que deve ser imediatamente solucionado. Basta regulamentar esse tipo de identificação que teremos respostas efetivas. Se não acabarem definitivamente com o problema, minimizarão quase a zero suas consequências.

Saliente-se que os especialistas dos Institutos de Identificação e Estatística têm trabalhado fortemente em prol da cidadania no Brasil, tendo contribuído fortemente para a resolução dos maiores casos de acidentes de massa e identificação de corpos nos últimos tempos, por meio de seu desiderato.

1 *Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1444020-promotoria-apura-se-outras-cidades-enterraram-corpos-com-rg-como-indigentes.shtml>*

Certo de que meus nobres pares reconhecerão a conveniência e oportunidade das medidas legislativas que se pretende implementar, conclamo-os a apoiar a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2014. – Deputado **Luiz Couto.**

PROJETO DE LEI Nº 8.032, DE 2014

(Da Sra. Jandira Feghali)

Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – às pessoas transexuais e transgêneros.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DIREITOS HUMANOS E MINORIAS; SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – às pessoas transexuais e transgêneros.

Art. 2º O parágrafo único, do art. 5º da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual e se aplicam às pessoas transexuais e transgêneros que se identifiquem como mulheres."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

[2]Transexual é a pessoa que nasce biologicamente com determinado sexo, mas se vê pertencente a outro e cogita fazer tratamentos hormonais e cirurgia para mudar o corpo físico. Ao contrário do que já acreditaram psicanalistas no passado, esse não é um caso de psicose, com alucinações e delírios, defende o psicanalista Rafael Cossi.

O psiquiatra do HC Alexandre Saadeh explica que há um componente biológico muito importante na questão da identidade de gênero. "Hoje em dia, sabe-se que existe um cérebro feminino e um masculino, determinado no útero da mãe por hormônios masculinos circulantes. E isso interfere no desenvolvimento cerebral para uma linhagem feminina ou masculina. A cultura e o ambiente também têm importância, mas a determinação é biológica".

Ao se ver num corpo diferente do de seu cérebro, a pessoa passa a querer mudar de sexo, com o fim de ajustar o seu corpo à sua mente.

Ora, se se vê a pessoa desde pequena como mulher, crescendo com os hábitos e costumes femininos, ao tornar-se adulta os seus caracteres mentais são, indubitavelmente, femininos, e, como tal, deve ser tratada como mulher.

De acordo com [3]Didier Eribon, a vivência da expressão de gênero em desacordo com o sexo biológico é marcada pela injúria. Tal injúria é bem retratada por [4]Berenice Bento:

"Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança de nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: ´não me reconheço neste corpo, não me identifico com o gênero imposto (...)´."

Ao realizar a mudança de sexo, o que a Medicina faz é tão-somente ajustar a mente ao corpo do transexual. Aplicar a proteção de que trata a Lei 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, a essas pessoas, portanto, é algo que se nos afigura natural e necessário. A Lei, um instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher, deve se aplicar a todos os casos envolvendo mulheres em situação de violência, abrangendo transexuais e transgêneros também.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares a esta proposta.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Jandira Feghali,** PCdoB/RJ.

2 Reportagem trazida pelo Globo.com, em Ciência e Saúde, de 3 de março de 2013.

3 ERIBON, D. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

4 BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Femininos, Florianópolis, 2011.

PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Acresce o Art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais para os profissionais que trabalham com crianças.

Art. 2º Fica acrescido o Art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

"Art. 73-A. Os profissionais que trabalharem com criança deverão apresentar certidão negativa de antecedentes criminais no momento da contratação."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta Comissão, durante suas investigações, constatou que muitos casos de exploração sexual de menores são praticados por pessoas que trabalham no atendimento a crianças.

Os pedófilos procuram sempre estar em locais frequentados por crianças. Por isso, procuram exercer atividades profissionais que envolvem crianças, com o trabalho em creches, escolas maternais, hospitais infantis, como babás, apenas para citar alguns exemplos.

Nesses casos, o pedófilo se sente seguro para praticar seus crimes, já que goza da confiança que a profissão lhe proporciona, não levantando suspeitas sobre seu caráter e sua conduta.

Desse modo, é necessário que a legislação contemple essas hipóteses com maior rigor, tendo em vista a maior fragilidade da vítima e a dificuldade na apuração desses crimes, inclusive pelo medo que é imposto à criança pelo agressor que tem acesso livre a ela.

Propomos, assim, uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir dos profissionais que vão trabalhar com crianças a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais.

Desse modo, a lei estará prevenindo que pedófilos utilizem sua condição profissional para se aproximar de crianças com o objetivo de explorá-las sexualmente.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Erika Kokay,** Presidenta. – Deputada **Liliam Sá,** Relatora.

PROJETO DE LEI Nº 8.038, DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Dispõe sobre escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: ESPORTE; SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta as atividades das escolas destinadas ao treinamento esportivo de crianças e adolescentes.

Art. 2º As escolas de formação de atletas, em qualquer modalidade esportiva, destinadas ao treinamento esportivo de crianças e adolescentes, adotarão os procedimentos estabelecidos nesta Lei, sem prejuízo da aplicação de outros dispositivos legais de proteção à infância e à juventude.

Art. 3º As escolas a que se refere esta Lei serão cadastradas obrigatoriamente nos conselhos tutelares de sua jurisdição e nas federações esportivas referentes ao seu campo de atuação.

Art. 4º Os pais ou responsáveis pelos jovens atletas deverão ser informados por escrito a respeito das condições a que se submeterão as crianças e adolescentes, durante o treinamento esportivo ministrado, devendo dar ciência dessa comunicação.

Art. 5º Os clubes desportivos que mantiverem ou contratarem com essas escolas ficarão responsáveis solidariamente pela fiscalização do treinamento ministrado às crianças e adolescentes e pelos crimes praticados contra esses atletas.

Art. 6º Nenhuma criança ou adolescente, na condição de atleta, será transferido para outro Estado sem a autorização do Ministério Público e do juiz da Vara da Infância e da Adolescência.

Art. 7º Em caso de maus tratos ou de abuso sexual cometidos contra criança ou adolescente sob a responsabilidade de escola de formação de atletas, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, as atividades da instituição serão imediatamente suspensas até o final da apuração do delito e da punição dos denunciados.

Parágrafo único. Havendo comprovação da co-autoria ou participação dos proprietários da escola ou dos dirigentes de clubes desportivos nesses crimes, a escola ou o clube desportivo terá suas atividades imediatamente canceladas e os denunciados ficarão proibidos, em caráter permanente, de participarem de outra instituição com finalidade idêntica ou assemelhada.

Art. 8º As escolas e clubes desportivos que descumprirem o disposto nesta Lei terão seu alvará de funcionamento cassado, até a definitiva regularização.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo desta proposta é a proteção e crianças e adolescentes que ingressam em escolas de formação de atletas. Atualmente, não há fiscalização dessas atividades e os jovens acabam sendo vítimas de diversos crimes, como maus tratos e até mesmo abuso sexual.

Esta Comissão recebeu relatos de escolinhas de futebol que prometem sucesso e fama para jovens, mas que, na verdade, constituem apenas fachada para a exploração sexual de crianças e adolescentes, atraídas para uma armadilha com a isca do sonho e da ilusão.

Muitas dessas crianças e adolescentes são traficadas para outros Estados ou até mesmo para o exterior e a família não tem conhecimento da verdadeira situação vivida por elas.

Alguns jovens são obrigados a manter relações sexuais com os trinadores, sob a ameaça de não serem escalados para jogar, de não serem indicados para clubes de futebol, de ficarem isolados ou serem desligados do programa de treinamento.

Em outros casos, as crianças e adolescentes vivem em completo abandono, sem alimentação adequada, sem assistência médica e as famílias ainda pagam por esse absurdo.

O modelo atual não contempla mecanismos de fiscalização pelos clubes, pelas federações esportivas nem pelos órgãos públicos responsáveis pela proteção da criança e do adolescente.

Há um verdadeiro descaso com relação a essa modalidade de exploração de crianças e adolescentes, que, a cada dia, tem feito um número maior de vítimas.

Por essas razão, apresentamos esta proposta, com a finalidade de por um fim a essas práticas criminosas e criar mecanismos de controle e fiscalização dessa escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Erika Kokay,** Presidenta. – Deputada **Liliam Sá,** Relatora.

PROJETO DE LEI Nº 8.039, DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Combate a exploração sexual de menores de dezoito anos em postos de combustíveis.
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva punir os postos de combustíveis em que for praticada a exploração sexual de menores de dezoito anos.

Art. 2º Os postos de combustíveis em que for comprovada a exploração sexual de menores de dezoito anos terá seu funcionamento suspenso, por até 30 (trinta) dias.

Art. 3º Em caso de reincidência, o posto terá o seu alvará de funcionamento cassado.

Art. 4º Os proprietários de postos de combustíveis cujo alvará de funcionamento for cassado ficarão proibidos de exercer essa atividade pelo prazo de cinco anos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta CPI tem apurado diversos casos de postos de combustíveis utilizados com a finalidade de exploração sexual, sendo o estabelecimento uma fachada para a prática de crimes sexuais.

Isto acontece com frequência em postos de combustíveis situados à margem de rodovias, onde os caminhoneiros e outros costumam parar para abastece os tanques de seus veículos e aproveitam também para fazer sexo com crianças e adolescentes que são exploradas sexualmente nesses lugares.

A lei precisa ser rigorosa com esses empresários que se utilizam de determinadas atividades comerciais para praticarem crimes, aumentando seu lucro às custas da destruição de vidas.

Por essa razão, a Comissão decidiu apresentar Projeto de Lei prevendo punições nesses casos, que vão desde a suspensão da atividade por até trinta dias até o fechamento definitivo do estabelecimento.

A preservação da dignidade, da segurança e da vida de nossas crianças e adolescentes não pode ser apenas um princípio escrito na Constituição, mas deve tornar-se uma realidade ao alcance de todos e, para isso, o poder público deve agir com todo o rigor necessário, na forma da lei produzida por este Parlamento.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Erika Kokay,** Presidenta. – Deputada **Liliam Sá,** Relatora.

PROJETO DE LEI Nº 8.040, DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Acrescenta o inciso V ao art. 13 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a requisição de dados cadastrais da *internet* pela Polícia Federal.

Art. 2º O art. 13 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 13.....

.....

V – requisitar dados cadastrais de usuários da *internet*, nos crimes cuja investigação esteja a cargo da Polícia Federal."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto se justifica diante dos fatos apurados pela Comissão, que dizem respeito ao crescente número de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes realizados pela *internet*.

A falta de uma legislação adequada tem atrapalhado as investigações, a ação penal correspondente e a punição desses criminosos. Um dos aspectos trazidos perante esta Comissão, por representantes da Polícia Federal, é a demora na obtenção de dados cadastrais de usuários da *internet,* tendo em vista a impossibilidade de solicitação direta pela autoridade policial, que precisa recorrer ao Ministério Público e ao juiz.

De acordo com declarações prestadas nesta Comissão, o acesso a esses dados leva até cento e vinte dias, ou seja, quatro meses, o que atrapalha a investigação e prejudica a eficácia do inquérito policial.

O acesso aos dados não implica quebra de sigilo de informações protegido constitucionalmente nem se viola sigilo de correspondência. Trata-se simplesmente de identificar o usuário do sistema, a fim de que se possa definir a autoria do crime, sem a qual não existe processo.

Sem a materialidade e a autoria, não há como impetrar ação penal nem como punir os criminosos que se utilizam da *internet*, para praticar crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Por essa razão, propomos a modificação do Código de Processo Penal, a fim de permitir a requisição desses dados cadastrais diretamente pela autoridade policial, o que não fere nenhum direito constitucional e torna mais célere a eficaz o inquérito policial.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Erika Kokay,** Presidenta. – Deputada **Liliam Sá,** Relatora.

PROJETO DE LEI Nº 8.042, DE 2014

(Da Cpicrian)

Dispõe sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga empresas a adotarem plano de combate à exploração de crianças e adolescentes em contratos para realização de grandes obras.

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 27.....

.....

VI – plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no caso de contratos para realização de grandes obras."

Art. 3º O art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX:

"Art. 78.....

.....

XIX – descumprimento do plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no contrato para realização de grandes obras."

Art. 4º O art. 80 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 80.....

.....

V – impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de cinco anos, na hipótese do inciso XIX do art. 78 desta Lei."

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo desta proposição é impedir a exploração sexual de crianças e adolescentes em casos de concessão de serviço público para realização de grandes obras.

O que se verifica hoje é o descaso das empresas, a falta de fiscalização com os casos de exploração sexual de menores, que ocorrem em canteiros de grandes obras, como, por exemplo, a construção de usinas hidrelétricas.

A CPI constatou inclusive a existência de boates e bares nos canteiros dessas obras, que funcionam sem alvará e exploram sexualmente mulheres em regime de escravidão, impedindo que elas deixem o local, com a utilização de capangas e de quartos trancados por fora,

Entre essas mulheres, várias adolescentes foram encontradas e, de um modo geral, as autoridades não tomam as providências cabíveis para debelar essa situação e punir os responsáveis.

Desse modo, a Comissão considerou oportuno modificar a legislação de contratos públicos, a fim de responsabilizar as empresas que assinam contrato com o poder público para a realização de grandes obras.

Em primeiro lugar, estabelecemos a obrigatoriedade de apresentação de um plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por ocasião da habilitação para participar do certame público.

Em seguida, passa-se a definir a punição para aqueles contratantes que descumprirem essa obrigação, prevendo-se a rescisão do contrato e o impedimento de contratar com o poder público pelo prazo de cinco anos.

Assim, estaremos contribuindo para proteger os nossos jovens desse tipo de exploração, que se tem tornado uma praga em nosso País.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Erika Kokay,** Presidenta. – Deputada **Liliam Sá,** Relatora.

PROJETO DE LEI Nº 8.043, DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Acrescenta o § 5º ao art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei visa a tipificar o estupro de vulnerável independentemente do consentimento da vítima ou desta já ter mantido relações sexuais anteriores.

Art. 2º Fica acrescido o § 5º ao art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a seguinte redação:

"Art. 217-A.....

.....

§ 5º O consentimento da vítima ou a ocorrência de relações sexuais anteriores não afasta o crime de estupro de vulnerável nem abranda a sua pena."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao longo da realização de seus trabalhos esta Comissão tem sido surpreendida com decisões judiciais que afastam o crime de estupro de vulnerável, sob a alegação de que a vítima consentiu, seduziu o agressor ou mesmo pelo argumento de se tratar de menor de catorze anos que já havia mantido relações sexuais anteriores com outros parceiros.

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem crescido assustadoramente em nosso País, apesar de todos os esforços das Casas do Congresso Nacional por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito e de mudanças na legislação.

A CPMI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes realizada no Congresso Nacional em legislatura anterior detectou a fragilidade da legislação penal que tratava da presunção de violência, quando o crime sexual fosse praticado contra menor de catorze anos.

Isso ocorria pelo fato de ser a presunção analisada caso a caso, tratando-se essa presunção como *juris tantum*, e não como *juris et de jure*, o que levava alguns juízes a decidir a favor do agressor, alegando que houve consentimento ou que se tratava de vítima que já tinha experiência sexual anterior.

Daí a necessidade de se alterar novamente a legislação, a fim de deixar claro que o estupro de vulnerável não admite análise do caso concreto, tratando-se de presunção absoluta em favor da vítima.

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2014. – Deputada **Erika Kokay,** Presidenta. – Deputada **Liliam Sá,** Relatora.

PROJETO DE LEI Nº 8.044, DE 2014

(Do Sr. Mauro Lopes)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o prazo para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação nas categorias C e D e curso preventivo de reciclagem para motorista que exerce atividade remunerada e dá outras providências.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: VIAÇÃO E TRANSPORTES E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

Art. 1º Os artigos 145 e 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 passam a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 145 .....

§ 1º – A participação em curso especializado no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III".

§ 2º – Os prazos estabelecidos na alínea "a" do inciso II poderão ser reduzidos para seis meses na categoria B e três meses para categoria C, caso o condutor realize treinamento em simulador de direção veicular, conforme regulamentação do CONTRAN. "

Art.261 .....

§ 5º O motorista portador da Carteira Nacional de Habilitação, nas categorias C, D e E, no exercício da atividade remunerada nos termos do § 5º do art.147, que atingir a contagem de 14 (quatorze) pontos deverá ser comunicado pelo órgão de trânsito responsável para fins de realização de curso preventivo de reciclagem, na forma estabelecida pelo Contran.

§ 6º A conclusão do curso de reciclagem previsto no parágrafo anterior elimina os pontos computados para fins de contagem subsequente.

§ 7º A pessoa jurídica que dispor no seu quadro de empregados de motoristas enquadrados no § 5º poderá ter acesso as informações sobre os pontos obtidos pelos seus respectivos empregados decorrentes de infrações de trânsito, para fins de planejamento e controle de sua operação, na forma estabelecida pelo Contran.

Art 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro completará neste ano 17 anos e durante este período ocorreram diversas mudanças no cotidiano do trânsito nas cidades brasileiras que ensejaram alterações na citada lei,

Além disso, foram editadas novas legislações cujo objetivo é a melhoria do trânsito nas cidades, bem como a mobilidade da população.

Sob este entendimento, em 2012, foi editada a Lei nº 12.587 que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

No citado diploma legal foi estabelecido no artigo 6º, inciso II, a obrigatoriedade de priorizar o transporte público coletivo nas vias urbanas em desfavor ao transporte individual de passageiros, face aos grandes congestionamentos de trânsito que ocorrem na maioria das cidades brasileiras

Devido a essa determinação criou-se um novo cenário visando o aumento na oferta dos serviços de transporte público coletivo nas cidades, bem como a necessidade de contratação de novos motoristas profissionais para condução dos veículos desse serviço público.

Diante disso, há a necessidade de revisar as exigências para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, na categoria "D", quando se tratar de condutores já habilitados nas categorias "B" e "C", mediante a segurança necessária e a realização de curso de especializado, que conste a obrigatoriedade de aulas em simuladores de direção veicular, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito.

Sob o prisma da segurança no trânsito, é oportuno propor a criação de um curso de preventivo de reciclagem para os motoristas que exerçam atividade remunerada, quando atingirem a faixa de quatorze pontos, com objetivo de melhorar a condução de veículos, evitando uma penalização maior pela legislação de trânsito, que poderá inabilita-lo ao seu exercício profissional.

Além disso, é importante permitir que o empregador de motorista, que exerce atividade remunerada, tenha acesso a informação do computo total de pontos que o mesmo foi penalizado, face infrações de trânsito, de forma de gerenciar melhor a operação dos seus veículos e contribuir diretamente para segurança do trânsito.

Assim, pelo forte apelo legal, social e econômico desta proposta legislativa e pelas razões expostas, estamos convencidos que esta iniciativa merecerá o acolhimento por parte dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2014. – Deputado Federal **Mauro Lopes,** (PMDB-MG).

PROJETO DE LEI Nº 8.046, DE 2014

(Da Sra. Fátima Pelaes)

Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei trata do combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher no campo político, nos termos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil, em sua íntegra, por meio do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.

Art. 2º Para os fins desta Lei, violência político-eleitoral é a agressão física, psicológica ou sexual contra a mulher, eleita ou ainda candidata a cargo político, no exercício da representação política, com a finalidade de impedir ou restringir o exercício do seu cargo e/ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade.

Art. 3º Constituem atos de discriminação político-eleitoral contra a mulher aqueles que façam distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo, em prejuízo do reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e das liberdades políticas fundamentais da mulher.

Parágrafo único. São atos de discriminação político-eleitoral contra a mulher eleita ou candidata a cargo político, entre outros:

I – impor-lhe a realização de atividades alheias às atribuições do cargo ocupado, motivado por estereótipos de gênero;

II – dificultar-lhe o acesso a sessões ordinárias ou extraordinárias ou a qualquer outra atividade que implique debate ou tomada de decisões inerentes à função que ocupe, visando restringir-lhe o exercício de suas tarefas;

III – negar-lhe o direito de voz e voto em condições de igualdade com os outros participantes;

IV – impedir-lhe o reingresso em cargo que ocupe, após o gozo de licença justificada;

V – restringir-lhe a plenitude do gozo de seu mandato, em razão de gravidez ou maternidade.

Art. 4º Os art. 243 e 327 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243. .....

.....

X – que deprecie a condição da mulher e estimule a discriminação de sexo ou raça.

....." (NR)

"Art. 327. .....

.....

IV – com utilização de meios discriminatórios relacionados a sexo ou raça. (NR)

Art. 5º O art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. .....

.....

II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos e candidatas de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia, respeitando-se a representação numérica estabelecida no § 3º do art. 10 desta Lei;

....." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apesar dos enormes avanços relativos à participação feminina na vida política do País – cujo exemplo mais significativo é o fato de uma mulher ocupar a presidência da República –, ainda é notória a necessidade de incentivar o ingresso das mulheres no mundo da política brasileira.

Tal fato pode ser constatado a partir da desproporção entre homens e mulheres que ocupam cargos eletivos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Assim, no sentido de fomentar a participação feminina e contribuir para sua inclusão na vida partidária, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, prevê que o partido ou coligação deve reservar no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo. Com isso, o legislador esperava reduzir a hegemonia masculina na oferta de candidaturas e desacomodar posturas culturais que não enxergam a mulher como protagonista no mundo eleitoral. No entanto, como se vê, os resultados ainda estão aquém dos esperados.

Por essa razão, proponho o aperfeiçoamento da legislação em vigor, de modo a não somente garantir a participação das mulheres nos debates e nos espaços de publicidade partidários, como também garantir-lhes um exercício de mandato livre de barreiras preconceituosas.

Este projeto coaduna-se com os termos da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Essa Convenção foi fruto das reivindicações apresentadas pelas mulheres durante a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México, em 1975, e que só foi ratificada pelo Brasil, sem reservas, em 1994. Essa Convenção prevê que os Estados devem se comprometer a adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para combater quaisquer práticas discriminatórias contra as mulheres.

Compreendo que privar a mulher brasileira de uma vida política plena, como demonstrado pelos baixos índices participativos, também constitui uma forma de violência contra a mulher – violência de caráter político que precisa ser eliminada. Esse tema merece, certamente, ser objeto de preocupação de todas as pessoas comprometidas em concretizar o mandamento constitucional que determina sermos todos iguais perante a lei.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos meus Pares.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2014. – **Fatima Pelaes,** Deputada Federal.

PROJETO DE LEI Nº 8.050, DE 2014

(Do Sr. Missionário José Olimpio)

Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 para regular a identificação de veículos coletivos

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: VIAÇÃO E TRANSPORTES E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 para regular a identificação de veículos coletivos.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte § 9º ao art. 115 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997:

"Art. 115. .....

.....

§ 9º Todos os ônibus destinados ao transporte coletivo deveram ter a sequência alfa-numérica de suas placas reproduzidas em grandes caracteres nas suas partes externas lateral e superior de forma a permitir a sua identificação à distância." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto que apresentamos tem por finalidade estabelecer regras para a identificação de ônibus com grandes caracteres que deverão ser pintados nas partes lateral e superior externas do veículo. Essa simples providência tem o objetivo de permitir que o ônibus seja identificado à distância em caso de sequestro. Dessa

forma, fica extremamente facilitada a correta discriminação do veículo caso seja necessária uma perseguição na qual se utilize aeronaves.

A regulamentação de trânsito já prevê que a identificação seja exibida dentro do veículo, o que facilita a comunicação de emergência com a central de atendimento da polícia durante a ocorrência de algum crime. Entretanto, pintá-la em grandes caracteres no teto, por exemplo, não consta do Código de Transito. Entendemos que essa é uma singela, mas importante providência que ajudará sobremaneira na prevenção e repressão aos delitos que envolvem ônibus.

Na certeza de que a nossa iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e relevante para o ordenamento jurídico federal, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares em favor de sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2014. – Deputado **Missionário José Olimpio.**

REQUERIMENTO Nº 10.762, DE 2014

(Do Sr. Esperidião Amin)

Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 25 de novembro, em celebração ao centenário de nascimento de JORGE LACERDA.
DESPACHO: Defiro. Publique-se.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Sessão Solene, no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 25 de novembro de 2014, em celebração ao centenário de nascimento de JORGE LACERDA, que transcorreu no dia 20 de outubro do corrente ano.

Justificação

A importante trajetória do ex-governador de Santa Catarina JORGE LACERDA, médico, bacharel em direito, jornalista, humanista e político, deve sempre ser lembrada, especialmente pelas virtudes do estadista.

JORGE LACERDA, que governou o Estado de Santa Catarina por apenas dois anos e cinco meses, foi um grande pioneiro e idealizador de relevantes instituições e programas, sobretudo nas áreas da cultura, da educação e da geração de energia. Culto, intelectual e admirador da arte e da literatura, foi também jornalista e escritor.

A trajetória política de JORGE LACERDA foi tragicamente interrompida no dia 16 de junho de 1958. O então governador foi vítima de acidente aéreo juntamente com o deputado federal Leoberto Leal e o senador Nereu Ramos, único catarinense que ocupou a vice-presidência e a presidência da república. De uma vez só, Santa Catarina perdia os três maiores nomes de sua política naquela época.

Por todo o exposto, solicitamos a realização de sessão solene com o intuito de celebrar os 100 anos do transcurso do nascimento de JORGE LACERDA.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2014. – **Esperidião Amin,** Deputado Federal – PP/SC.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Expediente

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 287/2014, da Liderança do DEM – desliga o Deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) e indica o Deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) para titular da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Defiro. Publique-se.

Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 934/2014, da Liderança do PMDB – indica o Deputado Erivelton Santana (PSC/BA) para titular da Comissão de Legislação Participativa.

Defiro. Publique-se.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 913/2014, da Liderança do PSDB – desliga o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) e indica o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG) para suplente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Defiro. Publique-se.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 288/2014, da Liderança do DEM – desliga o Deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) e indica o Deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR) para titular da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Defiro. Publique-se.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

OF 395/14 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. Comunica o término do prazo para edição de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 645, de 2014, que teve o prazo de vigência encerrado em 2 de setembro do corrente, e a consequente extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.

Publique-se.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

OF 397/14 – Senador Renan Calheiros – Presidente da Mesa do CN. Comunica a constituição de Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a MPV 658/14 e estabelece calendário para sua tramitação.

Publique-se.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Of. nº 45/2014, da Liderança da Minoria – indica o Dep. Alexandre Leite (DEM/SP) em substituição ao Dep. Fábio Souto (DEM/BA) como Vice-Líder da Minoria.

Registre-se. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PRESIDÊNCIA/SGM

Of. nº 289/2014, da Liderança do DEM – indica o Dep. Fábio Souto (DEM/BA) em substituição ao Dep. Alexandre Leite (DEM/SP) como Vice-Líder do DEM.

Registre-se. Publique-se.
Ao Sr. Diretor-Geral.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Proposições

REQUERIMENTO 10772/2014

Requer a retirada de tramitação do Recurso nº 325/14.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 104, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de tramitação do Recurso nº 325, de 2014, do Sr. Guilherme Campos e outros, que recorre contra a apreciação conclusiva da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que ofereceu parecer ao Projeto de Lei nº 7.108/2014, que *"altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação de arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral; e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996"*.

Sala das Sessões, em 05 NOV. 2014 de 2014.

Deputado Celso Maldaner

REQUERIMENTO

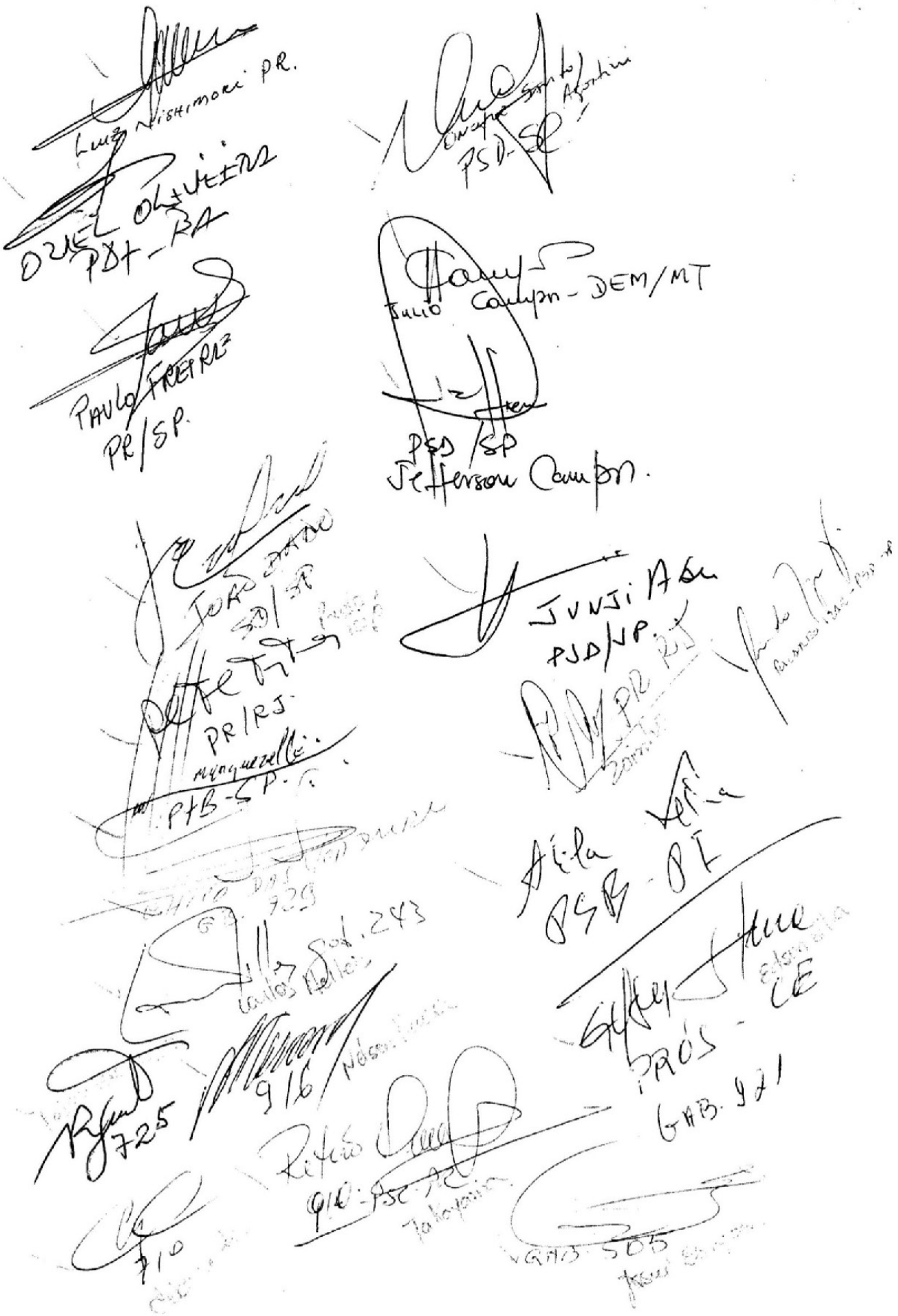
Requer a retirada de tramitação do Recurso nº 325/14.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 104, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de tramitação do Recurso nº 325, de 2014, do Sr. Guilherme Campos e outros, que recorre contra a apreciação conclusiva da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que ofereceu parecer ao Projeto de Lei nº 7.108/2014, que *"altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação de arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral; e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996"*.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado



CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(54ª Legislatura 2011-2015)

05/11/2014 16:13:54
Página: 1 de 3

RELATÓRIO COMPARATIVO DE APOIAMENTO
entre as Proposições REC 0325/2014 e REQ 10772/2014

Em resumo:
38 assinaram ambas as proposições;
32 assinaram somente a proposição REC 0325/2014;
Nenhum assinou somente a proposição REQ 10772/2014.

Assinaram as Duas Proposições

ADRIAN (PMDB-RJ)
ALBERTO FILHO (PMDB-MA)
AMAURI TEIXEIRA (PT-BA)
ANDRÉ ZACHAROW (PMDB-PR)
ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
ÁTILA LIRA (PSB-PI)
CARLOS MELLES (DEM-MG)
CELSO MALDANER (PMDB-SC)
CHICO DAS VERDURAS (PRP-RR)
CLEBER VERDE (PRB-MA)
DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ)
EDINHO BEZ (PMDB-SC)
EDSON SILVA (PROS-CE)
JAIRO ATAÍDE (DEM-MG)
JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP)
JOÃO DADO (SD-SP)
JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA)
JÚLIO CAMPOS (DEM-MT)
JUNJI ABE (PSD-SP)
LELO COIMBRA (PMDB-ES)
LUIZ NISHIMORI (PR-PR)
MANOEL JUNIOR (PMDB-PB)
MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO)

MAURO LOPES (PMDB-MG)

NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)

NELSON MEURER (PP-PR)

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PSD-SC)

OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA)

PAULO FEIJÓ (PR-RJ)

PAULO FREIRE (PR-SP)

RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE)

RICARDO IZAR (PSD-SP)

SANDRO MABEL (PMDB-GO)

SARAIVA FELIPE (PMDB-MG)

TAKAYAMA (PSC-PR)

ZOINHO (PR-RJ)

Total: 38

Assinaram somente a Proposição REC 0325/2014

ADEMIR CAMILO (PROS-MG)

ANDERSON FERREIRA (PR-PE)

ANTONIO BULHÕES (PRB-SP)

ARIOSTO HOLANDA (PROS-CE)

ARNON BEZERRA (PTB-CE)

CÉSAR HALUM (PRB-TO)

DR. CARLOS ALBERTO (PMN-RJ)

DR. JORGE SILVA (PROS-ES)

DUDIMAR PAXIUBA (PROS-PA)

ELI CORREA FILHO (DEM-SP)

EURICO JÚNIOR (PV-RJ)

FELIPE MAIA (DEM-RN)

FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)

GUILHERME CAMPOS (PSD-SP)

JOÃO CALDAS (SD-AL)

JÚLIO CESAR (PSD-PI)

MARCO TEBALDI (PSDB-SC)

MILTON MONTI (PR-SP)

NEWTON CARDOSO (PMDB-MG)

NILTON CAPIXABA (PTB-RO)

OSVALDO REIS (PMDB-TO)

PAES LANDIM (PTB-PI)

ROBERTO BRITTO (PP-BA)
SALVADOR ZIMBALDI (PROS-SP)
SÉRGIO BRITO (PSD-BA)
SÉRGIO MORAES (PTB-RS)
VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)
VANDERLEI SIRAQUE (PT-SP)
VITOR PAULO (PRB-RJ)
WALDIR MARANHÃO (PP-MA)
WEVERTON ROCHA (PDT-MA)
ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)
Total: 32

Assinaram somente a Proposição REQ 10772/2014

PRESIDÊNCIA/SGM

Requerimento n. 10.772/2014, do Senhor Deputado CELSO MALDANER e Outros. Retirada de tramitação do Recurso n. 325/2014. Em 05/11/2014.

Defiro a retirada do Recurso n. 325/2014, nos termos do art. 104, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 429, DE 2014
(Do Sr. Camilo Cola)

Altera a Constituição Federal para extinguir a imunidade e o foro especial por prerrogativa de função, veda o recebimento de auxílio, ajuda de custo ou contribuição de qualquer natureza, assim como, o uso de residência ou transporte fornecidos pelo Poder Público ou por entidade privada, por parte de membro de Poder, de detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais.

(DEVOLVA-SE AO AUTOR, POR NÃO CONTER O NÚMERO MÍNIMO DE ASSINATURAS INDICADO NO INCISO I DO ART. 60, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO I DO ART. 201, DO . REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. OFICIE-SE E, APÓS, PUBLIQUE-SE. PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ESPECIAL)

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Primeira Reunião Ordinária (Deliberativa), Realizada em Vinte e Nove de Outubro de 2014.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e catorze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 6, da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: Paulo Feijó – Presidente; Onyx Lorenzoni, Carlos Magno e Celso Maldaner – Vice-Presidentes; Abelardo Lupion, Amir Lando, Bohn Gass, Dilceu Sperafico, Giovanni Queiroz, Heuler Cruvinel, Jairo Ataíde, João Rodrigues, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Moreira Mendes, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Oziel Oliveira, Padre João, Paulo Cesar Quartiero, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Balestra, Roberto Dorner, Valmir Assunção e Zé Silva – Titulares; Alceu Moreira, Alfredo Kaefer, Betinho Rosado, Eleuses Paiva, Félix Mendonça Júnior, Lúcio Vale, Márcio Marinho, Marcos Montes, Pedro Chaves e Ronaldo Caiado – Suplentes. Compareceram também os Deputados Giovani Cherini, João Carlos Bacelar, Jorge Boeira, Júnior Coimbra, Valtenir Pereira e Vitor Penido, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Anselmo de Jesus, Antônio Andrade, Beto Faro, Domingos Sávio, Giacobo, Hélio Santos, Junji Abe, Lira Maia, Luci Choinacki, Marcon, Reinaldo Azambuja e Wellington Roberto. **ABERTURA**: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Vigésima Sétima Reunião Ordinária (Audiência Pública), da Vigésima Oitava Reunião Ordinária (Deliberativa), da Vigésima Nona Reunião Ordinária (Audiência Pública) e da Trigésima Reunião Ordinária (Audiência Pública), realizadas em primeiro, dois e quinze de julho, e sete de agosto de 2014, respectivamente, tendo solicitado ao Secretário que procedesse à leitura. O Deputado Zé Silva requereu a dispensa da leitura das Atas, em razão de estas haverem sido distribuídas previamente aos membros da Comissão. Aprovado o Requerimento de dispensa de leitura das Atas, em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE**: O Presidente cientificou o Plenário do recebimento do ofício O.I. 031/2014/GAB_513, datado de catorze de julho de 2014, que justifica a ausência do Deputado Nelson Padovani às reuniões realizadas nos dias seis, oito, vinte, vinte e sete e vinte e oito de maio e três e cinco de junho de 2014; e do Mem. n. 133/14/GAAB/PSD, de 6 de agosto de 2014, da Liderança do PSD, que justifica a ausência do Deputado Junji Abe nos dias 1º e 15 de julho de 2014. **ORDEM DO DIA**: Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente submeteu à apreciação os seguintes itens: **A – Discussão e votação de emendas à LDO:** Propostas de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PL nº 03/2014-CN: **1)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Programa: 2042 inovações para a Agropecuária. Ação: 20Y6 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Produto (unidade de medida): Pesquisa desenvolvida (unidade). Acréscimo de meta: 990; **2)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para Agropecuária. Programa: 2042 Inovações para a Agropecuária. Ação: 8924 Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária. Produto (unidade de medida): Tecnologia transferida (unidade). Acréscimo de meta: 190; **3)** Emenda ao Texto da Lei. Ementa: As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2015. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Modificativa. Referência: Corpo da Lei – Artigo 4. Texto Proposto: "Art. 4º As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2015, atendidas as despesas contidas no Anexo III, as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC e ao Programa Brasil Sem Miséria – PBSM, bem como às ações de pesquisas e transferências de tecnologias do Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária, vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa."; e **4)** Emenda ao Texto da Lei. Ementa: Despesas que não serão objeto de limitação de empenho. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Anexo III – Item 62. Texto Proposto: "Alterar o Anexo III – DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO, para incluir a SEÇÃO III.2 no ANEXO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS,

CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000, para acrescentar as despesas ressalvadas de contingenciamento a saber: SEÇÃO III.2 – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000: 1. Despesas com ações de pesquisas e desenvolvimento e de transferência de tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária, relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Cientifico e Tecnológico, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA". **Após a discussão, as quatro emendas foram votadas e aprovadas. B – Requerimentos:** O Deputado Raimundo Gomes de Matos apresentou requerimento de inversão de pauta, o qual foi aprovado pelos membros. **4 – REQUERIMENTO Nº 609/14 –** Do Sr. Raimundo Gomes de Matos – (REQ 522/2014) – que "requer a inclusão de convidados na Audiência Pública para debater o atual traçado da Ferrovia Transnordestina e os impactos desta obra na economia dos municípios". Em discussão e votação, **o requerimento foi aprovado por unanimidade**. **5 – REQUERIMENTO Nº 603/14** – Do Sr. Luis Carlos Heinze – que "requer a realização de audiência pública para discutir o documento final relativo aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) a ser deliberado na Sexta Conferência das Partes da referida Convenção". **Retirado de pauta pelo autor. 6 – REQUERIMENTO Nº 604/14** – Do Sr. Ronaldo Caiado – que "solicita a convocação do Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, para explicar a venda de 51% da Centrais Elétricas de Goiás – CELG D à Eletrobrás". Discutiram os Deputados Celso Maldaner, que sugeriu a inclusão das diretorias da CELG e Eletrobrás como convidados, João Rodrigues, que sugeriu convite ao presidente da CELG, Domingos Sávio, Junior Coimbra, Padre João, Márcio Macedo e Abelardo Lupion. Em votação, o requerimento foi aprovado contra os votos dos Deputados dos Partidos dos Trabalhadores e do Deputado Junior Coimbra, do PMDB. Em seguida, o Deputado Junior Coimbra, na qualidade de vice-líder do PMDB, solicitou a verificação de votação. Declararam obstrução à votação o Partido dos Trabalhadores e o PMDB. Realizada a votação nominal, votaram sim os seguintes Deputados: Amir Lando, Alceu Moreira, Odílio Balbinotti, Marcos Montes, Moreira Mendes, Roberto Dorner, Alfredo Kaefer, Nilson Leitão, Carlos Magno, Dilceu Sperafico, João Rodrigues, Luiz Nishimori, Paulo Feijó, Abelardo Lupion, Ronaldo Caiado, Onyx Lorenzoni, Jairo Ataíde, Josué Bengston, Raimundo Gomes de Matos, Paulo Quartiero, Zé Silva, Roberto Balestra, Luis Carlos Heinze e Nelson Padovani. **O requerimento foi aprovado com vinte e quatro votos sim, com a inclusão de convite ao Presidente da CELG**. **7 – REQUERIMENTO Nº 605/14** – Do Sr. Onyx Lorenzoni – que "solicita a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, para oferecer esclarecimentos e debater a decisão da pasta em transferir para o LANAGRO/MG a tarefa de realizar as provas de controle de qualidade oficiais em vacinas contra a febre aftosa". Discutiram a matéria os Deputados Celso Maldaner, Valmir Assunção e Carlos Magno, que solicitaram a troca da expressão convocação por convite. O Deputado Onyx Lorenzoni não acatou a sugestão. **Em votação, o requerimento foi aprovado contra os votos dos Deputados Carlos Magno, Celso Maldaner e os Deputados do Partido dos Trabalhadores.** Em seguida, o Deputado Carlos Magno assumiu a condução dos trabalhos. **9 – REQUERIMENTO Nº 606/14** – Do Sr. Nilson Leitão – que "solicita seja convocado o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos processos de situação de emergência no Brasil". Discutiram a matéria os Deputados Valtenir Pereira, Bohn Gass, Padre João, Valmir Assunção e Márcio Macedo. Em seguida, o Deputado Valtenir Pereira, vice-líder do PROS, apresentou requerimento de adiamento da votação do Requerimento n° 606/14, por duas sessões. Os deputados Valtenir Pereira, Vice-Líder do PROS, e Márcio Macedo, Vice-Líder do PT, encaminharam a votação. O **requerimento foi rejeitado contra os votos dos Deputados Valtenir Pereira, Bohn Gass, Padre João e Valmir Assunção**. Em seguida, os Deputados Valtenir Pereira e Bohn Gass apresentaram requerimento para quebra do interstício da votação nominal. Encaminharam a votação os Deputados Valtenir Pereira, Vice-Líder do PROS, e Márcio Macedo, Vice-Líder do PT. O **requerimento foi rejeitado contra os votos dos Deputados Valtenir Pereira, Bohn Gass, Padre João e Valmir Assunção.** Logo após, os Deputados Márcio Macedo, Vice-Líder do PT, e Valtenir Pereira, Vice-Líder do PROS, apresentaram o **REQUERIMENTO Nº 612/14 –** que "requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 186, inciso II do Regimento Interno, votação por processo nominal do item n° 4, da pauta de hoje, correspondente ao REQ n° 606/14". Encaminharam a votação os Deputados Valtenir Pereira e Márcio Macedo. O **requerimento foi aprovado**. Em seguida, o Deputado Nilson Leitão solicitou verificação de votação do Requerimento n° 612/14. Não havendo número regimental, o Presidente em exercício declarou prejudicada a votação do Requerimento n° 612/14 e encerrou a reunião. **O requerimento n° 606/14 não foi votado. 10 – REQUERIMENTO Nº 607/14** – Do Sr. Zé Silva – que "audiência pública para discutir o uso de agrotóxicos na agricultura e seus efeitos sobre trabalhadores rurais e consumidores de produtos agropecuários". **Não foi deliberado. 11 – REQUERIMENTO Nº 608/14 –** Do Sr. Celso Maldaner – que "requer a realização de Audiência Pública, para discutir a fraude no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf". **Não foi deliberado. C – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDA-**

DE 12 – PROJETO DE LEI Nº 5.016/05 – Do Senado Federal – Tasso Jereissati – (PLS 208/2003) – que "estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências". (Apensados: PL 2667/2003 (Apensado: PL 3283/2004), PL 2668/2003 (Apensado: PL 3842/2012), PL 3500/2004 (Apensado: PL 3524/2004), PL 8015/2010, PL 1302/2011, PL 3107/2012, PL 4017/2012 e PL 5209/2013) RELATOR: Deputado REINALDO AZAMBUJA. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), pela rejeição deste, do PL 3283/2004, do PL 3524/2004, do PL 2667/2003, do PL 2668/2003, do PL 3500/2004, do PL 8015/2010, do PL 1302/2011, do PL 3107/2012, do PL 4017/2012, e do PL 5209/2013, apensados, e pela aprovação do PL 3842/2012, apensado. Vista ao Deputado Beto Faro, em 21/05/2014. **Não foi deliberado. D – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 13 – PROJETO DE LEI Nº 5.194/05 –** Do Sr. Ronaldo Caiado – que "determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate". RELATOR: Deputado ONYX LORENZONI. PARECER: pela aprovação do substitutivo do Senado Federal. **Não foi deliberado. 14 – PROJETO DE LEI Nº 6.432/13 –** Do Sr. Ivan Valente – que "proíbe no território nacional a venda, o cultivo e a importação de sementes de plantas alimentícias transgênicas com tolerância a herbicidas". RELATOR: Deputado WELLINGTON ROBERTO. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Wellington Roberto (PR-PB), pela rejeição. O Deputado Moreira Mendes apresentou voto em separado em 08/04/2014. **Não foi deliberado. 15 – PROJETO DE LEI Nº 6.956/13 –** Da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – que "dispõe sobre a proibição de as instituições financeiras, que operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, condicionarem a concessão de financiamentos no âmbito do Programa à prestação, pelo mutuário, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços". RELATOR: Deputado ABELARDO LUPION. PARECER: pela aprovação. **Não foi deliberado. 16 – PROJETO DE LEI Nº 5.919/13 –** Do Sr. Dr. Jorge Silva – que "altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973". EXPLICACAO DA EMENTA: Garante indenização de befeitorias ao ocupante de boa-fé em terras indígenas. RELATOR: Deputado IRAJÁ ABREU. PARECER: pela aprovação, com quatro emendas. Vista conjunta aos Deputados Lira Maia e Padre João, em 02/04/2014. O Deputado Padre João apresentou voto em separado em 05/08/2014. **Não foi deliberado. 17 – PROJETO DE LEI Nº 7.070/14 –** Da Sra. Gorete Pereira – que "dispõe sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos provenientes de corpos de água de domínio da União, e dá outras providências". RELATOR: Deputado EDSON PIMENTA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Não foi deliberado. 18 – PROJETO DE LEI Nº 3.541/12 –** Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "obriga as indústrias processadoras de laranja in natura a adquirirem percentual mínimo de matéria-prima junto a produtores rurais, quando tiverem recebido financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". (Apensado: PL 4693/2012) EXPLICACAO DA EMENTA: Percentual mínimo de 40% (quarenta por cento). RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4693/2012, apensado. **Não foi deliberado. 19 – PROJETO DE LEI Nº 7.250/14 –** Do Sr. Irajá Abreu – que "acrescenta uma Tabela de Descontos na Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para dispor sobre o Imposto Territorial Rural (ITR) progressivo de acordo com a Área Produtiva". RELATOR: Deputado ANSELMO DE JESUS. PARECER: pela rejeição. **Não foi deliberado. 20 – PROJETO DE LEI Nº 1.587/11 –** Do Sr. Zé Silva – que "altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006". (Apensado: PL 7468/2014) EXPLICACAO DA EMENTA: Amplia o limite para a área individual a ser alcançada pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo que será considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que não detenha área maior do que 6 (seis) módulos fiscais. RELATOR: Deputado WANDENKOLK GONÇALVES. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 7468/2014, apensado. Adiada a discussão a requerimento de Deputado por 5 sessões, em 22/08/2012. **Não foi deliberado. 21 – PROJETO DE LEI Nº 6.971/13 –** Do Sr. Jorginho Mello – que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994 e dá outras providências". RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Não foi deliberado. 22 – PROJETO DE LEI Nº 3.803/12 –** Do Sr. Giovani Cherini – que "institui desconto especial a incidir sobre pagamentos das dívidas rurais que especifica". RELATOR: Deputado NELSON PADOVANI. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2012 da CAPADR. **Não foi deliberado. 23 – PROJETO DE LEI Nº 5.628/13 –** Do Senado Federal – Ana Rita – (PLS 395/2011) – que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural". (Apensado: PL 4967/2013) RELATOR: Deputado NELSON PADOVANI. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4967/2013, apensado, com substitutivo. **Não foi deliberado. 24 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 61/11 –** Do Sr. Luis Carlos

Heinze – que "propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio – Funai – no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País". RELATOR: Deputado LIRA MAIA. RELATÓRIO FINAL: pela implementação; e, no mérito, pela aprovação. Vista ao Deputado Valmir Assunção, em 23/05/2012. **Não foi deliberado. 25 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 103/12 –** Do Sr. Padre João – que "requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento realize, com o auxilio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos administrativos realizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes a liberação de licenças de agrotóxicos". RELATOR: Deputado JUNJI ABE. RELATÓRIO PRÉVIO: pela não implementação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 103, de 2012, e pelo seu consequente arquivamento. **Não foi deliberado. Nada mais havendo a tratar,** o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e vinte e três minutos, antes, porém, convocou os membros a participarem de reunião ordinária deliberativa no dia cinco de novembro de 2014, às dez horas, neste Plenário. E, para constar, eu _____, Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Feijó _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 20ª Reunião Ordinária, Audiência Pública, Realizada em 5 de Agosto de 2014.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados. A lista de presença acusou o comparecimento dos Deputados: Ricardo Tripoli – Presidente; Júlio Campos – Vice-Presidente; Arolde de Oliveira, Chico das Verduras, Luiza Erundina, Marçal Filho, Sandro Alex e Silas Câmara – Titulares; Izalci e Pastor Eurico – Suplentes. Compareceram também os Deputados Lincoln Portela e Roberto Dorner, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Camarinha, Ariosto Holanda, Benjamin Maranhão, Beto Mansur, Bilac Pinto, Bonifácio de Andrada, Bruno Araújo, Camilo Cola, Dr. Adilson Soares, Emiliano José, Henrique Oliveira, Iara Bernardi, Jorge Bittar, Jorge Tadeu Mudalen, Luciana Santos, Margarida Salomão, Miriquinho Batista, Missionário José Olimpio, Newton Lima, Paulo Bornhausen, Ratinho Junior, Rodrigo Garcia, Rogério Peninha Mendonça, Ruy Carneiro, Sabino Castelo Branco, Salvador Zimbaldi, Sandes Júnior, Thiago Peixoto, Wladimir Costa e Wolney Queiroz. **ABERTURA:** O senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 134/12, da senhora Deputada Luiza Erundina, para debater "a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens sem a autorização competente". Justificaram a ausência: 1) O excelentíssimo senhor Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva; 2) O senhor Roberto Franco, Diretor de Rede e Assuntos Regulatórios do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); 3) O senhor Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 4) O senhor Venício Artur de Lima, Professor da Universidade de Brasília (UnB); 5) O senhor Fábio Konder Comparato, Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); e 6) O senhor Pedro Ekman Simões, Coordenador-executivo do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), que teve como representante a senhora Bia Barbosa, Coordenadora da entidade. Não responderam ao convite: 1) O senhor Luiz Cláudio Costa, Presidente da Rede Record; 2) O senhor João Carlos Saad, Presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação e da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra); e o senhor Flávio de Castro Martinez, Presidente da Rede CNT (Central Nacional de Televisão). Após a composição da Mesa, o senhor Deputado Silas Câmara assumiu a presidência dos trabalhos e passou a palavra aos expositores: 1º – O senhor Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Regional da República e Coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; 2º – A senhora Rosane Bertotti, Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); 3º – A senhora Bia Barbosa, do Intervozes; e 4º – O senhor Paulo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo. Após as exposições, usaram da palavra os Deputados Júlio Campos, Luiza Erundina, Arolde de Oliveira, Silas Câmara e Sandro Alex. Em seguida, os expositores usaram da palavra para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezessete horas e dezesseis minutos. E, para constar, eu _____, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Ricardo Tripoli _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 21ª Reunião Ordinária, Realizada em 6 de agosto de 2014.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia seis de agosto de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Anexo II, Plenário 13 da Câmara dos Deputados. A lista de presença acusou o comparecimento dos Deputados Ricardo Tripoli – Presidente; Júlio Campos – Vice-Presidente; Ariosto Holanda, Camilo Cola, Chico das Verduras, Jorge Bittar, Jorge Tadeu Mudalen, Luiza Erundina, Margarida Salomão, Newton Lima, Paulo Bornhausen, Rogério Peninha Mendonça, Ruy Carneiro, Salvador Zimbaldi, Sandes Júnior, Thiago Peixoto e Wolney Queiroz – Titulares; Colbert Martins, Francisco Floriano, Izalci, Júlio Cesar, Laercio Oliveira, Pastor Eurico, Paulo Abi-Ackel, Paulo Foletto, Rebecca Garcia, Waldir Maranhão e Wellington Fagundes – Suplentes. Compareceu também o Deputado Arnaldo Faria de Sá, como não membro. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Camarinha, Arolde de Oliveira, Benjamin Maranhão, Beto Mansur, Bilac Pinto, Bonifácio de Andrada, Bruno Araújo, Dr. Adilson Soares, Emiliano José, Henrique Oliveira, Iara Bernardi, Luciana Santos, Marçal Filho, Miriquinho Batista, Missionário José Olimpio, Ratinho Junior, Rodrigo Garcia, Sabino Castelo Branco, Sandro Alex, Silas Câmara e Wladimir Costa. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª reuniões, realizadas nos dias 20, 21 e 27 de maio e 03 e 04 de junho de 2014. A senhora Deputada Luiza Erundina solicitou a dispensa da leitura das Atas. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram **APROVADAS POR UNANIMIDADE**. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou que recebeu as seguintes correspondências: **1)** Aviso nº 522/GP do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, exemplar do Sumário Executivo sobre as Contas do Governo relativas ao exercício de 2013; **2)** Aviso nº 681/Seses do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 023.414/2013-0; **3)** Aviso nº 684/Seses do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 025.520/2013-0; **4)** Relatório Estatístico Anual da Ouvidoria do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2013; **5)** Ofício da Primeira Secretaria da Casa, encaminhando ofício do Ministério das Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informação nº 4183/2014; **6)** Ofício do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura (SINSTAL), manifestando-se sobre a qualidade do serviço móvel celular no Brasil; **7)** Ofício da Câmara Municipal de Agudos/SP, enaltecendo o trabalho desenvolvido para expansão da emissão do sinal digital da TV Câmara para municípios; **8)** Relatório anual de 2013, referente ao balanço das atividades desenvolvidas pela a Agência Nacional de Telecomunicações; **9)** Relatório enviado pelo o Sindicato Nacional da Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal referente à avaliação dos resultados da prestação de serviços de telecomunicações nos estádios da Copa; **10)** Ofício da Presidência da Casa, encaminhando requerimento aprovado pela a Câmara Municipal de Cascavel, solicitando que seja dada prioridade na apreciação do PL 4.754/12; **11)** Convite da CONFERÊNCIA CONJUNTA RÁDIO 2014, para participar da Mesa de Abertura do evento, a realizar-se no dia 26 de agosto, em Gramado/RS; **12)** Comunicado de prorrogação das inscrições de projetos para a seleção da segunda fase do programa InovAtiva Brasil; **13)** Convite para compor a Mesa da Cerimônia Solene de Abertura do FUTURECOM 2014 e o exclusivo Coquetel "Petit Comitê", a realizar no período de 13 a 16 de outubro, na cidade São Paulo/SP; e **14)** justificativa de ausência dos senhores Deputados: Henrique Oliveira, nos dias 13, 20 e 27 de maio; Júlio Campos, nos dias 03 de junho e 02 de julho; Thiago Peixoto, nos dias 03 e 04 de junho; Paulo Foletto, no período de oito dias a partir de 06 de junho; Paulo Bornhausen, nos dias 06, 07, 13, 14 e 27 de maio e 03 de junho; e Chico das Verduras, no dia 02 de julho. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1** – **REQUERIMENTO Nº 322/14** – Da Sra. Luiza Erundina – que "requer a realização de Audiência Pública para debater a conservação e o uso de Recursos Genéticos no Brasil". Em votação, **APROVADO. 2** – **REQUERIMENTO Nº 324/14** – Do Sr. Izalci – que "requer a Realização de Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e as Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, para debater a importância da realização da "WORLDSKILLS" na cidade de São Paulo, no ano de 2015". Deputada Luiza Erundina subscreveu o Requerimento. Em votação, **APROVADO.** O senhor Deputado Júlio Campos assumiu a presidência dos trabalhos durante a apreciação dos itens 3, 4 e 5. **3** – **REQUERIMENTO Nº 325/14** – Do Sr. Ricardo Tripoli – que "requer que sejam solicitadas informações ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTTI) sobre o financiamento de projetos de pesquisa pela FINEP ao Instituto de Educação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica – Royal". Em votação, **APROVADO. 4** – **REQUERIMENTO Nº 326/14** – Do Sr. Ricardo Tripoli – que "requer realização de Audiência Pública para tratar dos sistemas de

controle e fiscalização da exploração madeireira adotados na Amazônia brasileira que se baseiam no monitoramento via satélites". Em votação, **APROVADO. 5** – **REQUERIMENTO Nº 327/14** – Do Sr. Ricardo Tripoli – que "solicita esclarecimentos ao Ministro de Estado das Comunicações acerca da arrecadação e da destinação dos fundos associados à prestação de serviços de telecomunicações (FUST, FUNTTEL, FISTEL e CONDECINE)". Em votação, **APROVADO. 6** – **REQUERIMENTO Nº 328/14** – Da Sra. Luiza Erundina – que "solicita informações ao Ministério das Comunicações sobre o uso das radiofrequências na faixa de 698 MHz a 806 MHz". Em votação, **APROVADO. 7** – **REQUERIMENTO Nº 329/14** – Do Sr. Colbert Martins – que "requer a realização de Audiência Pública para convidar o vice-presidente do Facebook para a América Latina Alexandre Hohagen e o Conselherio do Comitê Gestor da Internet Demi Getschko, para debater sobre pesquisa realizada pela rede social Facebook sem a permissão dos seus usuários". **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR. B – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: PRAZO CONSTITUCIONAL.** Mantendo-se acordo do Plenário, as TVR's foram apreciadas em bloco. **8** – **TVR Nº 426/13** – Do Poder Executivo – (MSC 132/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1036, de 08 de novembro de 2010, que autoriza a Associação Comunitária Para Divulgação da Cultura de Campina do Simão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campina do Simão, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 9** – **TVR Nº 472/13** – Do Poder Executivo – (MSC 133/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1278, de 06 de dezembro de 2010, que autoriza a SOMACULTURAL – Sociedade Marlierense de Cultura, Lazer, Desporto e de Defesa do Meio Ambiente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marliéria, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado FÁBIO RAMALHO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 10** – **TVR Nº 764/13** – Do Poder Executivo – (MSC 364/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão-FADEPE/JF para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 11** – **TVR Nº 768/13** – Do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à X-Mediagroup S.A. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Mâncio Lima, Estado do Acre". RELATORA: Deputada ANTÔNIA LÚCIA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 12** – **TVR Nº 770/13** – Do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Santa Quitéria, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado WALDIR MARANHÃO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 13** – **TVR Nº 774/13** – Do Poder Executivo – (MSC 368/2013) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Rede Brasil de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. PRIORIDADE 14** – **PROJETO DE LEI Nº 4.133/12** – Do Senado Federal – Marcelo Crivella – (PLS 556/2007) – que "dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. Não houve discussão. Em votação, **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER. TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 15** – **PROJETO DE LEI Nº 6.726/10** – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "dispõe sobre o acesso de autoridades às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Não houve discussão. Em votação, **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** Tendo começado a Ordem do Dia no Plenário da Câmara, o próximo item no foi deliberado. **16** – **PROJETO DE LEI Nº 6.702/13** – Da Sra. Iracema Portella – que "dispõe sobre a existência de repositórios digitais nas instituições federais de educação superior e de pesquisa, para gestão e disseminação de sua produção científica, técnica e artística". RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e três minutos. E, para constar, eu _____, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Ricardo Tripoli _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE CULTURA

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em cinco de novembro de dois mil e quatorze, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Cultura por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os senhores Deputados Alice Portugal – Presidenta; Onofre Santo Agostini – Vice-Presidente; Eros Biondini, Fátima Bezerra, Paulão, Professora Dorinha Seabra Rezende e Tiririca; Renato Simões – Não Membro. E, para constar, eu _____, Nádia Lúcia das Neves Raposo, Secretária-Executiva, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

54ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 24ª Reunião Ordinária, Realizada em 29 de outubro de 2014.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, no Anexo II, Plenário 5 da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os Deputados Augusto Coutinho, Presidente; Aureo e Sebastião Bala Rocha, Vice-Presidentes; Antonio Balhmann, Mendonça Filho, Rebecca Garcia, Renato Molling e Ronaldo Zulke, Titulares; Afonso Florence, Guilherme Campos, Jorge Boeira, Laercio Oliveira, Luiz Nishimori, Mandetta, Marco Tebaldi, Osmar Terra e Simplício Araújo, Suplentes. Compareceram também os Deputados Assis Carvalho e Dr. Ubiali, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Devanir Ribeiro, Edson Pimenta, Jânio Natal, João Maia, Luis Tibé, Miguel Corrêa, Renan Filho e Walter Tosta. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Vigésima Reunião Ordinária Deliberativa, Vigésima Primeira Reunião Ordinária de Audiência Pública, Vigésima Segunda Reunião Ordinária de Audiência Pública e Vigésima Terceira Reunião Extraordinária de Audiência Pública, realizadas nos dias dezesseis de julho, cinco de agosto e dois de setembro de 2014. Por solicitação do Deputado Guilherme Campos, a leitura das Atas foi dispensada. Não houve discussão. Submetidas à votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou aos membros presentes o recebimento dos Avisos do Banco Central do Brasil nºs 56/2014, 71/2014, 79/2014 e 99/2014, que encaminham ao Congresso Nacional, respectivamente, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de maio, ao segundo trimestre, ao mês de julho e ao mês de agosto de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Após, o Presidente deu conhecimento, também, acerca do recebimento do Relatório Anual 2013 da Agência Nacional de Telecomunicações, em formato digital, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência. Em seguida, o Presidente informou aos Deputados que o registro da presença no painel eletrônico estaria disponível com antecedência de uma hora do horário previsto para o início da reunião e convidou todos os membros da Comissão para o café da manhã de lançamento da publicação "Panorama da Economia Brasileira", a ser realizado no dia cinco de novembro, quarta-feira, às nove horas, no décimo andar do anexo IV. **Matéria sobre a mesa**: Apresentação de requerimento, de inversão da Ordem do Dia, pelo Deputado Guilherme Campos, para imediata apreciação do Requerimento nº 196/14 e, pelo Deputado Mendonça Filho, para apreciação imediata do Requerimento nº 193/14, itens 5 e 2 da pauta, respectivamente. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados. 5 – **REQUERIMENTO Nº 196/14,** do Deputado Guilherme Campos, que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater o problema do fornecimento de água nos municípios abastecidos pela Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no estado de São Paulo". O Deputado Afonso Florence subscreveu o Requerimento. Após encaminhamento feito pelo Autor, a matéria do Requerimento foi discutida pelo Deputado Afonso Florence (PT-BA). Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado na forma de dois eventos: a audiência pública proposta e um seminário denominado "Água: Direito social, política pública e sustentabilidade". 2 – **REQUERIMENTO Nº 193/14**, do Deputado Mendonça Filho, que "solicita a convocação do Senhor Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil-BCB, a fim de prestar esclarecimentos sobre ação judicial movida pela Autoridade Monetária contra o Sr. Alexandre Schwartsman". O Autor encaminhou o Requerimento. Discutiram a matéria os Deputados Afonso Florence (PT-BA) e Mendonça Filho (DEM-PE). Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado na forma de moção de apoio ao economista Alexandre Schwartsman, contra o voto do Deputado Afonso Florence. **Matéria sobre a mesa**: Apresentação de requerimento, de inversão da Ordem do Dia, pela Deputada Rebecca Garcia, para imediata apreciação do Projeto de Lei nº 4.783/12, item 21 da pauta. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado. 21 – **PRO-**

JETO DE LEI Nº 4.783/12, do Deputado Guilherme Campos, que "altera o art 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991". (Apensado: PL 6450/2013). Explicação da ementa: Autoriza todas as empresas a optarem pela contribuição de 2% (dois por cento) sobre o valor da receita bruta para o cálculo da contribuição previdenciária. Relatora: Deputada Rebecca Garcia. Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 6450/2013, apensado, com substitutivo. A Relatora proferiu seu voto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado. **ORDEM DO DIA: A – Requerimentos:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 192/14**, do Deputado Ronaldo Zulke, que "requer a realização de audiência pública para debater a proposta do PL 4961/2005, que estabelece que as substâncias ou materiais extraídos de seres vivos naturais e materiais biológicos serão considerados invenção ou modelo de utilidade, podendo ser patenteados". Retirado de pauta, de ofício. 3 – **REQUERIMENTO Nº 194/14,** do Deputado Sebastião Bala Rocha, que "requer a realização de Audiência Pública para debater eventual infração à ordem econômica, abuso de poder econômico e conduta predatória por parte da Nestlé contra a sua rede de distribuição". O Autor encaminhou o Requerimento. Não houve discussão. Submetido à votação, o Requerimento foi aprovado**.** 4 – **REQUERIMENTO Nº 195/14,** do Deputado Aureo, que "requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, sobre a produtividade masculina no ambiente de trabalho, como parte das atividades comemorativas do movimento Novembro Azul". Retirado de pauta pelo autor**. Matéria sobre a mesa**: Apresentação de requerimento, de inversão da Ordem do Dia, pelo Deputado Laércio Oliveira, para imediata apreciação do Projeto de Lei nº 3.414/12, item 12 da pauta. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado. 12 – **PROJETO DE LEI Nº 3.414/12,** do Deputado Mauro Lopes, que "dispõe sobre a opção pelo lucro presumido das pessoas jurídicas obrigadas ao lucro real que ingressaram no Programa de Recuperação Fiscal – Refis". Explicação da ementa: Altera a Lei nº 9.964, de 2000. Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela rejeição. Os Deputados Laércio Oliveira e Valdivino de Oliveira apresentaram votos em separado**.** Após o Relator proferir seu voto, a matéria foi discutida pelo Deputado Laércio Oliveira. Submetido à votação, o Parecer foi rejeitado. Em seguida, o Presidente designou o Deputado Laércio Oliveira como sendo Relator do Parecer Vencedor. O Deputado Laércio Oliveira apresentou Parecer pela aprovação, na forma do substitutivo. Submetido à votação, o Parecer Vencedor, do Deputado Laércio Oliveira, foi aprovado. O Parecer do Deputado Antonio Balhmann passou a constituir voto em separado. **B- Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:** 6 – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.412/13,** da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (MSC 52/2013), que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011". Relator: Deputado Dimas Fabiano. Parecer: Pela aprovação. Retirado de pauta, de ofício**. Matéria sobre a mesa**: Apresentação de requerimento, de inversão da Ordem do Dia, pelo Deputado Laércio Oliveira, para imediata apreciação dos Projetos de Lei nº 7.391/14 e 7.457/14, itens 27 e 28 da pauta. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado. 27 – **PROJETO DE LEI Nº 7.391/14,** do Deputado Severino Ninho, que "acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 5º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, com a finalidade de proteger o consumidor, ao disciplinar a diferença de preços verificados nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais". (Apensados: PL 7751/2014 e PL 7821/2014). Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: Pela rejeição deste, do PL 7751/2014, e do PL 7821/2014, apensados. O Relator proferiu seu voto. Não houve discussão. Submetido à votação, foi aprovado o parecer. 28 – **PROJETO DE LEI Nº 7.457/14**, do Deputado Newton Lima, que "altera o art 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequena e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas". Explicação da ementa: Amplia o tipo de empresa a ser beneficiada pelo Fundo Garantidor de Investimentos do BNDES. Relator: Deputado Laercio Oliveira. Parecer: Pela rejeição. Concedida vista ao Deputado Ronaldo Zulke. **Matéria sobre a mesa**: Apresentação de requerimento, de inversão da Ordem do Dia, pelo Deputado Guilherme Campos, para imediata apreciação dos Projetos de Lei nº 1.503/11 e 4.848/12, itens 25 e 22 da pauta. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado. 25 – **PROJETO DE LEI Nº 1.503/11**, do Deputado Stepan Nercessian, que "altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que "Declara Feriados Nacionais os Dias 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro", para incluir a terça-feira de Carnaval entre os feriados nacionais". Relator: Deputado Guilherme Campos. Parecer: Pela rejeição. O Relator proferiu seu voto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado. 22 – **PROJETO DE LEI Nº 4.848/12**, do Deputado Carlos Bezerra, que "acrescenta o § 8º ao art. 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para determinar a nulidade de ato que importe na diluição injustificada da participação dos antigos acionistas". Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela rejeição. O Relator proferiu seu voto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado**. Matéria sobre a mesa**: Apresentação de requerimento, de inversão da Ordem

do Dia, pelo Deputado Ronaldo Zulke, para imediata apreciação do Projeto de Lei nº 4.883/12, item 9 da pauta. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado. 9 – **PROJETO DE LEI Nº 4.883/12**, do Senado Federal, do Senador Humberto Costa (PLS 66/2012), que "obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário". Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela aprovação. O Relator proferiu seu voto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado. 7 – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.464/14,** do Senado Federal (PDS 48/2014), que "aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2013". Relatora: Deputada Rebecca Garcia. Parecer: Pela aprovação. Retirado de pauta, de ofício**. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:** 8 – **PROJETO DE LEI Nº 7.750/10,** do Senado Federal, do Senador Papaléo Paes (PLS 545/2007), que " Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para atualizar a terminologia referente ao Registro Público de Empresas e Atividades Afins". (Apensado: PL 3492/2012 (Apensado: PL 4646/2012)) Relator: Deputado Renato Molling. Parecer: Pela aprovação deste, do PL 3492/2012 apensado, da Emenda n.º 3 ao SBT 1 CDEIC, com Substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2010 da CDEIC, da Emenda 2/2011 da CDEIC, da Emenda n.º 1 ao SBT 1 CDEIC, da Emenda n.º 2 ao SBT 1 CDEIC, da Emenda n.º 4 ao SBT 1 CDEIC, e do PL 4646/2012, apensado. Concedida vista ao Deputado Guilherme Campos**.** 10 – **PROJETO DE LEI Nº 2.691/11,** do Deputado Ricardo Izar, que "altera o parágrafo único do art. 32 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a oferta de componentes e peças de reposição por parte dos fabricantes e importadores". Explicação da ementa: Deverá ser mantida por período mínimo de seis vezes a garantia estipulada para o produto. Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela rejeição. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Guilherme Campos**.** 11 – **PROJETO DE LEI Nº 3.185/12,** do Deputado Salvador Zimbaldi, que determina a "proibição em todo Território Nacional de caixas de papelão, para embalar compras de supermercados, mercearias, açougues, bares, restaurantes, padarias ou qualquer estabelecimento comercial". Relator: Deputado Edson Pimenta. Parecer: Pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Ronaldo Zulke, em 05/12/2012. O Deputado Ronaldo Zulke apresentou voto em separado em 19/12/2012. Retirado de pauta, de ofício. 13 – **PROJETO DE LEI Nº 4.394/12**, do Deputado Manato, que "dispõe sobre instalação de aparelhos que impedem a partida do motor de caminhões, ônibus, vans, transporte escolar, táxis e outros assemelhados, quando o limite de álcool no hálito do motorista estiver acima do permitido por lei". (Apensado: PL 4829/2012). Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela rejeição deste, da Emenda 1, 2, 3 e 4/2012 da CDEIC, e do PL 4829/2012, apensado. Concedida vista ao Deputado Renato Molling**.** 14 – **PROJETO DE LEI Nº 7.133/10**, do Deputado Edmilson Valentim, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de carregadores de terminais de telefonia celular com interfaces e propriedades elétricas padronizadas". (Apensado: PL 7262/2010). Explicação da ementa: Altera a Lei nº 9.472, de 1997. Relator: Deputado Henrique Oliveira. Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 7262/2010, apensado. Retirado de pauta, de ofício**.** 15 – **PROJETO DE LEI Nº 5.587/13**, do Deputado Carlos Bezerra, que "acrescenta § 3º ao art. 81 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", com o objetivo de disciplinar a extensão da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida". Relator: Deputado Guilherme Campos. Parecer: Pela aprovação. Retirado de pauta pelo Relator**.** 16 – **PROJETO DE LEI Nº 3.007/11**, do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que "obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/M.F) à contratação de seguro de vida para seus empregados". Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela rejeição. O Relator proferiu seu voto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer foi aprovado. 17 – **PROJETO DE LEI Nº 3.847/12**, do Deputado Wilson Filho, que "institui a obrigatoriedade de as montadoras de veículos, por intermédio dos suas concessionárias ou importadoras, fornecerem carro reserva similar ao do cliente, no caso do automóvel ficar parado por mais de 48 horas por falta de peças originais ou impossibilidade de realização do serviço durante o prazo de garantia contratado". (Apensados: PL 5158/2013 e PL 6925/2013). Relator: Deputado Antonio Balhmann. Parecer: Pela aprovação deste, do PL 5158/2013, e do PL 6925/2013, apensados, com substitutivo. Retirado de pauta pelo Relator**.** 18 – **PROJETO DE LEI Nº 4.300/12,** do Deputado Assis Melo, que "dispõe sobre a atuação de nutricionista nos estabelecimentos que forneçam alimentação pronta para consumo humano e dá outras providências". Relator: Deputado Simplício Araújo. Parecer: Pela aprovação, com emenda. Retirado de pauta, de ofício**.** 19 – **PROJETO DE LEI Nº 4.586/12,** do Deputado Ricardo Izar, que "cria o Selo Nacional "Brasil sem Maus-Tratos"" Relator: Deputado Henrique Oliveira. Parecer: Pela aprovação deste, da Emenda de Relator 2, 4, 5, 6 e 7 da CMADS, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda de Relator 1 e 3 da CMADS. Retirado de pauta, de ofício**.** 20 – **PROJETO DE LEI Nº 4.673/12,** do Deputado Eliene Lima, que "dispõe sobre a previsão para que os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação sejam tributados progressivamente". Relator: Deputado Guilherme Campos.

Parecer: Pela aprovação. Retirado de pauta a requerimento do Deputado Antonio Balhmann**.** 23 – **PROJETO DE LEI Nº 5.176/13**, do Deputado Roberto Teixeira, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção, nos respectivos rótulos, do valor do pH dos produtos alimentícios comercializados na forma líquida". Relator: Deputado Mandetta. Parecer: Pela aprovação, com emenda. Retirado de pauta, de ofício**.** 24 – **PROJETO DE LEI Nº 7.020/13**, do Deputado Chico das Verduras, que "altera a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 – Lei do Sacoleiro, para incluir o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação de mercadorias procedentes da República Bolivariana da Venezuela". Relator: Deputado Otavio Leite. Parecer: Pela rejeição. Retirado de pauta, de ofício. 26 – **PROJETO DE LEI Nº 6.786/13**, do Deputado Henrique Oliveira, que "limita o percentual permitido do metal cádmio nas bijuterias, acessórios assemelhados e brinquedos". (Apensado: PL 6847/2013). Explicação da ementa: Limitado em até 0,03%. Relator: Deputado Mandetta. Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 6847/2013, apensado. Retirado de pauta, de ofício. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às onde horas e cinquenta e seis minutos, antes porém convocando os senhores membros para reunião deliberativa ordinária a ser realizada no dia cinco de novembro, às nove horas e trinta minutos, naquele mesmo plenário. Em seguida, o Presidente reiterou o convite aos senhores membros para o café da manhã de lançamento da publicação "Panorama da economia brasileira", a ser realizado na próxima quarta-feira, dia cinco de novembro, às nove horas, no 10º andar do anexo IV, antecedendo a reunião deliberativa. E, para constar, eu _____, Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Augusto Coutinho _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar seu arquivo documental.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 20ª Reunião, Ordinária Deliberativa, Realizada em 29 de Outubro de 2014

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Educação, no Anexo II, Plenário 10 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados: Glauber Braga – Presidente; Dr. Ubiali, Paulo Rubem Santiago e Lelo Coimbra – Vice-Presidentes; Alex Canziani, Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Artur Bruno, Átila Lira, Fátima Bezerra, Gustavo Petta, Izalci, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ságuas Moraes, Waldenor Pereira e Waldir Maranhão – Titulares; Ariosto Holanda, Esperidião Amin, Eurico Júnior, Iara Bernardi, Jorginho Mello, Júlio Delgado, Keiko Ota, Major Fábio, Mara Gabrilli, Margarida Salomão, Miriquinho Batista, Nilson Leitão, Osmar Serraglio, Oziel Oliveira, Paulo Freire, Rogério Peninha Mendonça, Thiago Peixoto, Valtenir Pereira e Zé Silva – Suplentes. Compareceram também os Deputados Felipe Maia e Jorge Boeira, não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Aline Corrêa, Dalva Figueiredo, Danilo Cabral, Eliene Lima, Francisco de Assis, Francisco Praciano, Gabriel Chalita, Gastão Vieira, José Augusto Maia, Manoel Salviano, Nilson Pinto, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Stepan Nercessian e Wilson Filho. Nos termos do artigo 44 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, justificaram suas ausências os Deputados Rogério Peninha Mendonça, nos dias dois e três de setembro e oito de outubro do corrente por estar cumprindo agenda político-partidária, na forma dos Ofícios nº 228 e 232/2014/GAB; Mara Gabrili, no dia três de setembro por compromissos partidários na forma de email enviado à Comissão; e Raul Henry, por motivo de participação em Missão Oficial da Casa no período de vinte e nove de outubro a três de novembro do corrente. O Presidente declarou abertos os trabalhos e, nos termos do inciso I do art. 50 do RI, submeteu a apreciação a Ata da décima nona reunião, ordinária deliberativa, realizada em dezesseis de julho do corrente. Foi dispensada a leitura atendendo ao pedido do Deputado Artur Bruno. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** O Presidente informou que estavam disponíveis na Secretaria da Comissão os expedientes recebidos no período de dezessete de julho a vinte e oito de outubro do corrente: Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados, Ofício 1ª Sec/RI/I/ nº 892/2014 – cópia do Aviso nº 930– da Casa Civil da Presidência da República, que remete expediente em resposta à Indicação nº 6181/14, de autoria da Comissão; Ofício 1ª Sec/RI/I/ nº 896/2014 – cópia do Aviso nº 340 – Da Casa Civil da Presidência da República, que remete expediente em resposta às Indicações nº 5611/13 e 6183/14, de autoria da Comissão; Aviso nº 1018-Seses-TCU-Plenário, do TCU, com cópia do Acórdão proferido pelo Plenário do TCU acompanhado do Relatório e do Voto, que trata de relatório de auditoria realizada no Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância; Reclamação sobre o financiamento estudantil – FIES, do cidadão Paulo Henrique Pinto, por meio do "fale com a Comissão"; Repúdio do cidadão Paulo Oliveira por meio do "fale com a Comissão" ao acordo feito entre a ABD e o CAU com relação ao PL 4692/12 que regulamenta a profissão de designer de interiores; Manifesto do Movimento Visibilidade Cegos Brasil com

propostas de alterações legislativas em benefícios dos deficientes visuais, relativas à educação, ao acesso de cargos públicos, à desoneração tributária na aquisição de bens e serviços, ao estabelecimento de sanções penais e administrativas pela prática de condutas atentatórias aos direitos dos deficientes e à inversão do ônus da prova no processo civil. Comunicou também as designações de relatoria do período. O presidente informou aos membros sobre a data de outorga do Prêmio Darcy Ribeiro que será dia dezoito de novembro, às dezesseis horas. Comunicou, também, sobre a instalação do painel eletrônico de presença e votação e acordou com os membros da Comissão que o horário de abertura do painel eletrônico para registro das presenças será trinta minutos antes do horário marcado para o início das reuniões. Solicitou aos deputados da Comissão que estejam relatando projetos com prazo vencido, tendo em vista a aproximação do fim da legislatura, que concluam e apresentem seus pareceres à Secretaria da Comissão, a fim de possibilitar a deliberação no ano corrente. Solicitou ainda aos membros da Comissão anuência para que a audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, sobre a competição WorldSkills de 2015, seja na quarta-feira, dia vinte e seis de novembro, às nove horas, com possibilidade de atrasar a Reunião Deliberativa daquele dia, ao que os membros concordaram. Por fim, informou que na reunião da próxima semana haverá uma exposição dos consultores sobre os prazos do acompanhamento das metas do PNE. **ORDEM DO DIA:** 1 – REQUERIMENTO Nº 390/14 – Do Sr. Ariosto Holanda – que "requer a realização de Audiência Pública sobre a educação sexual dos adolescentes". O autor defendeu o requerimento. Em votação foi aprovado o requerimento. 2 – REQUERIMENTO Nº 391/14 – Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende – que "requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura com a presença do Senhor Aléssio Trindade de Barros, Secretário de Educação Tecnológica do Ministério da Educação; Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Antonio Oliveira Santos, Presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Divonzir Arthur Gusso, economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA; e Claudio Moura e Castro, economista e especialista em educação, para discutir a criação do "Dia Nacional da Educação Profissional". A autora defendeu a aprovação do requerimento. Em votação foi aprovado o requerimento. Assumiu a presidência o Deputado Artur Bruno, nos termos do Art. 43 do RI. 3 – REQUERIMENTO Nº 392/14 – dos Srs. Glauber Braga e Jean Wyllys – que "requer a realização de audiência pública da Comissão de Educação em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família e com a Comissão de Legislação Participativa para debater a situação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho". Usou da palavra o deputado Glauber Braga para defender a aprovação do requerimento. Em votação foi aprovado o requerimento. Assumiu a presidência o Deputado Glauber Braga. 5 – PROJETO DE LEI Nº 3.734/12 – Do Poder Executivo – (PL 1937/2007) – que "disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências". (Apensados: PL 3461/2008, PL 7258/2010, PL 2161/2011 e PL 2723/2011). RELATOR: Deputado ARTUR BRUNO. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3461/2008, do PL 7258/2010, do PL 2161/2011, e do PL 2723/2011, apensados. O Deputado Izalci apresentou requerimento de retirada de pauta. Discutiram o requerimento os deputados Artur Bruno e Paulo Rubem Santiago. Em votação, o requerimento foi rejeitado. O Deputado Izalci pediu vista da matéria e o presidente a concedeu nos termos do inciso XVI do Art. 57 do RI. 6 – PROJETO DE LEI Nº 5.956/13 – Do Senado Federal – Anibal Diniz – (PLS 696/2011) – que "acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a universalização progressiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a todos os concluintes do ensino médio". RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Dr. Ubiali, em 07/05/2014. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende apresentou voto em separado em 28/05/2014. O relator, Deputado Waldenor Pereira, usou da palavra para defender seu parecer. Discutiram a matéria os Deputados: Professora Dorinha Seabra Resende, Waldenor Pereira, Ângelo Vanhoni. Em votação foi aprovado o parecer. Votou contrário a Deputada Professora Dorinha Seabra Resende. 7 – PROJETO DE LEI Nº 6.957/13 – Do Senado Federal – Renan Calheiros – (PLS 9/2010) – que "acrescenta art. 20-C à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para prever o incentivo da União à criação de programas de qualificação profissional no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando ao atendimento dos egressos da educação superior que especifica". RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela rejeição. O relator fez a leitura do seu parecer. Discutiu a matéria o Deputado Paulo Rubem Santiago. Em votação foi aprovado o parecer. 9 – PROJETO DE LEI Nº 5.797/09 – Do Sr. Felipe Maia – que "altera o art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e o art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor que os benefícios no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI são aplicáveis a cursos superiores presenciais ou à distância". (Apensado: PL 325/2011) RELATOR: Deputado PROFESSOR SETIMO. PARECER: pela

rejeição deste, e do PL 325/2011, apensado, com envio de Indicação ao Poder Executivo. Vista ao Deputado Artur Bruno, em 16/05/2012. A Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende apresentou voto em separado. Usaram da palavra os Deputados: Professora Dorinha Seabra Resende, Felipe Maia e Izalci. Tendo em vista a ausência do relator, o presidente retirou de pauta e informou que, conforme acordo anterior em plenário, designaria outro relator, no dia seguinte. Os Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende e Paulo Rubem Santiago demonstraram interesse pela relatoria. 10 – PROJETO DE LEI Nº 268/11 – Da Sra. Cida Borghetti – que "altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para permitir o estágio aos alunos dos anos finais do ensino fundamental regular, maiores de quatorze anos". (Apensado: PL 5104/2013) RELATOR: Deputado DR. UBIALI. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5104/2013, apensado. Vista ao Deputado Newton Lima, em 27/06/2012. O relator, Deputado Dr. Ubiali, usou da palavra para defender o parecer. Discutiram o Projeto os Deputados: Iara Bernardi, Professora Dorinha Seabra Rezende, Artur Bruno, Ságuas Moraes, Waldenor Pereira, Ângelo Vanhoni, Ariosto Holanda e Átila Lira. Em votação foi rejeitado o parecer do relator. O presidente designou Relator do vencedor o Deputado Ângelo Vanhoni que pediu prazo de uma reunião para apresentar o parecer vencedor. 11 – PROJETO DE LEI Nº 2.211/11 – Do Sr. Eduardo Cunha – que "altera a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências"". EXPLICACAO DA EMENTA: Visa suspender a cobrança do FIES, até que os graduados possam exercer sua profissão e ter meios de pagar o crédito. RELATOR: Deputado ARTUR BRUNO. PARECER: pela rejeição. O Deputado Izalci pediu vista da matéria e o presidente a concedeu nos termos do inciso XVI do Art. 57 do RI. 12 – PROJETO DE LEI Nº 4.692/12 – Do Sr. Ricardo Izar – que "dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão de designer de interiores e dá outras providências". RELATOR: Deputado IZALCI. PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: pela aprovação, na forma do substitutivo. O relator, Deputado Izalci, leu seu parecer e esclareceu as alterações incluídas. Discutiram o projeto os deputados: Átila Lira, Alice Portugal, Ariosto Holanda, Eurico Júnior. Em votação, o parecer aprovado. 13 – PROJETO DE LEI Nº 4.890/12 – Do Sr. Policarpo – que "autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no município de Cidade Ocidental – GO, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF, e dá outras providências". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela rejeição do PL 4890/2012 e envio de Indicação ao Poder Executivo. O relator fez a leitura do seu parecer e defendeu sua aprovação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o parecer. 14 – PROJETO DE LEI Nº 5.203/13 – Do Sr. Márcio Macêdo – que "altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima e à proteção da biodiversidade na Política Nacional de Educação Ambiental". RELATOR: Deputado EURICO JÚNIOR. PARECER: pela aprovação deste na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com 2 subemendas. O Deputado Eurico Júnior fez a leitura de seu parecer e defendeu sua aprovação. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o parecer. 15 – PROJETO DE LEI Nº 5.572/13 – Do Sr. André Figueiredo – que "autoriza o Poder Executivo a instituir campus da Universidade Federal do Ceará no Município de Itapipoca, Estado do Ceará". (Apensado: PL 6619/2013) RELATORA: Deputada IARA BERNARDI. PARECER: pela rejeição deste, do Substitutivo 1 da CTASP, e do PL 6619/2013, apensado. O Deputado Paulo Rubem Santiago apresentou requerimento de retirada de pauta. Em votação, foi aprovado o requerimento. 16 – PROJETO DE LEI Nº 6.512/13 – Do Sr. Geraldo Simões – que "autoriza o Poder Executivo a instituir campus da Universidade Federal do Sul da Bahia no Município de Gandu, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado THIAGO PEIXOTO. PARECER: pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo. O Deputado Thiago Peixoto usou da palavra para defender seu parecer. Não houve discussão. Em votação, foi aprovado o parecer. 17 – PROJETO DE LEI Nº 6.668/13 – Do Sr. Otavio Leite – que "acrescenta o art. 38-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre certificação, através do ENEM ou exame similar a critério de estado federado, para estudantes que concluem ensino médio pela modalidade de educação de jovens e adultos". RELATOR: Deputado ELIENE LIMA. PARECER: pela rejeição. (Avulso Nº 47) O Deputado Izalci apresentou requerimento de retirada de pauta. Em votação, foi aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou reunião deliberativa ordinária para a quarta-feira, cinco de novembro, às dez horas, para deliberar os itens constantes de pauta a ser divulgada. O Presidente encerrou a reunião às doze horas e trinta minutos. Para constar, eu, _____, Marcelo Brandão Lapa, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Glauber Braga, _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Sétima Reunião, Ordinária Deliberativa, Realizada em 29 de Outubro de 2014

Às onze horas e um minuto do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, no Anexo II, Plenário 15 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Domingos Neto, Presidente; Ademir Camilo, Vice-Presidente; Arnaldo Jordy, Mauro Benevides, Miriquinho Batista, Moreira Mendes, Nilson Leitão, Paulo Cesar Quartiero, Sebastião Bala Rocha e Zequinha Marinho, Titulares; Chico das Verduras, Domingos Dutra, Izalci, Lúcio Vale, Major Fábio e Pastor Eurico, Suplentes; Dr. Ubiali, não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Dudimar Paxiuba, Givaldo Carimbão, Gladson Cameli, Marcelo Castro, Nilson Pinto, Taumaturgo Lima, Urzeni Rocha, Weverton Rocha, Wilson Filho e Zé Geraldo, Titulares. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e colocou em apreciação a Ata da Reunião Deliberativa Ordinária realizada no dia 6 de agosto de 2014. O Deputado Ademir Camilo solicitou a dispensa da leitura da Ata, em virtude da distribuição de cópias aos presentes. Não havendo quem a quisesse discutir, a Ata foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente parabenizou os parlamentares presentes que obtiveram êxito eleitoral e registrou o papel do Parlamento como protagonista do processo da reforma política reclamada pelo País. Àqueles que, por diversas razões, não obtiveram o mesmo resultado, o Presidente declarou ser testemunha do trabalho sacrificado de cada um no âmbito da Comissão, objetivando a promoção do desenvolvimento regional, da integração nacional e da Amazônia. Na sequência, ele comunicou o recebimento dos seguintes documentos, cujas cópias poderiam ser solicitadas pelos interessados: Acórdão proferido pelo Plenário do TCU a respeito das concessões florestais federais, acompanhado das cópias do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentaram; Resolução nº 77/2014 do Conselho Deliberativo da Sudene, que aprovou o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no exercício de 2013; relatórios da Comissão de Acompanhamento da Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte referentes aos meses de julho e de setembro de 2014, assim como o informativo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte referente ao mês de setembro de 2014. Em seguida, o Presidente comunicou ter sido prorrogado até o final do dia o prazo para indicações ao Prêmio Cindra de Desenvolvimento Regional 2014, a ser realizado no próximo dia 25 de novembro, para agraciar com a Medalha Celso Furtado personalidades com destaque por sua contribuição para o desenvolvimento regional. **ORDEM DO DIA: A – REQUERIMENTOS: 1 – REQUERIMENTO Nº 496/2014** – Do Sr. Domingos Neto – "requer que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realize Seminário para tratar da Importância do Municipalismo para o Desenvolvimento Regional". A matéria foi comentada pelos Deputados Zequinha Marinho e Moreira Mendes. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **B – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO: PRIORIDADE: 2 – PROJETO DE LEI Nº 6.689/2009** – Do Senado Federal – Lúcia Vânia (PLS 303/2008) – que "dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), criado pelo § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências". Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de 1989, com redação dada pela Lei nº 10.177, de 2001, e pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, e revoga o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001. Relator: Deputado Paulo Wagner. Parecer: pela rejeição deste. Os Deputados Francisco Praciano e Nilson Leitão apresentaram votos em separado. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO**. **3 – PROJETO DE LEI Nº 6.575/2013** – Do Senado Federal – Mozarildo Cavalcanti (PLS 15/2011) – que "institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências". Relatora: Deputada Marinha Raupp. Parecer: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO DOMINGOS DUTRA**. **C – PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: PRIORIDADE**: **4 – PROJETO DE LEI Nº 3.571/2008** – Do Poder Executivo – que "dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dá outras providências". Explicação da Ementa: Estabelece que o CNPI substituirá a Comissão Nacional de Política Indigenista; será um órgão de composição paritária com representantes do Executivo, dos Povos e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas. Altera a Lei nº 5.371, de 1967, e revoga o Decreto-Lei nº 423, de 1969, que tratam sobre a FUNAI. Relator: Deputado Pastor Eurico. Parecer: pela rejeição. **VISTA AO DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA**. 5 – PROJETO DE LEI Nº 5.018/2013 – Do Senado Federal – Antonio Russo (PLS 238/2012) – que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências". (Apensados: PL 739/2011, PL 4.124/2012 e PL 5.846/2013). Relator: Deputado Nilson Leitão. PARECER: pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.018/2013 e dos PLs 5.846/2013 e 739/2011, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 4.124/2012, apensado. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA: 6 – PROJETO DE LEI Nº 2.336/2011** – Do Sr. Raul Lima – que "acrescenta o § 6º no art. 2º na Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004, com a finalidade de se estender a redução a 0 (zero) às alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para

o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a importação de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização nas Áreas de Livre Comércio de que tratam as Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, 8.210, de 19 de julho de 1991, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, por pessoa jurídica estabelecida nas áreas". Relatora: Deputada Marinha Raupp. Parecer: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **7 – PROJETO DE LEI Nº 5.831/2013** – Do Sr. Anselmo de Jesus – que "altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, para incluir as matérias-primas de origem animal e os bens finais de informática entre as mercadorias beneficiadas pelo regime especial e institui benefícios fiscais relativos às contribuições para o Pis/Pasep, Cofins, Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)". Relator: Deputado Moreira Mendes. Parecer: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **8 – PROJETO DE LEI Nº 7.300/2014** – Do Sr. Moreira Mendes – que "prorroga as vigências das Áreas de Livre Comércio de que tratam as Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, 8.210, de 19 de julho de 1991, 8.256, de 25 de novembro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 8.857, de 8 de março de 1994". Relator: Deputado Gladson Cameli. Parecer: pela aprovação. Discutiu a matéria o Deputado Moreira Mendes. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **9 – PROJETO DE LEI Nº 7.620/2014** – Do Sr. Akira Otsubo – que "cria Área de Livre Comércio no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Su,l e dá outras providências". RELATOR: Deputado PASTOR EURICO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **10 – PROJETO DE LEI Nº 409/2011** – Do Sr. Dr. Ubiali – que "modifica os arts. 7º, 9º, 16 e 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Autoriza os bancos cooperativos e as confederações de cooperativas de crédito a receberem recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. RELATOR: Deputado PAULO WAGNER. PARECER: pela rejeição deste. Vista ao Deputado Pastor Eurico, em 14/05/2014. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO**. **11 – PROJETO DE LEI Nº 7.752/2014** – Da Sra. Maria Lucia Prandi – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO ADEMIR CAMILO**. **12 – PROJETO DE LEI Nº 7.834/2014** – Do Sr. José Augusto Maia – que "dispõe sobre a criação de Zona Franca do Polo das Confecções, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado DOMINGOS NETO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER**. **13 – PROJETO DE LEI Nº 6.926/2010** – Do Sr. Ronaldo Caiado – que "dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de setembro de 1989. Relator: Deputado Dudimar Paxiuba. Parecer: pela aprovação deste e pela rejeição do Substitutivo 1 da CDU. Vista ao Deputado Paulo Cesar Quartiero, em 14/12/2011. Os Deputados Laurez Moreira e Glauber Braga apresentaram votos em separado. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO**. Alternaram-se na presidência dos trabalhos os Deputados Domingos Neto e Ademir Camilo. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. E, para constar, eu _____, Idelfonso Vidal Salmito, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. _____
Deputado Domingos Neto, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 17ª Reunião, Realizada em 29 de Outubro de 2014.

Às quinze horas e treze minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no Plenário 6, Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a presidência sucessiva dos Deputados Pauderney Avelino e Efraim Filho. A lista de presença registrou o comparecimento dos Deputados Pauderney Avelino – Presidente; Lincoln Portela, Weliton Prado e João Campos – Vice-Presidentes; Edson Santos, Efraim Filho, Enio Bacci, Keiko Ota, Otoniel Lima, Pastor Eurico e Rosane Ferreira – Titulares; Alexandre Leite, Guilherme Campos, Major Fábio, Onyx Lorenzoni, Osmar Terra, Sibá Machado e William Dib – Suplentes. Compareceram também os Deputados Claudio Cajado, Domingos Dutra e Policarpo, como não-membros. Deixaram de registrar presença os Deputados Delegado Protógenes, Fernando Francischini, Guilherme Mussi, José Augusto Maia, Junji Abe, Mendonça Prado, Pinto Itamaraty, Renato Simões e Sabino Castelo Branco. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação as atas das 15ª e 16ª Reuniões, cuja leitura foi dispensada por solicitação do Deputado Alexandre Leite. Em votação, as atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** O Deputado

Pauderney Avelino informou que a Comissão havia recebido as seguintes correspondências: do Deputado Mendonça Prado, apresentando escusa pela ausência na reunião do dia 27 de maio; da Deputada Rosane Ferreira, justificando sua ausência na reunião do dia 3 de junho; do Deputado Junji Abe, justificando a ausência no dia 3 de junho; da Liderança do PSD, justificando a ausência do Deputado Junji Abe na reunião do dia 13 de maio; e do Deputado Delegado Protógenes, justificando ausência no dia 14 de maio. Registrou ainda que, a partir daquela e das próximas reuniões, em virtude da instalação do painel eletrônico de presença e votação, este estaria disponível para registro de presença trinta minutos antes do horário marcado para o início dos trabalhos. **ORDEM DO DIA**. O Presidente informou haver sobre a Mesa requerimentos de preferência para os itens nºs 17, 18, 26, 29, 28, 22 23 e 21, os quais foram aprovados, mediante votação em globo. Sendo assim, anunciou o **PROJETO DE LEI Nº 2.210/11** – Do Sr. Andre Moura – que "acrescenta artigo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências". (Apensado: PL 3.784/12) EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Pune as torcidas organizadas por atos violentos, em razão de evento esportivo, em datas e locais distintos das partidas. RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO. PARECER: pela aprovação deste e do PL 3.784/12, apensado, com substitutivo. O relator proferiu a leitura do parecer, enfatizando a necessidade de alteração e aplicação do Estatuto, a fim de coibir a violência no esporte. Em discussão, o Deputado Lincoln Portela cumprimentou o autor e o relator pelos trabalhos realizados. Ressaltou a importância do tema e declarou ter apresentado Projeto de Resolução visando à criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar atos praticados por torcidas organizadas no Brasil, especialmente por envolver questões como o tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro. Lamentou, porém, que tal projeto estivesse tramitando há aproximadamente oito anos, sem apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, embora houvesse parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Submetido a votação, o parecer foi aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 3.860/12** – Do Sr. Gilmar Machado – que "esta Lei altera a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, definindo regras gerais para o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil". RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Com a palavra, o relator leu o parecer, destacando que, na sessão legislativa anterior, esta Comissão havia realizado audiência pública, além de reuniões com representantes da Casa Civil e outras instituições do País, com a finalidade de compartilhar experiências e discutir o assunto. O Deputado Pauderney Avelino parabenizou o relator pelo parecer e afirmou que a aprovação da matéria representaria um importante passo dado pela Comissão. Em votação, o parecer foi aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 5.756/13** – Do Sr. Fabio Trad – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Estabelece que o motorista preso em flagrante por contrabando ou descaminho terá suspenso o direito de dirigir e a carteira de motorista recolhida. RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO. PARECER: pela aprovação deste e da Emenda de Relator nº 1 da CVT. O relator proferiu a leitura do parecer que, submetido a discussão e votação, foi aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 6.788/13** – Do Sr. Leopoldo Meyer – que "regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha". RELATOR: Deputado EFRAIM FILHO. PARECER: pela aprovação. Lido pelo relator, o parecer foi aprovado, mediante discussão e votação. **PROJETO DE LEI Nº 6.631/13** – Do Sr. Wolney Queiroz – que "estabelece normas para a venda de substâncias inflamáveis em postos de combustíveis diretamente às pessoas, fora do tanque do veículo, e dá outras providências". RELATORA: Deputada KEIKO OTA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Diante da ausência momentânea da relatora, o projeto foi retirado de pauta.

PROJETO DE LEI Nº 5.459/13 – Do Sr. Major Fábio – que "dispõe sobre as ações a serem executadas na recuperação de veículos furtados ou roubados". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.503, de 1997. RELATOR: Deputado OTONIEL LIMA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Após a leitura pelo relator, o parecer foi aprovado, mediante discussão e votação. **PROJETO DE LEI Nº 5.616/13** – Do Sr. Andre Moura – que "fixa o piso salarial dos Guardas Municipais". RELATOR: Deputado LINCOLN PORTELA. PARECER: pela aprovação, com emenda. O relator proferiu a leitura do parecer, que foi aprovado, após discussão e votação. **PROJETO DE LEI Nº 5.390/13** – Da Sra. Andreia Zito – que "acrescenta o inciso XII ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências". RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE. PARECER: pela rejeição. O Deputado Alessandro Molon apresentou voto em separado em 21/8/13. O Deputado Otoniel Lima apresentou requerimento de retirada de pauta, que foi aprovado. Em seguida, foi retomada a ordem preestabelecida pela pauta, sendo anunciado o **REQUERIMENTO Nº 332/14** – Do Sr. Fernando Francischini e outros – que "solicita realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) para debater a viabilidade política, jurídica, econômica e constitucional da federalização da Segurança Pública; e a criação do Ministério da Segurança Pública". O Deputado Otoniel Lima subscreveu o requerimento e ressaltou a importância de se criar o Ministério. Ao final, sugeriu a participação da Associação

Nacional dos Procuradores da República e do Ministério Público Federal no debate. O Deputado Pastor Eurico, outro subscritor da proposta, defendeu que a audiência ocorresse ainda nesta sessão legislativa. O Presidente, porém, informou que, em razão da pouca disponibilidade de tempo, a reunião seria provavelmente realizada no ano seguinte. Logo após, o Deputado Domingos Dutra, coautor do requerimento, reforçou a ideia de realização da audiência em conjunto com a CDMH, uma vez que o tema da segurança é um dos que mais preocupam a sociedade brasileira. Lamentou que, apesar do alto nível de violência no País, o assunto não tivesse sido devidamente abordado durante a última eleição presidencial. Em relação aos convidados, sugeriu fossem também ouvidos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça. Em votação, o requerimento foi aprovado com a inclusão dos seguintes convidados: Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Ministério da Justiça e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **REQUERIMENTO Nº 333/14** – Do Sr. Renato Simões – que "requer que seja convidado para explicações em Audiência Pública perante esta Comissão, o Sr. Mauro Ricardo Costa – servidor público federal, atualmente, exercendo o cargo de Secretário da Fazenda de Salvador/BA, para prestar informações sobre grupo criminoso preso e composto de servidores públicos". Diante da ausência do autor, o requerimento foi retirado de pauta. **REQUERIMENTO Nº 341/14** – Do Sr. Osmar Terra – que "requer seja convocado o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos sobre o recorde do Brasil, no número de homicídios registrados". Com a palavra, o autor solicitou que a proposta de convocação fosse transformada em convite ao Ministro. Enfatizou a gravidade nos índices de homicídios, destacando que a falta de segurança está diretamente relacionada à questão das drogas. Afirmou ainda a necessidade de mobilização nacional e um plano de emergência por parte do Governo Federal, já que provavelmente os números de 2014 serão maiores que os de 2013. Por fim, afirmou que outras autoridades poderiam ser ouvidas no sentido de contribuir com o debate. O Deputado Otoniel Lima cumprimentou o autor pela iniciativa, destacando sua preocupação com o aumento de homicídios de policiais em serviço. Sugeriu, então, que na mesma audiência fossem ouvidos os Secretários de Segurança Pública dos Estados onde há maior índice de violência. O Deputado Lincoln Portela considerou bastante oportuno o convite ao Ministro. Afirmou ser grave a situação da segurança e lamentou que o Governo Federal não estivesse dando a devida atenção ao assunto, apesar do avanço em relação aos indicadores sociais. Mencionou também questões como as mortes no trânsito, a impunidade e a violência nas fronteiras do País, ressaltando que esta poderia ser atenuada por meio da regulamentação da lei que institui o adicional de fronteiras. O Deputado Efraim Filho declarou que o País se encontra sob verdadeira desordem e reiterou a importância de se ouvir o Ministro da Justiça. Observou a falta de respeito pelos profissionais da área de segurança e o receio que a violência tem causado aos investidores internacionais. Ao final, afirmou ter sido equivocada a retirada de tramitação, pelo Governo, do projeto de lei que instituía o Sistema Único de Segurança Pública e estava sob apreciação desta Casa Legislativa. Com a palavra, o Deputado Sibá Machado considerou o tema preocupante e afirmou que a segurança deveria ser uma responsabilidade dos governos estaduais. Declarou, no entanto, que o Governo Federal estaria preparando uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC, com o objetivo de tornar mais ativa sua participação nesse setor. Em seguida, o Deputado Pauderney Avelino lembrou que o Ministro da Justiça havia agendado encontro nesta Comissão desde o semestre passado, antes de se iniciar a campanha eleitoral, mas não comparecera. Por outro lado, ressaltou que havia recebido a visita dos Secretários de Segurança Pública dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, os quais haviam apresentado contribuições acerca dos temas mais urgentes, a serem apreciados pelo Congresso Nacional, no âmbito da segurança pública. Sugeriu, portanto, que as citadas autoridades fossem também ouvidas na audiência pública em questão. Nesse mesmo sentido, o Deputado Osmar Terra propôs a inclusão do Secretário Nacional de Drogas como convidado. O Deputado Pastor Eurico ponderou que, diante da presença do Ministro da Justiça, não haveria tempo suficiente para a participação de todos os convidados em um mesmo encontro. O Deputado Sibá Machado concordou com esse posicionamento, sugerindo que os demais nomes citados fossem ouvidos em outra oportunidade. O Presidente solicitou, então, que o Deputado Sibá Machado fizesse contato com o Ministro da Justiça, a fim de viabilizar a audiência o mais breve possível. A Deputada Keiko Ota também se manifestou favorável à reunião com o Ministro, tendo como principal intuito a cobrança de ações efetivas no combate à violência. Em votação, o requerimento foi aprovado, com a transformação da convocação em convite ao Ministro José Eduardo Cardozo. **REQUERIMENTO Nº 342/14** – Do Sr. Lincoln Portela – que "requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para debater a redução da maioridade penal". Ao defender sua proposta, o autor sustentou a necessidade de revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, observando que existem diversos projetos em tramitação nesta Casa Legislativa sobre o assunto. Rechaçou a ideia de que jovens de dezessete anos sejam simplesmente tratados como vítimas, pois agem com base na certeza da impunidade. Afirmou que não se pode mais esperar vontade

política em relação ao assunto, que exige medidas efetivas. Por fim, recomendou que também participasse da audiência um representante do Ministério Público Federal. Em votação, o requerimento foi aprovado, com a alteração proposta pelo autor. **REQUERIMENTO**

Nº 343/14 – dos Srs. Renato Simões e Sibá Machado – que "requer que seja realizada Audiência Publica perante esta Comissão, para debater e tratar sobre a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)". O Deputado Sibá Machado subscreveu e defendeu o requerimento, que foi aprovado, mediante votação. **REQUERIMENTO Nº 344/14** – dos Srs. Lincoln Portela e Gorete Pereira – que "requer a realização de Audiência Pública para debater a grave situação do sistema carcerário brasileiro". O autor leu o requerimento e reiterou a gravidade da situação do sistema carcerário no País. Em votação, o requerimento foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 345/14** – dos Srs. Osmar Terra e Fábio Trad – que "solicita realização de Audiência Pública para debater os renitentes casos de suicídio que tem ocorrido nas diversas carreiras policiais". Em face da ausência dos autores, o requerimento foi retirado de pauta. **REQUERIMENTO Nº 346/14** – Do Sr. Alexandre Leite – que "solicita a realização de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a fim de serem discutidas denúncias veiculadas pela Revista Veja nº 2385, de 6 agosto de 2014, de que haveria uma atuação indevida junto às comissões de inquérito em curso no Congresso Nacional – que apuram denúncias de corrupção na Petrobras S.A. de forma a frustrar as investigações em curso, sendo convocado o Ministro das Relações Institucionais, Sr. Ricardo José Ribeiro Berzoini, e convidados os Srs. Paulo André Argenta, assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; Marcos Rogério de Souza, assessor da Liderança do Governo no Senado; Carlos Des Essarts Hetzel, assessor da Liderança do PT no Senado; José Eduardo Sobral Barrocas, gerente do Gabinete da Presidência da Petrobras em Brasília; Bruno Ferreira, advogado da Petrobras; e Leonan Calderaro Filho, Chefe do Departamento Jurídico da Petrobras em Brasília". O Deputado Alexandre Leite apresentou requerimento de retirada de pauta, que foi aprovado. **REQUERIMENTO Nº 347/14** – Do Sr. Onyx Lorenzoni – que "solicita a realização de Audiência Pública, com a finalidade de esclarecer as razões da negativa da nomeação de novecentos e cinquenta e um aprovados no Concurso Público para o Cargo de Policial Rodoviário Federal 2013, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e suas consequências na operacionalidade da Policia Rodoviária Federal". O requerimento foi retirado de pauta, em face da ausência momentânea do autor. **PROJETO DE LEI Nº 3.468/12** – Do Sr. Claudio Cajado – que "revoga os incisos I e III do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Revoga dispositivos que autorizam a saída temporária do preso, também conhecida como "saidão". RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE. PARECER: pela aprovação. Vista à Deputada Dalva Figueiredo, em 13/6/12. A Deputada Dalva Figueiredo apresentou voto em separado em 26/6/12. Adiada a votação por 5 sessões a requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, em 10/4/13. Após ser lido pelo relator, o parecer foi submetido a discussão e votação, sendo aprovado. Na sequência, foi dada a palavra ao Deputado Claudio Cajado, autor do projeto, que cumprimentou o relator pelo trabalho realizado. Ato contínuo, foi anunciado o **PROJETO DE LEI Nº 6.100/13** – Do Sr. Onyx Lorenzoni – que "dá nova redação ao art. 173 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), autorizando a autoridade policial a lavrar auto de apreensão, apreender produtos ou instrumentos da infração e requisitar exames ou perícia em caso de flagrante ou circunstâncias que apontem de forma inquestionável a autoria de ato infracional contra a incolumidade, a saúde e a paz pública". RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE. PARECER: pela aprovação. O relator leu o parecer, que foi aprovado, após discussão e votação. **PROJETO DE LEI Nº 6.433/13** – Do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos – que "altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e da outras providências". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Pretende dar mais efetividade à proteção da mulher vítima de violência doméstica, no sentido de possibilitar que a autoridade policial tenha acesso aos processos judiciais e às medidas protetivas já deferidas judicialmente, haja vista que somente assim poderá, fora do horário de expediente forense, verificar se o agressor está incorrendo em transgressão a medidas protetivas, e, por consequência, praticando crime como desobediência, autorizando a sua prisão em flagrante. RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS. PARECER: pela aprovação, com duas emendas. Vista conjunta aos Deputados Guilherme Campos e Renato Simões, em 2/4/14. Tendo em vista a ausência momentânea do relator, o projeto foi retirado de pauta. **PROJETO DE LEI Nº 4.136/12** – Do Senado Federal – Humberto Costa – (PLS 162/2011) – que "institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária". RELATOR: Deputado FERNANDO FRANCISCHINI. PARECER: pela aprovação. O projeto foi retirado de pauta, em face da ausência do relator. **PROJETO DE LEI Nº 8.018/10** – Do Sr. Jair Bolsonaro – que "altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM". RELATOR: Deputado FERNANDO FRANCISCHINI. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Alexandre Leite, em 6/7/2011. Os Deputados Edio Lopes e Alexandre Leite apresentaram votos em separado. Diante da ausência do relator, o projeto foi retirado de pau-

ta. Por ser autor do item seguinte, o Deputado Pauderney Avelino passou a presidência ao Deputado Efraim Filho, que anunciou o **PROJETO DE LEI Nº 1.819/11** – Do Sr. Pauderney Avelino – que "estabelece condições para cumprimento de pena privativa de liberdade em hospitais-presídios". RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista conjunta aos Deputados João Campos e Lourival Mendes, em 28/3/12. O relator leu o parecer que, submetido a discussão e votação, foi aprovado. Logo após, foi concedida a palavra ao Deputado João Campos, que parabenizou o autor e o relator pelo resultado alcançado. Em seguida, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos, colocando sob apreciação o **PROJETO DE LEI Nº 2.046/11** – Da Sra. Iracema Portella – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar de medidas preventivas ao uso de drogas". RELATORA: Deputada ROSANE FERREIRA. PARECER: pela aprovação. O parecer foi lido pela relatora. Em discussão, o Deputado João Campos manifestou-se a favor da matéria, enfatizando a necessidade de implementação de políticas públicas no sentido de conter o avanço do uso de drogas. Observou ainda que a prevenção deve prevalecer sobre a repressão, especialmente com a participação de escolas, igreja e família. Em, votação, o parecer foi aprovado. **PROJETO DE LEI Nº 4.314/12** – Do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "revoga o inciso XIV, do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998". RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE. PARECER: pela aprovação. O relator proferiu a leitura do parecer. Logo após, o Deputado João Campos solicitou vista, que lhe foi concedida. **PROJETO DE LEI Nº 5.343/13** – Da Sra. Flávia Morais – que "altera a redação do § 3º do art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a inserção de um chip de identificação em todas as armas de fogo comercializadas no Brasil". RELATOR: Deputado OTAVIO LEITE. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O projeto foi retirado de pauta, em face da ausência do relator. **PROJETO DE LEI Nº 5.618/13** – Do Sr. Erivelton Santana – que "autoriza o Poder Executivo a transformar em Projeto de Estado o programa denominado Fé na Prevenção". RELATOR: Deputado PASTOR EURICO. PARECER: pela aprovação. Em razão da ausência momentânea do relator, o projeto foi retirado de pauta. **PROJETO DE LEI Nº 5.742/13** – Do Sr. Guilherme Mussi – que "aplica sanções à pessoa jurídica de direito privado em cujos estabelecimentos sejam praticados a prostituição e o tráfico de pessoas". RELATOR: Deputado GUILHERME CAMPOS. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Alessandro Molon, em 27/11/13. O Deputado Alessandro Molon apresentou voto em separado em 11/12/13. Com a palavra, o relator leu o parecer. Em discussão, o Deputado João Campos manifestou seu apoio à matéria. Após votação, o parecer foi aprovado. Em seguida, o Presidente ponderou que, em razão do baixo quórum presencial em Plenário naquele momento, não seria prudente prosseguirem na deliberação dos demais itens da pauta. Assim, deixaram de ser deliberados os **Projetos de Lei nºs 6.050/13**, **7.018/13, 7.192/14** e **7.321/14**. **ENCERRAMENTO**: O Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos. Antes, porém, convocou reunião ordinária para o dia 5 de novembro, quarta-feira, às quatorze horas, no Plenário 6, para deliberação de proposições constantes em pauta a ser divulgada. E, para constar, eu, Ricardo Menezes Perpétuo _____, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Pauderney Avelino _____ e pelo Deputado Efraim Filho _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

DESIGNAÇÕES

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Abelardo Camarinha

TVR Nº 793/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 370, de 28 de agosto de 2012, que autoriza a Associação de Rádio Difusão Comunitária Harmonia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 830/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 294, de 27 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Som das Águas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curitiba, Estado do Paraná".

TVR Nº 865/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 247, de 07 de agosto de 2013, que autoriza à Associação Cultural Guarujá

a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 904/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 171, de 20 de junho de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Manituba de Quixeramobim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quixeramobim, Estado do Ceará".

Ao Deputado Ariosto Holanda

TVR Nº 815/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 241, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação de Comunicação Social de Fernandes Pinheiro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná".

TVR Nº 852/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 428, de 05 de outubro de 2012, que autoriza à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Maravilhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maravilhas, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 889/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 172, de 20 de junho de 2013, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de São José da Mata, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campina Grande, Estado da Paraíba".

Ao Deputado Arolde de Oliveira

TVR Nº 802/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 97, de 19 de abril de 2013, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Tobias Barreto – ARACOTOB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe".

TVR Nº 839/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 265, de 28 de agosto de 2012, que autoriza a à Associação Comunitária de Cultura e Informação Pauiniense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pauiní, Estado do Amazonas".

TVR Nº 874/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 288, de 27 de setembro de 2013, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Iraquara a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iraquara, Estado da Bahia".

TVR Nº 909/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 238, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Cultural de Divino a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Divino, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Benjamin Maranhão

TVR Nº 820/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 258, de 28 de agosto de 2013, que autoriza a Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba – Zona Sul a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo".

TVR Nº 857/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 98, de 19 de abril de 2013, que autoriza à Associação de Serviço de Radiodifusão Cultural Comunitária do Bairro Santa Maria II a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 895/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 522, de 27 de dezembro de 2012, que autoriza o Instituto Silver de Referência da Assistência Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José da Lapa , Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Beto Mansur

TVR Nº 818/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 245, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação de Comunicação Social de Pedras Altas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 855/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10, de 01 de fevereiro de 2013, que autoriza à Associação de Moradores

do Bairro Piçarra Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nazaré do Piauí, Estado do Piauí".

TVR Nº 892/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 498, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Nova Colina – ACENCO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sobradinho, Distrito Federal".

Ao Deputado Bilac Pinto

TVR Nº 784/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes- ASCOMAR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aroazes, Estado do Piauí".

TVR Nº 822/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 262, de 28 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Tocosmojiense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tocos do Moji, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 859/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 166, de 20 de junho de 2013, que autoriza à Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de São Luiz Gonzaga a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 897/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 90, de 12 de abril de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Cultural 13 de Setembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mercedes, Estado do Paraná".

Ao Deputado Bonifácio de Andrada

TVR Nº 799/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 456, de 08 de novembro de 2012, que autoriza a Associação de Moradores do Bairro das Indústrias a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiaí, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 836/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 167, de 21 de março de 2012, que autoriza à Associação Comunitária Resgate da Misericórdia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 871/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 283, de 27 de setembro de 2013, que autoriza à Associação Bom Jesus de Comunicação e Cultura – ABJDCC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins".

Ao Deputado Bruno Araújo

TVR Nº 800/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 500, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Baixio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baixio, Estado do Ceará".

TVR Nº 837/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 172, de 21 de março de 2012, que autoriza à Associação Comunitária Escola Viva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 872/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 284, de 27 de setembro de 2013, que autoriza à Associação de Pequenos Produtores de Tocantínia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tocantínia, Estado do Tocantins".

Ao Deputado Camilo Cola

TVR Nº 794/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 374, de 28 de agosto de 2012, que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro".

TVR Nº 831/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 296, de 27 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Cidade de

Santos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santos, Estado de São Paulo".

TVR Nº 866/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 248, de 07 de agosto de 2013, que autoriza à Associação Guzolandense de Radiodifusão Comunitária – AGRACOM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guzolândia, Estado de São Paulo".

Ao Deputado Chico das Verduras

TVR Nº 821/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 259, de 28 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo".

TVR Nº 858/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 153, de 06 de junho de 2013, que autoriza à Associação Comunitária São Miguel de Quixeramobim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quixeramobim, Estado do Ceará".

TVR Nº 896/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 25, de 08 de março de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Minuano de Sarandi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul".

Coordenação de Comissões Permanentes – DECOM – P_5741

CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

Ao Deputado Emiliano José

TVR Nº 788/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 267, de 06 de junho de 2012, que autoriza a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maracajú, Estado do Mato Grosso do Sul".

TVR Nº 823/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 263, de 28 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Panamá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Panamá, Estado de Goiás".

TVR Nº 860/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 168, de 20 de junho de 2013, que autoriza à Associação de Radiofônica Comunitária Stilus FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angatuba, Estado de São Paulo".

TVR Nº 898/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 92, de 12 de abril de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Santos Dumont a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Goiânia, Estado de Goiás".

Ao Deputado Henrique Oliveira

TVR Nº 795/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 427, de 5 de outubro de 2012, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Interativa FM de Arraial do Cabo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro".

TVR Nº 832/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 128, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza à Associação dos Amigos e Produtores Rurais de Caxingó – AAPRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caxingó, Estado do Piauí".

TVR Nº 867/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 249, de 07 de agosto de 2013, que autoriza à Associação Comunitária de Difusão Chapada da Natividade – ACDDCDN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Chapada da Natividade, Estado do Tocantins".

TVR Nº 905/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 202, de 10 de julho de 2013, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaguari, Estado de Goiás".

À Deputada Iara Bernardi

TVR Nº 789/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 268, de 06 de junho de 2012, que autoriza a Associação de Radiodifusão Jovem FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins".

TVR Nº 825/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 281, de 25 de setembro de 2013, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de José de Freitas, Estado do Piauí".

TVR Nº 861/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 204, de 10 de julho de 2013, que autoriza à Associação Comunitária de Ponto dos Volantes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 899/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 133, de 15 de maio de 2013, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Montauri a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Montauri, Estado do Rio Grande do Sul".

Ao Deputado Jorge Bittar

TVR Nº 790/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 276, de 06 de junho de 2012, que autoriza a Associação Cultural Mulher da Sombrinha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Catende, Estado de Pernambuco".

TVR Nº 827/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 291, de 27 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Rádio Serra Verde FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Quente, Estado de Goiás".

TVR Nº 862/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 207, de 10 de julho de 2013, que autoriza à Associação Garibaldense de Cultura – AGC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 901/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 143, de 24 de maio de 2013, que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Comunitária Aliança Educadora FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Aliança, Estado de São Paulo".

Ao Deputado Jorge Tadeu Mudalen

TVR Nº 809/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 169, de 20 de junho de 2013, que autoriza a Associação de Radiodifusão e Cultura de Cana Brava a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Minaçu, Estado de Goiás".

TVR Nº 845/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 343, de 11 de julho de 2012, que autoriza à Associação Cultural e de Comunicação Flor do Cerrado a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 880/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 433, de 05 de outubro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária de Apoio à Cultura de São José do Peixe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Peixe , Estado do Piauí".

Ao Deputado Júlio Campos

TVR Nº 812/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 236, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Braúnas Novo Horizonte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Braúnas, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 848/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 373, de 28 de agosto de 2012, que autoriza à Associação Cultural Radiofônica e Comunitária de Betim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Betim, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 883/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 523, de 27 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Pinhal Grande a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pinhal Grande , Estado do Rio Grande do Sul".

À Deputada Luiza Erundina

TVR Nº 810/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 170, de 20 de junho de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Junqueiro, Estado de Alagoas".

TVR Nº 846/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 344, de 11 de julho de 2012, que autoriza a à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba".

TVR Nº 881/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 435, de 05 de outubro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social de Dois Lajeados – ACODL a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dois Lajeados , Estado do Rio Grande do Sul".

Ao Deputado Marçal Filho

TVR Nº 783/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cidade Alta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 796/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 432, de 05 de outubro de 2012, que autoriza a Associação Iraiense de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Irai, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 833/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 17, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Augusto Correia, Estado do Pará".

TVR Nº 868/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 250, de 07 de agosto de 2013, que autoriza à Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão – ADCPDJ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lizarda, Estado do Tocantins".

TVR Nº 906/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 203, de 10 de julho de 2013, que autoriza a Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salesópolis, Estado de São Paulo".

À Deputada Margarida Salomão

TVR Nº 791/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 297, de 27 de setembro de 2012, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Presidente Epitácio FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo".

TVR Nº 828/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 292, de 27 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Curraldentense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 863/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 235, de 07 de agosto de 2013, que autoriza à Associação Cultural de Monte Azul a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Azul, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 884/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 89, de 12 de abril de 2013, que autoriza a Associação Cultural de Mansidão – ASCM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mansidão, Estado da Bahia".

TVR Nº 888/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 152, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Malhada, Estado da Bahia".

TVR Nº 902/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 151, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação Amigos de Primavera III a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 910/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 311, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buritirama, Estado da Bahia".

Ao Deputado Miriquinho Batista

TVR Nº 819/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 246, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Agronômica a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Agronômica, Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 856/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 91, de 12 de abril de 2013, que autoriza à Associação de Moradores do Distrito de Colorado do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 894/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 501, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Alto Paraíso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alto Paraíso, Estado do Paraná".

Ao Deputado Missionário José Olimpio

TVR Nº 807/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 150, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação Cultural de Comunicação dos Artistas do Vale do Araguaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 844/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 282, de 06 de junho de 2012, que autoriza à Centro de Apoio Social Amigos da Solidariedade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro".

TVR Nº 878/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 283, de 06 de junho de 2012, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Saquarema a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro".

Ao Deputado Newton Lima

TVR Nº 792/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 317, de 03 de julho de 2012, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco – ACRMB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ilha Grande, Estado do Piauí".

TVR Nº 829/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 293, de 27 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Angical a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Massapê do Piauí, Estado do Piauí".

TVR Nº 864/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 243, de 07 de agosto de 2013, que autoriza à Associação de Pais, Alunos e Mestres de Santa Luzia – Touros/RN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte".

TVR Nº 903/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 165, de 20 de junho de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Campina da Lagoa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná".

Ao Deputado Oziel Oliveira

TVR Nº 787/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 264, de 28 de agosto de 2012, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé – ARMA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angical, Estado da Bahia".

TVR Nº 806/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 146, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Comunitária da Região Leste de Foz do Iguaçu – PR a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná".

TVR Nº 824/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 280, de 25 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural de Riacho de Santana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Riacho de Santana, Estado da Bahia".

TVR Nº 826/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 290, de 27 de setembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária dos Comunicadores Local e Moradores de Campo Alegre de Lourdes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Alegre de Lourdes , Estado da Bahia".

Ao Deputado Paulo Abi-Ackel

TVR Nº 890/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 237, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Educativa de Turvolândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Turvolândia, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Paulo Bornhausen

TVR Nº 811/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 206, de 10 de julho de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Amigos da Campina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 847/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 372, de 28 de agosto de 2012, que autoriza à União Comunitária Recreativa Aloandense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aloândia, Estado de Goiás".

TVR Nº 882/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 519, de 27 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Gararu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Gararu , Estado de Sergipe".

Ao Deputado Ratinho Junior

TVR Nº 817/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 244, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão São José do Hortêncio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Hortêncio, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 854/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 431, de 05 de outubro de 2012, que autoriza à Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Imaruí, Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 893/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 499, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibaretama – ARCI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibaretama, Estado do Ceará".

Ao Deputado Rodrigo Garcia

TVR Nº 785/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 67, de 10 de fevereiro de 2012, que autoriza a Associação e Rádio Comunitária Amigos Bairro dos Prados Satélite a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Peruíbe, Estado de São Paulo".

TVR Nº 813/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 239, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Rádio Comu-

nitária Rio Volta FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí".

TVR Nº 850/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 384, de 28 de agosto de 2012, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária de Bagre – ARCB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bagre, Estado do Pará".

TVR Nº 885/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 147, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Modelo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Modelo, Estado de Santa Catarina".

Ao Deputado Rogério Peninha Mendonça

TVR Nº 797/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 434, de 05 de outubro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 834/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 38, de 20 de janeiro de 2012, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária de São José Inhacorá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão comunitária no município de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 870/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 261, de 28 de agosto de 2013, que autoriza à Associação Professor Heitor Nunes da Matta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guanhães, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 900/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 136, de 17 de maio de 2013, que autoriza a Associação Cultural Amigos de Benedito Novo – ASCABEN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina".

Ao Deputado Ruy Carneiro

TVR Nº 801/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 26, de 08 de março de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Angiquinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas".

TVR Nº 838/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 178, de 27 de março de 2012, que autoriza à Associação Comunitária de Rádio Difusão de Riacho dos Machados a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 873/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 287, de 27 de setembro de 2013, que autoriza à Associação Comunitária de Radiodifusão de Feira da Mata a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Feira da Mata, Estado da Bahia".

TVR Nº 908/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 210, de 16 de julho de 2013, que autoriza o Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril Ex-Castanheiras e Adjacências a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Sabino Castelo Branco

TVR Nº 803/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 99, de 19 de abril de 2013, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Ribeirãozinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirãozinho, Estado do Mato Grosso".

TVR Nº 840/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 270, de 06 de junho de 2012, que autoriza a à Associação Timboteuense de Radiodifusão Comunitária – ATRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Timboteua, Estado do Pará".

TVR Nº 875/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 289, de 27 de setembro de 2013, que autoriza ao Instituto de Desen-

volvimento do Vale do Jaguaripe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município Muniz Ferreira, Estado da Bahia".

Ao Deputado Salvador Zimbaldi

TVR Nº 798/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 455, de 08 de novembro de 2012, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Hulha Negra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 835/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 118, de 02 de março de 2012, que autoriza a Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Nova Viçosa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão comunitária no município de Nova Viçosa, Estado da Bahia".

TVR Nº 869/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 260, de 28 de agosto de 2013, que autoriza à Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM de Iraceminha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iraceminha, Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 907/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 205, de 10 de julho de 2013, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Som das Termas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina".

Ao Deputado Sandes Júnior

TVR Nº 808/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 167, de 20 de junho de 2013, que autoriza a Rádio Comunitária do Sana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro".

TVR Nº 843/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 280, de 06 de junho de 2012, que autoriza à Associação de Radiodifusão Comunitária Aracy a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Carlos, Estado de São Paulo".

TVR Nº 879/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 429, de 05 de outubro de 2012, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educacional de Trombudo Central a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Trombudo Central , Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 911/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 313, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Juazeirinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Conceição do Coité, Estado da Bahia".

Ao Deputado Sandro Alex

TVR Nº 782/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 524, de 06 de dezembro de 2011, que autoriza a Associação Cultural de Cruzeiro do Sul Paraná – ACCS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná".

TVR Nº 786/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 243, de 30 de abril de 2012, que autoriza a Associação Padroeira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná".

TVR Nº 851/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 385, de 28 de agosto de 2012, que autoriza à Associação Comunitária Cultural e Educacional São Vendelino – ACCEVS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 887/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 149, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação da Cidade de Luislândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luislândia, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Silas Câmara

TVR Nº 804/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 100, de 19 de abril de 2013, que autoriza a Associação de Rádio Comu-

nitária Aliança FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 841/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 275, de 06 de junho de 2012, que autoriza à Associação Comunitária Rádio Itati a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itati, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 876/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 295, de 27 de setembro de 2013, que autoriza à Organização Ecológica Cultural Corimbataí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piracicaba, Estado de São Paulo".

Ao Deputado Thiago Peixoto

TVR Nº 805/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 144, de 24 de maio de 2013, que autoriza a Associação Jacuizinhense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jacuizinho, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 842/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 278, de 06 de junho de 2012, que autoriza à Associação Retiro Velho Radiodifusão de Piedade do Rio Grande a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 877/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1058, de 23 de dezembro de 2008, que autoriza a Associação Cultural do Bairro do Jeremias a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campina Grande , Estado da Paraíba".

Ao Deputado Wladimir Costa

TVR Nº 814/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 240, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Caiana – ARCC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caiana, Estado de Minas Gerais".

TVR Nº 849/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 375, de 28 de agosto de 2012, que autoriza à Associação Cultural e Recreativa da Comunidade Iacriense – ACRECI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Iacri, Estado de São Paulo".

TVR Nº 886/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 148, de 06 de junho de 2013, que autoriza a Associação São José do Herval a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José do Herval , Estado do Rio Grande do Sul".

Ao Deputado Wolney Queiroz

TVR Nº 816/14 – Do Poder Executivo – (MSC 218/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 242, de 07 de agosto de 2013, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Miracema, Estado do Rio de Janeiro".

TVR Nº 853/14 – Do Poder Executivo – (MSC 215/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 430, de 05 de outubro de 2012, que autoriza à Associação de Comunicação e Cultura da Comunidade de Marília a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Marília, Estado de São Paulo".

TVR Nº 891/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 398, de 24 de julho de 2007, que autoriza a Associação América Artística e Cultural de Uberaba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais".

Sala da Comissão, 3 de setembro de 2014. – **Ricardo Tripoli,** Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Bilac Pinto

TVR Nº 924/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2014, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina".

Ao Deputado Bonifácio de Andrada

TVR Nº 926/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 37, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária Estação FM de Radiodifusão de Itagimirim, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itagimirim, Estado da Bahia".

À Deputada Luiza Erundina

TVR Nº 915/14 – Do Poder Executivo – (MSC 252/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 426, de 05 de outubro de 2012, que outorga permissão ao Sistema Terra de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Francisco do Guaporé , Estado de Rondônia".

TVR Nº 929/14 – Do Poder Executivo – (MSC 255/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de agosto de 2014, que outorga concessão à Matrix Radiodifusão e Telecomunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul".

À Deputada Margarida Salomão

TVR Nº 912/14 – Do Poder Executivo – (MSC 252/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 233, de 30 de abril de 2012, que outorga permissão à Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul".

TVR Nº 925/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 24, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Centenário do Sul, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Centenário do Sul , Estado do Paraná".

Ao Deputado Oziel Oliveira

TVR Nº 884/14 – Do Poder Executivo – (MSC 216/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 89, de 12 de abril de 2013, que autoriza a Associação Cultural de Mansidão – ASCM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mansidão, Estado da Bahia".

TVR Nº 910/14 – Do Poder Executivo – (MSC 217/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 311, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural da Cidade de Buritirama a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buritirama, Estado da Bahia".

Ao Deputado Ratinho Junior

TVR Nº 922/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 347, de 11 de dezembro de 2013, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Rádio Comunitária de Juazeiro do Piauí – ADECORAJ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Juazeiro do Piauí, Estado do Piauí".

Ao Deputado Rodrigo Garcia

TVR Nº 916/14 – Do Poder Executivo – (MSC 252/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 215, de 18 de julho de 2013, que outorga permissão à Rede Brasil de Radiodifusão Limitada para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe".

Ao Deputado Sandro Alex

TVR Nº 918/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 279, de 06 de junho de 2012, que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura Maravilha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Silas Câmara

TVR Nº 913/14 – Do Poder Executivo – (MSC 252/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 381, de 28 de agosto de 2012, que outorga permissão à Rádio Alto Vale

Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lontras, Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 923/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 8, de 23 de janeiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais".

Ao Deputado Thiago Peixoto

TVR Nº 914/14 – Do Poder Executivo – (MSC 252/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 383, de 28 de agosto de 2012, que outorga permissão à Gonçalves Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ilhota, Estado de Santa Catarina".

TVR Nº 927/14 – Do Poder Executivo – (MSC 254/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 53, de 21 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária Pedro Machado de Guaiúba, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaiúba, Estado do Ceará".

TVR Nº 930/14 – Do Poder Executivo – (MSC 255/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de agosto de 2014, que outorga concessão à Fundação Antônio Gomes dos Santos para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte".

Ao Deputado Wladimir Costa

TVR Nº 917/14 – Do Poder Executivo – (MSC 253/2014) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 55, de 03 de fevereiro de 2012, que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Cambuí Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambuí, Estado de Minas Gerais".

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2014. – **Ricardo Tripoli,** Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Alessandro Molon

PROJETO DE LEI Nº 7.447/10 – Do Sr. Luiz Alberto – que "estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais".

Ao Deputado Arnaldo Faria de Sá

PROJETO DE LEI Nº 5.756/13 – Do Sr. Fabio Trad – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Ao Deputado Arthur Oliveira Maia

PROJETO DE LEI Nº 4.181/12 – Do Sr. Sandro Mabel – que "denomina "Rodovia Abadio Pereira Cardoso" o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e GO-174, no Estado de Goiás".

Ao Deputado Chico Alencar

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 276/13 – Do Sr. Leonardo Gadelha – que "estabelece os termos e as condições para convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Revisional dedicada, exclusivamente, à revisão dos dispositivos constitucionais que tratam das regras de representação política".

Ao Deputado Efraim Filho

PROJETO DE LEI Nº 3.468/12 – Do Sr. Claudio Cajado – que "revoga os incisos I e III do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal".

Ao Deputado Esperidião Amin

PROJETO DE LEI Nº 6.330/13 – Do Sr. Afonso Hamm – que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a recomposição das Áreas de Preservação Permanente com o plantio de espécies frutíferas de valor econômico e dentro dos critérios e exigências estabelecidos".

PROJETO DE LEI Nº 7.693/14 – Do Sr. Laercio Oliveira – que "altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985".

Ao Deputado Gonzaga Patriota

PROJETO DE LEI Nº 5.805/13 – Do Sr. Lincoln Portela – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir as guardas municipais no Sistema Nacional de Trânsito".

Ao Deputado Jose Stédile

PROJETO DE LEI Nº 5.722/13 – Do Sr. Beto Albuquerque – que "altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que "dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início", para que os exames sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias".

Ao Deputado Onyx Lorenzoni

PROJETO DE LEI Nº 3.764/12 – Do Sr. Ricardo Izar – que "dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, Pet Shops e estabelecimentos congênitos e a produção em embalagens apropriadas para tal fim".

Ao Deputado Osmar Serraglio

PROJETO DE LEI Nº 6.515/13 – Da Sra. Dalva Figueiredo – que "altera o art. 10 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, que versa sobre atividade de garimpagem".

À Deputada Rosane Ferreira

PROJETO DE LEI Nº 990/03 – Do Sr. Edson Duarte e outros – que "revoga o art. 27 da Lei nº 6.453, de 1977, extinguindo a pena de reclusão para quem se manifesta contra atividades nucleares".

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2014. – **Vicente Candido,** Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a seguinte designação de relatoria:

Ao Deputado Aureo

PROJETO DE LEI Nº 6.395/2013 – Do Sr. Fabio Reis – que "altera o art. 7º-A da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, acrescido pela Lei nº 9.791 de 24 de março de 1999 para incluir as concessionárias e permissionárias da União e dos Municípios dentre os obrigados a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolha do vencimento de seus débitos". (Apensado: PL 6874/2013)

Ao Deputado César Halum

PROJETO DE LEI Nº 7.579/2014 – Do Sr. Rogério Carvalho – que "altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para dispor sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e incluir na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED a fixação e ajustes de preços do setor".

Ao Deputado Chico Lopes

PROJETO DE LEI Nº 7.700/10 – Do Sr. Vieira da Cunha – que "institui a obrigatoriedade de auditoria externa, independente e periódica, em entidades certificadoras que criem, promovam, concedam ou distribuam certificações ambientais, selos de qualidade, selos verdes ou congêneres, a ser realizada por entidades acreditadoras".

PROJETO DE LEI Nº 7.574/14 – Do Sr. Vanderlei Macris – que "dispõe sobre a devolução da quantia paga pelo ingresso, em caso de cancelamento, adiamento ou atraso no início de espetáculo, acontecimento, apresentação ou congênere".

PROJETO DE LEI Nº 7.586/14 – Do Sr. Jorge Tadeu Mudalen – que "dispõe sobre a normatização das feiras livres espalhadas em todo o país quanto à disposição dos produtos, conservação, identificação, informação quanto à origem, e sistema de produção agro ecológico ou convencional e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 7.713/14 – Do Sr. Eleuses Paiva – que "acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código do Consumidor – para fazer constar, nas embalagens de inaladores de medicamentos, o número de doses que restam".

Ao Deputado Eli Correa Filho

PROJETO DE LEI Nº 1.837/11 – Do Sr. Márcio Macêdo – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de rotulagem adequada dos produtos que contenham ativos da biodiversidade brasileira ou do conhecimento tradicional a ela associado".

Ao Deputado Eros Biondini

PROJETO DE LEI Nº 7.583/14 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "obriga a que os produtos importados comercializados tragam informações a respeito da submissão às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal".

Ao Deputado Márcio Marinho

PROJETO DE LEI Nº 5.929/13 – Do Sr. Vander Loubet – que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 9.472, de16 de julho de 1997, para determinar a divulgação de informações que instruam análise de reajuste ou revisão de tarifas de serviço público".

Ao Deputado Ricardo Izar

PROJETO DE LEI Nº 4.477/12 – Do Sr. Wellington Fagundes – que "altera a redação do art. 44 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a finalidade de disciplinar a divulgação de reclamações contra fornecedores em cadastros públicos mantidos pelos órgãos públicos de defesa do consumidor".

PROJETO DE LEI Nº 7.953/14 – Do Sr. Sergio Zveiter – que "proíbe a cobrança de consumação mínima em bares, restaurantes, boates, casas noturnas e congêneres, e dá outras providências".

Ao Deputado Sérgio Brito

PROJETO DE LEI Nº 1.232/11 – Do Sr. João Arruda – que "disciplina a venda eletrônica coletiva de produtos e serviços através de sítios na internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas". (Apensados: PL 1933/2011, PL 3405/2012 e PL 3463/2012)

PROJETO DE LEI Nº 3.140/12 – Do Sr. Romero Rodrigues – que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelecendo sanções para as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal em caso de cobrança indevida ou suspensão injustificada do serviço".

PROJETO DE LEI Nº 4.883/12 – Do Senado Federal – Humberto Costa – (PLS 66/2012) – que "obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário".

Ao Deputado Weliton Prado

PROJETO DE LEI Nº 6.254/13 – Da Sra. Sandra Rosado – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos que vendem alimentos, sejam estes processados, preparados ou "in natura", a exibirem, em local de fácil visualização, o alvará sanitário emitido pela autoridade sanitária estadual ou municipal".

Ao Deputado Wolney Queiroz

PROJETO DE LEI Nº 7.391/14 – Do Sr. Severino Ninho – que "acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 5º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor , com a finalidade de proteger o consumidor, ao disciplinar a diferença de preços verificados nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais". (Apensados: PL 7751/2014 e PL 7821/2014)

PROJETO DE LEI Nº 7.576/14 – Do Sr. Carlos Bezerra – que "acrescenta dispositivos à Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para estabelecer a obrigatoriedade de informação das condições que especifica ao consumidor de produtos orgânicos".

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2014. – Deputado **Sérgio Brito,** Presidente.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, as seguintes designações de relatoria:

Ao Deputado Guilherme Campos

PROJETO DE LEI Nº 6.698/13 – Do Senado Federal – Paulo Bauer – (PLS 96/2012) – que "altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aperfeiçoar a disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada e para permitir a constituição de sociedade limitada unipessoal".

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 184/14 – Do Sr. Mendonça Filho – que "propõe que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize e avalie as contas e operações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS".

Ao Deputado Henrique Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 7.736/14 – Do Sr. Mendonça Filho – que "altera o § 10. do art. 87 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para estender o benefício do crédito presumido a que se refere a todos os setores econômicos".

Ao Deputado João Maia

PROJETO DE LEI Nº 7.691/14 – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.668, de 2008".

Ao Deputado Laercio Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 6.508/13 – Do Sr. Dimas Fabiano – que "que dispõe sobre a gratuidade de estacionamentos em clínicas, hospitais e centros de saúde públicos e privados em todo território nacional, por 120 minutos para embarque, desembarque, visitação de pacientes, acompanhantes e demais".

Ao Deputado Marco Tebaldi

PROJETO DE LEI Nº 7.664/14 – Do Sr. Simão Sessim – que "altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 1998".

Ao Deputado Pedro Eugênio

PROJETO DE LEI Nº 7.719/14 – Do Sr. Rubens Bueno – que "altera a legislação tributária facultando que as mercadorias vendidas com fim específico de exportação sejam enviadas às empresas exportadoras ou às zonas alfandegárias".

Ao Deputado Valdivino de Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 7.318/14 – Da Sra. Rosane Ferreira – que "dispõe sobre a vedação ao comércio, importação e exportação de marfim".

Sala da Comissão, 16 de julho de 2014. – Deputado **Augusto Coutinho,** Presidente.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Laercio Oliveira

PROJETO DE LEI Nº 4.300/12 – Do Sr. Assis Melo – que "dispõe sobre a atuação de nutricionista nos estabelecimentos que forneçam alimentação pronta para consumo humano e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 4.586/12 – Do Sr. Ricardo Izar – que "cria o Selo Nacional "Brasil sem Maus-Tratos""

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.464/14 – Do Senado Federal – (PDS 48/2014) – que "aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2013".

Ao Deputado Ronaldo Zulke

PROJETO DE LEI Nº 7.133/10 – Do Sr. Edmilson Valentim – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de carregadores de terminais de telefonia celular com interfaces e propriedades elétricas padronizadas". (Apensado: PL 7262/2010)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.412/13 – Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – (MSC 52/2013) – que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011".

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2014. – **Augusto Coutinho,** Presidente.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

Ao Deputado Jhonatan de Jesus

PROJETO DE LEI Nº 3.007/11 – Do Sr. Aguinaldo Ribeiro – que "obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/M.F – à contratação de seguro de vida para seus empregados".

Ao Deputado Zeca Dirceu

PROJETO DE LEI Nº 7.841/14 – Do Senado Federal – Roberto Requião – (PLS 399/2011) – que "altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras". (Apensados: PL 7723/2010 e PL 3052/2011 (Apensado: PL 3845/2012 (Apensados: PL 5620/2013, PL 6102/2013 e PL 7281/2014)))

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2014. – **Amauri Teixeira,** Presidente.

PARECERES

DESPACHO DO PRESIDENTE

PUBLICAÇÃO DE PARECER DE COMISSÃO

PL 4848-A/2012 – CDEIC
PDC 1412-B/2013 – CDEIC

PRESIDÊNCIA/SGM

Publique-se.
Em 5-11-14. – **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.848-A, DE 2012

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Acrescenta o § 8º ao art. 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para determinar a nulidade de ato que importe na diluição injustificada da participação dos antigos acionistas; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela rejeição (relator: DEP. ANTONIO BALHMANN).
DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).
APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.848, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, pretende modificar a Lei nº 6.404, de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas, de forma a alterar dispositivo que trata da diluição injustificada da participação de acionistas no capital dessas sociedades.

Mais especificamente, pretende-se criar novo § 8º ao art. 170 da Lei das SAs de forma a estabelecer a nulidade de ato que importe na diluição injustificada da participação dos acionistas. Destaca-se que o § 1º do mesmo artigo já veda a diluição injustificada da participação dos acionistas, muito embora não torne nulo o ato que contrarie essa determinação.

Nesse sentido, na justificação da proposição o autor aponta que, comprovada a estipulação de preço de emissão dolosa ou culposamente equivocado, ocorrerá diluição injustificada de ações, mas não a nulidade do ato, restando aos sócios prejudicados manejar ação judicial de perdas e danos.

Por sua vez, defende o autor que um ato que viole de tal forma a legislação societária não poderia prevalecer, de maneira que seja expressamente estabelecida a nulidade dos atos deliberativos de precificação de ações que, no processo de aumento de capital por subscrição, tenham redundado em diluição injustificada da participação de acionistas.

O projeto, que tramita em regime ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva e foi distribuído às comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

Ii – Voto do Relator

A proposição em análise pretende estabelecer a nulidade de ato que importe na diluição injustificada da participação de acionistas no capital de sociedades anônimas.

Para discorrer sobre o tema, é importante esclarecer que, atualmente, a Lei das Sociedades Anônimas já estabelece, por meio de seu art. 170, § 1º, que, na emissão de novas ações, o preço de emissão deverá ser fixado tendo em vista: (i) a perspectiva de rentabilidade da companhia; (ii) o valor do patrimônio líquido da ação; e (iii) a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições do mercado.

O referido dispositivo torna claro que essa diretriz é estipulada de modo a evitar a diluição injustificada da participação dos acionistas, ainda que esses acionistas tenham direito de preferência para subscrever as ações emitidas.

A lógica para essa determinação da Lei das SAs está relacionada ao fato de que a estipulação de um preço irreal na oferta de novas ações poderá prejudicar a aquisição desses papéis pelos acionistas existentes no momento da emissão. Dessa forma, a concretização da transação nesse preço irreal teria o efeito de, mediante a colocação dessas novas ações, diluir de forma injustificada a participação de acionistas – que nesse momento passam a ser referidos como "antigos acionistas" – no capital da sociedade.

Todavia, a Lei das SAs não determina que, sendo verificada a diluição injustificada de ações, o ato seja tornado nulo. Ao contrário, restará ao acionista prejudicado ajuizar ação de perdas e danos, de forma a obter ressarcimento.

Analisando a questão, parece-nos ser razoável que a solução continue a ocorrer por meio de ação de perdas e danos, e não pela nulidade do ato. O motivo para esse nosso entendimento está relacionado ao fato de que, na emissão de novas ações, pode-se ter urgência na obtenção de recursos necessários ao funcionamento do negócio, ao mesmo tempo em que exista escassez de informações sobre o real valor de mercado da empresa.

Afinal, pode haver uma situação na qual as ações tenham sido objeto de escassas negociações por um longo período de tempo, ao mesmo tempo em que o valor patrimonial registrado contabilmente não reflita as perspectivas futuras da empresa, as quais podem resultar em um valor justo substancialmente diverso do registro contábil.

Desse modo, a incerteza no momento da emissão quanto ao valor correto a ser estipulado para cada ação poderá ser convertido em significativo risco jurídico caso a regra de nulidade que ora se propõe seja efetivada. Afinal, o adquirente das novas ações, após ter pago o valor estabelecido, poderá ser subitamente, em momento futuro – que pode ser substancialmente distante do momento da emissão – ser surpreendido com a nulidade do negócio.

Todavia, nessa hipótese serão nulos não apenas a própria emissão, mas todos os atos porventura decorrentes do adquirente atingido pela decisão de nulidade, fato que poderia tumultuar sobremaneira as atividades empresariais, eventualmente acarretando até mesmo o risco de descontinuidade do negócio.

Sobre o tema, importa destacar a manifestação constante do Recurso Especial nº 1.190.755 – RJ, apreciado no Superior Tribunal de Justiça, no qual o Exmo. Ministro relator destaca, em seu voto[1], que:

> *... dada a natureza da norma insculpida no art. 170, § 1º, da LSA, a sua não observância na fixação do preço de emissão da ação ou a escolha de critério diferente, na hipótese de aumento de capital, não acoima o ato deliberativo de nulo, mesmo porque o dispositivo não prevê tal consequência.*
> *A suposta má escolha do critério de fixação do preço de emissão das ações, se comprovada, poderá ensejar hipótese de responsabilidade civil dos controladores, que se resolve em perdas e danos, e não em declaração de nulidade de assembleia (art. 117).*
> [...]
> *Ademais, como bem salientou o acórdão recorrido, a pretensão autoral choca-se com o princípio da preservação da empresa, pois a anulação da deliberação assemblear inviabilizaria o próprio funcionamento da Companhia, além de causar imensuráveis transtornos aos demais acionistas e a terceiros.*
> *Não fosse isso bastante, é bem de ver que o acórdão recorrido reconheceu que o aumento de capital se fazia necessário e urgente* [...]

Enfim, são esses, essencialmente, os motivos pelos quais manifestamo-nos pela manutenção das atuais regras estabelecidas pela Lei das SAs.

Assim, ante o exposto, em que pesem as nobres intenções do autor, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.848, de 2012.

Sala da Comissão, em 11 de junho de 2014. – Deputado **Antonio Balhmann,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 4.848/2012, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Balhmann.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

1 Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1072456&nreg=201000708118&dt=20110801&formato=HTML>. Acesso em mai.2014.

Augusto Coutinho – Presidente, Sebastião Bala Rocha – Vice-Presidente, Antonio Balhmann, Mendonça Filho, Rebecca Garcia, Renato Molling, Ronaldo Zulke, Afonso Florence, Guilherme Campos, Laercio Oliveira, Luiz Nishimori, Mandetta, Marco Tebaldi e Osmar Terra.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2014. – Deputado **Augusto Coutinho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.412-B, DE 2013
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)
Mensagem nº 52/13
Aviso nº 135/13 – C. Civil

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011; tendo parecer: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação (relator: DEP. RONALDO ZULKE); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO DO PLENÁRIO

Publicação do Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo nº 1.412/13, oriundo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, aprova, em seu art. 1º, o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011. O parágrafo único do mesmo artigo estipula, ainda, que ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. A proposta em tela resulta do exame, por aquela douta Comissão, da Mensagem nº 52/2013 do Poder Executivo, encaminhada ao Congresso Nacional em 19/02/13.

O **Artigo I** do Acordo preconiza que as Partes contribuirão para desenvolver e expandir a cooperação econômica bilateral em bases mutuamente vantajosas. O **Artigo II** prevê que as Partes envidarão esforços para desenvolver a cooperação econômica bilateral em bases amplas, particularmente nas áreas especificadas no Anexo 1 do Acordo. Por seu turno, o **Artigo III** estabelece que as Partes desenvolverão e expandirão a cooperação econômica bilateral mediante a implementação das medidas especificadas no Anexo 2 do Acordo.

O Artigo seguinte estipula que as Partes estabelecerão uma Comissão Intergovernamental Búlgaro-Brasileira de Cooperação Econômica, com tarefas e regras de procedimento especificadas no Anexo 3 deste Acordo. Pela letra do **Artigo V,** o Acordo em tela não afetará direitos e obrigações das Partes derivados de outros acordos internacionais aos quais estejam vinculadas ou de participação na União Europeia, no caso da República da Bulgária, ou em organizações internacionais. Ademais, especifica que as disposições do Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros e o Mercado Comum do Sul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15/12/95, e do Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, assinado em Brasília, em 29/06/92, prevalecerão sobre os assuntos tratados e regulados também pelo Acordo sob exame.

Já o **Artigo VI** determina que qualquer controvérsia relacionada à interpretação ou à implementação do Acordo serão solucionadas mediante consultas entre as Partes, por via diplomática. Por sua vez, o **Artigo VII** preconiza que o Acordo em pauta poderá ser modificado mediante consentimento mútuo entre as Partes, por via diplomática. Por seu turno, o **Artigo VIII** determina que os Anexos e Protocolos do Acordo em tela serão parte integral do mesmo. Por fim, o **Artigo IX** prevê a entrada em vigor do Acordo na data da última notificação por escrito pela qual uma Parte informe à outra, por via diplomática, que cumpriu os requisitos legais para a entrada em vigor, permanecendo em vigor por tempo indeterminado. Preconiza, ainda que, com a entrada em vigor deste Acordo, o Acordo sobre Cooperação Comercial e Econômica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bulgária, assinado em Brasília em 13/09/93, será extinto. Finalmente,

qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciar este Acordo, tendo a denúncia terá efeito 90 dias após a data da notificação.

O Anexo nº 1 especifica as áreas de cooperação econômica, ao passo que o Anexo nº 2 apresenta as Medidas para Expandir e Intensificar a Cooperação Econômica e o Anexo nº 3 enumera as atividades, a estrutura e os regulamentos da Comissão Intergovernamental Búlgaro-Brasileira de Cooperação Econômica.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 00214/2012 MRE MDIC, de 05/07/12, assinada pelos Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, destaca que o Acordo em questão corresponde, em linhas gerais, a convênio econômico-comercial padrão que o Brasil celebra com diversos países para promover as relações econômicas e comerciais bilaterais. Assinala que o principal dispositivo do Acordo em tela é o que trata da criação da Comissão Intergovernamental Búlgaro-Brasileira de Cooperação Econômica. Ressalta que, ao constituir moldura institucional que estrutura as relações bilaterais na área, o novo mecanismo contribuirá para a dinamização do comércio e dos investimentos entre agentes econômicos dos dois países. Argumenta, por fim, que, do ponto de vista político, a assinatura do Acordo em pauta representa o desejo de elevação do patamar das relações bilaterais e, mais especificamente, de aprimoramento de sua base jurídica e institucional.

Em 27/11/13, a Mensagem nº 52/2013 do Poder Executivo foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo ora sob exame. A proposição foi distribuída em 02/12/13 à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tramitando em regime de urgência. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi nomeado para a Relatoria o ínclito Deputado Félix Mendonça Júnior, cujo parecer concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição sob exame, tendo seu parecer sido aprovado por unanimidade na reunião de 12/03/14 daquele Colegiado.

Tendo-se encaminhado a matéria para nosso Colegiado em 05/12/13, foi inicialmente designada Relatora, em 11/12/13, a ilustre Deputada Perpétua Almeida. Posteriormente, recebemos, em 30/04/14, a honrosa incumbência de relatar a matéria.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Acordo em tela dá seguimento à estratégia de nossa política de comércio exterior de buscar a criação de oportunidades empresariais e de novas formas de cooperação econômica e tecnológica com outros países. Com efeito, a expansão do comércio entre as nações e os blocos econômicos é, sem dúvida, a maior esperança de retomada do crescimento mundial.

Com relação ao Acordo em exame, deve-se registrar que a Bulgária é país-membro da União Europeia desde 2007. O país tem uma área de 112 mil quilômetros quadrados, correspondendo a 1,3% da do Brasil e conta com uma população de 7,3 milhões de habitantes, cerca de 3,7% da nossa. A economia búlgara cresceu 0,59%, em termos reais, em 2012 e 0,86%, também em termos reais, no ano passado, com o PIB atingindo US$ 53 bilhões, pela taxa de câmbio de mercado, e US$ 105 bilhões, pelo conceito de paridade do poder de compra, equivalentes a 0,12% do PIB mundial. Por seu turno, o PIB *per capita* situou-se em 2013 na casa dos US$ 14.500, em termos de paridade do poder de compra. O país apresentou no ano passado deflação (0,85%), endividamento público sob controle (dívida pública bruta de 17,6% do PIB), taxa de desemprego elevada (13,0%) e uma razoável taxa de investimento de 20,9% do PIB, contando com um saldo do balanço de pagamentos em conta-corrente estimado em 2,1% do PIB[2]. O cuidado na condução da política econômica manifesta-se, inclusive, na prudência para a adoção do euro, que não tem um prazo previsto, permitindo às autoridades búlgaras contar até lá com graus adicionais de liberdade para sua política monetária.

Cabe notar, entretanto, que o pujante comércio exterior búlgaro – com corrente de comércio de bens e serviços na casa de impressionantes 137% do PIB do país no acumulado de 2013 – padece de desconfortável dependência dos mercados dos países vizinhos. Grande parte das exportações – com predominância de derivados de petróleo, cobre refinado e bruto, medicamentos, sementes de girassol, vestuário, calçados e maquinário industrial – destinou-se a outras nações da Europa, especialmente para Alemanha, Itália, Turquia, Romênia e Bélgica-Luxemburgo. Por seu turno, as importações provieram, em sua maioria, da Rússia, Alemanha, Romênia,

2 Informações obtidas na base de dados da publicação "World Economic Outlook" de abril de 2014, editada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Itália e Grécia, com destaque para petróleo cru, minério de cobre, medicamentos, máquinas, matérias-primas, produtos químicos e combustíveis. Por este motivo, é razoável supor que a Bulgária tenha interesse em diversificar os destinos de suas exportações e as origens de suas importações. Trata-se de bom momento, portanto, para que o Brasil procure ampliar seu intercâmbio de comércio com aquela nação.

A situação atual do intercâmbio comercial entre os dois países, aliás, dá ideia do quanto se pode avançar. Em 2013, de acordo com informações oficiais do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior, as exportações brasileiras para a Bulgária só atingiram US$ 218,6 milhões, menos de um milésimo do total de US$ 242,2 bilhões de nossas exportações totais. De outra parte, importamos no ano passado irrisórios US$ 32,9 milhões da Bulgária, quase nada quando comparados a nossas importações totais, que somaram US$ 239,6 bilhões. Tais valores são, claramente, incompatíveis com a importância econômica das duas nações.

Por sua vez, as medidas de estímulo à cooperação econômica entre os dois países contidas no Acordo sob exame são de grande interesse para o Brasil, na medida em que figuramos, atualmente, como exportadores de produtos primários para a Bulgária e de importadores de produtos industrializados daquele país. De fato, mais de 92% do valor de nossas vendas à Bulgária em 2013 provieram de minérios de cobre (78,6% do total), café solúvel e em grão e fumo, ao passo que praticamente a totalidade de nossas importações daquela nação referiu-se, no ano passado, a máquinas e equipamentos diversos. Assim, o cenário atual do comércio entre os dois países reflete o potencial existente de aproveitamento, pelo Brasil, da inserção do parque industrial daquele país no mercado da União Europeia. A celebração deste Acordo, em nossa opinião, apresenta-nos, portanto, a possibilidade de somar esforços com o setor industrial da Bulgária, permitindo, eventualmente, aperfeiçoar nossa produção e diversificar nossa pauta exportadora para uma das mais ricas e avançadas regiões do planeta.

Temos, assim, a convicção de que a vigência do Acordo em pauta atende aos melhores interesses do País.

Pelos motivos expostos, votamos pela **aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.412, de 2013**.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2013. – Deputado **Ronaldo Zulke,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.412/2013, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ronaldo Zulke.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Augusto Coutinho – Presidente, Aureo e Sebastião Bala Rocha – Vice-Presidentes, Devanir Ribeiro, Ronaldo Zulke, Afonso Florence, Guilherme Campos, Jorge Boeira, Luiz Nishimori, Mandetta, Marco Tebaldi, Otavio Leite e Simplício Araújo.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2014. – Deputado **Augusto Coutinho,** Presidente.

SEÇÃO II

PORTARIAS DA PRIMEIRA SECRETARIA

PORTARIA Nº 54, DE 2014

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **WALTER LUIZ DE OLIVEIRA FILIPPETTI** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS / ABIMAQ.**

Câmara dos Deputados, 29 de setembro de 2014. – Deputado **MARCIO BITTAR,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 55, DE 2014

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento do Senhor **EDUARDO RIBEIRO GALVÃO** como Representante do **SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS / SINDIMAQ.**

Câmara dos Deputados, 29 de setembro de 2014. – Deputado **Marcio Bittar,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 56, DE 2014

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar a Senhora **TARCIANA MARIA DE ASSIS RIBEIRO XAVIER** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR / ABRAPP.**

Câmara dos Deputados, 29 de setembro de 2014. – Deputado **Marcio Bittar,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 57, DE 2014

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **NAUÊ BERNARDO PINHEIRO DE AZEVEDO** como Representante da **ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS DO SETOR ELETROELETRÔNICO DE BASE TECNOLÓGICA NACIONAL / P&D BRASIL.**

Câmara dos Deputados, 29 de setembro de 2014. – Deputado **Marcio Bittar,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 58, DE 2014

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **JOÃO CAMILO JÚNIOR** como Representante da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO / ABRATEL.**

Câmara dos Deputados, 31 de outubro de 2014. – Deputado **Marcio Bittar,** Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 59, DE 2014

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Credenciar o Senhor **CARLOS AUGUSTO CUNHA NETO** como Representante da **CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO/CBIC.**

Câmara dos Deputados, 31 de outubro de 2014. – Deputado **Marcio Bittar,** Primeiro-Secretário.

MESA DIRETORA

Presidente:
HENRIQUE EDUARDO ALVES - PMDB - RN

1º Vice-Presidente:
ARLINDO CHINAGLIA - PT - SP

2º Vice-Presidente:
FÁBIO FARIA - PSD - RN

1º Secretário:
MARCIO BITTAR - PSDB - AC

2º Secretário:
SIMÃO SESSIM - PP - RJ

3º Secretário:
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - PR - AL

4º Secretário:
BIFFI - PT - MS

1º Suplente de Secretário:
GONZAGA PATRIOTA - PSB - PE

2º Suplente de Secretário:
WOLNEY QUEIROZ - PDT - PE

3º Suplente de Secretário:
VITOR PENIDO - DEM - MG

4º Suplente de Secretário:
TAKAYAMA - PSC - PR

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo
Líder: HENRIQUE FONTANA
Vice-Líderes:
Osmar Serraglio, Luciano Castro, Alex Canziani, José Guimarães, Waldir Maranhão, Hugo Leal e Rebecca Garcia.

Liderança da Minoria
Líder: DOMINGOS SÁVIO
Vice-Líderes:
Laercio Oliveira, Luiz Pitiman, Felipe Maia, Sandro Alex e Alexandre Leite.

PT
Líder: VICENTINHO
Vice-Líderes:
Alessandro Molon, Artur Bruno, Carlos Zarattini, Dalva Figueiredo, Décio Lima, Iriny Lopes, Edson Santos, Francisco Chagas, Geraldo Simões, Leonardo Monteiro, Nelson Pellegrino, Padre Ton, Paulo Pimenta, Paulo Teixeira, Sibá Machado, Margarida Salomão, Bohn Gass, Fátima Bezerra, Jorge Bittar, Zeca Dirceu, Márcio Macêdo e Afonso Florence.

PMDB
Líder: EDUARDO CUNHA
Vice-Líderes:
Marcelo Castro (1º Vice), Darcísio Perondi, Edinho Araújo, Mauro Benevides, Marllos Sampaio, Lucio Vieira Lima, Eliseu Padilha, Fábio Trad, Edio Lopes, Danilo Forte, Júnior Coimbra, Manoel Junior, Alexandre Santos, Leonardo Picciani, André Zacharow, Fátima Pelaes, Rogério Peninha Mendonça e Sandro Mabel.

Bloco PP, PROS
Líder: EDUARDO DA FONTE
Vice-Líderes:
Givaldo Carimbão (1º Vice), Waldir Maranhão, Rebecca Garcia, Esperidião Amin, Iracema Portella, Betinho Rosado, Sandes Júnior, Dimas Fabiano, Roberto Balestra, Valtenir Pereira, Ronaldo Fonseca, Salvador Zimbaldi, Antonio Balhmann, Roberto Teixeira, Dr. Jorge Silva e Vilson Covatti.

PSD
Líder: MOREIRA MENDES
Vice-Líderes:
Eleuses Paiva (1º Vice), Júlio Cesar, Heuler Cruvinel, Edson Pimenta, Roberto Santiago, Silas Câmara, Onofre Santo Agostini, Guilherme Campos, Arolde de Oliveira, Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Marcos Montes.

PSDB
Líder: ANTONIO IMBASSAHY
Vice-Líderes:
Vanderlei Macris (1º Vice), Nilson Leitão, Cesar Colnago, Izalci, Nilson Pinto, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Hauly, João Campos, Marcus Pestana, Andreia Zito, Otavio Leite, Bruno Araújo, Mara Gabrilli e Domingos Sávio.

Bloco PR, PTdoB, PRP
Líder: BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS
Vice-Líderes:
Giacobo (1º Vice), José Rocha, Aracely de Paula, Anthony Garotinho, Gorete Pereira, Anderson Ferreira, Aelton Freitas, Wellington Roberto, Jorginho Mello e Lincoln Portela.

DEM
Líder: MENDONÇA FILHO
Vice-Líderes:
Efraim Filho (1º Vice), Ronaldo Caiado, Abelardo Lupion, Professora Dorinha Seabra Rezende, Mendonça Prado, Onyx Lorenzoni, Rodrigo Maia, Lira Maia, Mandetta, Carlos Melles e Fábio Souto.

PSB
Líder: BETO ALBUQUERQUE
Vice-Líderes:
Glauber Braga (1º Vice), Luiza Erundina, Janete Capiberibe, Alfredo Sirkis, Dr. Ubiali e Paulo Foletto.

SD
Líder: FERNANDO FRANCISCHINI
Vice-Líderes:
Arthur Oliveira Maia (1º Vice), João Dado, Sebastião Bala Rocha, Armando Vergílio, Aureo e Simplício Araújo.

PDT
Líder: FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR
Vice-Líderes:
Marcos Rogério (1º Vice), Ângelo Agnolin, Giovani Cherini, André Figueiredo, Sueli Vidigal, Weverton Rocha e Flávia Morais.

PTB
Líder: JOVAIR ARANTES
Vice-Líderes:
Antonio Brito (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Josué Bengtson, Paes Landim, Jorge Côrte Real e Pedro Fernandes.

PCdoB

Líder: JANDIRA FEGHALI
Vice-Líderes:
Manuela D'ávila (1º Vice), João Ananias, Perpétua Almeida e Evandro Milhomen.

PSC
Líder: ANDRE MOURA
Vice-Líderes:
Pastor Marco Feliciano (1º Vice), Silvio Costa e Nelson Padovani.

PRB
Líder: GEORGE HILTON
Vice-Líderes:
César Halum (1º Vice), Beto Mansur e Cleber Verde.

PV
Líder: SARNEY FILHO
Vice-Líderes:
Rosane Ferreira, Henrique Afonso, Roberto de Lucena e Eurico Júnior.

PPS
Líder: RUBENS BUENO
Vice-Líderes:
Arnaldo Jordy, Arnaldo Jardim e Stepan Nercessian.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL
Líder: IVAN VALENTE
Vice-Líderes:
Chico Alencar.

PMN
Repr.: FRANCISCO TENÓRIO
PEN
Repr.: NILMAR RUIZ

Líderes de Partidos que participam de Bloco Parlamentar

PP
Líder: EDUARDO DA FONTE
PR
Líder: BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS
PROS
Líder: GIVALDO CARIMBÃO
PTdoB
Repr.: LUIS TIBÉ
PRP
Repr.: CHICO DAS VERDURAS

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Berinho Bantim - SD
Chico das Verduras - PRP
Edio Lopes - PMDB
Jhonatan de Jesus - PRB
Luciano Castro - PR
Paulo Cesar Quartiero - DEM
Raul Lima - PP
Urzeni Rocha - PSD

Amapá

Dalva Figueiredo - PT
Davi Alcolumbre - DEM
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Luiz Carlos - PSDB
Sebastião Bala Rocha - SD
Vinicius Gurgel - PR

Pará

Arnaldo Jordy - PPS
Beto Faro - PT
Cláudio Puty - PT
Dudimar Paxiuba - PROS
Elcione Barbalho - PMDB
Giovanni Queiroz - PDT
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Luiz Otavio - PMDB
Miriquinho Batista - PT
Nilson Pinto - PSDB
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - SD
Zé Geraldo - PT
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PSD
Dr. Luiz Fernando - PSD
Francisco Praciano - PT
Henrique Oliveira - SD
Pauderney Avelino - DEM
Rebecca Garcia - PP
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSD

Rondônia

Amir Lando - PMDB
Anselmo de Jesus - PT
Carlos Magno - PP
Marcos Rogério - PDT
Marinha Raupp - PMDB
Moreira Mendes - PSD
Nilton Capixaba - PTB
Padre Ton - PT

Acre

Antônia Lúcia - PSC
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PV
Marcio Bittar - PSDB
Perpétua Almeida - PCdoB
Sibá Machado - PT
Taumaturgo Lima - PT

Tocantins

Ângelo Agnolin - PDT
César Halum - PRB
Irajá Abreu - PSD
Júnior Coimbra - PMDB
Lázaro Botelho - PP
Nilmar Ruiz - PEN
Osvaldo Reis - PMDB
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM

Maranhão

Alberto Filho - PMDB
Carlos Brandão - PSDB
Cleber Verde - PRB
Davi Alves Silva Júnior - PR
Domingos Dutra - SD
Gastão Vieira - PMDB
Hélio Santos - PSDB
Lourival Mendes - PTdoB
Nice Lobão - PSD
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Sarney Filho - PV
Simplício Araújo - SD
Waldir Maranhão - PP
Weverton Rocha - PDT
Zé Vieira - PROS

Ceará

André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Balhmann - PROS
Ariosto Holanda - PROS
Arnon Bezerra - PTB
Artur Bruno - PT
Chico Lopes - PCdoB
Danilo Forte - PMDB
Domingos Neto - PROS
Edson Silva - PROS
Eudes Xavier - PT
Genecias Noronha - SD
Gorete Pereira - PR
João Ananias - PCdoB
José Airton - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Manoel Salviano - PSD
Mário Feitoza - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PROS

Piauí

Assis Carvalho - PT
Átila Lira - PSB
Hugo Napoleão - PSD
Iracema Portella - PP
Jesus Rodrigues - PT
Júlio Cesar - PSD
Marcelo Castro - PMDB
Marllos Sampaio - PMDB
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Betinho Rosado - PP
Fábio Faria - PSD
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Paulo Wagner - PV
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Aguinaldo Ribeiro - PP
Benjamin Maranhão - SD
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Hugo Motta - PMDB
Luiz Couto - PT
Major Fábio - PROS
Manoel Junior - PMDB
Nilda Gondim - PMDB
Ruy Carneiro - PSDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Filho - PTB

Pernambuco

Anderson Ferreira - PR
André de Paula - PSD
Augusto Coutinho - SD
Bruno Araújo - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PCdoB
Danilo Cabral - PSB
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
João Paulo Lima - PT
Jorge Côrte Real - PTB
José Augusto Maia - PROS
José Chaves - PTB
Luciana Santos - PCdoB
Mendonça Filho - DEM
Pastor Eurico - PSB
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Roberto Teixeira - PP
Silvio Costa - PSC
Vilalba - PP
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Arthur Lira - PP
Francisco Tenório - PMN
Givaldo Carimbão - PROS
João Caldas - SD
João Lyra - PSD
Maurício Quintella Lessa - PR
Paulão - PT
Renan Filho - PMDB
Rosinha da Adefal - PTdoB

Sergipe

Almeida Lima - PMDB
Andre Moura - PSC
Fabio Reis - PMDB
Laercio Oliveira - SD
Márcio Macêdo - PT
Mendonça Prado - DEM
Rogério Carvalho - PT
Valadares Filho - PSB

Bahia

Acelino Popó - PRB
Afonso Florence - PT
Alice Portugal - PCdoB
Amauri Teixeira - PT
Antonio Brito - PTB
Antonio Imbassahy - PSDB
Arthur Oliveira Maia - SD
Claudio Cajado - DEM
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Pimenta - PSD
Emiliano José - PT
Erivelton Santana - PSC
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça Júnior - PDT
Fernando Torres - PSD
Geraldo Simões - PT
Jânio Natal - PRP
João Carlos Bacelar - PR
João Leão - PP
José Carlos Araújo - PSD
José Nunes - PSD
José Rocha - PR
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lucio Vieira Lima - PMDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Argôlo - SD
Luiz de Deus - DEM
Márcio Marinho - PRB
Marcos Medrado - SD
Maurício Trindade - PROS
Nelson Pellegrino - PT
Oziel Oliveira - PDT
Paulo Magalhães - PSD
Roberto Britto - PP
Rui Costa - PT
Sérgio Brito - PSD
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PROS
Aelton Freitas - PR
Alexandre Silveira - PSD
Antônio Andrade - PMDB
Aracely de Paula - PR
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR
Bilac Pinto - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Carlos Melles - DEM
Diego Andrade - PSD
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PSDB
Dr. Grilo - SD
Eduardo Barbosa - PSDB
Eros Biondini - PTB
Fábio Ramalho - PV
Gabriel Guimarães - PT
George Hilton - PRB
Geraldo Thadeu - PSD
Jaime Martins - PSD
Jairo Ataíde - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Humberto - PSD
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luis Tibé - PTdoB
Luiz Fernando Faria - PP
Marcos Montes - PSD
Marcus Pestana - PSDB
Margarida Salomão - PT
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Newton Cardoso - PMDB
Nilmário Miranda - PT
Odair Cunha - PT
Padre João - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Renzo Braz - PP
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Stefano Aguiar - PSB
Subtenente Gonzaga - PDT
Toninho Pinheiro - PP
Vitor Penido - DEM
Walter Tosta - PSD
Weliton Prado - PT
Zé Silva - SD

Espírito Santo

Camilo Cola - PMDB
Carlos Manato - SD
Cesar Colnago - PSDB
Dr. Jorge Silva - PROS
Iriny Lopes - PT
Lauriete - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Paulo Foletto - PSB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Adrian - PMDB
Alessandro Molon - PT
Alexandre Santos - PMDB
Alfredo Sirkis - PSB
Andreia Zito - PSDB
Anthony Garotinho - PR
Arolde de Oliveira - PSD
Aureo - SD
Benedita da Silva - PT
Chico Alencar - PSOL
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Carlos Alberto - PMN
Dr. Paulo César - PR
Edson Ezequiel - PMDB
Edson Santos - PT
Eduardo Cunha - PMDB
Eurico Júnior - PV
Felipe Bornier - PSD
Filipe Pereira - PSC
Francisco Floriano - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PROS
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
Jean Wyllys - PSOL
Jorge Bittar - PT
Julio Lopes - PP
Leonardo Picciani - PMDB
Liliam Sá - PROS
Luiz Sérgio - PT
Manuel Rosa Neca - PR
Marcelo Matos - PDT
Miro Teixeira - PROS
Otavio Leite - PSDB
Paulo Feijó - PR
Pedro Paulo - PMDB
Rodrigo Bethlem - PMDB
Rodrigo Maia - DEM
Romário - PSB
Sergio Zveiter - PSD
Simão Sessim - PP
Stepan Nercessian - PPS
Vitor Paulo - PRB
Walney Rocha - PTB
Washington Reis - PMDB
Zoinho - PR

São Paulo

Abelardo Camarinha - PSB
Alexandre Leite - DEM
Aline Corrêa - PP
Antonio Bulhões - PRB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Beto Mansur - PRB
Bruna Furlan - PSDB
Cândido Vaccarezza - PT
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Delegado Protógenes - PCdoB
Devanir Ribeiro - PT
Dr. Ubiali - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edinho Araújo - PMDB
Edson Aparecido - PSDB
Eleuses Paiva - PSD
Eli Correa Filho - DEM

Emanuel Fernandes - PSDB
Francisco Chagas - PT
Gabriel Chalita - PMDB
Guilherme Campos - PSD
Guilherme Mussi - PP
Gustavo Petta - PCdoB
Helcio Silva - PT
Iara Bernardi - PT
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PSD
João Dado - SD
Jorge Tadeu Mudalen - DEM
José Aníbal - PSDB
José Mentor - PT
Junji Abe - PSD
Keiko Ota - PSB
Luiz Fernando Machado - PSDB
Luiza Erundina - PSB
Mara Gabrilli - PSDB
Marcelo Aguiar - DEM
Márcio França - PSB
Maria Lucia Prandi - PT
Milton Monti - PR
Missionário José Olimpio - PP
Nelson Marquezelli - PTB
Newton Lima - PT
Otoniel Lima - PRB
Pastor Marco Feliciano - PSC
Paulo Freire - PR
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - SD
Paulo Teixeira - PT
Penna - PV
Renato Simões - PT
Ricardo Izar - PSD
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto de Lucena - PV
Roberto Freire - PPS
Roberto Santiago - PSD
Rodrigo Garcia - DEM
Salvador Zimbaldi - PROS
Tiririca - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vanderlei Siraque - PT
Vaz de Lima - PSDB
Vicente Candido - PT
Vicentinho - PT
William Dib - PSDB

Mato Grosso

Carlos Bezerra - PMDB
Eliene Lima - PSD
Júlio Campos - DEM
Nilson Leitão - PSDB
Roberto Dorner - PSD
Ságuas Moraes - PT
Valtenir Pereira - PROS
Wellington Fagundes - PR

Distrito Federal

Erika Kokay - PT
Izalci - PSDB
Jaqueline Roriz - PMN
Luiz Pitiman - PSDB
Magela - PT
Policarpo - PT
Reguffe - PDT
Ronaldo Fonseca - PROS

Goiás

Armando Vergílio - SD
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Flávia Morais - PDT
Heuler Cruvinel - PSD
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Magda Mofatto - PR
Pedro Chaves - PMDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PMDB
Thiago Peixoto - PSD
Vilmar Rocha - PSD

Mato Grosso do Sul

Akira Otsubo - PMDB
Biffi - PT
Fábio Trad - PMDB
Geraldo Resende - PMDB
Mandetta - DEM
Marçal Filho - PMDB
Reinaldo Azambuja - PSDB
Vander Loubet - PT

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
André Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Cida Borghetti - PROS
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Edmar Arruda - PSC
Eduardo Sciarra - PSD
Fernando Francischini - SD
Giacobo - PR
Hermes Parcianello - PMDB
João Arruda - PMDB
Leopoldo Meyer - PSB
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Luiz Nishimori - PR
Nelson Meurer - PP
Nelson Padovani - PSC
Odílio Balbinotti - PMDB
Osmar Serraglio - PMDB
Ratinho Junior - PSC
Reinhold Stephanes - PSD
Rosane Ferreira - PV
Rubens Bueno - PPS
Sandro Alex - PPS
Takayama - PSC
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Esperidião Amin - PP
Francisco de Assis - PT
João Pizzolatti - PP
João Rodrigues - PSD
Jorge Boeira - PP
Jorginho Mello - PR
Luci Choinacki - PT
Marco Tebaldi - PSDB
Mauro Mariani - PMDB
Onofre Santo Agostini - PSD
Paulo Bornhausen - PSB
Rogério Peninha Mendonça - PMDB
Ronaldo Benedet - PMDB

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Alceu Moreira - PMDB
Alexandre Roso - PSB
Assis Melo - PCdoB
Beto Albuquerque - PSB
Bohn Gass - PT
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Giovani Cherini - PDT
Henrique Fontana - PT
Jerônimo Goergen - PP
José Otávio Germano - PP
Jose Stédile - PSB
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Carlos Busato - PTB
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Marcon - PT
Maria do Rosário - PT
Nelson Marchezan Junior - PSDB
Onyx Lorenzoni - DEM
Osmar Terra - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Pepe Vargas - PT
Renato Molling - PP
Ronaldo Zulke - PT
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Paulo Feijó (PR)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (DEM)
2º Vice-Presidente: Carlos Magno (PP)
3º Vice-Presidente: Celso Maldaner (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo de Jesus	Jesus Rodrigues
Beto Faro	Josias Gomes
Bohn Gass	Magela
Luci Choinacki	Vander Loubet
Marcon	Waldenor Pereira
Padre João	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Valmir Assunção	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PMDB	
Amir Lando	Alceu Moreira
Antônio Andrade	Carlos Bezerra
Celso Maldaner	Edinho Araújo
Leandro Vilela	Osvaldo Reis vaga do PT
Odílio Balbinotti	Pedro Chaves
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Domingos Sávio	Alfredo Kaefer
Hélio Santos	Duarte Nogueira
Nilson Leitão	Wandenkolk Gonçalves
Raimundo Gomes de Matos vaga do PTB	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Reinaldo Azambuja	
PSD	
Heuler Cruvinel	Diego Andrade vaga do PMDB
João Rodrigues vaga do PP	Edson Pimenta vaga do PSDB
Junji Abe	Eduardo Sciarra
Moreira Mendes	Eleuses Paiva vaga do Bloco PV, PPS
Roberto Dorner	Eliene Lima vaga do SD
	Irajá Abreu
	José Humberto
	Marcos Montes
	Reinhold Stephanes vaga do PT
PP	
Carlos Magno	Afonso Hamm
Dilceu Sperafico	Betinho Rosado
Luis Carlos Heinze vaga do PROS	Vilson Covatti
Roberto Balestra vaga do PRB	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	
PR	
Giacobo	Aelton Freitas
Luiz Nishimori	Lúcio Vale
Paulo Feijó	Magda Mofatto
Wellington Roberto vaga do PMDB	
PSB	
Alexandre Toledo (Licenciado)	Beto Albuquerque
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
DEM	
Abelardo Lupion	Carlos Melles
Jairo Ataíde vaga do PSB	Ronaldo Caiado
Lira Maia vaga do PCdoB	
Onyx Lorenzoni	
Paulo Cesar Quartiero vaga do SD	
SD	
Zé Silva	Luiz Argôlo
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Josué Bengtson	Nelson Marquezelli
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Nilton Capixaba
Bloco PV, PPS	
1 vaga	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PROS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zé Vieira
PDT	
Giovanni Queiroz	Félix Mendonça Júnior
Oziel Oliveira vaga do PTdoB	
PCdoB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Daniel Almeida
PSC	
Nelson Padovani	1 vaga
PRB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Márcio Marinho
PTdoB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PMN	
	Francisco Tenório vaga do PSB
PRP	
	Jânio Natal vaga do PTdoB

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 34
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Ricardo Tripoli (PSDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Gomes (SD)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Júlio Campos (DEM)

Titulares	Suplentes
PT	
Emiliano José	Beto Faro
Iara Bernardi	Décio Lima
Jorge Bittar	Fernando Ferro
Margarida Salomão	Iriny Lopes
Miriquinho Batista vaga do PTdoB	Reginaldo Lopes
Newton Lima	Ricardo Berzoini (Licenciado)
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Sibá Machado
1 vaga	
PMDB	
Camilo Cola	Flaviano Melo
Marçal Filho	Manoel Junior
Rogério Peninha Mendonça	Rodrigo Bethlem
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Saraiva Felipe
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Duarte Nogueira vaga do PMDB
Bruno Araújo	Izalci
Ricardo Tripoli	José Aníbal vaga do PSD
Ruy Carneiro	Nelson Marchezan Junior
	Nilson Pinto
	Paulo Abi-ackel
PSD	
Arolde de Oliveira	José Carlos Araújo
Silas Câmara	Júlio Cesar
Thiago Peixoto	Manoel Salviano
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PP	
Missionário José Olimpio	Rebecca Garcia

Sandes Júnior	Waldir Maranhão
1 vaga	1 vaga
PR	
Bilac Pinto vaga do PT	Francisco Floriano
Dr. Adilson Soares	José Rocha vaga do PTdoB
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Milton Monti
	Wellington Fagundes vaga do PRP
PSB	
Abelardo Camarinha vaga do PMDB	Pastor Eurico
Luiza Erundina	Paulo Foletto
Paulo Bornhausen	
DEM	
Jorge Tadeu Mudalen vaga do PR	Efraim Filho
Júlio Campos	Marcelo Aguiar
Rodrigo Garcia	
SD	
Benjamin Maranhão vaga do PSOL	Laercio Oliveira
Eduardo Gomes (Licenciado)	1 vaga
Henrique Oliveira vaga do PMDB	
Wladimir Costa vaga do PTB	
1 vaga	
PTB	
Sabino Castelo Branco vaga do PSD	Josué Bengtson
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Arnaldo Jardim vaga do PSOL
	Fábio Ramalho
PROS	
Ariosto Holanda	Edson Silva
Salvador Zimbaldi vaga do PMDB	
PDT	
Wolney Queiroz	Oziel Oliveira
PCdoB	
Luciana Santos	Evandro Milhomen
PSC	
Ratinho Junior	Antônia Lúcia
PRB	
Beto Mansur	Cleber Verde
PTdoB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PSOL	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PRP	
Chico das Verduras	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 51
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Vicente Candido (PT)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Fábio Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente: Vitor Paulo (PRB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Emiliano José
Cândido Vaccarezza	Fátima Bezerra
Décio Lima	Francisco Chagas
Iriny Lopes	Gabriel Guimarães
João Paulo Lima	Geraldo Simões
José Guimarães	Márcio Macêdo
José Mentor	Miguel Corrêa
Luiz Couto	Nelson Pellegrino
Maria do Rosário	Padre João
Odair Cunha	Paulo Teixeira
Vicente Candido	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PMDB	
Alceu Moreira	Alberto Filho
Carlos Bezerra vaga do PTB	Amir Lando
Danilo Forte	João Magalhães
Eduardo Cunha	Marçal Filho
Eliseu Padilha	Nilda Gondim
Fábio Trad	Odílio Balbinotti vaga do PCdoB
Leonardo Picciani	Renan Filho
Mauro Benevides	Ronaldo Benedet
Osmar Serraglio	Sandro Mabel
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Antonio Carlos Mendes Thame
João Campos	Bonifácio de Andrada
Jutahy Junior	Nelson Marchezan Junior
Luiz Carlos	Rodrigo de Castro
Luiz Pitiman	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
William Dib	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSD	
Átila Lins	Felipe Bornier
Eduardo Sciarra	Jaime Martins
Onofre Santo Agostini	Jefferson Campos
Paulo Magalhães	João Lyra vaga do PSDB
Sergio Zveiter	José Nunes
Vilmar Rocha	Moreira Mendes
	Silas Câmara
	Walter Tosta vaga do PSDB
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Paulo Maluf	Eduardo da Fonte
Vilson Covatti	Jerônimo Goergen
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Lázaro Botelho
1 vaga	Sandes Júnior
PR	
Anthony Garotinho	Gorete Pereira
Jorginho Mello	Luciano Castro
Lincoln Portela	Manuel Rosa Neca
Paulo Freire vaga do PTdoB	(Dep. do SD ocupa a vaga)
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Beto Albuquerque	Gonzaga Patriota
Pastor Eurico	Jose Stédile
Sandra Rosado	Keiko Ota
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Bornhausen
DEM	
Felipe Maia	Alexandre Leite
Luiz de Deus	Efraim Filho vaga do PT
Mendonça Prado	Eli Correa Filho
	Onyx Lorenzoni
SD	
Arthur Oliveira Maia	Armando Vergílio
Dr. Grilo	Benjamin Maranhão
Marcos Medrado	Fernando Francischini vaga do PR
	Paulo Pereira da Silva
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Rosane Ferreira vaga do PSOL
Roberto Freire	Sandro Alex
	Sarney Filho
PROS	

Edson Silva
Ronaldo Fonseca vaga do PP
Vicente Arruda

PDT

Félix Mendonça Júnior
Vieira da Cunha

PCdoB

Delegado Protógenes
Evandro Milhomen

PSC

Andre Moura
Pastor Marco Feliciano

PRB

Antonio Bulhões
Vitor Paulo vaga do PSB

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PR
(Dep. do PR ocupa a vaga)

PSOL

Chico Alencar

Hugo Leal
Valtenir Pereira

Marcos Rogério
Oziel Oliveira vaga do PTB
Weverton Rocha

Assis Melo
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Edmar Arruda
Ratinho Junior

Beto Mansur

Luis Tibé

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

Secretário(a): Alexandra Zaban Bittencourt
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 19
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE CULTURA

Presidente: Alice Portugal (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Luciana Santos (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Onofre Santo Agostini (PSD)
3º Vice-Presidente: Evandro Milhomen (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angelo Vanhoni	Artur Bruno
Magela	Fátima Bezerra vaga do PSD
Paulão	Iriny Lopes
	Maria Lucia Prandi vaga do PSD
	Newton Lima
PMDB	
Gabriel Chalita	Edio Lopes
Rose de Freitas	Marinha Raupp
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Raul Henry
PSDB	
Pinto Itamaraty	Domingos Sávio
Raimundo Gomes de Matos	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PSD	
Onofre Santo Agostini	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PP	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Tiririca	1 vaga
PSB	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Leopoldo Meyer
DEM	
Claudio Cajado vaga do PMDB	Alexandre Leite vaga do PSDB
Ronaldo Caiado vaga do PSD	Mendonça Filho
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Professora Dorinha Seabra Rezende vaga do PDT
SD	
Wladimir Costa	Arthur Oliveira Maia
PTB	
Alex Canziani	Eros Biondini
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Penna
PROS	
Cida Borghetti	Liliam Sá
PDT	
Paulo Rubem Santiago	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PCdoB	
Alice Portugal	Jandira Feghali
Evandro Milhomen vaga do PP	
Luciana Santos vaga do DEM	
PSOL	
Jean Wyllys vaga do PSB	

Secretário(a): Nádia Lúcia das Neves Raposo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - salas 168/169-C
Telefones: 3216-6942 a 6947

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Sérgio Brito (PSD)
1º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PSD)
2º Vice-Presidente: Marco Tebaldi (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ricardo Izar (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Rubens Otoni	Assis do Couto
Rui Costa	Paulo Pimenta
Weliton Prado	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PMDB	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Leandro Vilela
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
Marco Tebaldi	Carlos Brandão
1 vaga	Carlos Sampaio
	Luiz Carlos vaga do PR
	Nelson Marchezan Junior vaga do PSD
PSD	
Dr. Luiz Fernando	Hugo Napoleão
José Carlos Araújo vaga do PR	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Ricardo Izar vaga do SD	
Sérgio Brito vaga do PMDB	
1 vaga	
PP	
Iracema Portella	Guilherme Mussi
Roberto Teixeira	Waldir Maranhão
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSB	
Júlio Delgado	1 vaga
DEM	
Eli Correa Filho	Felipe Maia
SD	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Aureo
PTB	
Jovair Arantes	Eros Biondini
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PROS	
Ademir Camilo	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PDT	
Reguffe	Marcelo Matos vaga do PT
	Wolney Queiroz

PCdoB	
Chico Lopes	Carlos Eduardo Cadoca
PSC	
Lauriete vaga do PMDB	Erivelton Santana vaga do PMDB
	Silvio Costa vaga do PMDB
PRB	
Márcio Marinho vaga do PMDB	César Halum vaga do PROS
PSOL	
	Ivan Valente vaga do Bloco PV, PPS

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Augusto Coutinho (SD)
1º Vice-Presidente: Aureo (SD)
2º Vice-Presidente: Sebastião Bala Rocha (SD)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Devanir Ribeiro	Afonso Florence
Miguel Corrêa	Pedro Eugênio
Ronaldo Zulke	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PMDB	
Renan Filho	Mário Feitoza
1 vaga	Osmar Terra
PSDB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Carlos Brandão
1 vaga	Marco Tebaldi vaga do Bloco PV, PPS
	Otavio Leite
PSD	
Edson Pimenta	Fernando Torres
Walter Tosta	Guilherme Campos
PP	
Rebecca Garcia	Dimas Fabiano
Renato Molling vaga do PSC	Jorge Boeira vaga do PROS
PR	
João Maia	Davi Alves Silva Júnior vaga do PT
	Luiz Nishimori
PSB	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do SD ocupa a vaga)
DEM	
Mendonça Filho vaga do PSDB	Mandetta
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	
SD	
Augusto Coutinho	Henrique Oliveira
Aureo vaga do PSB	Laercio Oliveira vaga do PSB
Sebastião Bala Rocha vaga do PTB	Simplício Araújo vaga do PSC
PTB	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PROS	
Antonio Balhmann	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PDT	
	Ângelo Agnolin vaga do PTB
PTdoB	
Luis Tibé vaga do Bloco PV, PPS	
PRP	
Jânio Natal vaga do DEM	

Secretário(a): Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Mauro Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alberto Filho (PMDB)
2º Vice-Presidente: Sérgio Moraes (PTB)
3º Vice-Presidente: Roberto Britto (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Helcio Silva	Erika Kokay
Magela	Jorge Bittar
Zé Geraldo	Nilmário Miranda
PMDB	
Alberto Filho	Mauro Mariani
Flaviano Melo	Ronaldo Benedet vaga do PP
Júnior Coimbra vaga do PROS	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Bruna Furlan
1 vaga	Izalci
PSD	
José Nunes	Heuler Cruvinel
1 vaga	Junji Abe
PP	
Roberto Britto	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PR	
Magda Mofatto	João Carlos Bacelar
PSB	
Leopoldo Meyer vaga do PSDB	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Paulo Foletto	
DEM	
Fábio Souto	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
SD	
1 vaga	Genecias Noronha
PTB	
Sérgio Moraes	Jorge Côrte Real
	José Chaves vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	Arnaldo Jardim
PROS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PDT	
	Flávia Morais vaga do DEM
	Weverton Rocha vaga do PSB
PCdoB	
	Luciana Santos vaga do PROS

Secretário(a): Hérica Pimentel Brito de Souza
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Assis do Couto (PT)
1º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)
2º Vice-Presidente: Janete Capiberibe (PSB)
3º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)

Titulares	Suplentes

PT

Assis do Couto — Janete Rocha Pietá
Erika Kokay vaga do PSDB — João Paulo Lima
Nilmário Miranda — Luiz Couto
Padre Ton — Valmir Assunção vaga do PTC
Renato Simões vaga do DEM

PMDB

(Dep. do PSC ocupa a vaga) — Professor Setimo
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga) — (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PSDB

(Dep. do PT ocupa a vaga) — (Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga) — (Dep. do PDT ocupa a vaga)

PSD

(Dep. do PDT ocupa a vaga) — Walter Tosta

PP

Jair Bolsonaro — (Dep. do PROS ocupa a vaga)

PR

Anderson Ferreira — (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Janete Capiberibe — Luiza Erundina
Keiko Ota vaga do PSDB — Pastor Eurico vaga do PR

DEM

(Dep. do PT ocupa a vaga) — 1 vaga

SD

Domingos Dutra — (Dep. do PSC ocupa a vaga)

PTB

(Dep. do PMN ocupa a vaga) — (Dep. do PSC ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Henrique Afonso vaga do PMDB — Arnaldo Jordy vaga do PSDB
(Dep. do PSOL ocupa a vaga) — Roberto de Lucena

PROS

Liliam Sá — Ronaldo Fonseca
Vicente Arruda vaga do PP

PSC

Antônia Lúcia vaga do PMDB — Filipe Pereira
(Dep. do PDT ocupa a vaga) — Pastor Marco Feliciano vaga do PTB
Takayama vaga do SD

PTC

(Dep. do PRB ocupa a vaga) — (Dep. do PT ocupa a vaga)

PDT

Enio Bacci vaga do PSD — Marcos Rogério vaga do PSDB
Subtenente Gonzaga vaga do PSC

PCdoB

Manuela D'ávila vaga do PMDB

PRB

Otoniel Lima vaga do PTC

PSOL

Jean Wyllys vaga do Bloco PV, PPS

PMN

Dr. Carlos Alberto vaga do PTB

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Glauber Braga (PSB)
1º Vice-Presidente: Dr. Ubiali (PSB)
2º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PDT)
3º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Angelo Vanhoni — Alessandro Molon
Artur Bruno — Iara Bernardi
Dalva Figueiredo vaga do PRB — Leonardo Monteiro
Fátima Bezerra — Margarida Salomão
Francisco de Assis vaga do PMDB — Maria do Rosário vaga do PSB
Francisco Praciano vaga do PR — Miriquinho Batista
Reginaldo Lopes — Padre Ton vaga do PCdoB
Ságuas Moraes vaga do PSD
Waldenor Pereira

PMDB

Gabriel Chalita — Mauro Benevides
Gastão Vieira vaga do PROS — Osmar Serraglio
Lelo Coimbra — Rogério Peninha Mendonça
Professor Setimo vaga do PSC — (Dep. do PROS ocupa a vaga)
Raul Henry
(Dep. do PT ocupa a vaga)

PSDB

Izalci — Mara Gabrilli
Nilson Pinto — Nilson Leitão
(Dep. do PSB ocupa a vaga) — Pinto Itamaraty

PSD

Eliene Lima — Danrlei de Deus Hinterholz
Manoel Salviano — Thiago Peixoto
(Dep. do PT ocupa a vaga) — Vilmar Rocha

PP

Aline Corrêa — Esperidião Amin
Waldir Maranhão — José Linhares

PR

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) — Jorginho Mello
(Dep. do PT ocupa a vaga) — Paulo Freire

PSB

Átila Lira vaga do PMN — Júlio Delgado
Danilo Cabral vaga do PSDB — Keiko Ota vaga do DEM
Dr. Ubiali — (Dep. do PT ocupa a vaga)
Glauber Braga

DEM

Professora Dorinha Seabra Rezende — (Dep. do PSB ocupa a vaga)

SD

(Dep. do PTB ocupa a vaga) — Zé Silva

PTB

Alex Canziani — Paes Landim
Wilson Filho vaga do SD

Bloco PV, PPS

Stepan Nercessian — Eurico Júnior

PROS

José Augusto Maia vaga do PHS — Ariosto Holanda
(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Major Fábio vaga do PHS
Valtenir Pereira vaga do PMDB

PDT

Paulo Rubem Santiago — Oziel Oliveira

PCdoB

Alice Portugal vaga do PR — (Dep. do PT ocupa a vaga)
Gustavo Petta

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — Pastor Marco Feliciano

PRB

(Dep. do PT ocupa a vaga) — Acelino Popó

PMN

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — 1 vaga

PHS

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do PROS ocupa a vaga)

Secretário(a): Marcelo Brandão Lapa
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala T170
Telefones: 3216-6621/6622/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DO ESPORTE

Presidente: Damião Feliciano (PDT)
1º Vice-Presidente: Afonso Hamm (PP)
2º Vice-Presidente: Romário (PSB)
3º Vice-Presidente: Marcelo Matos (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Paulo Pimenta	Eudes Xavier
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	José Airton vaga do PMDB
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Policarpo
	Vicente Candido
PMDB	
Edinho Bez	Hugo Motta
Fabio Reis	João Arruda
Marllos Sampaio vaga do PSD	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Pedro Chaves vaga do PSDB	
Rodrigo Bethlem	
PSDB	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Hélio Santos
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	Marcos Montes
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Roberto Santiago
PP	
Afonso Hamm	Renzo Braz
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PR	
1 vaga	José Rocha
PSB	
Romário	Alexandre Roso
Valadares Filho vaga do DEM	
DEM	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Efraim Filho
SD	
1 vaga	Benjamin Maranhão
PTB	
Arnon Bezerra vaga do PSDB	Pedro Fernandes
1 vaga	
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	Arnaldo Jordy
PROS	
Cida Borghetti	Dr. Jorge Silva
PDT	
Damião Feliciano	André Figueiredo
Marcelo Matos vaga do PP	Flávia Morais vaga do PSDB
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca vaga do PT	Delegado Protógenes
Jô Moraes	Gustavo Petta vaga do PP
PRB	
Acelino Popó vaga do PT	

Secretário(a): Ana Cristina Oliveira
Local: Sala nº 2 ala C, térreo, do Anexo II
Telefones: 3216-6351

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Mário Feitoza (PMDB)
1º Vice-Presidente: Lucio Vieira Lima (PMDB)
2º Vice-Presidente: Pedro Eugênio (PT)
3º Vice-Presidente: Jose Stédile (PSB)

Titulares	Suplentes
PT	
Afonso Florence	Assis Carvalho
Cláudio Puty	Devanir Ribeiro
Paulo Teixeira	Francisco de Assis
Pedro Eugênio	José Mentor
Pepe Vargas	Rogério Carvalho
	Zeca Dirceu vaga do PROS
PMDB	
Akira Otsubo vaga do PTB	Antônio Andrade
João Magalhães vaga do PRB	Celso Maldaner
José Priante	Eduardo Cunha
Leonardo Quintão	Gabriel Chalita
Lucio Vieira Lima	1 vaga
Manoel Junior vaga do PCdoB	
Mário Feitoza	
Pedro Novais	
Pedro Paulo vaga do PSB	
PSDB	
Alfredo Kaefer	Emanuel Fernandes
Luiz Carlos Hauly	Luiz Pitiman
Nelson Marchezan Junior vaga do PDT	Marcus Pestana
Vaz de Lima	Otavio Leite vaga do PTB
PSD	
Guilherme Campos	Diego Andrade
João Lyra vaga do Bloco PV, PPS	Eleuses Paiva
José Humberto	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Júlio Cesar	
PP	
Jerônimo Goergen	Luis Carlos Heinze
Nelson Meurer	Paulo Maluf
1 vaga	Toninho Pinheiro
PR	
Aelton Freitas	João Carlos Bacelar
Davi Alves Silva Júnior	João Maia
PSB	
Jose Stédile	Dr. Ubiali
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
DEM	
Carlos Melles	Jairo Ataíde vaga do PSB
Pauderney Avelino	Mendonça Prado
	Rodrigo Maia
SD	
Genecias Noronha	João Dado
PTB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Arnaldo Jardim
PROS	
Miro Teixeira	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	André Figueiredo vaga do PSD
	Giovani Cherini
PCdoB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Osmar Júnior
PSC	
Edmar Arruda	Andre Moura
PRB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Cleber Verde

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6652/6655/6657
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Hugo Motta (PMDB)
1º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB)
2º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PSD)
3º Vice-Presidente: Manuel Rosa Neca (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Edson Santos	José Guimarães
Sibá Machado	Pepe Vargas
Vanderlei Siraque	Renato Simões
PMDB	
Alexandre Santos	Akira Otsubo
Edio Lopes vaga do Bloco PV, PPS	Edinho Bez
Hugo Motta	Eduardo Cunha
João Arruda	
PSDB	
Carlos Brandão	Antonio Carlos Mendes Thame vaga do PTB
Luiz Fernando Machado	Carlos Sampaio vaga do PSB
	Vanderlei Macris
	Vaz de Lima
PSD	
Felipe Bornier	Irajá Abreu
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Sérgio Brito
PP	
Eduardo da Fonte vaga do PCdoB	Carlos Magno
João Pizzolatti	
PR	
Manuel Rosa Neca vaga do PDT	Anthony Garotinho
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Wellington Roberto vaga do PCdoB
	Zoinho vaga do PROS
PSB	
1 vaga	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
DEM	
Ronaldo Caiado	Mendonça Filho
SD	
Simplício Araújo	Fernando Francischini
PTB	
Nilton Capixaba	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Stepan Nercessian
PROS	
Valtenir Pereira	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	André Figueiredo
PCdoB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PSC	
Zequinha Marinho vaga do PR	
PMN	
Francisco Tenório vaga do PSD	

Secretário(a): Luiz Paulo Pieri
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

Presidente: Domingos Neto (PROS)
1º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PROS)
2º Vice-Presidente: Wilson Filho (PTB)
3º Vice-Presidente: Dudimar Paxiuba (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Miriquinho Batista	Anselmo de Jesus
Taumaturgo Lima	Francisco Praciano
Zé Geraldo	1 vaga
PMDB	
Marcelo Castro	Marinha Raupp
Mauro Benevides	Professor Setimo
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSDB	
Nilson Leitão	Izalci
Nilson Pinto	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSD	
Moreira Mendes	Átila Lins
Urzeni Rocha	Manoel Salviano vaga do PSDB
	Silas Câmara
PP	
Gladson Cameli	Raul Lima
PR	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Lúcio Vale
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Pastor Eurico
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Pauderney Avelino
SD	
Sebastião Bala Rocha	Domingos Dutra
PTB	
Wilson Filho	Sérgio Moraes
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Paulo Wagner
PROS	
Ademir Camilo vaga do PCdoB	José Augusto Maia
Domingos Neto	Major Fábio vaga do PCdoB
Dudimar Paxiuba vaga do PR	
Givaldo Carimbão vaga do PSB	
PDT	
Weverton Rocha	Giovanni Queiroz
PCdoB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PSC	
Zequinha Marinho vaga do PMDB	
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PMDB

Secretário(a): Idelfonso Vidal Salmito
Local: Anexo II, Sala 55, Ala A, Térreo
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Zequinha Marinho (PSC)
1º Vice-Presidente: Erivelton Santana (PSC)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Eudes Xavier	Erika Kokay
Fernando Ferro	João Paulo Lima
Leonardo Monteiro	Nilmário Miranda
Paulo Pimenta vaga do PSD	
PMDB	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Professor Setimo
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Bonifácio de Andrada	2 vagas
Bruna Furlan	
PSD	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PP	
Waldir Maranhão	1 vaga
PR	

Lincoln Portela 1 vaga

PSB

Janete Capiberibe vaga do PDT Glauber Braga
Luiza Erundina

DEM

1 vaga Efraim Filho

SD

Dr. Grilo Domingos Dutra

PTB

Walney Rocha Nelson Marquezelli

Bloco PV, PPS

Arnaldo Jordy Sarney Filho

PROS

José Augusto Maia (Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PDT

(Dep. do PSB ocupa a vaga) Marcos Rogério

PSC

Erivelton Santana vaga do PMDB
Zequinha Marinho vaga do PMDB

PSOL

Chico Alencar vaga do PROS

Secretário(a): Claudio Ribeiro Paes
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
1º Vice-Presidente: Penna (PV)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Márcio Macêdo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Leonardo Monteiro	Anselmo de Jesus
Márcio Macêdo	Luci Choinacki
Maria Lucia Prandi	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Taumaturgo Lima vaga do SD	
PMDB	
Adrian	2 vagas
Aníbal Gomes	
PSDB	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	Reinaldo Azambuja vaga do PSD
1 vaga	Ricardo Tripoli (Dep. do DEM ocupa a vaga)
PSD	
André de Paula	Felipe Bornier vaga do PT
Irajá Abreu	Moreira Mendes
Reinhold Stephanes vaga do PSDB	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PP	
1 vaga	Rebecca Garcia
PR	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Dr. Paulo César
PSB	
Stefano Aguiar	Alfredo Sirkis
DEM	
1 vaga	Abelardo Lupion
	Lira Maia vaga do PSDB
SD	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PTB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Penna vaga do PR	
Sarney Filho vaga do PTB	
PROS	
Givaldo Carimbão	Dudimar Paxiuba
PDT	
Weverton Rocha	Giovani Cherini
PSC	
	Nelson Padovani vaga do SD
PSOL	
	Chico Alencar vaga do Bloco PV, PPS

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Geraldo Thadeu (PSD)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)
2º Vice-Presidente: Ronaldo Benedet (PMDB)
3º Vice-Presidente: Eros Biondini (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Carlos Zarattini
Gabriel Guimarães	Cláudio Puty
Luiz Alberto	Paulão
Luiz Sérgio	Ronaldo Zulke
Vander Loubet	Weliton Prado
PMDB	
Elcione Barbalho	Edio Lopes vaga do PSC
Hermes Parcianello vaga do PSC	Eliseu Padilha
Luiz Otavio	Lelo Coimbra
Ronaldo Benedet	Washington Reis
Rose de Freitas	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB	
José Aníbal	Bruno Araújo
Paulo Abi-ackel	Carlos Alberto Leréia vaga do PMDB
Rodrigo de Castro vaga do PSB	Domingos Sávio
Wandenkolk Gonçalves	Luiz Fernando Machado
	Nilson Leitão vaga do PDT
PSD	
Fernando Torres	Eduardo Sciarra
Geraldo Thadeu	Eliene Lima
Marcos Montes	Paulo Magalhães vaga do DEM
	1 vaga
PP	
Betinho Rosado	João Leão
Dimas Fabiano	Missionário José Olimpio
José Otávio Germano	Nelson Meurer vaga do PCdoB
	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PR	
João Carlos Bacelar	Gorete Pereira
José Rocha	Magda Mofatto
PSB	
Fernando Coelho Filho	Alexandre Toledo (Licenciado)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Jose Stédile
DEM	
Davi Alcolumbre	Claudio Cajado vaga do PP
Vitor Penido	Ronaldo Caiado
	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
SD	

Luiz Argôlo	Eduardo Gomes (Licenciado)
PTB	
Eros Biondini	Luiz Carlos Busato
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	Arnaldo Jordy
PROS	
Dudimar Paxiuba	Salvador Zimbaldi
PDT	
Giovani Cherini	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PRB	
Cleber Verde	César Halum

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Duarte Nogueira (PSDB)
2º Vice-Presidente: Hugo Napoleão (PSD)
3º Vice-Presidente: Alfredo Sirkis (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Zarattini	Benedita da Silva
Henrique Fontana	Cândido Vaccarezza
Janete Rocha Pietá	Devanir Ribeiro vaga do PP
Josias Gomes	Dr. Rosinha
Marco Maia	Iara Bernardi vaga do PMDB
	Luiz Alberto
	Nelson Pellegrino
	Vanderlei Siraque vaga do PR
PMDB	
Almeida Lima	Adrian vaga do PTB
André Zacharow	Edson Ezequiel
Íris de Araújo	Newton Cardoso
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Pedro Novais
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Raul Henry
	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame vaga do PR	Cesar Colnago
Carlos Alberto Leréia vaga do DEM	Izalci
Carlos Sampaio	Luiz Carlos Hauly
Duarte Nogueira vaga do PSB	
Eduardo Barbosa	
Emanuel Fernandes vaga do PSC	
1 vaga	
PSD	
Hugo Napoleão	André de Paula
Jefferson Campos	Átila Lins
Urzeni Rocha	Moreira Mendes
PP	
Raul Lima	Jair Bolsonaro
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Vilalba
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PR	
Aracely de Paula vaga do PP	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	
PSB	
Alfredo Sirkis	Abelardo Camarinha
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Stefano Aguiar
DEM	
Claudio Cajado	Alexandre Leite
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Ronaldo Caiado
SD	
João Dado	Dr. Grilo
PTB	
José Chaves vaga do PMDB	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Nelson Marquezelli	
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	Rubens Bueno
PROS	
Major Fábio	Cida Borghetti
PDT	
Marcos Rogério	Vieira da Cunha
PCdoB	
Perpétua Almeida	João Ananias
PSC	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Takayama
PRB	
César Halum vaga do PP	Vitor Paulo
George Hilton	
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PR
PSOL	
Ivan Valente vaga do PMDB	
PMN	
Jaqueline Roriz vaga do PR	

Secretário(a): Edilson Holanda Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Pauderney Avelino (DEM)
1º Vice-Presidente: Lincoln Portela (PR)
2º Vice-Presidente: Weliton Prado (PT)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Edson Santos	Alessandro Molon
Renato Simões	Rogério Carvalho
Weliton Prado	Sibá Machado
PMDB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Edio Lopes
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Marllos Sampaio
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Osmar Terra
PSDB	
João Campos	Otavio Leite
Pinto Itamaraty	William Dib
PSD	
Junji Abe	Guilherme Campos
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PP	
Guilherme Mussi	Jair Bolsonaro
PR	
Lincoln Portela	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Keiko Ota	Alfredo Sirkis vaga do PSD
Pastor Eurico vaga do PMDB	Gonzaga Patriota
DEM	

Efraim Filho vaga do PSD	Alexandre Leite vaga do Bloco PV, PPS
Mendonça Prado vaga do PMDB	Onyx Lorenzoni vaga do SD
Pauderney Avelino	Ronaldo Caiado
SD	
Fernando Francischini	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PTB	
Sabino Castelo Branco	Arnaldo Faria de Sá
	Wilson Filho vaga do PDT
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PROS	
José Augusto Maia	Major Fábio
PDT	
Enio Bacci	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PCdoB	
Delegado Protógenes	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima vaga do PMDB	
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PR

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Amauri Teixeira (PT)
1º Vice-Presidente: Antonio Brito (PTB)
2º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
3º Vice-Presidente: José Linhares (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Amauri Teixeira	Erika Kokay
Assis Carvalho	Helcio Silva
Benedita da Silva	Henrique Fontana
Dr. Rosinha	Padre Ton
Rogério Carvalho	Ságuas Moraes
Zeca Dirceu	Valmir Assunção
PMDB	
Darcísio Perondi	André Zacharow
Geraldo Resende vaga do PSD	Danilo Forte
Nilda Gondim	Elcione Barbalho
Osmar Terra	Íris de Araújo
Saraiva Felipe	Rose de Freitas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSDB	
Mara Gabrilli	Cesar Colnago
Marcus Pestana	Eduardo Barbosa vaga do PSOL
Otavio Leite	João Campos
	Raimundo Gomes de Matos
PSD	
Eleuses Paiva	Geraldo Thadeu
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Onofre Santo Agostini
1 vaga	Silas Câmara
PP	
José Linhares	Iracema Portella
Toninho Pinheiro	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PR	
Dr. Paulo César	Anderson Ferreira
Francisco Floriano vaga do PRP	Gorete Pereira
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Alexandre Roso	Pastor Eurico vaga do PP
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Paulo Foletto
	Sandra Rosado
DEM	
Lael Varella vaga do PSB	Luiz de Deus
Mandetta	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
1 vaga	
SD	
Carlos Manato	João Dado
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Henrique Afonso
	Roberto de Lucena vaga do DEM
PROS	
Dr. Jorge Silva	Cida Borghetti
Maurício Trindade vaga do PMDB	Liliam Sá vaga do PCdoB
PDT	
Sueli Vidigal	Marcos Rogério vaga do PRP
	Paulo Rubem Santiago
PCdoB	
Jandira Feghali vaga do PSOL	Jô Moraes vaga do PP
João Ananias	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PSC	
Filipe Pereira	Zequinha Marinho
Takayama vaga do PP	
PRB	
Jhonatan de Jesus	Vitor Paulo
PSOL	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PRP	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PTdoB	
Rosinha da Adefal vaga do PR	

Secretário(a): Rubens Gomes Carneiro Filho
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Luiz Fernando Faria (PP)
1º Vice-Presidente: Flávia Morais (PDT)
2º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
3º Vice-Presidente: Sandro Mabel (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Eudes Xavier	Dalva Figueiredo
Francisco Chagas	Luiz Sérgio
Nelson Pellegrino	Marcon
Policarpo	Vicentinho
1 vaga	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PMDB	
Sandro Mabel	Darcísio Perondi
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Fátima Pelaes
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Leonardo Quintão
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSDB	
Andreia Zito	João Campos
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSD	
Roberto Santiago	Sergio Zveiter

(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PP	
Guilherme Mussi	José Otávio Germano
Luiz Fernando Faria	Roberto Balestra vaga do PMDB
	Roberto Teixeira vaga do PT
	Sandes Júnior
PR	
Gorete Pereira	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
Luciano Castro	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
1 vaga	1 vaga
DEM	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Davi Alcolumbre
SD	
Armando Vergílio vaga do PSD	Augusto Coutinho vaga do PSD
Laercio Oliveira vaga do DEM	Sebastião Bala Rocha
Paulo Pereira da Silva	Wladimir Costa vaga do PSC
PTB	
Jorge Côrte Real	Alex Canziani vaga do PDT
Luiz Carlos Busato vaga do PMDB	Jovair Arantes
Walney Rocha vaga do Bloco PV, PPS	Sabino Castelo Branco vaga do PSDB
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga
PROS	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PDT	
André Figueiredo	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Flávia Morais vaga do PSDB	
PCdoB	
Assis Melo	Alice Portugal vaga do PR
Daniel Almeida vaga do PMDB	Chico Lopes
Manuela D'ávila vaga do PROS	
PSC	
Erivelton Santana	(Dep. do SD ocupa a vaga)
Silvio Costa vaga do PMDB	
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): José Mauro Meira Magalhães
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Renato Molling (PP)
1º Vice-Presidente: Vilalba (PP)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
José Airton	Luci Choinacki
Paulo Pimenta	Luiz Sérgio
1 vaga	Policarpo
PMDB	
Aníbal Gomes	Edinho Bez
Fabio Reis	Hermes Parcianello
Geraldo Resende	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Marllos Sampaio vaga do PSD	
Pedro Chaves vaga do PSDB	
PSDB	
Andreia Zito	Nilson Leitão
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	Roberto Santiago
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Renato Molling	Renzo Braz vaga do PCdoB
Vilalba vaga do PDT	Roberto Britto
PR	
Dr. Paulo César vaga do PTB	José Rocha
Magda Mofatto	
PSB	
Abelardo Camarinha	Alexandre Roso
Valadares Filho vaga do DEM	Alexandre Toledo (Licenciado) vaga do PDT
DEM	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Professora Dorinha Seabra Rezende
SD	
Benjamin Maranhão	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PTB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	1 vaga
PROS	
Zé Vieira	1 vaga
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
	Lauriete vaga do PMDB
PTdoB	
	Rosinha da Adefal vaga do SD

Secretário(a): Ana Katia Martins Bertholdo
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
1º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
2º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)
3º Vice-Presidente: Diego Andrade (PSD)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Geraldo Simões	José Airton
Jesus Rodrigues	Rubens Otoni
Paulão	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do SD ocupa a vaga)
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PMDB	
Edinho Araújo vaga do PT	Alexandre Santos vaga do PT
Edson Ezequiel vaga do PSC	Camilo Cola vaga do PRTB
Fátima Pelaes	Edinho Bez
Marinha Raupp	Fabio Reis
Mauro Mariani vaga do PSDB	Marcelo Castro vaga do PSC
Newton Cardoso	Mauro Lopes
Osvaldo Reis vaga do PSB	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Washington Reis	
PSDB	
Vanderlei Macris	(Dep. do PR ocupa a vaga)
(Dep. do PR ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PSD	
Diego Andrade	Arolde de Oliveira
Jaime Martins	Ricardo Izar
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Roberto Dorner
PP	
João Leão	Gladson Cameli

Julio Lopes vaga do PSD	Raul Lima
Lázaro Botelho	
Renzo Braz vaga do PRTB	
PR	
Lúcio Vale vaga do PSDB	Aelton Freitas
Milton Monti	Paulo Feijó vaga do PSDB
Vinicius Gurgel vaga do PCdoB	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
Wellington Fagundes	
Zoinho vaga do PT	
PSB	
Gonzaga Patriota	Jose Stédile
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Leopoldo Meyer
DEM	
Rodrigo Maia	Jorge Tadeu Mudalen vaga do PT
	Lael Varella
SD	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Aureo vaga do PT
	Luiz Argôlo
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito vaga do PMDB
Pedro Fernandes vaga do SD	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Fábio Ramalho
PROS	
Hugo Leal	Antonio Balhmann
PDT	
Ângelo Agnolin	Giovanni Queiroz
PCdoB	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PRTB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PCdoB
PRP	
	Jânio Natal vaga do PR

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4378, DE 1998, DO SR. MILTON MENDES, QUE "REGULA AS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O PRODUTOR RURAL INTEGRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Assis do Couto	Jesus Rodrigues
Bohn Gass	Marcon
Gabriel Guimarães	Rogério Carvalho
Pedro Uczai (Licenciado)	1 vaga
PMDB	
Alceu Moreira	4 vagas
Antônio Andrade	
Celso Maldaner	
Leandro Vilela	
PSDB	
Hélio Santos	Alfredo Kaefer
Reinaldo Azambuja	Domingos Sávio
Wandenkolk Gonçalves	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PP	
Luis Carlos Heinze	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	Jerônimo Goergen
DEM	
Abelardo Lupion	Efraim Filho
1 vaga	1 vaga
PR	
Wellington Fagundes	Luiz Nishimori vaga do PSDB
1 vaga	2 vagas
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Josué Bengtson	1 vaga
PSC	
Takayama	Nelson Padovani
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS	
SD	
Zé Silva vaga do PDT	
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS, LEVANTAR AS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À TEMÁTICA ENVOLVENDO O APRIMORAMENTO DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: José de Filippi (PT)
Relator: Rogério Carvalho (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Francisco Praciano	Afonso Florence
José de Filippi (Licenciado)	Assis do Couto
Paulo Teixeira	Márcio Macêdo
Rogério Carvalho	1 vaga
PMDB	
Almeida Lima vaga do Bloco PV, PPS	Edinho Araújo
Leonardo Picciani	Fábio Trad
Osmar Serraglio	Marcelo Castro
Saraiva Felipe	Rogério Peninha Mendonça
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSDB	

Bonifácio de Andrada	Alfredo Kaefer
João Campos	2 vagas
Luiz Carlos	
Luiz Pitiman vaga do PMDB	
PP	
Esperidião Amin	João Leão
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Paulo Maluf
DEM	
Mendonça Filho	2 vagas
Mendonça Prado	
PR	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSB	
Valadares Filho	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PDT	
Paulo Rubem Santiago	1 vaga
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Paes Landim	1 vaga
PSC	
Takayama	1 vaga
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PRB	
Beto Mansur vaga do PP	1 vaga
1 vaga	
PTdoB	
Rosinha da Adefal	1 vaga
PSD	
2 vagas	2 vagas
SD	
Laercio Oliveira vaga do PR	
PROS	
	Ariosto Holanda vaga do PSB

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS SEGUINTES LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Chico Lopes (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Devanir Ribeiro
Luiz Alberto	Edson Santos
Luiz Couto	Fátima Bezerra
Vicentinho	Renato Simões
PMDB	
Fátima Pelaes	Edinho Bez
Marllos Sampaio	Mauro Benevides
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Otavio Leite	
Vanderlei Macris	
PP	
Sandes Júnior	Dilceu Sperafico
Vilson Covatti	Roberto Teixeira
DEM	
Alexandre Leite	2 vagas
Mendonça Prado	
PR	
Gorete Pereira	2 vagas
Zoinho	
PSB	
Sandra Rosado	2 vagas
1 vaga	
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Giovani Cherini
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Arnon Bezerra
PSC	
Filipe Pereira	Pastor Marco Feliciano
PCdoB	
Chico Lopes	Daniel Almeida
PRB	
Jhonatan de Jesus	Cleber Verde
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Átila Lins vaga do PMDB	
Felipe Bornier vaga do PHS	
SD	
Paulo Pereira da Silva vaga do PDT	

Secretário(a): Raquel Andrade
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXECUTIVA ENCARREGADA DE IMPLEMENTAR TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA SESSÃO DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	
Iara Bernardi	
PMDB	
Hugo Motta	
Mauro Benevides	
PSDB	
Bruna Furlan	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	

PSB
Glauber Braga

Secretário(a): Hérycka
Local: Prédio do CEFOR, Sala 27
Telefones: Ramal 67620

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 005-A, DE 2011, DO SR. NELSON MARQUEZELLI, QUE "ALTERA O INCISO XV DO ART. 48 E REVOGA OS INCISOS VII E VIII DO ART. 49 PARA ESTABELECER QUE OS SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTROS DE ESTADO, SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS SÃO IDÊNTICOS AOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"

Presidente:
1º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
2º Vice-Presidente: Weliton Prado (PT)
3º Vice-Presidente: Zequinha Marinho (PSC)
Relator: Mauro Lopes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Josias Gomes	Zé Geraldo
Weliton Prado	3 vagas
2 vagas	
PMDB	
Marcelo Castro	Darcísio Perondi
Mauro Lopes	3 vagas
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	3 vagas
João Campos	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Carlos Magno	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	José Otávio Germano
DEM	
Alexandre Leite	2 vagas
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
PR	
Gorete Pereira	Aelton Freitas
Jorginho Mello vaga do PSDB	1 vaga
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
PSB	
Abelardo Camarinha	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Gonzaga Patriota	1 vaga
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Damião Feliciano
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Nelson Marquezelli	Josué Bengtson
PSC	
Zequinha Marinho	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	Osmar Júnior
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
José Carlos Araújo	Jefferson Campos
Moreira Mendes	Onofre Santo Agostini
SD	
Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB	
Augusto Coutinho vaga do DEM	
Aureo vaga do PRTB	
João Dado vaga do PDT	
Laercio Oliveira vaga do PR	
Wladimir Costa vaga do PMDB	
PROS	
	Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 2011, DO SR. LUIZ FERNANDO MACHADO, QUE "ALTERA OS ARTS. 28, 29 E 84 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA INSTITUIR A OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DO PLANO DE METAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, COM BASE NAS PROPOSTAS DA CAMPANHA ELEITORAL"

Presidente: Leonardo Quintão (PMDB)
1º Vice-Presidente: Raul Henry (PMDB)
2º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)
3º Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PR)
Relator: João Paulo Lima (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima	Iriny Lopes
Paulo Teixeira	3 vagas
Sibá Machado	
1 vaga	
PMDB	
José Priante	Edinho Bez
Leonardo Quintão	Geraldo Resende
Lucio Vieira Lima	Manoel Junior
Raul Henry	Sandro Mabel
PSDB	
Cesar Colnago	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Luiz Fernando Machado	
Raimundo Gomes de Matos	
PP	
Esperidião Amin	Renato Molling
Paulo Maluf	Roberto Britto
DEM	
2 vagas	2 vagas
PR	
Wellington Fagundes	2 vagas
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Dr. Ubiali	2 vagas
Júlio Delgado	
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PTB	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Takayama	1 vaga
PCdoB	
Assis Melo	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga

PSL

(Dep. do SD ocupa a vaga) 1 vaga

PSD

Átila Lins Junji Abe
Onofre Santo Agostini 1 vaga

SD

Dr. Grilo vaga do PSL
Marcos Medrado vaga do PDT

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 1995, DO SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO, QUE "MODIFICA O ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO MESMO ARTIGO", CRIANDO O SISTEMA DISTRITAL MISTO

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Fernando Ferro
João Paulo Lima	Luci Choinacki
José Guimarães	Luiz Alberto
Ricardo Berzoini (Licenciado)	Sibá Machado
Rubens Otoni	Taumaturgo Lima
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Almeida Lima	Eduardo Cunha
Edinho Araújo	Íris de Araújo
Mauro Benevides	Marcelo Castro
Newton Cardoso	Raul Henry
Professor Setimo	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Marcus Pestana	Bonifácio de Andrada
William Dib	2 vagas
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
José Otávio Germano	Roberto Balestra
Paulo Maluf	2 vagas
1 vaga	
DEM	
Efraim Filho	Felipe Maia
Pauderney Avelino	Mandetta
Ronaldo Caiado	Mendonça Filho
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Onyx Lorenzoni
PR	
Luciano Castro	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSB	
Alfredo Sirkis vaga do Bloco PV, PPS	Pastor Eurico
Luiza Erundina	Valadares Filho
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
1 vaga	
PDT	
Reguffe	Félix Mendonça Júnior
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Roberto Freire
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Rosane Ferreira
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Walney Rocha	Paes Landim
PSC	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Edmar Arruda
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca vaga do PSC	Delegado Protógenes
Daniel Almeida	
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Lourival Mendes	1 vaga
PSD	
Jaime Martins vaga do PR	Felipe Bornier vaga do PR
	Jefferson Campos vaga do PSB
SD	
Augusto Coutinho vaga do DEM	
PROS	
Miro Teixeira vaga do PDT	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
Vicente Arruda vaga do PR	

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11-A, DE 2011, DO SR. SANDRO ALEX, QUE "ALTERA E ACRESCENTA NOVOS DISPOSITIVOS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, VEDANDO A NOMEAÇÃO OU A DESIGNAÇÃO PARA OS CARGOS QUE MENCIONA DAQUELES CONSIDERADOS INELEGÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL PARA QUALQUER CARGO" (PROÍBE A NOMEAÇÃO DAQUELES QUE TENHAM SIDO CONSIDERADOS INELEGÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL PARA OS CARGOS DE MINISTRO DE ESTADO OU CARGO EQUIPARADO, SECRETÁRIO EXECUTIVO, CARGOS EM COMISSÃO E DESIGNAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA)

Presidente: Lincoln Portela (PR)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Cândido Vaccarezza (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	3 vagas
Cândido Vaccarezza	
José Guimarães	
PMDB	
Danilo Forte	3 vagas
Rose de Freitas	
1 vaga	
PSDB	
Cesar Colnago	2 vagas
Nelson Marchezan Junior	
PSD	
Sergio Zveiter	2 vagas
(Dep. do SD ocupa a vaga)	

PP	
Roberto Balestra	Lázaro Botelho
Roberto Britto	Roberto Teixeira
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
1 vaga	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Onyx Lorenzoni	Vitor Penido
PDT	
Marcos Rogério	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Rosane Ferreira
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSL	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
SD	
Armando Vergílio vaga do PSD	
Dr. Grilo vaga do PSL	
PROS	
	Salvador Zimbaldi vaga do PDT
	Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19-A, DE 2011, DO SR. WILSON FILHO, QUE "ALTERA O ART. 40 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA ESTABELECER A CRIAÇÃO DA ZONA FRANCA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO"

Presidente: Hugo Motta (PMDB)
1º Vice-Presidente: Andre Moura (PSC)
2º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB)
Relator: Gonzaga Patriota (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Eudes Xavier
João Paulo Lima	Fátima Bezerra
José Airton	2 vagas
Josias Gomes	
PMDB	
Hugo Motta	Akira Otsubo
Marllos Sampaio	Alberto Filho
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Raimundo Gomes de Matos	3 vagas
2 vagas	
PP	
Betinho Rosado	Roberto Britto
João Leão	Waldir Maranhão
Vilalba vaga do PRB	
DEM	
Efraim Filho	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Mendonça Prado	1 vaga
PR	
Anderson Ferreira	Giroto (Licenciado) vaga do PMDB
Gorete Pereira	2 vagas
PSB	
Gonzaga Patriota	2 vagas
Sandra Rosado	
PDT	
Félix Mendonça Júnior	Paulo Rubem Santiago
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	1 vaga
PTB	
Wilson Filho	Arnon Bezerra
PSC	
Andre Moura	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PCdoB	
Chico Lopes	Daniel Almeida
PRB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PTdoB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Hugo Napoleão	José Carlos Araújo
Manoel Salviano	Júlio Cesar
SD	
Genecias Noronha vaga do PMDB	
PROS	
	Domingos Neto vaga do PSC
	Major Fábio vaga do DEM

Secretário(a): Eugenia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 1999, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "DETERMINA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS E CRÉDITO EDUCATIVO PARA O ENSINO MÉDIO E SUPERIOR AOS ESTUDANTES CARENTES EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS, ACRESCENTANDO INCISO VIII AO ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Alex Canziani (PTB)
1º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Nilda Gondim (PMDB)
Relator: Jorginho Mello (PR)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Sibá Machado
Márcio Macêdo	3 vagas
Zeca Dirceu	
1 vaga	
PMDB	
Marllos Sampaio	Raul Henry
Nilda Gondim	3 vagas
Professor Setimo	
Rogério Peninha Mendonça	
PSDB	
Eduardo Barbosa	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Nilson Leitão	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Jerônimo Goergen	Raul Lima vaga do PSD
José Linhares	Roberto Teixeira
	Waldir Maranhão

DEM
Efraim Filho — 2 vagas
Professora Dorinha Seabra Rezende
PR
Jorginho Mello vaga do PSDB — (Dep. do PRP ocupa a vaga)
Paulo Freire — 1 vaga
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSB
Sandra Rosado — 2 vagas
1 vaga
PDT
Marcos Rogério — Paulo Rubem Santiago
Bloco PV, PPS
1 vaga — 1 vaga
PTB
Alex Canziani — Paes Landim
PSC
Takayama — Andre Moura
PCdoB
João Ananias — 1 vaga
PRB
César Halum vaga do PSD — Jhonatan de Jesus
Cleber Verde
PSOL
1 vaga — 1 vaga
PSD
(Dep. do PRB ocupa a vaga) — Eleuses Paiva
1 vaga — (Dep. do PP ocupa a vaga)
PRP
Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53-A, DE 2007, DO SR. JOFRAN FREJAT, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 3º DO ART. 39 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (GARANTE AO SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, DIREITO A AVISO PRÉVIO, SEGURO DESEMPREGO, FGTS, ENTRE OUTROS)

Presidente: Magela (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Onofre Santo Agostini (PSD)
3º Vice-Presidente: Eurico Júnior (PV)
Relator: Izalci (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Amauri Teixeira
Luiz Couto	Iara Bernardi
Magela	José Guimarães
Policarpo	Rubens Otoni
PMDB	
Celso Maldaner	Akira Otsubo
Elcione Barbalho	Manoel Junior
1 vaga	Rogério Peninha Mendonça
PSDB	
Izalci	2 vagas
João Campos	
PSD	
Moreira Mendes	Junji Abe
Onofre Santo Agostini	Roberto Santiago
PP	
Arthur Lira	Jair Bolsonaro
Nelson Meurer	Missionário José Olimpio
PR	
Lincoln Portela	José Rocha vaga do PRP
	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Sandra Rosado	1 vaga
DEM	
1 vaga	1 vaga
SD	
João Dado	Domingos Dutra
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	1 vaga
PROS	
Ronaldo Fonseca	1 vaga
PDT	
Marcos Rogério	André Figueiredo
PCdoB	
Gustavo Petta	Jô Moraes
PSC	
Pastor Marco Feliciano	Andre Moura
PRP	
Chico das Verduras	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PTdoB	
	Rosinha da Adefal vaga do PR

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70-A, DE 2011, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O PROCEDIMENTO DE APRECIAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS PELO CONGRESSO NACIONAL"

Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Marcus Pestana (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Sérgio	Alessandro Molon
Odair Cunha	Assis Carvalho
Ricardo Berzoini (Licenciado)	Dalva Figueiredo
PMDB	
João Arruda	Osmar Serraglio
Leonardo Picciani	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Cesar Colnago	Alfredo Kaefer
Marcus Pestana	Bonifácio de Andrada
PSD	
José Humberto vaga do PHS	Moreira Mendes
Junji Abe	(Dep. do SD ocupa a vaga)
1 vaga	
PP	
Esperidião Amin	João Pizzolatti
Roberto Britto	Nelson Meurer
PR	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Márcio França	Glauber Braga
DEM	

Mendonça Prado	Onyx Lorenzoni
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Marcos Rogério
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	1 vaga
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
Osmar Júnior	Daniel Almeida
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
SD	
Dr. Grilo vaga do PR	Armando Vergílio vaga do PSD
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	
Miro Teixeira vaga do PDT	

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82-A, DE 2007, DO SR. FLÁVIO DINO E OUTROS, QUE "ACRESCE OS ARTS. 132-A E 135-A E ALTERA O ART. 168 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ATRIBUI AUTONOMIA FUNCIONAL E PRERROGATIVAS AOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA, ADVOCACIA DA UNIÃO, PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, PROCURADORIA-GERAL FEDERAL, PROCURADORIAS DAS AUTARQUIAS E ÀS PROCURADORIAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS) E APENSADA

Presidente: Alessandro Molon (PT)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Jerônimo Goergen (PP)
Relator: Lelo Coimbra (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Paulão
Ricardo Berzoini (Licenciado)	Paulo Teixeira
Sibá Machado	Policarpo
PMDB	
Eliseu Padilha	Elcione Barbalho
Fábio Trad	Rose de Freitas
Lelo Coimbra	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Antonio Imbassahy
Luiz Carlos	João Campos
PSD	
Diego Andrade	José Carlos Araújo
Silas Câmara	Onofre Santo Agostini
PP	
Carlos Magno	Dilceu Sperafico
Jerônimo Goergen	Sandes Júnior
PR	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Paulo Foletto	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Efraim Filho	Eli Correa Filho
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
PTB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	1 vaga
PCdoB	
Alice Portugal	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PHS	
1 vaga	1 vaga
SD	
	Simplício Araújo vaga do PCdoB
PROS	
José Augusto Maia vaga do PTB	Valtenir Pereira vaga do PSB
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90-A, DE 2011, DA SRA LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INTRODUZIR O TRANSPORTE COMO DIREITO SOCIAL"

Presidente: Marçal Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Nilmário Miranda (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Janete Rocha Pietá	Francisco Chagas
Nilmário Miranda	Paulão
1 vaga	Ronaldo Zulke
PMDB	
Alceu Moreira	Osvaldo Reis
Marçal Filho	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Nilda Gondim	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	2 vagas
Mara Gabrilli	
PSD	
Silas Câmara	Diego Andrade
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Renzo Braz	Julio Lopes vaga do PMDB
Vilalba vaga do PRB	Lázaro Botelho
1 vaga	Roberto Britto
PR	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	Dr. Ubiali
DEM	
Mendonça Filho	Rodrigo Maia
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Oziel Oliveira
PTB	
Walney Rocha	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Rosane Ferreira
PSC	
Takayama	1 vaga
PCdoB	

Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Acelino Popó
SD	
Armando Vergílio vaga do PSD	
Henrique Oliveira vaga do PR	

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 2011, DO SR. CLÁUDIO PUTY E OUTROS, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO" (ESTABELECE A INCIDÊNCIA DE ICMS PARA EXPORTAÇÃO DE BENS MINERAIS PRIMÁRIOS OU SEMI-ELABORADOS) E APENSADA

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cláudio Puty	4 vagas
José Airton	
Margarida Salomão	
Weliton Prado	
PMDB	
Leonardo Quintão	Alceu Moreira
Rose de Freitas	José Priante
Sandro Mabel	1 vaga
PSDB	
Jutahy Junior	2 vagas
Paulo Abi-ackel	
PSD	
José Humberto	Hugo Napoleão
Marcos Montes	Jaime Martins
PP	
Guilherme Mussi	2 vagas
José Otávio Germano	
PR	
Aelton Freitas	1 vaga
PSB	
Jose Stédile	Janete Capiberibe
DEM	
Felipe Maia	1 vaga
SD	
Arthur Oliveira Maia	Eduardo Gomes (Licenciado)
PTB	
Luiz Carlos Busato	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	1 vaga
PROS	
Valtenir Pereira	Antonio Balhmann
PDT	
Giovani Cherini	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Silvio Costa	1 vaga
PMN	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Claudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147-A, DE 2012, DO SR. AMAURI TEIXEIRA, QUE "FIXA PARÂMETROS PARA A REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO E DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DA CARREIRA DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Luiz Couto
Amauri Teixeira	Nelson Pellegrino
Décio Lima	Paulão
José Mentor	Vicente Candido
Policarpo	1 vaga
PMDB	
Manoel Junior	Marçal Filho
Mauro Benevides	Rogério Peninha Mendonça
Osmar Serraglio	2 vagas
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Andreia Zito
Raimundo Gomes de Matos	Otavio Leite
Reinaldo Azambuja	1 vaga
PSD	
Felipe Bornier	Júlio Cesar
Roberto Santiago	Moreira Mendes
1 vaga	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PP	
Jerônimo Goergen	Luiz Fernando Faria
Roberto Balestra	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	Lincoln Portela
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Luciano Castro
PSB	
Valadares Filho	Glauber Braga
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Júlio Delgado
DEM	
Mendonça Prado	Eli Correa Filho
Rodrigo Maia	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito
Wilson Filho vaga do PMDB	
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	1 vaga
PCdoB	
Chico Lopes	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
SD	
	Armando Vergílio vaga do PSD

João Dado vaga do PRB

PROS

Valtenir Pereira vaga do PSB

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PR

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 170-A, DE 2012, DA SRª ANDREIA ZITO E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO I DO § 1º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (GARANTE PROVENTOS INTEGRAIS AO SERVIDOR QUE SE APOSENTAR POR INVALIDEZ)

Presidente: Alexandre Roso (PSB)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Andre Moura (PSC)
Relator: Marçal Filho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Margarida Salomão	Amauri Teixeira
Rogério Carvalho	Dalva Figueiredo
Ságuas Moraes	Policarpo
PMDB	
Mauro Benevides	Edinho Araújo
Professor Setimo	Marçal Filho
Rose de Freitas	Marllos Sampaio
PSDB	
Andreia Zito	Nilson Leitão
João Campos	1 vaga
PSD	
Junji Abe	Edson Pimenta
Onofre Santo Agostini	1 vaga
PP	
Aline Corrêa	José Linhares
Vilson Covatti	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Alexandre Roso	Paulo Foletto
DEM	
Efraim Filho	1 vaga
PDT	
Sueli Vidigal	Giovani Cherini
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	1 vaga
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Jô Moraes	Jandira Feghali
PSOL	
Ivan Valente	1 vaga

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 176-A, DE 2012, DO SR. EDSON PIMENTA E OUTROS, QUE "INTRODUZ PARÁGRAFO NO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RETIRANDO IDOSOS E PORTADORES DE DOENÇA GRAVE OU INCAPACITANTE DA ORDEM DE PRECATÓRIOS", E APENSADA

Presidente: André Figueiredo (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Onofre Santo Agostini (PSD)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Dalva Figueiredo
Magela	3 vagas
Margarida Salomão	
Policarpo	
PMDB	
Flaviano Melo	3 vagas
Mauro Benevides	
Nilda Gondim	
PSDB	
2 vagas	2 vagas
PSD	
Moreira Mendes	Roberto Santiago
Onofre Santo Agostini	Sergio Zveiter
PP	
Nelson Meurer	Rebecca Garcia
Vilson Covatti	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	1 vaga
PSB	
Alexandre Roso	Dr. Ubiali
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
SD	
Sebastião Bala Rocha	Simplício Araújo
PTB	
Eros Biondini	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	1 vaga
PROS	
Dr. Jorge Silva	Ademir Camilo
PDT	
André Figueiredo	Flávia Morais
PCdoB	
Jô Moraes	1 vaga
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Cláudia Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 186-A, DE 2007, DO SR. DÉCIO LIMA, QUE "ACRESCENTA OS § 13 E 14, AO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (DETERMINA QUE LEI COMPLEMENTAR DEFINIRÁ AS NORMAS GERAIS APLICÁVEIS À

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS)

Presidente: Policarpo (PT)
1º Vice-Presidente: Amauri Teixeira (PT)
2º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
3º Vice-Presidente: Akira Otsubo (PMDB)
Relator: Rogério Peninha Mendonça (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Amauri Teixeira	Artur Bruno
Policarpo	João Paulo Lima
Vicente Candido	Weliton Prado
PMDB	
Akira Otsubo	Fábio Trad
Manoel Junior	Hugo Motta
Rogério Peninha Mendonça	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Cesar Colnago	Bonifácio de Andrada
João Campos	Wandenkolk Gonçalves
PSD	
Guilherme Campos	Geraldo Thadeu
Moreira Mendes	Sergio Zveiter
PP	
Paulo Maluf	Dimas Fabiano
Renato Molling	Renzo Braz
PR	
Gorete Pereira	Jorginho Mello
	Lincoln Portela vaga do PRTB
PSB	
Jose Stédile	Sandra Rosado
DEM	
Júlio Campos	Felipe Maia
PDT	
Marcos Rogério vaga do PRTB	Vieira da Cunha
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Nelson Marquezelli
	Wilson Filho vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	Paulo Wagner
PSC	
Antônia Lúcia	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	Jô Moraes
PRTB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
SD	
João Dado vaga do PDT	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 196-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2° DO ART. 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECER QUE A PERDA DE MANDATO SERÁ DECIDIDA POR VOTO ABERTO NOS CASOS QUE ESPECIFICA"

Presidente: Sibá Machado (PT)
1º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
2º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ivan Valente (PSOL)
Relator: Vanderlei Macris (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Amauri Teixeira
Iara Bernardi	Márcio Macêdo
Sibá Machado	Renato Simões
PMDB	
Eduardo Cunha	3 vagas
Manoel Junior	
Marcelo Castro	
PSDB	
Antonio Imbassahy	Izalci
Vanderlei Macris	Luiz Carlos Hauly
PSD	
Onofre Santo Agostini	Arolde de Oliveira
Sergio Zveiter	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PP	
Roberto Britto	2 vagas
Sandes Júnior	
PR	
Lincoln Portela	Wellington Fagundes
PSB	
Júlio Delgado	Márcio França
DEM	
Luiz de Deus	Felipe Maia
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Marcos Rogério
PTB	
Jovair Arantes	1 vaga
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Sandro Alex
PSC	
1 vaga	1 vaga
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PEN	
Ivan Valente	1 vaga
SD	
	Armando Vergílio vaga do PSD

Secretário(a): Raquel Andrade De Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 197-A, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O § 2º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A SISTEMÁTICA DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES REALIZADAS DE FORMA NÃO PRESENCIAL E QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO"

Presidente: Lucio Vieira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Guilherme Campos (PSD)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Miriquinho Batista (PT)
Relator: Márcio Macêdo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Assis Carvalho	Geraldo Simões
Cláudio Puty vaga do PSOL	Valmir Assunção
Márcio Macêdo	(Dep. do SD ocupa a vaga)

Miriquinho Batista	1 vaga
Sibá Machado	
PMDB	
Alceu Moreira	Alberto Filho
Lucio Vieira Lima	Hugo Motta
Manoel Junior	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Luiz Carlos	Duarte Nogueira
Otavio Leite	Emanuel Fernandes
Vaz de Lima	Vanderlei Macris
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Missionário José Olimpio	Roberto Teixeira
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Eli Correa Filho	
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	João Maia
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Alexandre Toledo (Licenciado)	2 vagas
Fernando Coelho Filho	
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	1 vaga
PTB	
Jorge Côrte Real	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Zequinha Marinho	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	Delegado Protógenes
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PSOL	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Ivan Valente
PSD	
Guilherme Campos	Arolde de Oliveira
Jaime Martins vaga do PR	1 vaga
Júlio Cesar	
SD	
Laercio Oliveira vaga do PR	Domingos Dutra vaga do PT
PROS	
	Hugo Leal vaga do PSC

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 204-A, DE 2012, DO SR. JOÃO CALDAS E OUTROS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 94, 104, 119 E 120 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ALTERAR A FORMA DE INDICAÇÃO DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOGADOS ÀS VAGAS NOS TRIBUNAIS"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Paulão	Josias Gomes
Policarpo	2 vagas
Ricardo Berzoini (Licenciado)	
PMDB	
Danilo Forte	3 vagas
Edio Lopes	
1 vaga	
PSDB	
Bruno Araújo	2 vagas
Carlos Sampaio	
PSD	
José Carlos Araújo	Átila Lins
Sergio Zveiter	Silas Câmara
PP	
Esperidião Amin	Vilson Covatti
Renato Molling	Waldir Maranhão
PR	
Lincoln Portela	Bernardo Santana de Vasconcellos
PSB	
Sandra Rosado	Gonzaga Patriota
DEM	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Sarney Filho
PSC	
Nelson Padovani	Zequinha Marinho
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
1 vaga	1 vaga
SD	
João Caldas vaga do DEM	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 209-A, DE 2012, DA SRª ROSE DE FREITAS, DO SR. LUIZ PITIMAN E OUTROS, QUE "INSERE O § 1º AO ART. 105, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E RENUMERA O PARÁGRAFO ÚNICO" (PARA ATRIBUIR REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE AO RECURSO ESPECIAL NO ÂMBITO DO STJ)

Presidente: Paes Landim (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gabriel Guimarães	3 vagas
Policarpo	
1 vaga	
PMDB	
Rose de Freitas	Fátima Pelaes
Sandro Mabel	Hugo Motta
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Bonifácio de Andrada	2 vagas
Luiz Carlos	
Luiz Pitiman vaga do PMDB	
PSD	

Hugo Napoleão — Moreira Mendes
(Dep. do SD ocupa a vaga) — 1 vaga

PP

Dilceu Sperafico — Sandes Júnior
1 vaga — (Dep. do PRB ocupa a vaga)

PR

Dr. Adilson Soares — Lincoln Portela

PSB

Jose Stédile — Keiko Ota

DEM

Mendonça Prado — Mendonça Filho

PDT

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Marcos Rogério

PTB

Paes Landim — Arnaldo Faria de Sá
Wilson Filho vaga do PMDB

Bloco PV, PPS

Sandro Alex — 1 vaga

PSC

Andre Moura — Nelson Padovani

PCdoB

1 vaga — 1 vaga

PRP

Chico das Verduras — Jânio Natal

SD

Armando Vergílio vaga do PSD

PROS

Miro Teixeira vaga do PDT

PRB

Beto Mansur vaga do PP

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2000, DO SR. ALMIR SÁ E OUTROS, QUE "ACRESCENTA O INCISO XVIII AO ART. 49; MODIFICA O § 4º E ACRESCENTA O § 8º AMBOS NO ART. 231, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUI DENTRE AS COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS DO CONGRESSO NACIONAL A APROVAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS ÍNDIOS E A RATIFICAÇÃO DAS DEMARCAÇÕES JÁ HOMOLOGADAS; ESTABELECENDO QUE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE DEMARCAÇÃO SERÃO REGULAMENTADOS POR LEI), E APENSADAS

Presidente: Afonso Florence (PT)
1º Vice-Presidente: Nilson Leitão (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
3º Vice-Presidente: Junji Abe (PSD)
Relator: Osmar Serraglio (PMDB)
Relator Substituto: Nelson Padovani (PSC)

Titulares	Suplentes
PT	
Afonso Florence	Anselmo de Jesus
Geraldo Simões	Dalva Figueiredo
Padre João	Valmir Assunção
PMDB	
Alceu Moreira	Amir Lando vaga do PSC
Darcísio Perondi	Celso Maldaner
Osmar Serraglio	Marinha Raupp
	1 vaga
PSDB	
Nilson Leitão	Domingos Sávio
Reinaldo Azambuja	Raimundo Gomes de Matos
PSD	
Junji Abe	Eliene Lima
Moreira Mendes	Marcos Montes
PP	
Luis Carlos Heinze	Dilceu Sperafico
Toninho Pinheiro vaga do PTdoB	Jerônimo Goergen
Vilson Covatti	
PR	
Giacobo	Bernardo Santana de Vasconcellos vaga do PTdoB
	Luciano Castro
PSB	
Janete Capiberibe	Glauber Braga
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Mandetta
PDT	
Giovanni Queiroz	Oziel Oliveira
PTB	
Sabino Castelo Branco	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	Penna
PSC	
Nelson Padovani	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Perpétua Almeida	Evandro Milhomen
PTdoB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 309-A, DE 2013, DO SR. PADRE JOÃO E OUTROS, QUE "ALTERA O § 8º DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL QUE EXERÇA SUAS ATIVIDADES EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR"

Presidente: Adrian (PMDB)
1º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
2º Vice-Presidente: Padre João (PT)
3º Vice-Presidente: Erika Kokay (PT)
Relator: Renato Simões (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Francisco Chagas
Padre João	Paulo Teixeira
Renato Simões	Policarpo
PMDB	
Adrian	Darcísio Perondi
Fabio Reis	Marcelo Castro
Pedro Novais	Sandro Mabel
PSDB	
Izalci	2 vagas
1 vaga	
PSD	
Onofre Santo Agostini	2 vagas
Roberto Santiago	
PP	
Aline Corrêa	José Linhares

1 vaga	Rebecca Garcia
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
Alexandre Roso	1 vaga
DEM	
Rodrigo Maia	1 vaga
PDT	
Giovani Cherini	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Edmar Arruda	1 vaga
PCdoB	
Jô Moraes	1 vaga
PTdoB	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 313-A, DE 2013, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA TORNAR AUTOMÁTICA A PERDA DO MANDATO DE PARLAMENTAR NAS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU DE CONDENAÇÃO POR CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", E APENSADA

Presidente: Sergio Zveiter (PSD)
1º Vice-Presidente: Sibá Machado (PT)
2º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
3º Vice-Presidente: Vieira da Cunha (PDT)
Relator: Raul Henry (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Josias Gomes	Dalva Figueiredo
Luiz Sérgio	Odair Cunha
Sibá Machado	Ricardo Berzoini (Licenciado)
PMDB	
Amir Lando	Professor Setimo
Leonardo Picciani	2 vagas
Raul Henry	
PSDB	
Bruno Araújo	Izalci
Nelson Marchezan Junior	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	Onofre Santo Agostini
Sergio Zveiter	1 vaga
PP	
Arthur Lira	Nelson Meurer
Vilson Covatti	1 vaga
PR	
Paulo Freire	1 vaga
PSB	
Júlio Delgado	Beto Albuquerque
DEM	
Mendonça Filho	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	Marcos Rogério
PTB	
Jorge Côrte Real	Paes Landim
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Stepan Nercessian
PSC	
Edmar Arruda	1 vaga
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	Jânio Natal

Secretário(a): Raquel Andrade De Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 325-A, DE 2009, DO SR. VALTENIR PEREIRA E OUTROS, QUE "ACRESCENTA SEÇÃO AO CAPÍTULO IV DO TÍTULO IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE A PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL", E APENSADA

Presidente: Otoniel Lima (PRB)
1º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PMDB)
2º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
3º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PROS)
Relator: Alessandro Molon (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Maria do Rosário
Dalva Figueiredo	Paulo Teixeira
Erika Kokay	Sibá Machado
PMDB	
Alberto Filho	Alceu Moreira
Alexandre Santos	2 vagas
Fátima Pelaes	
PSDB	
João Campos	Eduardo Barbosa
Vanderlei Macris	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSD	
Felipe Bornier	Eleuses Paiva
Irajá Abreu	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PP	
Sandes Júnior (Dep. do PROS ocupa a vaga)	Guilherme Mussi (Dep. do SD ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Luciano Castro
PSB	
Alexandre Roso	Jose Stédile
DEM	
Efraim Filho	Vitor Penido
PDT	
Enio Bacci	Subtenente Gonzaga
Marcos Rogério vaga do PSC	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
Bloco PV, PPS	
Sandro Alex	1 vaga
PSC	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PCdoB	
Perpétua Almeida	Jô Moraes
PSL	
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	1 vaga
SD	

Eduardo Gomes (Licenciado) vaga do PSDB
Luiz Argôlo vaga do PP

PROS

Ademir Camilo vaga do PP
Hugo Leal vaga do PSD

PRB

Otoniel Lima vaga do PSL
Vitor Paulo vaga do PSC

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PR

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 339-A, DE 2009, DO SR. VICENTINHO, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 39 E DO § 1º DO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL " (ASSEGURA O DIREITO AO ADICIONAL NOTURNO AOS POLICIAIS MILITARES, BOMBEIROS MILITARES E AOS INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA)

Presidente: Lincoln Portela (PR)
1º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
2º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
3º Vice-Presidente: Marllos Sampaio (PMDB)
Relator: Manoel Junior (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima	Dalva Figueiredo
Luci Choinacki	Erika Kokay
Miriquinho Batista	Luiz Couto
Paulão vaga do PDT	Taumaturgo Lima
Vicentinho	
PMDB	
Alberto Filho	Mauro Lopes
Manoel Junior	Ronaldo Benedet
Marllos Sampaio	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Izalci	
João Campos	
PP	
Jair Bolsonaro	Raul Lima vaga do PSD
José Otávio Germano	Vilson Covatti
	1 vaga
DEM	
Abelardo Lupion	Mendonça Prado
Efraim Filho	1 vaga
PR	
Lincoln Portela	Bernardo Santana de Vasconcellos
Zoinho	(Dep. do PRP ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	Keiko Ota
Paulo Foletto	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do SD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Rosane Ferreira
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
João Ananias	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima	Antonio Bulhões
PSOL	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Átila Lins	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PP ocupa a vaga)
SD	
Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS	Zé Silva vaga do PDT
PROS	
Hugo Leal vaga do PMDB	Givaldo Carimbão vaga do PSB
	Liliam Sá vaga do PSD
PRP	
	Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Valdivino Tolentino
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2013, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA OS ARTS. 165 E 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA TORNAR OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA", E APENSADA

Presidente: Pedro Eugênio (PT)
1º Vice-Presidente: Alessandro Molon (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Fernando Machado (PSDB)
3º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	José Guimarães
Margarida Salomão	Pedro Uczai (Licenciado)
Pedro Eugênio	Zeca Dirceu
Ricardo Berzoini (Licenciado)	1 vaga
PMDB	
Edio Lopes	Danilo Forte
Pedro Novais	João Arruda
1 vaga	Manoel Junior
PSDB	
Andreia Zito	Domingos Sávio
Luiz Fernando Machado	Izalci vaga do PRB
	William Dib
PSD	
Arolde de Oliveira	Eleuses Paiva
Moreira Mendes	Sérgio Brito
PP	
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Nelson Meurer	João Leão
PR	
Anthony Garotinho	Milton Monti
PSB	
Márcio França	1 vaga
DEM	
Mandetta	Ronaldo Caiado
SD	
Arthur Oliveira Maia	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Nelson Marquezelli	Nilton Capixaba
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	Sandro Alex

PROS	
Valtenir Pereira	1 vaga
PDT	
Giovanni Queiroz	André Figueiredo
	Flávia Morais vaga do PSC
PCdoB	
Osmar Júnior	Daniel Almeida
PSC	
Antônia Lúcia	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 391-A, DE 2014, DO SR. PAULÃO E OUTROS, QUE "FIXA PARÂMETROS PARA A REMUNERAÇÃO DA CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ARFB), DA CARREIRA DE AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO E DAS CARREIRAS DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS QUE SEJAM CAPITAL DE ESTADO OU COM POPULAÇÃO SUPERIOR A QUINHENTOS MIL HABITANTES E DA CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO".

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Luiz Couto
Amauri Teixeira	Nelson Pellegrino
Décio Lima	Paulão
José Mentor	Vicente Candido
PMDB	
Manoel Junior	Rogério Peninha Mendonça
Mauro Benevides	2 vagas
Osmar Serraglio	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Otavio Leite
1 vaga	1 vaga
PSD	
Felipe Bornier	Vilmar Rocha
Roberto Santiago	1 vaga
PP	
Jerônimo Goergen	Luiz Fernando Faria
Roberto Balestra	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	Júlio Delgado
DEM	
Mendonça Prado	1 vaga
SD	
João Dado	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Wilson Filho
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	1 vaga
PROS	
Hugo Leal	Valtenir Pereira
PDT	
André Figueiredo	Paulo Rubem Santiago
PCdoB	
Chico Lopes	Jô Moraes
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PRP	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Chico das Verduras
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PRP	

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 405-A, DE 2009, DO SR. CLEBER VERDE, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 8º DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ASSEGURAR AO GARIMPEIRO E AO PEQUENO MINERADOR O DIREITO À APOSENTADORIA"

Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: George Hilton (PRB)
3º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
Relator: Marçal Filho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dalva Figueiredo	Jesus Rodrigues
Miriquinho Batista	Josias Gomes
Odair Cunha	(Dep. do SD ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Edio Lopes	Alberto Filho
Flaviano Melo	Elcione Barbalho
Marçal Filho	Pedro Chaves
Sandro Mabel	1 vaga
PSDB	
Hélio Santos	Carlos Alberto Leréia
João Campos	2 vagas
Wandenkolk Gonçalves	
PP	
Raul Lima	Aline Corrêa
Sandes Júnior	Lázaro Botelho
DEM	
Paulo Cesar Quartiero	Efraim Filho
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
1 vaga	
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
1 vaga	Sarney Filho
PTB	
Nilton Capixaba	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PCdoB	
Evandro Milhomen	1 vaga
PRB	

George Hilton — Cleber Verde

PMN

1 vaga — 1 vaga

PSD

Silas Câmara vaga do DEM

SD

Laercio Oliveira vaga do PR — Domingos Dutra vaga do PT
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PR

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (061) 3216- 6201
FAX: (061) 3216- 6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 426-A, DE 2014, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 159 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA AUMENTAR A ENTREGA DE RECURSOS PELA UNIÃO PARA O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Presidente: João Maia (PR)
1º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
2º Vice-Presidente: Júlio Cesar (PSD)
3º Vice-Presidente: Dr. Ubiali (PSB)
Relator: Danilo Forte (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
José Airton	Bohn Gass
Reginaldo Lopes	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Sibá Machado	2 vagas
Weliton Prado	
PMDB	
Danilo Forte	Edinho Araújo
Lelo Coimbra	Osmar Terra
Lucio Vieira Lima	Rose de Freitas
PSDB	
Alfredo Kaefer	Raimundo Gomes de Matos
Marcus Pestana	1 vaga
PSD	
André de Paula	Manoel Salviano
Júlio Cesar	Onofre Santo Agostini
PP	
Nelson Meurer	Afonso Hamm
Renato Molling	Rebecca Garcia
	Toninho Pinheiro vaga do PRB
	Vilson Covatti vaga do PCdoB
PR	
João Maia	Manuel Rosa Neca
PSB	
Dr. Ubiali	Paulo Foletto
DEM	
Vitor Penido	Lira Maia
SD	
Wladimir Costa	Marcos Medrado
PTB	
Pedro Fernandes	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	Sandro Alex
PROS	
Edson Silva	Antonio Balhmann
PDT	
Félix Mendonça Júnior	Ângelo Agnolin
	Flávia Morais vaga do PT
PCdoB	
Assis Melo	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PRB	
César Halum	(Dep. do PP ocupa a vaga)

Secretário(a): Walbia Lora
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6267
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 443-A, DE 2009, DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA, ESTABELECENDO QUE "O SUBSÍDIO DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DAS PROCURADORIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL CORRESPONDERÁ A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL, FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E OS SUBSÍDIOS DOS DEMAIS INTEGRANTES DAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DA ESTRUTURA DA ADVOCACIA PÚBLICA SERÃO FIXADOS EM LEI E ESCALONADOS, NÃO PODENDO A DIFERENÇA ENTRE UM E OUTRO SER SUPERIOR A DEZ POR CENTRO OU INFERIOR A CINCO POR CENTO, NEM EXCEDER A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OBEDECIDO, EM QUALQUER CASO, O DISPOSTO NOS ARTIGOS 37, XI, E 39, § 4º"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Luiz Couto
Amauri Teixeira	Nelson Pellegrino
Décio Lima	Vander Loubet
José Mentor	Vicente Candido
PMDB	
Manoel Junior	Akira Otsubo
Mauro Benevides	Marçal Filho
Nilda Gondim	Rogério Peninha Mendonça
Osmar Serraglio	1 vaga
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Andreia Zito
Otavio Leite	João Campos
Reinaldo Azambuja	Wandenkolk Gonçalves
PP	
Dilceu Sperafico	Roberto Balestra
Jerônimo Goergen	Vilson Covatti
DEM	
Davi Alcolumbre	Mendonça Prado
Eli Correa Filho	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	Júlio Delgado
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Sandra Rosado
PDT	

Vieira da Cunha	Marcos Rogério
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PCdoB	
Jô Moraes	Chico Lopes
PRB	
Cleber Verde	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PHS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PSD	
Felipe Bornier vaga do PHS	Átila Lins vaga do PHS
	Júlio Cesar vaga do DEM
	Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS
SD	
	João Dado vaga do PRB
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	
PMN	
Francisco Tenório vaga do PSB	

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 454-A, DE 2009, DO SR. RONALDO CAIADO, QUE "ALTERA O TÍTULO VIII, CAPÍTULO II, SEÇÃO II - DA SAÚDE -, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988" (ESTABELECENDO DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA ÚNICA DE MÉDICO DE ESTADO)

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Geraldo Resende (PMDB)
2º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)
3º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
Relator: Eleuses Paiva (PSD)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dr. Rosinha	Henrique Fontana
Erika Kokay	3 vagas
Policarpo	
Rogério Carvalho	
PMDB	
Darcísio Perondi	Lelo Coimbra
Geraldo Resende	Marcelo Castro
Osmar Terra	2 vagas
Saraiva Felipe	
PSDB	
Cesar Colnago	Raimundo Gomes de Matos
Marcus Pestana	2 vagas
William Dib	
PP	
José Linhares	Roberto Balestra
Roberto Britto	Toninho Pinheiro
DEM	
Mandetta	Lael Varella
Ronaldo Caiado	Mendonça Prado
PR	
Gorete Pereira	Dr. Paulo César vaga do PSD
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do SD ocupa a vaga)
	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSB	
Alexandre Roso	2 vagas
Dr. Ubiali	
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	1 vaga
PTB	
Antonio Brito	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
PCdoB	
Osmar Júnior	1 vaga
PRB	
Jhonatan de Jesus	1 vaga
PTdoB	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
Marcos Montes	(Dep. do PR ocupa a vaga)
SD	
Henrique Oliveira vaga do PR	Armando Vergílio vaga do PR
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT	Dr. Grilo vaga do PR
PROS	
	Ademir Camilo vaga do PSD
	Dr. Jorge Silva vaga do PDT

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 479-A, DE 2010, DO SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA, QUE "ACRESCENTA O INCISO LXXIX AO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA INCLUIR O ACESSO À INTERNET EM ALTA VELOCIDADE ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO"

Presidente: Sandes Júnior (PP)
1º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
2º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB)
3º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
Relator: Amauri Teixeira (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	Josias Gomes
Amauri Teixeira	Rogério Carvalho
Bohn Gass	Sibá Machado
Devanir Ribeiro	Taumaturgo Lima
PMDB	
João Arruda	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Rogério Peninha Mendonça	3 vagas
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
1 vaga	
PSDB	
Antonio Imbassahy	3 vagas
Izalci vaga do PR	
Luiz Carlos	
Ruy Carneiro	
PP	
Sandes Júnior	Missionário José Olimpio
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	1 vaga
DEM	
Eli Correa Filho	2 vagas

Júlio Campos

PR

José Rocha — 2 vagas
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PSB

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Gonzaga Patriota
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — 1 vaga

PDT

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do SD ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Sandro Alex — 1 vaga

PTB

1 vaga — Sabino Castelo Branco
Wilson Filho vaga do PMDB

PSC

Takayama — Zequinha Marinho

PCdoB

Evandro Milhomen — 1 vaga

PRB

Antonio Bulhões — 1 vaga
Beto Mansur vaga do PP
César Halum vaga do PSD

PRTB

1 vaga — 1 vaga

PSD

Arolde de Oliveira — Eliene Lima
(Dep. do PRB ocupa a vaga) — 1 vaga

SD

Wladimir Costa vaga do PMDB — Sebastião Bala Rocha vaga do PDT

PROS

Ariosto Holanda vaga do PSB
Edson Silva vaga do PSB
Miro Teixeira vaga do PDT

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 491, DE 2010, DO SR. LUIZ CARLOS HAULY E OUTROS, QUE "ACRESCE INCISOS AO ART. 150, VI E ART. 155, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PROÍBE A CRIAÇÃO DE IMPOSTO INCIDENTE SOBRE INSUMOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIA, ALIMENTOS PARA O CONSUMO HUMANO E MEDICAMENTOS), E APENSADAS

Presidente: Antonio Brito (PTB)
1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
2º Vice-Presidente: Junji Abe (PSD)
3º Vice-Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)
Relator: Alceu Moreira (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Assis Carvalho	Paulo Pimenta
Francisco Chagas	Rogério Carvalho
João Paulo Lima	Sibá Machado
Newton Lima	Vanderlei Siraque
PMDB	
Alceu Moreira	3 vagas
Darcísio Perondi	
Hugo Motta	
PSDB	
Luiz Carlos Hauly	Raimundo Gomes de Matos
Nelson Marchezan Junior	1 vaga
PSD	
Eleuses Paiva	Geraldo Thadeu
Junji Abe	Manoel Salviano
PP	
Carlos Magno	Dilceu Sperafico
Roberto Balestra	Luis Carlos Heinze
PR	
Dr. Paulo César	Wellington Fagundes
PSB	
Alexandre Roso	Alexandre Toledo (Licenciado)
DEM	
Eli Correa Filho	1 vaga
SD	
Dr. Grilo	Eduardo Gomes (Licenciado)
PTB	
Antonio Brito	Josué Bengtson
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	1 vaga
PROS	
Dr. Jorge Silva	1 vaga
PDT	
Giovani Cherini	Oziel Oliveira
PCdoB	
Luciana Santos	1 vaga
PSC	
Edmar Arruda	Silvio Costa
PTdoB	
Rosinha da Adefal	Luis Tibé

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2011, DO SR. WELINTON PRADO, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME DE APROVEITAMENTO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS, COM EXCEÇÃO DOS MINÉRIOS NUCLEARES, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS E DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SUBMETIDAS AO REGIME DE LICENCIAMENTO DE QUE TRATA O INCISO III DO ART. 2º DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967"

Presidente: Gabriel Guimarães (PT)
1º Vice-Presidente: Marcos Montes (PSD)
2º Vice-Presidente: Rodrigo de Castro (PSDB)
3º Vice-Presidente: Aracely de Paula (PR)
Relator: Leonardo Quintão (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro	Francisco Chagas
Fernando Ferro	Iriny Lopes
Gabriel Guimarães	Luiz Sérgio
Luiz Alberto	Padre João
Ronaldo Zulke	Weliton Prado
PMDB	
José Priante	Edio Lopes
Leonardo Quintão	Fátima Pelaes
Rose de Freitas	João Magalhães
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Júnior Coimbra
1 vaga	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSDB	
Carlos Brandão	Cesar Colnago
Duarte Nogueira	Domingos Sávio vaga do PSC
Rodrigo de Castro	Nilson Leitão
	Paulo Abi-ackel vaga do PMDB
	Wandenkolk Gonçalves

PSD	
Eduardo Sciarra	Guilherme Campos
Jaime Martins	Júlio Cesar
Marcos Montes	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PP	
Guilherme Mussi	José Otávio Germano
Luiz Fernando Faria	Nelson Meurer
1 vaga	1 vaga
PR	
Aelton Freitas	Gorete Pereira
Aracely de Paula	José Rocha vaga do PSB
João Carlos Bacelar vaga do PMDB	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSB	
Paulo Foletto	Leopoldo Meyer
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
DEM	
Fábio Souto	Claudio Cajado
Vitor Penido	Lira Maia
PDT	
Ângelo Agnolin	Giovani Cherini
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Arnaldo Jardim
PSC	
Silvio Costa	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PCdoB	
Osmar Júnior	Evandro Milhomen
PRB	
Cleber Verde	César Halum vaga do PSD
	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	Ivan Valente
SD	
	Luiz Argôlo vaga do PR
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6218
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1572, DE 2011, DO SR. VICENTE CANDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL"

Presidente: Arthur Oliveira Maia (SD)
1º Vice-Presidente: Junji Abe (PSD)
2º Vice-Presidente: Hugo Leal (PROS)
3º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
Relator Substituto: Laercio Oliveira (SD)
Relator-Geral: Paes Landim (PTB)
Relator-Parcial: Décio Lima (PT)
Relator-Parcial: Marcos Montes (PSD)
Relator-Parcial: Jerônimo Goergen (PP)
Relator-Parcial: Antonio Balhmann (PROS)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Décio Lima	Alessandro Molon
Gabriel Guimarães	Francisco Chagas
Vanderlei Siraque	2 vagas
Vicente Candido	
PMDB	
Eduardo Cunha	João Magalhães
Pedro Novais	José Priante
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Lucio Vieira Lima
1 vaga	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSDB	
Jutahy Junior	Alfredo Kaefer
Raimundo Gomes de Matos	Cesar Colnago
Reinaldo Azambuja	Nelson Marchezan Junior
PP	
Jerônimo Goergen	Renzo Braz
Renato Molling	Roberto Teixeira
DEM	
Eli Correa Filho	Efraim Filho
Rodrigo Maia	1 vaga
PR	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do SD ocupa a vaga)	
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PDT	
André Figueiredo	Ângelo Agnolin
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Filipe Pereira
PCdoB	
Daniel Almeida	1 vaga
PRB	
Antonio Bulhões	1 vaga
PRTB	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Jaime Martins vaga do PR	Guilherme Campos
Junji Abe	Moreira Mendes
Marcos Montes	
SD	
Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB	Genecias Noronha vaga do PMDB
Aureo vaga do PRTB	
Laercio Oliveira vaga do PR	
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	
Hugo Leal vaga do PSC	

Secretário(a): Mária de Fátima de Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Presidente: Padre Ton (PT)
1º Vice-Presidente: Fernando Ferro (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB)
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Amauri Teixeira
Miriquinho Batista	João Paulo Lima
Padre Ton	Taumaturgo Lima
Valmir Assunção	1 vaga

PMDB	
Akira Otsubo	Eduardo Cunha
Edio Lopes	João Magalhães vaga do PR
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	Marinha Raupp
1 vaga	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Bruno Araújo	Carlos Brandão
Nilson Leitão	Rodrigo de Castro
Reinaldo Azambuja	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PP	
Carlos Magno	José Otávio Germano
Vilson Covatti	1 vaga
DEM	
Davi Alcolumbre	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Paulo Cesar Quartiero	1 vaga
PR	
Giacobo	José Rocha vaga do PSB
Luciano Castro	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSB	
Janete Capiberibe	(Dep. do PR ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PDT	
Giovanni Queiroz	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
Penna	Arnaldo Jordy
PTB	
Nilton Capixaba	1 vaga
PSC	
Filipe Pereira	Nelson Padovani
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar	1 vaga
PSD	
	Moreira Mendes vaga do PMDB
	Sérgio Brito vaga do DEM
SD	
	Berinho Bantim vaga do PSDB
	Laercio Oliveira vaga do PR
PRP	
Chico das Verduras vaga do PMDB	

Secretário(a): José Maria de Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE"

Presidente: Mauro Lopes (PMDB)
1º Vice-Presidente: Leandro Vilela (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vitor Penido (DEM)
3º Vice-Presidente:
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Zarattini	Márcio Macêdo
Jesus Rodrigues	Vicente Candido
Leonardo Monteiro	Weliton Prado
PMDB	
Leandro Vilela	Adrian
Leonardo Picciani	Danilo Forte
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	2 vagas
Raimundo Gomes de Matos	
PSD	
Felipe Bornier	2 vagas
Hugo Napoleão	
PP	
Renzo Braz	João Leão
1 vaga	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PR	
Zoinho	1 vaga
PSB	
1 vaga	Jose Stédile
DEM	
Vitor Penido	Alexandre Leite
PDT	
Ângelo Agnolin	Marcos Rogério
PTB	
1 vaga	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	Assis Melo
PEN	
1 vaga	1 vaga
SD	
	Luiz Argôlo vaga do PP
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	

Secretário(a): Maria de Fatima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2.177, DE 2011, DO SR. BRUNO ARAÚJO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO NACIONAL DE CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
1º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
2º Vice-Presidente: Eliene Lima (PSD)
3º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
Relator: Sibá Machado (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Edson Santos	Iara Bernardi
Jorge Bittar	Iriny Lopes
Newton Lima	Margarida Salomão
Sibá Machado	Vanderlei Siraque
PMDB	
Gabriel Chalita	Mauro Benevides
Lelo Coimbra	Osmar Serraglio
Professor Setimo	Saraiva Felipe
Raul Henry	1 vaga
PSDB	
Bruno Araújo	3 vagas

Izalci
1 vaga

PP

Esperidião Amin — Jerônimo Goergen
(Dep. do PRB ocupa a vaga) — Roberto Teixeira

DEM

Júlio Campos — Efraim Filho
Mandetta — Eli Correa Filho

PR

Francisco Floriano — José Rocha
1 vaga — Milton Monti

PSB

Paulo Foletto — 2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)

PDT

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do PROS ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

(Dep. do SD ocupa a vaga) — 1 vaga

PTB

Alex Canziani — 1 vaga

PSC

Takayama — Zequinha Marinho

PCdoB

Luciana Santos — Jandira Feghali

PRB

Beto Mansur vaga do PP — 1 vaga
1 vaga

PMN

Dr. Carlos Alberto — 1 vaga

PSD

Eliene Lima — Júlio Cesar
1 vaga — 1 vaga

SD

Simplício Araújo vaga do Bloco PV, PPS

PROS

Ariosto Holanda vaga do PSB — Salvador Zimbaldi vaga do PDT
Miro Teixeira vaga do PDT

Secretário(a): Eveline Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3555-A, DE 2004, DO SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, QUE "ESTABELECE NORMAS GERAIS EM CONTRATOS DE SEGURO PRIVADO E REVOGA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL, DO CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO E DO DECRETO-LEI Nº 73 DE 1966" (REVOGA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 556, DE 1850 E 10.406, DE 2002)

Presidente: Edinho Bez (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Armando Vergílio (SD)

Titulares — **Suplentes**

PT

Décio Lima — Paulo Teixeira
José Mentor — 3 vagas
Luiz Sérgio
Vicente Candido

PMDB

Darcísio Perondi — Eduardo Cunha
Edinho Araújo vaga do PMN — Júnior Coimbra
Edinho Bez — Lucio Vieira Lima
Manoel Junior — Ronaldo Benedet
Osmar Serraglio — Sandro Mabel vaga do PR

PSDB

Bruno Araújo — Duarte Nogueira
Jutahy Junior — Otavio Leite
Luiz Carlos Hauly — 1 vaga

PP

Nelson Meurer — Carlos Magno
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Esperidião Amin

DEM

Felipe Maia — Mendonça Prado
Onyx Lorenzoni — 1 vaga

PR

João Carlos Bacelar — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)
José Rocha — 1 vaga
Luciano Castro vaga do PRB

PSB

Beto Albuquerque — 2 vagas
Valadares Filho

PDT

Marcos Rogério — (Dep. do SD ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Rubens Bueno — Roberto de Lucena

PTB

Antonio Brito — Arnaldo Faria de Sá

PSC

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — 1 vaga

PCdoB

Daniel Almeida — Delegado Protógenes

PRB

(Dep. do PR ocupa a vaga) — 1 vaga

PMN

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) — 1 vaga

PSD

Moreira Mendes — José Carlos Araújo
(Dep. do SD ocupa a vaga) — Marcos Montes

SD

Armando Vergílio vaga do PSD — Sebastião Bala Rocha vaga do PDT

PROS

Cida Borghetti vaga do PP
Hugo Leal vaga do PSC

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3722, DE 2012, DO SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA, QUE "DISCIPLINA AS NORMAS SOBRE AQUISIÇÃO, POSSE, PORTE E CIRCULAÇÃO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES, COMINANDO PENALIDADES E DANDO PROVIDÊNCIAS CORRELATAS" (ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 1940 E REVOGA A LEI Nº 10.826, DE 2003)

Presidente: Marcos Montes (PSD)
1º Vice-Presidente: Guilherme Campos (PSD)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator: Claudio Cajado (DEM)

Titulares — **Suplentes**

PT

4 vagas — 4 vagas

PMDB

Edio Lopes — Alceu Moreira
Rogério Peninha Mendonça — (Dep. do PMN ocupa a vaga)

Sandro Mabel	1 vaga
PSDB	
João Campos	(Dep. do SD ocupa a vaga)
Nelson Marchezan Junior	1 vaga
PSD	
Guilherme Campos	Moreira Mendes
Marcos Montes	1 vaga
PP	
Jair Bolsonaro	Guilherme Mussi
Jerônimo Goergen	José Otávio Germano
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	Alfredo Sirkis
DEM	
Claudio Cajado	Alexandre Leite
	Onyx Lorenzoni vaga do PDT
SD	
Fernando Francischini	Dr. Grilo vaga do PSDB
	Simplício Araújo
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Nelson Marquezelli
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PROS	
Major Fábio	José Augusto Maia
PDT	
Enio Bacci	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PSOL	
Ivan Valente	1 vaga
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PR
PMN	
	Francisco Tenório vaga do PMDB

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.238, DE 2012, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 19 DA LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, PARA DISPOR SOBRE O PISO NACIONAL DE SALÁRIO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PARTICULARES QUE EXPLOREM SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES" (O PISO VARIA DE OITOCENTOS REAIS, GRAU MÍNIMO, A MIL E CEM REAIS, GRAU MÁXIMO), E APENSADOS

Presidente: Laercio Oliveira (SD)
1º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
2º Vice-Presidente: Guilherme Campos (PSD)
3º Vice-Presidente: Luiz Fernando Machado (PSDB)
Relator: Nelson Pellegrino (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eudes Xavier	Erika Kokay
Nelson Pellegrino	Weliton Prado
Policarpo	2 vagas
Vicente Candido	
PMDB	
Leonardo Quintão	Adrian
Osmar Serraglio	Darcísio Perondi
Rose de Freitas	Gabriel Chalita
PSDB	
Luiz Fernando Machado	João Campos
Nelson Marchezan Junior	Luiz Carlos Hauly
PSD	
Guilherme Campos	Felipe Bornier
Ricardo Izar	Roberto Santiago
PP	
Dimas Fabiano	Roberto Teixeira
Jerônimo Goergen	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PR	
Aelton Freitas	Gorete Pereira
PSB	
Júlio Delgado	1 vaga
DEM	
Davi Alcolumbre	1 vaga
SD	
Laercio Oliveira	Arthur Oliveira Maia
PTB	
Antonio Brito	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	1 vaga
PROS	
Major Fábio	Ademir Camilo
PDT	
Flávia Morais	Subtenente Gonzaga
PCdoB	
Chico Lopes	1 vaga
PSC	
Silvio Costa	Andre Moura
PMN	
Francisco Tenório	1 vaga
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PP

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5201, DE 2013, DO SR. ANDRÉ FIGUEIREDO, QUE "ALTERA A LEI Nº 11.345, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006, PARA MODIFICAR A DESTINAÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS NO CONCURSO DE PROGNÓSTICO DENOMINADO TIMEMANIA COM O OBJETIVO DE TORNÁ-LA MAIS ATRAENTE PARA SEUS APOSTADORES E DE AUMENTAR A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DAS ENTIDADES DESPORTIVAS QUANTO ÀS SUAS DÍVIDAS FISCAIS JUNTO À UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS " E APENSADO

Presidente: Jovair Arantes (PTB)
1º Vice-Presidente: Vicente Candido (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Danrlei de Deus Hinterholz (PSD)
Relator: Otavio Leite (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gabriel Guimarães	José Airton
Paulão	Márcio Macêdo
Vicente Candido	Policarpo
PMDB	
Renan Filho	Edinho Bez
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

1 vaga	1 vaga
PSDB	
Alfredo Kaefer	Raimundo Gomes de Matos
Otavio Leite	1 vaga
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	Guilherme Campos
Geraldo Thadeu	1 vaga
PP	
Afonso Hamm	Sandes Júnior
Guilherme Mussi	1 vaga
PR	
José Rocha	1 vaga
PSB	
Romário	Júlio Delgado
DEM	
Rodrigo Maia	1 vaga
PDT	
André Figueiredo	Flávia Morais
PTB	
Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá vaga do PMDB
Pedro Fernandes vaga do PMDB	Wilson Filho
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Sarney Filho
PSC	
Andre Moura	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	Osmar Júnior
PMN	
Francisco Tenório	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PROS	
	Hugo Leal vaga do PMN

Secretário(a): Mirna de Castela Carvalho Pessoa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5332, DE 2009, DA SRA. ELCIONE BARBALHO, QUE "CRIA O 'PÃO BRASILEIRO', A SER PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO ADICIONADA DE FARINHA DE MANDIOCA REFINADA, DE FARINHA DE RASPA DE MANDIOCA OU DE FÉCULA DE MANDIOCA, ADQUIRIDOS PELO PODER PÚBLICO, E ESTABELECE REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA A FARINHA DE TRIGO MISTURADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lira Maia (DEM)
1º Vice-Presidente: Domingos Sávio (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
3º Vice-Presidente: Gorete Pereira (PR)
Relator: Nilda Gondim (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Benedita da Silva	Josias Gomes
Jesus Rodrigues	Leonardo Monteiro
Vicente Candido	Sibá Machado
1 vaga	Taumaturgo Lima
PMDB	
Akira Otsubo	Alexandre Santos
Elcione Barbalho	3 vagas
Nilda Gondim	
1 vaga	
PSDB	
Andreia Zito	Raimundo Gomes de Matos
Domingos Sávio	2 vagas
Reinaldo Azambuja	
PP	
Dilceu Sperafico	Carlos Magno
1 vaga	Luis Carlos Heinze
DEM	
Lira Maia	Mandetta
1 vaga	1 vaga
PR	
Gorete Pereira	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
Jorginho Mello	1 vaga
PSB	
Alexandre Toledo (Licenciado)	Dr. Ubiali
Janete Capiberibe	1 vaga
PDT	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	1 vaga
PSC	
Takayama	1 vaga
PCdoB	
Daniel Almeida	1 vaga
PRB	
1 vaga	César Halum vaga do PSD
	1 vaga
PMN	
1 vaga	1 vaga
PSD	
Moreira Mendes vaga do Bloco PV, PPS	José Humberto vaga do PR
2 vagas	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
	1 vaga
SD	
Sebastião Bala Rocha vaga do PDT	

Secretário(a): Jose Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5335, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA AS LEIS Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997, 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, E 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, PARA TRATAR DOS DISPOSITIVOS DE TRANSPOSIÇÃO HIDROVIÁRIA DE NÍVEIS"

Presidente: Bernardo Santana de Vasconcellos (PR)
1º Vice-Presidente: Nilson Leitão (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
3º Vice-Presidente: Nelson Padovani (PSC)
Relator: Eduardo Sciarra (PSD)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Jesus Rodrigues	Gabriel Guimarães
Márcio Macêdo	2 vagas
Ságuas Moraes	
PMDB	
Flaviano Melo	Edinho Bez
João Magalhães	2 vagas
Pedro Chaves	
PSDB	
Nilson Leitão	Wandenkolk Gonçalves
Raimundo Gomes de Matos	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSD	
Eduardo Sciarra	Irajá Abreu

Moreira Mendes	Jaime Martins
	Roberto Dorner vaga do PDT
PP	
Dimas Fabiano	João Leão
José Otávio Germano	Luiz Fernando Faria
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos	Lúcio Vale
PSB	
Fernando Coelho Filho	1 vaga
DEM	
Lira Maia	1 vaga
PDT	
Weverton Rocha	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
PTB	
Nilton Capixaba	Josué Bengtson
Bloco PV, PPS	
Penna	Arnaldo Jardim
PSC	
Nelson Padovani	Zequinha Marinho
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	Jânio Natal
SD	
	Laercio Oliveira vaga do PSDB

Secretário(a): Mário Dráusio
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5627, DE 2013, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, O DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, A LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998, DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E A REMISSÃO DE DÍVIDAS PATRIMONIAIS COM A UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edson Santos (PT)
2º Vice-Presidente: Andreia Zito (PSDB)
3º Vice-Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Edson Santos	Cláudio Puty
Iriny Lopes	Odair Cunha
João Paulo Lima	Paulo Teixeira
PMDB	
Alceu Moreira	Leonardo Picciani
Elcione Barbalho	Mauro Mariani
Lelo Coimbra	Raul Henry
PSDB	
Andreia Zito	(Dep. do SD ocupa a vaga)
Cesar Colnago	1 vaga
PSD	
Onofre Santo Agostini	2 vagas
1 vaga	
PP	
João Pizzolatti	Carlos Magno
Renato Molling	Esperidião Amin vaga do Bloco PV, PPS
	Luis Carlos Heinze
PR	
João Maia	(Dep. do SD ocupa a vaga)
Wellington Roberto vaga do PMN	
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Leopoldo Meyer
DEM	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PDT	
Weverton Rocha	André Figueiredo
PTB	
José Chaves	Arnaldo Faria de Sá vaga do DEM
	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Andre Moura
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PMN	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
SD	
Luiz Argôlo vaga do DEM	Aureo vaga do PR
	Laercio Oliveira vaga do PSDB
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PSB	
Hugo Leal vaga do PSC	

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5692, DE 2013, DO SR. SÉRGIO ZVEITER, QUE "DISPÕE SOBRE O MONOPÓLIO DA UNIÃO NA EXPLORAÇÃO DAS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA, COM A CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA DA AMAZÔNIA E DA AGÊNCIA NACIONAL DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA, GARANTINDO A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E A SOBERANIA NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Átila Lins (PSD)
1º Vice-Presidente: Dalva Figueiredo (PT)
2º Vice-Presidente: Wandenkolk Gonçalves (PSDB)
3º Vice-Presidente: Sibá Machado (PT)
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Zarattini	Francisco Praciano
Dalva Figueiredo	2 vagas
Sibá Machado	
PMDB	
Adrian	Edio Lopes
Akira Otsubo	Rose de Freitas
Leonardo Picciani	1 vaga
PSDB	
Nilson Leitão	2 vagas
Wandenkolk Gonçalves	
PSD	
Átila Lins	Urzeni Rocha
Sergio Zveiter	1 vaga
PP	
Carlos Magno	Renato Molling
Gladson Cameli	Waldir Maranhão
PR	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
1 vaga	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	

Paulo Cesar Quartiero	Rodrigo Maia
PDT	
Weverton Rocha	Marcos Rogério
PTB	
Nilton Capixaba	Sabino Castelo Branco
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	Arnaldo Jordy
PSC	
Zequinha Marinho	1 vaga
PCdoB	
Evandro Milhomen	Perpétua Almeida
PSL	
1 vaga	1 vaga
SD	
Henrique Oliveira vaga do PR	
PROS	
	Valtenir Pereira vaga do PSB

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6285

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6170, DE 2013, DO SR. SILAS CÂMARA, QUE "REGULAMENTA AS ATIVIDADES DE OPERADOR DE MARKETING MULTINÍVEL NO BRASIL" E APENSADOS

Presidente: Roberto de Lucena (PV)
1º Vice-Presidente: Pastor Eurico (PSB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Efraim Filho (DEM)
Relator: Lourival Mendes (PTdoB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Jesus Rodrigues	3 vagas
Policarpo	
Ricardo Berzoini (Licenciado)	
PMDB	
Hugo Motta	3 vagas
João Arruda	
Renan Filho	
PSDB	
João Campos	Reinaldo Azambuja
Luiz Carlos	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PSD	
Felipe Bornier	Guilherme Campos
Onofre Santo Agostini	Silas Câmara
PP	
Renato Molling	Guilherme Mussi
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Sandes Júnior
PR	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Anderson Ferreira
PSB	
Pastor Eurico	1 vaga
DEM	
Efraim Filho	1 vaga
PDT	
Marcelo Matos	Ângelo Agnolin
PTB	
Wilson Filho	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Silvio Costa
PCdoB	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRB	
Acelino Popó	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
SD	
	Fernando Francischini vaga do PSDB
PROS	
Cida Borghetti vaga do PP	
PTdoB	
Lourival Mendes vaga do PR	Rosinha da Adefal vaga do PRB

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6583, DE 2013, DO SR. ANDERSON FERREIRA, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", E APENSADO

Presidente: Leonardo Picciani (PMDB)
1º Vice-Presidente: Silas Câmara (PSD)
2º Vice-Presidente: Anderson Ferreira (PR)
3º Vice-Presidente: Fátima Pelaes (PMDB)
Relator: Ronaldo Fonseca (PROS)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	4 vagas
Iara Bernardi	
Margarida Salomão	
1 vaga	
PMDB	
Fátima Pelaes	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Leonardo Picciani	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Professor Setimo	1 vaga
PSDB	
João Campos	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PSD	
Jefferson Campos	Arolde de Oliveira
Silas Câmara	Diego Andrade
PP	
Jair Bolsonaro	2 vagas
José Linhares	
PR	
Anderson Ferreira	Paulo Freire
PSB	
Pastor Eurico	Sandra Rosado
DEM	
Marcelo Aguiar	1 vaga
SD	
Aureo	Fernando Francischini
PTB	
1 vaga	Eros Biondini
Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga
PROS	
Ronaldo Fonseca	Liliam Sá
PDT	
Marcos Rogério	1 vaga
PCdoB	
Manuela D'ávila	Gustavo Petta
PSC	
Pastor Marco Feliciano	Antônia Lúcia vaga do PMDB
	Erivelton Santana
	Zequinha Marinho vaga do PMDB
PSOL	

1 vaga	1 vaga
PTdoB	
	Rosinha da Adefal vaga do PSDB

Secretário(a): Kátia da Consolação dos S. Viana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216 6218
FAX: (61) 3216 6285

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6840, DE 2013, DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INSTITUIR A JORNADA EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO, DISPOR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS DO ENSINO MÉDIO EM ÁREAS DO CONHECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
2º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)
3º Vice-Presidente: Izalci (PSDB)
Relator: Wilson Filho (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Artur Bruno	Afonso Florence
Newton Lima	Ronaldo Zulke
Reginaldo Lopes	Ságuas Moraes
Waldenor Pereira	Sibá Machado
PMDB	
Gabriel Chalita	Geraldo Resende
Lelo Coimbra	Osmar Serraglio
Raul Henry	Professor Setimo
PSDB	
Izalci	Nilson Pinto
Nilson Leitão	1 vaga
PSD	
Junji Abe	2 vagas
1 vaga	
PP	
José Linhares	Esperidião Amin
Waldir Maranhão	1 vaga
PR	
Jorginho Mello	1 vaga
PSB	
Danilo Cabral	Leopoldo Meyer
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	Efraim Filho
SD	
Sebastião Bala Rocha	Domingos Dutra
PTB	
Wilson Filho	Alex Canziani
Bloco PV, PPS	
Eurico Júnior	1 vaga
PROS	
Ariosto Holanda	Valtenir Pereira
PDT	
Paulo Rubem Santiago	André Figueiredo
PCdoB	
Chico Lopes	Gustavo Petta
PSC	
Edmar Arruda	Zequinha Marinho
PTdoB	
Luis Tibé	Rosinha da Adefal

Secretário(a): Robson Luiz Fialho Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.869, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, E APENSADOS, QUE "ACRESCENTA O ART. 242-A À LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE), PARA TORNAR CRIME A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Amauri Teixeira	Paulo Pimenta
Jesus Rodrigues	2 vagas
Zeca Dirceu	
PMDB	
André Zacharow	Washington Reis
Edinho Bez	2 vagas
Fátima Pelaes	
PSDB	
Bruno Araújo	2 vagas
Vanderlei Macris	
PSD	
Diego Andrade	Sérgio Brito
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Aline Corrêa	Jair Bolsonaro
José Otávio Germano	Vilson Covatti
PR	
Dr. Paulo César vaga do PSD	Milton Monti
José Rocha	
Wellington Fagundes vaga do PHS	
PSB	
Beto Albuquerque	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Efraim Filho	Eli Correa Filho
PDT	
Weverton Rocha	1 vaga
PTB	
Nelson Marquezelli	Nilton Capixaba
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	Rosane Ferreira
PSC	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	1 vaga
PCdoB	
João Ananias	1 vaga
PHS	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PROS	
Hugo Leal vaga do PSC	Edson Silva vaga do PSB

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6998, DE 2013, DO SR. OSMAR

TERRA E OUTROS, QUE "ALTERA O ART. 1º E INSERE DISPOSITIVOS SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA NA LEI Nº 8.069, DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Cida Borghetti (PROS)
1º Vice-Presidente: Júlio Cesar (PSD)
2º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
3º Vice-Presidente: Iara Bernardi (PT)
Relator: João Ananias (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Assis Carvalho	Maria do Rosário
Erika Kokay	3 vagas
Iara Bernardi	
Nelson Pellegrino	
PMDB	
Darcísio Perondi	Adrian
Hugo Motta vaga do PRP	Geraldo Resende
Osmar Terra	Renan Filho
Raul Henry	
PSDB	
Duarte Nogueira	Cesar Colnago
Nelson Marchezan Junior	Eduardo Barbosa
PSD	
Eleuses Paiva	Vilmar Rocha
Júlio Cesar	1 vaga
PP	
Aline Corrêa	2 vagas
Iracema Portella	
PR	
Gorete Pereira	1 vaga
PSB	
Sandra Rosado	Dr. Ubiali
DEM	
Mandetta	Professora Dorinha Seabra Rezende
SD	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Wladimir Costa
PTB	
Alex Canziani	Wilson Filho
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira vaga do SD	1 vaga
Rubens Bueno	
PROS	
Cida Borghetti	Liliam Sá
PDT	
Flávia Morais	Marcos Rogério
PCdoB	
João Ananias	Jandira Feghali
PSC	
Antônia Lúcia	Zequinha Marinho
PRP	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Chico das Verduras

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7108, DE 2014, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM E DISPOR SOBRE A ESCOLHA DOS ÁRBITROS QUANDO AS PARTES RECORREM A ÓRGÃO ARBITRAL, A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO PELA INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM, A CONCESSÃO DE TUTELAS CAUTELARES E DE URGÊNCIA NOS CASOS DE ARBITRAGEM, A CARTA ARBITRAL, A SENTENÇA ARBITRAL E O INCENTIVO AO ESTUDO DO INSTITUTO DA ARBITRAGEM; E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996".

Presidente: Sergio Zveiter (PSD)
1º Vice-Presidente: Vanderlei Siraque (PT)
2º Vice-Presidente: Otavio Leite (PSDB)
3º Vice-Presidente: Laercio Oliveira (SD)
Relator: Edinho Araújo (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Márcio Macêdo	Maria Lucia Prandi
Paulo Teixeira	Pedro Uczai (Licenciado)
Ságuas Moraes	Renato Simões
Vanderlei Siraque	Weliton Prado
PMDB	
Edinho Araújo	Danilo Forte
Edinho Bez	Júnior Coimbra
Eduardo Cunha	Manoel Junior
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	2 vagas
Otavio Leite	
PSD	
Onofre Santo Agostini	Felipe Bornier
Sergio Zveiter	1 vaga
PP	
Esperidião Amin	Vilson Covatti
Julio Lopes	1 vaga
PR	
Lincoln Portela	1 vaga
PSB	
Gonzaga Patriota	Dr. Ubiali
DEM	
Rodrigo Maia	1 vaga
SD	
Laercio Oliveira	Genecias Noronha
PTB	
Paes Landim	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Eurico Júnior
PROS	
Valtenir Pereira	Miro Teixeira
PDT	
Marcos Rogério	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PSC	
Filipe Pereira	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7197, DE 2002, DO SENADO FEDERAL, QUE "ACRESCENTA §§ AOS ARTS. 104 E 105 DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA PERMITIR A APLICAÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS AOS INFRATORES QUE ATINGIREM A MAIORIDADE PENAL"

Presidente: Vieira da Cunha (PDT)
1º Vice-Presidente: Gabriel Chalita (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Rosane Ferreira (PV)
Relator: Carlos Sampaio (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Erika Kokay	Iara Bernardi
Iriny Lopes	Padre João
Nilmário Miranda	1 vaga
PMDB	
Gabriel Chalita	Manoel Junior
João Arruda	Ronaldo Benedet
Marcelo Castro	1 vaga
PSDB	
Carlos Sampaio	Andreia Zito
Pinto Itamaraty	Domingos Sávio
PSD	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Junji Abe
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Onofre Santo Agostini
PP	
Aline Corrêa	2 vagas
Guilherme Mussi vaga do PSD	
Jair Bolsonaro	
PR	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Jorginho Mello
PSB	
Luiza Erundina	Abelardo Camarinha
	Keiko Ota vaga do Bloco PV, PPS
DEM	
Onyx Lorenzoni	Efraim Filho
PDT	
Vieira da Cunha	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Nelson Marquezelli	Arnaldo Faria de Sá
Bloco PV, PPS	
Rosane Ferreira	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSC	
Antônia Lúcia	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PRP	
Chico das Verduras	(Dep. do SD ocupa a vaga)
SD	
	Fernando Francischini vaga do PRP
PROS	
Liliam Sá vaga do PSD	
Ronaldo Fonseca vaga do PR	

Secretário(a): Mário Dráusio
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7370, DE 2014, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO INTERNO E INTERNACIONAL DE PESSOAS E SOBRE MEDIDAS DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL), E AS LEIS NºS 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980, E 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990; E REVOGA DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)", E APENSADOS

Presidente: Luiz Couto (PT)
1º Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC)
2º Vice-Presidente: Liliam Sá (PROS)
3º Vice-Presidente: Sebastião Bala Rocha (SD)
Relator: Arnaldo Jordy (PPS)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	João Paulo Lima
Luiz Couto	3 vagas
Maria do Rosário	
Renato Simões	
PMDB	
Adrian	3 vagas
Akira Otsubo	
1 vaga	
PSDB	
Izalci	2 vagas
Paulo Abi-ackel	
PSD	
Onofre Santo Agostini	2 vagas
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	
PP	
Gladson Cameli	2 vagas
Missionário José Olimpio	
PR	
Paulo Freire	José Rocha
PSB	
1 vaga	1 vaga
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
SD	
Sebastião Bala Rocha	Fernando Francischini
PTB	
Josué Bengtson	Walney Rocha
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	1 vaga
PROS	
Hugo Leal	1 vaga
Liliam Sá vaga do PSD	
PDT	
Flávia Morais	Enio Bacci
PCdoB	
Gustavo Petta	1 vaga
PSC	
Antônia Lúcia	Takayama
PRB	
Antonio Bulhões	Acelino Popó

Secretário(a): Eugênia Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7420, DE 2006, DA SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA, QUE "DISPÕE SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES PÚBLICOS NA SUA PROMOÇÃO"

Presidente: Waldenor Pereira (PT)
1º Vice-Presidente: Paulo Rubem Santiago (PDT)
2º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

3º Vice-Presidente:
Relator: Raul Henry (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra vaga do PTC	Angelo Vanhoni vaga do PMDB
João Paulo Lima	Artur Bruno
Leonardo Monteiro	Dalva Figueiredo
Newton Lima	Fernando Ferro vaga do PR
Sibá Machado vaga do PRB	Margarida Salomão
Waldenor Pereira	Miriquinho Batista
PMDB	
Gabriel Chalita	Lelo Coimbra
Raul Henry	Renan Filho
2 vagas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Mara Gabrilli
Izalci vaga do PR	Nelson Marchezan Junior
Nilson Leitão	1 vaga
(Dep. do PR ocupa a vaga)	
PP	
Esperidião Amin	Aline Corrêa
José Linhares	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	Efraim Filho
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PR	
Jorginho Mello vaga do PSDB	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Paulo Freire	(Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Glauber Braga	Danilo Cabral
Leopoldo Meyer	Jose Stédile
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Weverton Rocha
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	1 vaga
PSC	
Takayama	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PRB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PTC	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PSD	
Thiago Peixoto vaga do DEM	José Humberto vaga do PR
PROS	
	Cida Borghetti vaga do PP

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6240
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER A REDUÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE OS MEDICAMENTOS

Presidente: Darcísio Perondi (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Rogério Carvalho (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Francisco Chagas	Sibá Machado
Newton Lima	3 vagas
Paulo Pimenta	
Rogério Carvalho	
PMDB	
Darcísio Perondi	3 vagas
Geraldo Resende	
Osmar Terra	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Marcus Pestana
Luiz Carlos Hauly	Paulo Abi-ackel
PSD	
Eleuses Paiva	Guilherme Campos
1 vaga	Moreira Mendes
PP	
Dilceu Sperafico	2 vagas
Renato Molling	
PR	
Dr. Paulo César	1 vaga
PSB	
Alexandre Roso	Gonzaga Patriota
DEM	
Ronaldo Caiado	Onyx Lorenzoni
SD	
Dr. Grilo	Domingos Dutra
	Laercio Oliveira vaga do Bloco PV, PPS
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Arnon Bezerra
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PROS	
Dr. Jorge Silva	Dudimar Paxiuba
PDT	
Giovanni Queiroz	Félix Mendonça Júnior
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PSC	
Andre Moura	Takayama
PSOL	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Walbia Lora
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6267
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA DO CÓDIGO PENAL

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Gabriel Guimarães
Luiz Alberto	Iriny Lopes
Vanderlei Siraque	Ricardo Berzoini (Licenciado)
PMDB	
Fábio Trad	Edio Lopes
Osmar Serraglio	Leonardo Picciani
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Professor Setimo
PSDB	
João Campos	2 vagas

(Dep. do SD ocupa a vaga)

PSD

Marcos Montes — Arolde de Oliveira
(Dep. do PP ocupa a vaga) — (Dep. do PROS ocupa a vaga)

PP

Esperidião Amin — Vilson Covatti
Guilherme Mussi vaga do PSD — 1 vaga
Jerônimo Goergen

PR

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Lincoln Portela
Luciano Castro vaga do PSOL

PSB

Keiko Ota — Márcio França

DEM

Efraim Filho — Onyx Lorenzoni

PDT

Vieira da Cunha — Marcos Rogério

PTB

Arnaldo Faria de Sá — Paes Landim

Bloco PV, PPS

Roberto Freire — Rosane Ferreira

PSC

(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Takayama

PCdoB

Perpétua Almeida — 1 vaga

PSOL

Jean Wyllys — (Dep. do PR ocupa a vaga)

SD

Arthur Oliveira Maia vaga do PMDB
Fernando Francischini vaga do PSDB

PROS

Hugo Leal vaga do PSC — Liliam Sá vaga do PSD
Ronaldo Fonseca vaga do PR

Secretário(a): Claudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA POLÍTICA.

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Erika Kokay — Bohn Gass
Henrique Fontana — Dalva Figueiredo
João Paulo Lima — Fernando Ferro
José Guimarães — Luci Choinacki
Ricardo Berzoini (Licenciado) — Luiz Alberto
Rubens Otoni — Sibá Machado
Waldenor Pereira — Vicente Candido

PMDB

Alceu Moreira — Danilo Forte
Almeida Lima — Eduardo Cunha
Edinho Araújo — Íris de Araújo
Mauro Benevides — Marcelo Castro
Newton Cardoso — Professor Setimo
(Dep. do PSOL ocupa a vaga) — Raul Henry

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame — Alfredo Kaefer
Marcus Pestana — Bonifácio de Andrada
William Dib — 2 vagas
1 vaga

PP

Esperidião Amin — Roberto Balestra
José Otávio Germano — 3 vagas
Paulo Maluf
1 vaga

DEM

Efraim Filho — Felipe Maia
Pauderney Avelino — Mendonça Filho
Ronaldo Caiado — (Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do SD ocupa a vaga) — (Dep. do PSD ocupa a vaga)

PR

Luciano Castro — (Dep. do PRP ocupa a vaga)
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do PSD ocupa a vaga)
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

PSB

Alfredo Sirkis vaga do Bloco PV, PPS — Pastor Eurico
Luiza Erundina — Valadares Filho
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — (Dep. do PSD ocupa a vaga)
1 vaga

PDT

Reguffe — Félix Mendonça Júnior
(Dep. do PROS ocupa a vaga) — Sueli Vidigal

Bloco PV, PPS

Sandro Alex — Penna
(Dep. do PSB ocupa a vaga) — Rosane Ferreira

PTB

Arnaldo Faria de Sá — Eros Biondini
Jovair Arantes — Paes Landim

PSC

Edmar Arruda — 1 vaga

PCdoB

Daniel Almeida — Delegado Protógenes

PRB

Vitor Paulo — George Hilton

PMN

1 vaga — 1 vaga

PSD

Eleuses Paiva vaga do DEM
Felipe Bornier vaga do PR
Jefferson Campos vaga do PSB
Onofre Santo Agostini vaga do DEM

SD

Augusto Coutinho vaga do DEM

PROS

Miro Teixeira vaga do PDT
Ronaldo Fonseca vaga do PR
Valtenir Pereira vaga do PSB
Vicente Arruda vaga do PR

PTdoB

Lourival Mendes vaga do PR

PSOL

Ivan Valente vaga do PMDB

PRP

Chico das Verduras vaga do PR

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Presidente:
1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza	
PMDB	
Edinho Araújo	
Osmar Serraglio	
PSDB	
Bruno Araújo	
SD	
João Dado	
PROS	
Miro Teixeira	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	
PCdoB	
Alice Portugal	
PRB	
Cleber Verde	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993

Presidente: Fábio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PMDB	
Fábio Trad	
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	
PDT	
Félix Mendonça Júnior	

Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho
Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso
Telefones: (61) 3216-5631
FAX: (61) 3216-5605

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO QUE VERSEM SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA.

Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
José Mentor	Dalva Figueiredo
Paulo Pimenta	Décio Lima
Rui Costa	Miriquinho Batista
Zeca Dirceu	Vicentinho
PMDB	
Danilo Forte	Alceu Moreira
Edio Lopes	Fátima Pelaes
Ronaldo Benedet	Mendes Ribeiro Filho
(Dep. do PSD ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
João Campos	Wandenkolk Gonçalves
Reinaldo Azambuja	William Dib
1 vaga	(Dep. do SD ocupa a vaga)
PP	
Jair Bolsonaro	Arthur Lira
Vilson Covatti	Sandes Júnior
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Júlio Campos	
PR	
(Dep. do SD ocupa a vaga)	Lincoln Portela
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Gonzaga Patriota
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Pastor Eurico
PDT	
Vieira da Cunha	(Dep. do SD ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner	Rosane Ferreira
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PSC	
Andre Moura	Antônia Lúcia
PCdoB	
Delegado Protógenes	Perpétua Almeida
PRB	
Otoniel Lima	1 vaga
PRP	
Jânio Natal	1 vaga
PSD	
Átila Lins vaga do PMDB	
SD	
Laercio Oliveira vaga do PR	Fernando Francischini vaga do PSDB
	João Dado vaga do PDT
PROS	
Givaldo Carimbão vaga do PSB	José Augusto Maia vaga do PTB
Ronaldo Fonseca vaga do PR	
Valtenir Pereira vaga do PSB	
PTdoB	
	Lourival Mendes vaga do PR

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Presidente: Sandra Rosado (PSB)
1º Vice-Presidente: Jean Wyllys (PSOL)
2º Vice-Presidente: Andreia Zito (PSDB)
3º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PR)
Relator: Luciana Santos (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	Cláudio Puty
Iara Bernardi	Janete Rocha Pietá
Nilmário Miranda	Renato Simões

PMDB

Adrian
Nilda Gondim
Osvaldo Reis — 3 vagas

PSDB

Andreia Zito
1 vaga — 2 vagas

PSD

Sérgio Brito
(Dep. do PR ocupa a vaga) — 2 vagas

PP

Aline Corrêa — José Linhares
Roberto Balestra — 1 vaga

PR

Dr. Paulo César vaga do PSD — (Dep. do PROS ocupa a vaga)
Gorete Pereira

PSB

Sandra Rosado — Alexandre Roso

DEM

Professora Dorinha Seabra Rezende — 1 vaga

PDT

Oziel Oliveira — Flávia Morais

PTB

1 vaga — 1 vaga

Bloco PV, PPS

1 vaga — 1 vaga

PSC

Antônia Lúcia — Lauriete

PCdoB

Luciana Santos — Alice Portugal

PSOL

Jean Wyllys — 1 vaga

PROS

Liliam Sá vaga do PR

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6276
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS FATOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENVOLVEM OS DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS OCORRIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Cláudio Puty
Francisco Praciano

PCdoB

Delegado Protógenes

PSOL

Jean Wyllys

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, COM ÔNUS PARA ESTA CASA, PARA PROPOR AÇÕES LEGISLATIVAS E POLÍTICAS CAPAZES DE COMBATER OS RECENTES CASOS DE RACISMO, BEM COMO INVESTIGAR AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS.

Coordenador: Damião Feliciano (PDT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Amauri Teixeira
Assis do Couto
Benedita da Silva
Luiz Alberto

PMDB

Professor Setimo

PDT

Damião Feliciano

PCdoB

Jô Moraes

PV

Eurico Júnior

PSOL

Jean Wyllys

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DAS 12 PESSOAS QUE ESTÃO CONFINADAS NA SEDE DO AERUS, NO RIO DE JANEIRO, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Coordenador: Rubens Bueno (PPS)

Titulares — **Suplentes**

PT

Benedita da Silva

PMDB

Leonardo Picciani
Osmar Serraglio

PSDB

Otavio Leite

PR

Manuel Rosa Neca

PROS

Miro Teixeira

PPS

Rubens Bueno
Stepan Nercessian

PSOL

Chico Alencar

Secretário(a): Eugênia S. Pestana
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6260
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A VERIFICAR DENÚNCIAS SOBRE O ASSASSINATO DE TRABALHADOR RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA, BEM COMO, AVALIAR QUE PROVIDENCIAS ESTÃO SENDO TOMADAS SOBRE O CASO.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)
Relator: Delegado Protógenes (PCdoB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Cláudio Puty

DEM
Paulo Cesar Quartiero
PDT
Giovanni Queiroz
PTB
Josué Bengtson
PCdoB
Delegado Protógenes

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES ACERCA DOS AUTORES DOS DISPAROS CONTRA O JORNALISTA RICARDO GAMA , SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Titulares	Suplentes
PMDB	
Washington Reis	
PR	
Anthony Garotinho	
PROS	
Miro Teixeira	
PTB	
Walney Rocha	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVALIAR AS CAUSAS DA ENCHENTE DO RIO MADEIRA E ACOMPANHAR AS AÇÕES EMPREENDIDAS PELO GOVERNO FEDERAL, PELO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E PREFEITURAS DAS CIDADES DA REGIÃO AMAZÔNICA ATINGIDAS.

Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo de Jesus	
Padre Ton	
Sibá Machado	
Taumaturgo Lima	
PMDB	
Amir Lando	
Flaviano Melo	
Marinha Raupp	
PSD	
Moreira Mendes	
PSDB	
Marcio Bittar	
PP	
Carlos Magno	
Gladson Cameli	
PDT	
Ângelo Agnolin	
Marcos Rogério	
PTB	
Nilton Capixaba	
PCdoB	
Perpétua Almeida	
PSC	
Antônia Lúcia	
PV	
Henrique Afonso	
Penna	
Sarney Filho	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES EFETUADAS PELO OPENBAAR MINISTERIE, EM AMSTERDAM, HOLANDA, ACERCA DAS OPERAÇÕES E PROCEDIMENTOS NO BRASIL DA EMPRESA SBM OFFSHORE, CUJA SEDE SITUA-SE NAQUELE PAÍS, E QUE ENVOLVEM POSSÍVEIS PRÁTICAS DE SUBORNO

Coordenador: Maurício Quintella Lessa (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Alberto	
PMDB	
Lucio Vieira Lima	
PSD	
Paulo Magalhães	
PSDB	
Cesar Colnago	
PR	
Anthony Garotinho	
Maurício Quintella Lessa	
DEM	
Onyx Lorenzoni	
SD	
Fernando Francischini	

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6232
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A ANALISAR E DISCUTIR O LEGADO A SER DEIXADO PELA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA.

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	
PSD	
Arolde de Oliveira	
PSB	
Glauber Braga	
PROS	
Liliam Sá	
PDT	
Marcelo Matos	
PSC	
Filipe Pereira	
PRB	
Vitor Paulo	

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES E AÇÕES QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO ACERCA DAS APREENSÕES DE LIXO HOSPITALAR, NO PORTO DE SUAPE/PE, IMPORTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA POR UMA EMPRESA PERNAMBUCANA

Coordenador: José Augusto Maia (PROS)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	
PMDB	
Marllos Sampaio	
PSDB	
João Campos	
PROS	
José Augusto Maia	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): Francisco Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: 3216-6213

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DOS POSSÍVEIS MAUS TRATOS DO LABORATÓRIO DO INSTITUTO ROYAL NA CIDADE DE SÃO ROQUE, SÃO PAULO, SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenador: Delegado Protógenes (PCdoB)
Relator: Ricardo Tripoli (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	
PMDB	
Gabriel Chalita	
PSD	
Ricardo Izar	
PSDB	
Antonio Imbassahy	
Ricardo Tripoli	
DEM	
Alexandre Leite	
PCdoB	
Delegado Protógenes	
PRB	
Antonio Bulhões	
Otoniel Lima	
PV	
Roberto de Lucena	

Secretário(a): Mirna de Castela Carvalho Pessoa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES E MEDIDAS QUE POSSAM ENVOLVER A EMPRESA ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA, O ESTADO DO AMAPÁ E UNIÃO FEDERAL, PARA RECONSTRUÇÃO DO PORTO DE MINÉRIO DA ICOMI E DEMAIS DANOS ORIUNDOS DO GRAVE ACIDENTE OCORRIDO NO ESTADO DO AMAPÁ, EM 28/03/2013, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenador: Fátima Pelaes (PMDB)
Relator: Luiz Carlos (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Dalva Figueiredo	
PMDB	
Fátima Pelaes	
Leonardo Quintão	
PSDB	
Luiz Carlos	
PR	
Giroto (Licenciado)	
Vinicius Gurgel	
PSB	
Janete Capiberibe	
SD	
Sebastião Bala Rocha	
PCdoB	
Evandro Milhomen	

Secretário(a): Ruthier de Sousa
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS DESDOBRAMENTOS DA GRAVE SITUAÇÃO VIVENCIADA NA RESERVA SUIÁ-MISSÚ, LOCALIZADA NA REGIÃO ARAGUAIA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Coordenador: Wellington Fagundes (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Francisco Praciano	
Weliton Prado	
PMDB	
Leonardo Quintão	
PSDB	
João Campos	
Nilson Leitão	
PR	
Wellington Fagundes	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
SD	
Eduardo Gomes (Licenciado)	
Henrique Oliveira	
PROS	
Liliam Sá	
PV	
Roberto de Lucena	

Secretário(a):

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR O PROCESSO QUE DENUNCIA A TORTURA E VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MARA RÚBIA GUIMARÃES, NA CIDADE DE GOIÂNIA/GO.

Coordenador: Elcione Barbalho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	
Dalva Figueiredo	
Erika Kokay	
Fátima Bezerra	
Iara Bernardi	
Iriny Lopes	
Janete Rocha Pietá	
Luci Choinacki	
Margarida Salomão	
PMDB	
Elcione Barbalho	
Fátima Pelaes	
Íris de Araújo	
Marinha Raupp	
Nilda Gondim	
Rose de Freitas	
PSD	
Nice Lobão	
PSDB	
Andreia Zito	
Bruna Furlan	
PP	
Aline Corrêa	
Iracema Portella	
PR	
Gorete Pereira	
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PSB	
Janete Capiberibe	
Keiko Ota	
Luiza Erundina	
Sandra Rosado	
PROS	
Cida Borghetti	
Liliam Sá	
PDT	
Flávia Morais	
Sueli Vidigal	
PCdoB	
Alice Portugal	
Jandira Feghali	
Jô Moraes	
Luciana Santos	
Manuela D'ávila	
Perpétua Almeida	
PSC	
Antônia Lúcia	
Lauriete	
PV	
Rosane Ferreira	
PTdoB	
Rosinha da Adefal	
PMN	
Jaqueline Roriz	

Secretário(a):

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR A APURAÇÃO DOS FATOS RELACIONADOS À TRAGÉDIA QUE VITIMOU CENTENAS DE JOVENS EM UM INCÊNDIO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, E OFERECER SUGESTÃO DE APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA.

Coordenador: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Bittar	
Paulo Pimenta	
Pedro Uczai (Licenciado)	
Ronaldo Zulke	
PMDB	
Elcione Barbalho	
Nilda Gondim	
PSD	
Danrlei de Deus Hinterholz	
Junji Abe	
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	
Otavio Leite	
PP	
Jerônimo Goergen	
Luis Carlos Heinze	
SD	
Armando Vergílio	
Augusto Coutinho	
PV	
Eurico Júnior	
Roberto de Lucena	

Secretário(a): Rosenildo Figueiredo Felinto
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROCESSO DE ESTANCAMENTO DO VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO NO CAMPO DO FRADE NA BACIA DE CAMPOS, BEM COMO AVERIGUAR OS DANOS AMBIENTAIS E À SAÚDE DECORRENTES DO VAZAMENTO DO ÓLEO.

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	
PSD	
Fernando Torres	
PR	
Paulo Feijó	
PDT	
Marcelo Matos	
PCdoB	
Delegado Protógenes	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REALIZAR LEVANTAMENTO IN LOCO SOBRE AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA O POVO INDÍGENA GUARANI-KAIOWÁ.

Coordenador: Padre Ton (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Biffi	
Erika Kokay	
Padre Ton	
SD	
Domingos Dutra	

Secretário(a):

GRUPO DE TRABALHO DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS

Coordenador: José Mentor (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Gabriel Guimarães	Alessandro Molon
José Mentor	Carlos Zarattini
1 vaga	Jilmar Tatto (Licenciado)
PMDB	
Carlos Bezerra	Edinho Bez
Fátima Pelaes	Leonardo Quintão
Mauro Benevides	1 vaga
Sandro Mabel vaga do PR	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
1 vaga	Marcus Pestana
PP	
Esperidião Amin	Roberto Balestra
DEM	
Mendonça Filho	1 vaga
PR	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Milton Monti
PSB	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Sandra Rosado
PDT	
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Wolney Queiroz
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho	Arnaldo Jardim
PTB	
Josué Bengtson	(Dep. do PROS ocupa a vaga)
PSC	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Andre Moura
PCdoB	
Carlos Eduardo Cadoca vaga do PSC	1 vaga
Delegado Protógenes	
PROS	
Miro Teixeira vaga do PDT	José Augusto Maia vaga do PTB
Valtenir Pereira vaga do PSB	

Secretário(a): Robson
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 153-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A VIABILIZAR A DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2295, DE 2000, QUE "DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM".

Coordenador: Arlindo Chinaglia (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	
PMDB	
Fábio Trad	
PSDB	
Marcus Pestana	
PSC	
Andre Moura	
PV	
Rosane Ferreira	

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE, ESTUDO E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À REFORMA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL

Coordenador: Alfredo Kaefer (PSDB)
Relator: José Guimarães (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Cláudio Puty	Renato Simões
José Guimarães	Vicente Candido
Ricardo Berzoini (Licenciado)	Zeca Dirceu
PMDB	
Edinho Bez	3 vagas
Rose de Freitas	
Sandro Mabel	
PSDB	
Alfredo Kaefer	Izalci
Antonio Carlos Mendes Thame	Luiz Carlos Hauly
PSD	
Guilherme Campos	2 vagas
Júlio Cesar	
PP	
Esperidião Amin	Jerônimo Goergen
(Dep. do PROS ocupa a vaga)	Renato Molling
PR	
Milton Monti	Dr. Paulo César
PSB	
Márcio França	Júlio Delgado
DEM	
1 vaga	1 vaga
PDT	
Weverton Rocha	Paulo Rubem Santiago
PTB	
Nelson Marquezelli	Jorge Côrte Real
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jardim	1 vaga
PSC	
Edmar Arruda	1 vaga
PCdoB	
1 vaga	1 vaga
PRB	
Beto Mansur	1 vaga
PROS	
Antonio Balhmann vaga do PP	

Secretário(a): Ruthier de Sousa Silva
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 165-B
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

Edição de hoje: 228 páginas

(O.S. 14764/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL